



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 129

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Natálio Stica
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Valdir Rossoni
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS.....	Ratinho Júnior
PSB	Dr. Luciano Ducci

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE DEZEMBRO DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Barbosa Neto e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de iniciarmos o horário regimental, gostaria de passar a palavra ao 1º Secretário da Casa, Deputado Nereu Moura, que vai apresentar aos Srs. Parlamentares mais um trabalho que a Assembléia desenvolveu, para disponibilizar informações a toda a população paranaense, através do site da nossa Casa.

Com a palavra o Sr. Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A informatização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná é um sonho acalentado no coração dos Deputados e Deputadas Estaduais e um compromisso da

atual Mesa Executiva, presidida por V. Exa., Deputado Hermas Brandão.

Enfrentamos um longo trecho até chegarmos aqui e hoje, com a maior satisfação e alegria, queremos apresentar à Assembléia Legislativa do Paraná, o nosso portal, o endereço eletrônico da Assembléia Legislativa na internet, que terá diversas funções, entre as quais duas se destacam: a divulgação de notícias para todo o Paraná, o que inclui a imprensa do interior do Estado, que se beneficiará com o acesso a informações em tempo real. Serão duas as fontes de informações: as atividades da Casa, do Plenário, das Comissões Permanentes, das CPIs, da Presidência, da Mesa Executiva e dos Gabinetes dos Deputados, essas sob a responsabilidade dos próprios gabinetes: prestação de serviços à comunidade paranaense, com informações históricas a respeito da atividade legislativa no Paraná. Haverá informações que servirão como fonte de consulta permanente, especialmente para a comunidade escolar, que compreende cerca de trezentos mil universitários e mais de dois milhões de jovens em idade escolar.

A página que hoje será apresentada aos Deputados, na verdade iremos colocá-la plena e totalmente em funcionamento até o dia 15 de fevereiro, meu caro amigo, Deputado Edson Praczyk, a quem quero agradecer, em nome da Mesa Executiva, pela inestimável colaboração que deu nesse processo, elaborando o projeto de implantação da informatização da Assembléia Legislativa do Paraná.

No futuro, a página será ainda eletrônica para as emissoras de rádio, haverá matérias prontas para serem baixadas, via computador e colocadas no ar.

Para a população em geral, esse material poderá ser utilizado por todos que disponham de um computador com conexão à internet. Por fim, haverá ainda versos e divulgações da Assembléia Legislativa, que serão cobertas também pela futura TV Assembléia, que queremos implantar a partir do ano que vem. É um avanço extraordinário que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná está tendo e que esta Mesa Executiva assumiu o compromisso, e antes da conclusão do nosso período de trabalho, temos a satisfação e o prazer de apresentar ao povo do Paraná, de apresentar aqui nesta Casa.

Evidentemente, cada Deputado terá acesso à página, criando a sua própria, que será de responsabilidade de cada gabinete parlamentar, inclusive, na alimentação desta página, para que o povo do Paraná tenha conhecimento absoluto e total da atividade dos Deputados, da ação de cada Parlamentar, aqui dentro desse Poder.

Por isso que também vamos reunir os assessores dos Deputados, para informá-los, orientá-los, a fim de que todos possam estar com conhecimento do sistema.

Todos os Deputados deste Parlamento poderão colocar à disposição dos seus eleitores as suas ações, as suas atividades, os seus pronunciamentos, a sua luta aqui dentro do Poder Legislativo.

Quero chamar o Sr. Fernando Chain, responsável pela empresa Infoconsultoria Informática Ltda., que dará algumas informações técnicas, apresentando então o nosso portal, que a partir de hoje fica oficialmente lançado, para conhecimento de toda a Assembléia Legislativa e também de todo povo do Estado do Paraná.

O SR. FERNANDO CHAIN

Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“Pontos a serem abordados na apresentação do projeto ‘Assembléia Legislativa do Paraná’

Principais objetivos no desenvolvimento:

1. leveza e rapidez ao carregar a página visando atender com prontidão o usuário que não dispõe de uma conexão banda larga;

2. simplicidade de uso priorizando a navegabilidade da interface;

3. facilidade de localização, por parte do usuário, das áreas dentro do site;

4. uso das cores como fator de distinção entre as áreas do site. Cores da bandeira do Paraná: Azul, Branco e Verde;

5. utilização de código livre.

Divisão do site em três grandes áreas:

1. área estática com histórico, razão de ser e composição da Assembléia Legislativa do Paraná;

2. área dinâmica de conteúdo informativo das rotinas administrativas, serviços prestados e assuntos referentes à Assembléia Legislativa do Paraná (conteúdo e atualização de responsabilidade da equipe da Assembléia);

3. site dos Deputados, hospedados dentro do site da Assembléia Legislativa do Paraná (conteúdo e atualização de responsabilidade dos Deputados).”

Divisão em três grandes áreas. A primeira seria estática, sendo que a informação, uma vez posta, sofreria apenas atualização quando necessária.

Essa área abre com “Conheça a Assembléia”, onde o usuário, a comunidade em geral vai ter um breve histórico, o que é o Poder Legislativo e qual é a sua função.

Dentro disso temos um histórico específico da Assembléia, onde contamos com um levantamento da história da Assembléia Legislativa do Paraná. Dentro da galeria, temos todas as fotos dos Deputados que exerceram a Presidência da Assembléia Legislativa.

Dentro dessa linha vamos ter a imagem do Presidente e um breve resumo da função, exercício dele no cargo. Somente aludindo que algumas informações ainda são ilustrativas. Elas vão passar, até a publicação em definitivo, por um período de ajuste, onde vão ser colocadas de forma definitiva. Dentro da representação partidária, temos a atual legislatura da Casa, dividida por Partidos, em ordem alfabética dos Deputados, onde con-

stará uma imagem do Deputado e um breve histórico, cedido pela Casa.

Continuando dentro desta área estática, temos a Mesa Executiva, que da mesma forma segue com um link para um histórico e uma imagem do membro componente da Mesa, a listagem com as Lideranças dentro da Casa, que da mesma forma faz uma ligação direta com a área do Deputado dentro do site - imagem e histórico cedidos pela Casa. Então, seria mesmo como se fosse a Assembléia falando do Deputado em questão.

Dentro do que consideramos a segunda área, é composta por áreas dinâmicas, onde posteriormente, umas indicações de membros designados pela Assembléia, serão alimentadas com conteúdos produzidos pela própria Assembléia. Vocês vão poder ver atividades plenárias, comissões parlamentares, projetos em tramitação e diário da Assembléia. Seguindo, por exemplo, projetos em tramitação, a Casa vai poder estar alimentando tudo isso com projetos que estejam ocorrendo, com o seu devido *status* de: aprovado, em análise, em votação ou rejeitado.

Ainda dentro dos links estáticos, temos prestação de serviço junto à comunidade: a parte da legislação contendo a Constituição Federal, Estadual e o Estatuto do Servidor, sendo que a pessoa pode consultar dentro do próprio site da Assembléia Legislativa ou baixar o conteúdo na sua residência, para uma consulta posterior. Entre isso temos a parte de Estados mostrando informações sobre a Associação dos Municípios e uma ligação direta com o site PARANACIDADE que contém informações mais detalhadas de todos os Municípios que compõem o Estado do Paraná.

A terceira área que consideramos, foi a área de site dos Deputados. Essa, como foi frisado pelo Secretário, de responsabilidade dos Deputados, com total autonomia para editar e colocar conteúdo nesse espaço.

Aqui, por exemplo, criamos três Deputados fictícios, sendo que, como podem notar, é composto pelo nome do Deputados, Partido ao qual ele é filiado, telefone - que pode ser editado de acordo com a vontade do gabinete dele - e o endereço para correspondência e e-mail, que não precisa ser necessariamente o endereço da Assembléia Legislativa do Paraná, pode ser vinculado ao próprio Deputado. Dentro desta página, o Deputado tem todo um campo básico para poder se fazer expressar dentro do meio que consideramos internet. Em “Notícias”, o Deputado pode estar alimentando esse site com notícias suas e que acredita ser do interesse de seus eleitores e da comunidade.

Dentro da parte do Deputado, ele pode estar trabalhando com imagens ou com conteúdo, tendo toda liberdade de edição, dentro disto, sendo que isto pode ser feito pelo seu gabinete, por uma pessoa especificamente designada por ele, que vai ter toda uma documentação e um preparo para estar lidando com isto.

Ainda na área “Fale com o Deputado”, a proporcionar um link da comunidade ou do usuário com o Dep-

utado que ele tem por desejo entrar em contato. Neste link, ainda vão compor uma base para que as pessoas que não tenham acesso à internet usualmente, possam estar colocando um endereço, CEP e telefone para um possível contato posterior do Deputado com esse eleitor.

Dentro disto, como foi frisado, a intenção da construção deste site era justamente trazer a Assembléia para este novo ambiente que nos é apresentado - que é a internet - e principalmente, leveza e rapidez do acesso dessa página, não só para o usuário que possui a banda larga, mas também àquele que possui conexão discada.

Sendo estes os trabalhos, creio estar completo.

O SR. NEREU MOURA

Quero agradecer ao Fernando Chain e ao pessoal que fez a exposição dos trabalhos, que acho ser uma das maiores conquistas desta Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e sei que será de grande valia e importância para todos os Deputados e Deputadas deste Parlamento.

E agora iremos alimentar o sistema, e a partir de 15 de fevereiro, quando começarmos o próximo período legislativo, o sistema vai estar totalmente alimentado, à disposição de toda a Assembléia Legislativa e de todo o povo do nosso Estado.

Por isso, nossa alegria ao concluirmos este período, pois amanhã será o último dia de atividade dele, e estarmos aqui inaugurando nosso portal, nossa página na internet, que é uma grande conquista. É a Assembléia Legislativa que está crescendo, se democratizando e ficando mais próxima de todo o povo do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e damos por finda nossa apresentação.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Também queremos agradecer ao Fernando Chain pela apresentação e também louvar o trabalho da Mesa Executiva, em especial aos Deputados Nereu Moura e Pastor Edson Praczyk, que souberam bem coordenar este trabalho.

Com a palavra, a Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Quero cumprimentar a Mesa Executiva, através de seus integrantes. Logo que cheguei à Assembléia Legislativa, uma das primeiras conversas com nosso Secretário, era exatamente esta questão: a ausência que eu senti de uma forma de interagir entre os próprio Deputados, mas muito especialmente com a população. Acho que desta forma socializamos, democratizamos a informação à toda a população do Paraná. Este portal é de fundamental importância.

Vi que há um link - até ia perguntar para o Chain, mas ele saiu - que se chama "Fale com o Deputado", que dará oportunidade para a população interagir com todos

os Deputados, do ponto de vista de saber o que está acontecendo, dar sugestões, críticas, fazer um trabalho de interagir o povo com a Assembléia Legislativa, que acho fundamental.

Então, cumprimento a Mesa Executiva. Acho que das questões postas no início da nossa legislatura, uma era esta, acho que com a complementação da TV Assembléia, resolveremos uma lacuna histórica, porque temos que nos modernizar. O Estado do Paraná é um Estado moderno, atuante, e estávamos atrasado em relação a até as Câmaras de Vereadores do País.

Mas, fica nosso cumprimento, nossos agradecimentos pela preocupação da Mesa em relação a melhorar nosso sistema de trabalho na Assembléia. Fica faltando, apenas, agora, o Plano de Cargos e Salários dos Servidores, que certamente vem na seqüência, porque faz parte também de uma proposta, de uma promessa da Mesa. Então, estamos cumprindo. Faço essa ressalva porque ainda hoje fui cobrada pelos servidores da Casa em relação ao seu Plano de Cargos e Salários. Certamente deve estar na agenda da Mesa essa questão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Peço a palavra, pela ordem, justamente para cumprimentar a Mesa Diretora, em especial a 1ª Secretária, que possibilita à Casa acesso ao processo informatizado. Em 1998, nós, enquanto ocupávamos a 2ª vice-Presidência, fomos designados para começar os primeiros estudos com relação à informatização. Não tinham os meios, não tinha determinação e vontade política para que a informação pudesse chegar até a Casa.

Parabenizo a atual Mesa Executiva, que permitiu que isso pudesse ser um fato concreto hoje, inclusive aparelhando a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná às demais, que é uma das poucas Assembléias Legislativas das 27 que o Brasil tem, que ainda carecia de um tratamento de informação dos seus dados, das suas informações, do processo legislativo, e que espero a partir de 15 de fevereiro isto estar devidamente alimentado, para que não só os Srs. Parlamentares e suas assessorias tenham acesso e agilidade ao processo, mas sobretudo a sociedade paranaense tenha conhecimento dos assuntos e da forma com que o interesse paranaense e coletivo é tratado nesta Casa.

Parabéns, na pessoa do 1º Secretário, a toda a Diretoria da Comissão Provisória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Quero anunciar a presença do Prefeito eleito, Pedro Wosgrau, de Ponta Grossa. Seja bem-vindo a esta Casa, e as demandas justas de Ponta Grossa receberão atenção total desta Casa. Também o Prefeito de Assaí, Putti Bontempo.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero saudar aqui o companheiro Jaime Brum, Presidente do PDT de Araucária, juntamente com o Isaías, que se fazem presentes aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Sejam muito bem-vindos, assim como os servidores do SINDISAÚDE e também de vários Sindicatos dos Servidores do Paraná, que justamente vêm a esta Casa na luta pela derrubada do veto das trinta horas.

Sejam muito bem-vindos. Esta Casa estará sempre aberta à participação popular.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Relatório de CPI:

RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DAS UNIVERSIDADES 2004

INTRODUÇÃO

A Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades foi criada após a apresentação de requerimento do Deputado Delegado Bradock, através do Protocolo nº 1003 de 02 março de 2004, com o objetivo de apurar irregularidades na Administração da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sendo seus objetivos ampliados não só a Universidade Estadual de Ponta Grossa, como também as demais Instituições Públicas de ensino superior do Estado do Paraná, através do requerimento nº 1002 de 02 março de 2004. Após a presente data foi oficializada pelo Ato do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sob nº 01/2004, de 03 de Março de 2004.

A Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades foi instalada no dia 23 de março de 2004 e constituída pelos seguintes membros: Deputado Delegado Bradock – Presidente, Deputado Neivo Beraldin – Relator, Deputado Nelson Tureck, Deputado Plauto Miró Guimarães, Deputado Ratinho Júnior, Deputado Artagão Júnior, Deputado Hermes Fonseca.

O objetivo da Comissão Parlamentar de Inquérito é constatar a ausência de controle institucional e contábil, apurar o desvio de verbas, os adicionais de periculosidade e insalubridade pagos indevidamente, o desvio de dinheiro da seção de receitas da UEPG, gerando desfalques nos cofres das instituições, como também, as diversas denúncias sobre irregularidades nas administrações.

Os principais procedimentos adotados foram os seguintes:

- a) Exame de documentação fornecida: certidões, relatórios, situação funcional, procedimentos administrativos, prontuários odontológicos, convênios, contratos, etc;
- b) Visita à Universidade de Ponta Grossa, com vistas à apurar as denúncias recebidas;
- c) Solicitações de informações e esclarecimentos, por escrito, às universidades, na realização das despesas;
- d) Realização de reuniões ordinárias para questionamentos e depoimentos;
- e) Análise dos depoimentos e informações prestadas à CPI;
- f) Exposição das irregularidades encontradas no desenvolvimento dos trabalhos.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA UEPG

Sessões da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI Reunião da CPI De 30/03/2004

Depoimentos

Da transcrição de fitas gravadas durante a sessão da CPI de 30.03.2004 (Doc. 01), destacam-se os fatos a seguir narrados, conforme os depoimentos prestados, como segue abaixo:

Depoente – SR. DORIVAL DE ARRUDA MOURA FILHO

Perguntado pelo Deputado Neivo Beraldin, sobre se levou ao conhecimento dos seus superiores irregularidades na Seção de Receitas da Universidade, bem como, quais foram estas irregularidades, este respondeu que sim, e passou a narrar os seguintes fatos e irregularidades:

Procurado por pessoas interessadas de posse de carnês da Universidade com as parcelas pagas, para emissão de certidões quanto à quitação daqueles débitos, o depoente verificou que inobstante os débitos estivessem quitados nos carnês estes se encontravam em aberto nos registros contábeis, não aparecendo às quititações;

Que o fato narrado em relação aos carnês e à imprecisão contábil foram levados ao Chefe da Divisão Financeira da Universidade, que por sua vez levou ao conhecimento do Pró-Reitor da Administração. Tendo sido pelo depoente pessoalmente expostos os fatos em reunião com os dois superiores citados, tendo como resultado a determinação de que a Seção de Receitas da Universidade não poderia mais efetuar recebimentos no Caixa e sim nos bancos;

Que os funcionários Sr. Euclides Valentim, Srta. Terezinha, Sr. César Rosa, e outras pessoas da divisão financeira, que trabalhavam com o depoente, também tinham conhecimento destes fatos que ocorriam;

Disse que as irregularidades provavelmente ocorriam desde 1992 ou 1993;

Narrou como encontrou as irregularidades, e destacou que o sistema utilizado para contabilização dos recebimentos era confiável e integrado dentro do sistema, explanando sobre seu funcionamento; Assim, um lança-

mento de crédito tinha automaticamente uma contrapartida no débito, desta forma, concluiu o depoente, que pela situação apresentada possivelmente havia desvio de recursos quanto a valores recebidos de matrículas;

Declarou que haviam relatórios mensais sobre inadimplementos de mensalidades, mais que das matrículas não tinham controle quanto ao pagamento;

Que os valores de matrículas, taxas de inscrição de vestibular, serviços prestados pelos departamentos de odontologia, farmácia, laboratório, engenharia, restaurantes universitários e materiais vendidos pela Universidade, quando cobrados no Caixa da Seção da Receita, somente tinham como ser controlados os valores recebidos quando chegava à contabilidade a segunda guia do recibo emitido no Caixa;

Declarou que alguns setores como o departamento de odontologia, a partir de determinada época, tinham uma contabilidade paralela em relação à da Seção da Receita, controlada somente pelo contador, onde eram apropriadas as receitas e despesas desses setores; sendo que no período em que trabalhou na área os contadores foram o Sr. Rômulo Comim, Sr. Gabriel Kravichychyn e a Sra. Solange Mercer;

Informou que a contabilidade da Universidade não contemplava os valores de Receitas e Despesas da Fazenda Escola a partir de determinado período, quando houve mudança no sistema de Orçamentos da Universidade, que antes era descentralizado, onde todas as áreas tinham conhecimento do que era gerado, e depois centralizado em uma contabilidade paralela, como já citada, controlada em um microcomputador pelo contador;

Perguntado sobre o Restaurante Universitário, disse o depoente, que embora sempre se fizessem licitações, ele sabia disso porque os números das licitações se alteravam, os fornecedores de alimentos sempre eram os mesmos, bem como, salientou que não conhecia o teor da licitação realizada, pois isso não chegava às suas mãos, citando como fornecedores: Açougue Zammar, Mercearia Erico Oba, e outros mercados da cidade. Sendo que, os fornecedores recebiam em conta aberta junto ao Banestado na sua época, através de boletins de crédito, e o pagamento era realizado de forma automática pelo Banco. Com estes pagamentos sendo ordenados pelo pró-reitor da administração, citando apenas os nomes da época em que trabalhou: Sr. Álvaro Benedito Dikero, Sr. Nadir Laidane e o Professor Irineu.

Depoente – **SR. ROSALVO ANTÔNIO**

Perguntado sobre a sua função e de como eram os tratamentos dentários até 1995 e após essa data, o depoente expôs o que segue:

Que sua função era de técnico em equipamentos odontológicos;

Que até 1993 os pagamentos de tratamentos dentários eram feitos através de depósito no Banco Banestado, sendo trabalhos de próteses, e após esta data

começaram a ser feitos os pagamentos no departamento odontológico;

Que os valores eram recebidos pelo secretário ou outra pessoa, e repassados ao chefe de departamento;

Citou que o responsável pela arrecadação era o Sr. Elias Farah, e que não sabia quem era o responsável pelo controle dos valores arrecadados;

Disse que o Sr. Elias Farah depositou valores desta arrecadação na conta pessoal dele;

Complementou ainda mediante as perguntas feitas, que simplesmente se cobravam os valores e iam para a conta pessoal desta pessoa, e que não sabia qual seria este montante na época;

Disse que um dos cheques depositados na conta do Sr. Elias voltou do Banco e que ele tinha ido atrás para cobrar; Em seguida o Sr. Relator (pág. 19 da transcrição) apresentou para reconhecimento um cheque ao depoente, que o reconheceu como sendo aquele o qual foi depositado na conta do Sr. Elias e voltou do Banco. Ressaltou ainda, que não fez nenhuma observação ao Sr. Elias quanto à legalidade do procedimento de depositar cheques da Universidade na conta particular dele. Mais tarde (pág. 20 da transcrição) o Deputado Artagão cita o nome da Emitente do Cheque em questão Sra. Paulina Fagundes Ribas, que foi reconhecido pelo depoente como sendo dela para pagamento do tratamento dentário da filha.

Ressaltou o depoente, quando indagado pelo Deputado Neivo, que presenciou o Sr. Elias falar no departamento que tinha passado um coordenador pedindo dinheiro para campanha de eleição do Reitor, e que ele iria tirar dinheiro da arrecadação, pois não iria tirar dinheiro do seu bolso; Complementou dizendo que foi retirado para este fim R\$ 500,00.

Perguntado pelos Deputados esclareceu que os alunos do Curso de Odonto levavam películas de radiografia e outros materiais, que depois de utilizados eram cobrados do SUS por orientação dos professores. Declarou ainda o depoente não saber qual a cota do SUS para pagamento ou dos valores, e ainda reconheceu recibos do departamento de Odonto da Universidade que não continham números ou outros sinais para serem controlados adequadamente, indicando a possibilidade de contabilidade paralela, como citado pelo outro depoente (Sr. Dorival de Arruda Moura Filho);

Disse saber das irregularidades apontadas no setor de Odonto a partir de 93, e que não denunciou o fato por medo; Confirmou ainda, que seria possível serem feitos 10 tratamentos odontológicos, serem cobrados estes 10 tratamentos e somente 5 serem contabilizados, embora nunca tenha constatado isto pessoalmente;

Afirma derradeiramente que tinha certeza que havia um caixa dois no setor de Odontologia, citando o período entre 93 a 98 aproximadamente como anos em que isso acontecia; Disse que com esse caixa foram comprados alguns materiais e equipamentos para a Univer-

cidade, e que ele esteve verificando e apenas um deles estava patrimoniado, citando a Autoclave;

Perguntado dos outros equipamentos e materiais citou ainda a compra de ventiladores e a colocação de forro de PVC em uma clínica.

Depoente – SR. CARLOS CHIDELBEN

Perguntado pelo Sr. Relator sobre se trabalhava no setor de Odontologia no período compreendido entre 95 a 98, respondeu o depoente que trabalhava na função de Secretário do Departamento, passando a narrar mediante as perguntas dos Deputados sobre este assunto o que segue:

Que seu chefe era o Sr. Elias Fadel;

Que a arrecadação dos valores pagos pelos pacientes de odontologia era realizada pelos acadêmicos, e que estes recebiam dos pacientes e levavam o dinheiro do pagamento ao departamento de Odonto;

Que até abril de 1995 o pagamento era feito no Banco, mediante depósito numa conta, e que de 1995 a 1998 era feito no departamento de Odonto, pagas em espécie;

Disse que era ele que recebia essa arrecadação, prestando contas disto ao Sr. Elias Fadel. Ainda perguntado se o Sr. Elias Fadel prestava contas a alguém ou diretamente ao reitor, respondeu que pelo que sabia não e que ele ficava com o dinheiro, pois pelo seu conhecimento ele não repassava para a Universidade;

Que não havia nenhum controle sobre as fichas cadastrais de atendimento, confiando-se nas anotações constantes das mesmas, que eram preenchidas pelos acadêmicos;

Que o SUS repassava valores para cobrir despesas com radiografias e despesas do departamento de Odonto, pagas diretamente na conta da Universidade sem transitar pelo departamento de Odonto; Sendo os valores repassados pelo SUS na época de 7 a 10 mil reais, mediante envio de relatório dos atendimentos constantes das fichas dos pacientes;

Que o SUS não tinha controle sobre a veracidade das informações, repassando um balancete do que foi depositado na conta, assim, se pagava um valor máximo, citando como exemplo o depoente a hipótese de que se tivessem sido feitas 400 radiografias era adulterada para 500 para receber as 500, concluindo que as anotações eram fictícias feitas somente para receber do SUS;

Concluiu o assunto respondendo à pergunta do Sr. Presidente da Comissão sobre a origem dos nomes das pessoas que ficticiamente fizeram radiografias, respondendo que eram retirados da lista telefônica (pág. 31 da transcrição).

Perguntado pelo Sr. Relator se o Sr. Elias Fadel fez ou pretendia fazer um caixa dois afirmou o depoente que Caixa 2 ele fez, pois ele ficava com todo o dinheiro;

O depoente afirmou achar que o patrimônio do Sr. Elias Fadel não condiz com o seu salário;

Durante o depoimento questionado sobre provas, o Sr. Presidente informou ter recebido recibos de paga-

mento de valores entregues pelo SUS, tendo também requerido o Sr. Relator que o setor da Universidade onde estavam os documentos sobre o assunto fosse lacrado, o que foi aprovado;

Citou que os repasses no período, que eram recebidos pelo departamento, eram feitos na conta da Universidade, conta corrente 1258, que era do departamento de Odonto e vinculada à Universidade, dizendo que nessa época em 20 dias os acadêmicos repassavam em média 7 ou 8 mil reais, e que esta arrecadação não era repassada toda para a Universidade, diferentemente de quando era pago no Banco diretamente onde tudo entrava para a Universidade.

Depoente – SR. ELIAS FADEL

Perguntado inicialmente pelo Sr. Relator sobre suas atividades como chefe de Odonto de 1995 a 1998, o Sr. Elias Fadel passou a responder às perguntas dos deputados relativas aos fatos narrados pelos demais depoentes, destacando-se de suas respostas o que segue:

Exerceu as chefia do Setor de Odonto de maio de 1995 a setembro 1998;

Sobre as cobranças dos tratamentos odontológicos na sua gestão, disse serem realizadas no Banco ou na tesouraria da Universidade;

Perguntado sobre qual a forma de controle dos valores cobrados, respondeu que o chefe do departamento diante de suas atribuições não se envolve em parte financeira nenhuma, e também nenhum professor, sendo responsabilidade isto da tesouraria da Universidade;

Perguntado sobre o nome do responsável da tesouraria não soube responder, salientando que o Banco recebia e repassava para conta da Universidade, bem como, que nunca depositou nenhum valor na sua conta pessoal em nenhuma ocasião;

Respondeu que colaborou com a campanha do reitor preenchendo dois cheques na sua conta pessoal no BANESTADO no valor de R\$ 250,00;

Perguntado sobre repasses do INSS (SUS) para a Universidade, disse que na verdade o dinheiro do SUS era repassado em uma conta do Banco do Brasil pela Prefeitura, que era a destinatária inicial dos recursos, e dessa conta do Banco do Brasil ia para o financeiro da Universidade. Disse ainda, que o chefe de departamento não se envolvia em momento nenhum com repasses do SUS, pois existia um coordenador responsável por isso;

Sobre um depósito de cheque na sua conta pessoal, citado em depoimento anterior, que foi devolvido, disse não ter conhecimento nenhum, repetindo a afirmação em dois momentos distintos do depoimento;

Perguntado respondeu que de 1995 a 1998 o setor de Odonto disponibiliza em cada clínica com radiografias, fornecendo o material necessário ao aluno, não podendo dizer como foi feito após este período. Pois desde setembro de 1998 é diretor do Setor de Ciências Biológicas;

Disse que as fichas de atendimento dos pacientes não ficavam no departamento de odontologia, e sim nas clínicas de atendimento de março a dezembro de cada ano, e após este período, no final do ano letivo, é que eram remetidas ao departamento;

Sobre dados de atendimentos apresentados pelo Sr. Relator que apontam situações inusitadas e aberrantes, quanto a número de procedimentos em crianças ou de radiografias, respondeu só poder se tratar de erro de interpretação da ficha, pois codificações de dente podem ter sido confundidos com números de atendimentos ou radiografias;

Quanto às acusações dos depoentes anteriores disse que se trata de coisa pessoal provavelmente, e que seu horário de trabalho era de 4 horas diárias, de um total de 12 horas do setor, não podendo ser responsabilizado pelas outras 8 horas que ficava com o secretário responsável;

Frisou novamente ao ser perguntado que ele nunca recebia nenhum pagamento, e que quanto aos recibos que estavam sendo apresentados pelo Sr. Presidente, se o outro depoente declarou que era ele que recebia, para quem foi repassado também é problema de quem declarou;

Novamente perguntado, disse que a parte financeira não é atribuição do chefe do departamento e sim da Universidade, e que não sabia que havia cobrança feita diretamente no departamento;

Sobre número de radiografias necessárias argumentou que pelo tipo de paciente carente atendido, além de serem acadêmicos realizando o trabalho, para um atendimento o número de radiografias pode chegar a 14 por paciente;

Sobre cobrança de radiografias, disse não serem cobradas, e que o que é cobrado na Universidade hoje são só os serviços de próteses e alguns aparelhos ortodônticos ou de Ortopediatria, salientando como exemplo que uma coroa de cerâmica a Universidade cobra em torno de R\$ 230,00;

O depoente entregou documentos à CPI, visando elucidar pontos do seu depoimento, e disponibilizou espontaneamente a quebra do seu sigilo bancário e fiscal para a Comissão, atendendo à solicitação do Sr. Relator.

Depoente – **SR. CARLOS ALBERTO FERREIRA**

Com relação à Fazenda Escola, foram realizadas indagações ao depoente, de cujas respostas se extrai o que segue:

Que o depoente trabalha na Fazenda Escola faz 4 anos, no setor de Bovinocultura de Leite;

Perguntado a respeito do funcionário da Fazenda Escola Sr. Eloir Moresco, respondeu que todo mundo na Fazenda fala que o referido funcionário é também proprietário de uma empresa de agropesquisa, bem como, que existem funcionários dessa empresa prestando serviços

junto à Fazenda Escola, especificamente um chamado “Galo”;

Perguntado sobre um funcionário de alcunha “Tripa”, identificou-o como funcionário do “Galo”, e que ele trabalha com parcelas;

A respeito de Festas realizadas onde se consumiam produtos da Fazenda Escola, negou participação mais confirmou que existiam na gestão passada;

Sobre a venda de vacas do interior da Fazenda Escola vendidas como carcaça, identificou como responsável o Sr Isaltino Cordeiro (com cargo de encarregado imediato), informando ainda, que a Fazenda é dividida em duas funções agricultura e pecuária, onde o Agricultura é dirigida pelo Sr. Eloir Moresco e a Pecuária pelo Sr. Isaltino, que é o seu chefe;

Perguntado qual a quantidade de leite que estavam sendo produzidas pelas vacas de leite, respondeu que as vacas da Fazenda fornecem de 25 litros a 60 litros; Sendo que o responsável pelo gado é o Sr. Isaltino; Complementou mais adiante que uma vaca deste tipo deveria valer em torno de 6 ou 7 mil reais; Sendo que várias dessas vacas foram vendidas como Carcaça, ou seja, pelo preço da carne retirada, sabendo informar ainda que a vaca Panda foi vendida a um Sr. Cecatto, do qual não sabe a atividade, bem como, que são três pessoas que comprem essas vacas como carcaça, dos quais um é o Sr. Cecatto, e um outro o Bira. Não sabendo por quanto elas foram vendidas;

Confirmou que existe uma grande área de terras cedidas pelo Exército Brasileiro à Fazenda Escola, mais sem poder quantificar o tamanho;

Que nunca ouviu falar de nenhuma auditoria na Fazenda Escola;

Perguntado se conhecia uma vaca chamada Carambeí, idade da mesma e para quem foi vendida, informou que a referida vaca estava de cria, sendo uma vaca PO que foi vendida não sabe para quem, e que produzia 45 a 50 litros de leite dia, com cerca de 5 anos de idade, mais que estava de férias nesta época, achando errado a venda;

Sobre a existência de pessoas que não são funcionários da Universidade e que trabalham por lá ou pertenciam a uma empresa, que fazem um serviço meio paralelo nas dependências da Universidade, disse o depoente que Sim eles existem.

Depoente – **SR. WILSON VENÂNCIO**

Com relação à Fazenda Escola, foram realizadas indagações ao depoente, de cujas respostas se extrai o que segue:

Que trabalhou na Fazenda Escola de 1994 a 2002 como administrador, atuando em todos os setores da Fazenda, sendo atualmente professor, na função ainda de Coordenador Geral do *Campus*;

Que não é do seu conhecimento que o funcionário Sr. Eloir tenha uma empresa de agropesquisa;

Perguntado se conhece o “Tripa”, disse que o conhecia de vista, disse ainda na sequência das perguntas que o mesmo trabalhava dentro da Fazenda com ensaios. Disse ainda a respeito do tema que não sabe de quem ele é funcionário, sabe que ele está lá dentro, e que é aluno do Colégio Agrícola, sendo como aluno a convivência dele com o depoente. Não soube informar quando ele deixou de ser aluno e começou a executar trabalhos, pois só o conhece como estagiário da Fazenda Escola;

Sobre a produção da Fazenda Escola informou que na safra 2000/2001 foram produzidos 34 mil e 10 quilos de arroz em casca e 65 mil 346 quilos de soja, depositados na Cooperativa Batavo, e que já foram vendidas, bem como, que o dinheiro foi depositado pela Batavo na Conta da Universidade;

Quanto à produção de leite da Fazenda indicou que o que não é consumido na Universidade, é coletado a cada dois dias pela Batavo, vendido e depositado na conta da Universidade;

Quanto à produção de hortifrutigranjeiros, diz que é uma produção coletada para estudos, e que eventuais descartes vão para o refeitório da Fazenda Escola, e não para o Restaurante Universitário, sendo que grande parte volta para o solo como adubo;

Quanto à realização de laudos e a sua venda pela Fazenda Escola, disse que ela não faz pesquisas, perguntado mais sobre o assunto, disse finalmente que quem fazem laudos são os professores ligados ao curso de agronomia que fazem pesquisas utilizando a Fazenda como um instrumento de pesquisa, bem como, que os laudos são vendidos por uma média de 1.000 a 2.000 reais, e que o pagamento era feito diretamente à Universidade, nos últimos anos por boleto bancário, antes tinha um recibo mais o pagamento era depositado na conta da Universidade;

Perguntado mais uma vez quanto ao fato da presença do Sr. Tripa na Fazenda fazendo trabalho, o depoente disse não ser fiscal dentro da Fazenda Escola, e que não sabia o que ele fazia, sendo rebatido pelo Sr. Presidente que realçou o fato de que o Depoente era administrador da Fazenda Escola, e deveria saber o que este cidadão estava fazendo lá dentro, bem como, que o mesmo poderia fazer coisas prejudiciais à Fazenda, sendo respondido pelo depoente que não responderia a isso por ser uma suposição. Na sequência afirmou o Sr. Presidente que ao não saber quem era este cidadão o depoente no mínimo prevaricou em suas funções, respondendo a isso o depoente induz que a responsabilidade é da administração da Universidade;

Perguntado sobre porque da rescisão do contrato com o “Treze Billi”, respondeu não saber, explicando um pouco da parceria e seus motivos.

Depoente – **SR. ELOIR MORESCO**

Com relação à Fazenda Escola, foram realizadas indagações ao depoente, de cujas respostas se extrai o que segue:

Que o mesmo trabalha junto à Fazenda Escola desde 1989, sendo gerente agrícola no parque agrícola, trabalhando com agricultura;

Perguntado negou ser proprietário de uma empresa de agropesquisa. Contudo, quando perguntado se alguém do seu parentesco era proprietário de uma empresa deste ramo respondeu o depoente que o seu irmão e a sua esposa são proprietários de uma empresa de agropesquisa;

Perguntado se existem funcionários dessa empresa prestando serviços junto à Fazenda Escola, disse resumindo que os funcionários prestam serviços onde são solicitados e que existe convênio com a Fazenda para atendimento, e ele como responsável da área na Fazenda mostra as áreas onde eles devem desenvolver o trabalho. Indagado da moralidade disto, disse que a empresa não tinha nada a ver com ele, e que embora fique meio constrangido a empresa presta serviços aos produtores e na região, e por isso, não tem nada a ver com ele;

Que não tem noção de quanto as empresas faturam na Fazenda Escola;

Perguntado sobre o funcionário “Tripa”, respondeu ser Adilson o seu nome, não sabendo o sobrenome, que o mesmo não é funcionário da Fazenda Escola. Respondeu ainda, que não tem conhecimento de que o mesmo participou de festas na Fazenda onde se consumiu produtos da Fazenda Escola;

Disse que o responsável pelo setor que vende vacas como carcaça é o Gerente de Pecuária Sr. Isaltino Moreira dos Santos, que responde também pelo controle da produtividade leiteira dessas vacas, não sabendo informar nada sobre o assunto; Sobre a venda de Leite informou que sempre era vendido para a Batavo;

Perguntado confirmou que está se fazendo acompanhar na sessão da CPI por um advogado;

Com relação ao conhecimento de alguma auditoria na Fazenda Escola, o depoente informou que o Tribunal de Contas esteve diversas vezes na administração anterior passando o dia lá, avaliando notas, conferindo todo o procedimento da Fazenda;

Sobre seu patrimônio atual registrado em seu nome informou possuir uma chácara, um imóvel em Santa Catarina doado pelo seu avô que está em seu nome desde os 10 anos de idade e uma criação de gado de corte no local, não tendo carros ou casas em seu nome;

Que é o responsável pela criação de suínos, que são vendidos a professores, funcionários, pessoas da comunidade, tirando nota disto. Diz que quem recebe o dinheiro é a Fazenda Escola, indo para receita da Universidade. Quem faz o recebimento e o repasse do dinheiro é o Secretário, não cabendo a ele esta função;

Que o seu salário é de três mil reais líquidos;

Perguntado sobre o trabalho desenvolvido pela empresa da sua esposa e do seu irmão, disse ser de pesquisa, colheita, aplicação de defensivos e outros serviços encomendados dentro do convênio, e que o nome da empresa é Agropesquisa. Disse que a empresa não tem ligação com a Universidade, tem ligação com o produtor.

Também ressaltou quando perguntado, que a empresa não usa nenhum material da Fazenda Escola. Usam apenas a área que está no convênio firmado com a Universidade, e que são pagos valores a Universidade, os quais ele não conhece, mais acha que convênios são um grande negócio para ela;

Que recebe TIDE e é fiel há quinze anos;

Que a fazenda escola produz feijão, arroz e soja com uma média de produtividade por hectare maior que a do mercado, e que tudo que é produzido vai para a Batávia vender, e toda carga sai com uma nota de transporte de caminhão, que é arquivada no setor do depoente;

Disse que o funcionário Adilson jamais foi pego em uma blitz com um trator da Universidade de Ponta Grossa na Carlos Cavalcante.

Depoente – SR. GABRIEL KRAVICHYCHYN

Com relação ao trabalho do depoente na divisão financeira da Universidade, foram realizadas indagações ao mesmo, de cujas respostas se extrai o que segue:

Que atuou com Técnico Administrativo de 1984 até 1994, quando assumiu a Chefia da Divisão e onde permaneceu até meados de 2003;

Sobre se existiam transferências bancárias de valores de uma conta “PROAD 2134” para outro órgão, respondeu o depoente que houve diversas transferência, pois era o sistema de gerenciamento que era utilizado;

Disse que o programa de computador do sistema oficial do Estado do Paraná não atendia às necessidades de gerenciamento que a instituição necessita, assim, foi doado outro programa utilizado como um sistema paralelo de controle, que oferecia muito mais possibilidades de se ter acesso e controlar receitas e despesas de qualquer unidade que produzia;

Que tudo que era digitado no sistema oficial era digitado no paralelo, depois se passou a utilizar memorandos para evitar transtornos;

Que as transferências deste sistema eram de toda a movimentação de recursos da Universidade, que são em torno de três a quatro milhões de reais por mês; E que através deste sistema interno os valores eram transferidos nas contas específicas onde seriam gerenciados esses recursos;

Que várias outras Universidades estiveram em Ponta Grossa e copiaram o sistema para sua utilização;

Que nunca pediu que funcionários depositassem quaisquer quantias, e que tudo era feito dentro das normas da lei 4320;

Que nunca pediu valores ao funcionário Darci Santos para cobrir gastos com a campanha do Reitor; Que conhece o referido funcionários, que é do setor de Receita;

Perguntado se o Sr. Darci Santos recebia percentuais sobre os valores transferidos, respondeu ser aquele funcionário que está afirmando e não o depoente;

Não existindo nenhuma despesa fora das previstas em lei;

Perguntado sobre o envolvimento do funcionário Mauro Augusto Dalabernada, disse ser ele funcionário de receita e trabalhava junto como o servidor Darci Santos;

Que o reitor nunca teve conhecimento dos valores que afirmam ter sido desviados, e que o mesmo nunca fez qualquer desses tipos de proposta;

Que está respondendo sindicância por ser acusado de desviar valores da Universidade, dizendo que tudo se originou por ter sido o Servidor denunciado pelo Pró-Reitor Sr. Luciano, administrativo atual, aí em seu depoimento o envolveu várias pessoas e entre elas o depoente; Que a denúncia foi de desvio de recursos da Seção, disse ainda, que pelos jornais falou-se no desvio de 62 mil reais, e que só sabe de valores pela imprensa, bem como, que não sabe se esses valores foram mesmo desviados;

Que quem fechava o caixa era o Sr. Darci Santos, que era seu subordinado;

Que o funcionário nunca repassou recursos ao depoente e nem tem conhecimento dele ter repassado a outra pessoa;

Disse que a ordem da divisão era que todos os recebimentos quer em Banco, quer na seção fossem sempre autenticados mecanicamente, para haver um comprovante válido para o pagador;

Que o dinheiro pago na seção ficava na mão do funcionário Santos, que era o chefe específico, que este devia fechar o caixa e depositar no outro dia o dinheiro no Banco, passando para o contador os valores do Caixa fechado; Utilizando-se para isto de contas nos Bancos Itaú e Banco do Brasil para verbas federais;

O depoente autorizou a quebra do seu sigilo bancário, fiscal e telefônico para colaborar, conforme solicitação do Sr. Relator (págs. 94 e 95 da transcrição);

Que todos os pagamentos da Universidade eram feitos dentro das normas pelo que o depoente sabia, ou seja, através de empenho, bem como, não era de seu conhecimento qualquer desvio de recursos, feito pelo Professor Nadir Laidane, para pagar curso de mestrado de professor algum.

Reunião da CPI de 27/04/2004

Depoimentos

Da transcrição de fitas gravadas durante a sessão da CPI de 27/04/2004 (Doc. 03), destacam-se os fatos a seguir narrados, conforme os depoimentos prestados, como segue abaixo:

Depoente – SR. DARCI SANTOS

Perguntado pelo Deputado Neivo Beraldin, sobre suas atividades no setor de Receitas da Universidade de Ponta Grossa, sobre as rotinas desenvolvidas e da existência de irregularidades naquele setor, pronunciou-se o depoente da seguinte forma:

Que faz quinze anos que está na Universidade, ficou fora sete meses, que trabalhava na seção de Receitas fazendo serviço bancário, com cheques e depósitos. E que na época trabalhava com o BANESTADO;

Que o setor de Receitas no período em que lá trabalhou nunca sofreu nenhuma auditoria, nem pelo Tribunal de Contas, chegando a arrecadação a cerca de R\$ 50 mil por semana;

Disse ter trabalhado anteriormente nos Bancos BRADESCO, Real e HABITASUL, e que seu maior erro foi ter confiado nos seus superiores Sr. Nadir Laidane e Sr. Gabriel Inácio;

Disse ter sido instalado um inquérito administrativo para apurar desvio de Receitas no seu setor. Afirmou que o movimento do Caixa diário era fechado por ele e pelos funcionários que trabalhavam junto ao setor;

Perguntado das irregularidades disse que o desvio foi feito para custear cursos do Reitor, segundo informações que recebeu do Sr. Gabriel, o dinheiro era para o pagamento de cursos do Professor Ítalo e do Professor Frederico, que na época faziam cursos de mestrado;

Indagado dos valores disse ter havido desvios da ordem de 3 a 4 mil reais por semana, sendo que para isso adulterava o caixa e repassava o dinheiro ao chefe de divisão Sr. Gabriel Inácio. Que tudo ocorreu na gestão do Professor Enrico, tendo durado uns 4 anos;

Perguntado pelo Sr. Relator sobre como era feita a adulteração do caixa, disse que fechava o dia numa fita e no outro refazia as notas, repetindo novamente que repassava o dinheiro ao Sr. Gabriel Kravichychyn e este repassava ao Sr. Nadir;

Perguntado se obtinha algum dinheiro com isso, disse NÃO;

O Sr. Presidente perguntou porque o depoente ia trabalhar cinco e meia, seis horas manhã, ao que respondeu que gostava de chegar cedo e sair cedo do serviço e ter um tempo para fazer a proteção das fitas;

Que todas as adulterações contábeis e das fitas eram feitas somente pelo depoente;

Que não sabia se algum dinheiro era repassado ao Professor Merhy ou ao Professor Ítalo;

Frisou novamente que era adulterada a fita do Caixa;

Disse que as transferências feitas da conta 2134 eram feitas porque ele era mandado, e que esta conta PROAD 2134 era uma conta geral da Universidade, e que esta transferência era feita para dificultar a constatação de alguma irregularidade;

Sobre a Comissão de Eliminação de documentos da UEPG disse o depoente somente saber que o presidente dessa Comissão era o Gabriel;

Que os documentos da contabilidade eram queimados a cada cinco anos;

Disse ainda, que os cursos de mestrados dos professores citados eram feitos na própria UEPG e tinham que ser pagos, bem como, que o valor desviado de 4 mil reais por semana era além do que precisavam para custear os cursos;

Perguntado pelo Sr. Presidente se o professor Laidane incentivou o depoente a fazer esse tipo de procedimento e se houve alguma ameaça, respondeu o depoente

que sim, ele seria demitido, reafirmando em resposta ao Sr. Relator que se contasse a alguém sobre os desvios ele seria demitido;

Perguntado sobre a segurança do que fazia, respondeu que um dia indagou se isso não iria comprometer, e que eles disseram que não;

Que nunca presenciou o Professor Merhy pagando qualquer despesa com esses recursos;

Reafirmou que o Sr. Gabriel lhe dizia que os recursos eram para pagar o mestrado do Professor Ítalo e do Professor Merhy, mais que nunca viu nada sobre isso;

Disse que havia uma fita e que nela havia algumas falas sobre determinadas coisas;

Novamente disse que confiou no Sr. Gabriel, dizendo que o sistema de autenticações nas arrecadações dos cursos de especialização foram determinadas pelo Sr. Gabriel;

Disse que as receitas da fazenda escola eram feitas mediante notas fiscais emitidas na própria fazenda. Que dos laudos feitos, alguns entravam na receita da fazenda escola, e que chegou a ver um da Basf de 4 mil reais;

Perguntado pelo Deputado Plauto Miró disse não se recordar da data em que começaram os desvios;

Quando perguntado sobre seu salário e patrimônio, disse o depoente ter um terreno e uma casa e seu salário ser em torno de R\$ 1.700,00.

Depoente – **SR. JAIR BALTAZAR RODRIGUES**

Perguntado pelo Sr. Relator Neivo Beraldin sobre sua formação, cargo que ocupa hoje, respondeu o depoente ser graduado em física, mestre em Ciências e doutor em Ciência, chefiando atualmente o departamento de Física e exercendo funções de professor;

Disse que de abril de 99 a março de 2003 esteve à frente do Setor de Ciências Exatas exercendo um cargo comissionado;

Perguntado disse que a forma com a instituição procede aos pagamentos dos cargos de comissão ele entende como irregular. Disse perguntado que não era questão de aceitar esta situação, pois quando suspeitou de que alguma coisa pudesse não estar correta procurou a Divisão de Recursos Humanos e pediu esclarecimentos. Que lhe foi dito neste momento que havia uma resolução interna e que essa resolução estabelecia que os pagamentos fossem feitos dessa maneira, bem como, que desde 1994 esse procedimento foi estabelecido por esta resolução aprovada pelo Conselho de Administração;

Que quando procurou o Reitor para falar dessa irregularidade lhe foi dito pelo mesmo que não havia problemas pois estava regulamentado, aprovado pelo Tribunal de Contas as Contas da Universidade e que isso não constituía um problema como ele estava imaginando;

Que segundo informações que tinha na UEL e na UEM também havia esse problema e o Tribunal de Contas pressionou para mudar e que a UEPG permaneceu pagando dessa maneira;

Que pelas informações que tem cerca de 73 pessoas encontram-se nesta situação em cargos de comissão recebendo um básico e uma gratificação de representação, e que provavelmente vão bater no judiciário depois para impedir a redução salarial;

Disse ainda, que o Instituto do Funcionário Público diz que os cargos com em comissão são criados pelo chefe do executivo, e que as Universidade por deliberação própria criaram esses cargos, então no seu entendimento já constitui um fato a ser condenado pela Assembléia. Que cerca de 20% do orçamento da Universidade anualmente é gasta com essas funções gratificadas e vantagens salariais;

Sugeriu o depoente à Comissão que, principalmente, nos períodos eleitorais de 98 e 2002 fosse verificado se houve ou não aumento de funções gratificadas nesses períodos, porque há indicações que nesse período desenvolveram um aumento brutal de números de funções gratificadas, principalmente nos períodos eleitorais, o que seria traumático para a comunidade perceber que poderia estar acontecendo uma coisa dessas;

Também frisou que além dos cargos criados por um órgão interno da instituição, por exemplo, não sabe-se na Universidade quem são os assessores do Reitor, se ele tem um, dois, cinco, dez, vinte, ninguém sabe a quanto é limitado esse número, o que é um fato que precisa ser organizado para que haja transparência na instituição;

Quanto ao cálculo do TIDE perguntado pelo Sr. Presidente, o depoente respondeu que no caso dos cargos em comissão tem-se um problema que ele entende mais grave ainda: alguns servidores técnicos administrativos, como são indicados para esses cargos em comissão, a forma como a instituição paga eles é feita da seguinte forma: o vencimento básico do funcionário passa a ser no caso, por exemplo, dos cargos de CC5, que seriam os cargos na hierarquia com menores cargos em comissão. Esses cargos são pagos da seguinte forma: o vencimento básico do servidor passa a ser o de um professor associado. A Universidade usa o termo equivalente, mas no contra-cheque vem escrito “vencimento tanto”, que seria o vencimento de um professor associado em quarenta horas, depois vem escrito “dedicação exclusiva”. O valor da dedicação exclusiva é pago em separado e depois vem pago mais a gratificação de representação. Para se ter idéia do que isso significa, a função de um servidor técnico que tem o salário de mil, dois mil reais, quando assume um cargo desses passa para quase cinco mil reais, quatro mil e quinhentos reais;

Diz que o TIDE tem sido entendido como regime de trabalho e não como gratificação, e que por isso tudo incide sobre ele;

Sobre fiscalização do Tribunal de Contas, disse que várias vezes ouviu que eles estariam fiscalizando, mais que desconhece a forma de fiscalização realizada;

Disse que nunca tinha ouvido falar na existência de auditorias internas na Universidade, mais que em setembro/outubro de 2003 apareceu algo sobre isso;

Disse possuir um processo na justiça onde pede valores de gratificação enquanto a Universidade não publicar um ato oficial retirando esses valores, pois ela nunca publicou atos administrativos instituindo o pagamento de qualquer vantagem ou tirando;

Que o depoente faz parte de um grupo de oposição na Universidade ao atual Reitor, pois é o mesmo grupo político que comanda a Universidade há 32 anos;

Perguntado sobre a situação do Professor Laroca, disse o depoente que ele tem um período de 20 horas na UEPG e trabalha na Prefeitura exercendo pelo que sabe cargo de Secretário Municipal ou equivalente;

Também a Chefe do Núcleo Regional de Educação conta, a ser confirmado, com 20 horas na Universidade e mais o cargo no Núcleo.

Depoente – **SR. LUIZ VIEIRA CARNEIRO**

Perguntado sobre uma reunião da qual participou realizada com o vice-reitor Ítalo, em conjunto com o Sr. Maia, onde os mesmos propuseram a continuidade do pagamento do TIDE aos vigias e o que se discutiu nesse reunião, o depoente passou a discorrer sobre o assunto, informando o que segue:

Nesta reunião foi discutido amplamente o plano do TIDE e sobre algumas horas extras que não condiziam, e que estavam compensando a perda do TIDE com horas extraordinárias;

Não sabe dizer se quem autorizava era a própria chefia ou a reitoria, mais que estava vindo no pagamento de todos e eles queriam saber por que estava sendo pago aquilo, sendo pago praticamente a perda do TIDE, o valor era praticamente o mesmo;

Que o TIDE era duzentos e vinte e três reais;

Que foram mandadas umas folhas, folhas de frequência, em torno de um ano para trás, para que eles assinassem, isto foi no ano de 2003;

Perguntado pelo Sr. Relator disse que mandaram o equivalente a um ano de atraso para eles assinarem. Isso foi a frequência do mês inteiro trabalhado, mais alguns dias de horas extras. Disse, que na época tinha dias que ele tinha faltado naquele mês e naquela folha de frequência estava como se ele estivesse trabalhando e na folha de pagamento tinha sido descontado;

Disse que eles batiam um cartão ponto, e que aquela folha veio à parte e por isso eles resolveram marcar a reunião;

Disse que o professor Ítalo quando questionado sobre aquela folha disse que quem não assinasse iria Ter que devolver o dinheiro que eles tinham pago para eles. Porque ele fala que existe uma fita sobre isto, que ele fala assim, que ele sabia que era ilegal, mas ele estava compensando agindo assim. E que o depoente e os outros não concordavam com aquilo;

Que não se recordava o que o professor Ítalo falou sobre o Tribunal de Contas quanto àquele assunto;

Falou ainda, que lembra-se que ele falou que o Tribunal de Contas, assim, ele tinha que justificar para o tri-

bunal de contas aquilo que ele estava pagando, por isso ele estava fazendo essa folha de frequência;

Disse que tinha uma fita gravada sobre o assunto e que esta fita foi degravada em CD, bem como, que ele mesmo gravou a fita;

Em seguida o depoente confirmou ao Sr. Presidente que os termos utilizados pelo professor Ítalo com referência ao Tribunal de Contas era “**de que não precisava vocês se preocuparem porque estava tudo acertado como o Tribunal de Contas**”; (grifo nosso)

Confirmou que na mesma reunião com o Professor Ítalo foi orientado de que eles eram 60 para mentir para o Ministério Público;

Disse também que foram poucos os que assinaram essas folhas, e que gravou a fita somente porque o Reitor prometia coisas hoje e amanhã ele esquecia;

Perguntado pelo Deputado Nelson Tureck sobre a época das promessas do Reitor, afirmou que o Reitor sempre prometida na época de campanha, inclusive o TIDE ele prometeu não mexer no TIDE, que começou a ser pago na época do Meri, foi passado pelo conselho, aprovado pela PROJUR

Depoente – **SR. PEDRO LAZAC**

Perguntado sobre a Reunião referida pelo depoente Sr. Luiz Vieira Carneiro que tratou do TIDE, e de que se participou da mesma, passou a responder da seguinte forma:

Que participou da reunião, narrando que o Vice-Reitor atual prometia continuar pagando o TIDE para eles antes da eleição e depois continuar pagando por mais alguns meses. Aí cortaram o TIDE e deram tipo algumas horas-extras, que eles faziam. Eles deram para compensar esse TIDE, que tinha sido cortado. Só que eles acharam que veio menos;

Que por isso pediram para o Sindicato marcar uma Reunião. Nessa Reunião o Vice-Reitor falou, que ele estava fazendo o que ele podia, que era para eles assinarem uma folha de frequência, a qual a maioria dos vigias não aceitou assinar;

Que essa folha de frequência era atrasada, retroagindo há mais de uma ano.

Reunião da CPI de 13/05/2004

Acareação

Da transcrição de fitas gravadas durante a sessão da CPI de 13/05/2004 (Doc. 04), destacam-se os fatos a seguir narrados, conforme os depoimentos prestados durante a sessão de acareação entre os Srs. Darci Santos, Nadir Laidane e Gabriel Kravichychyn, como segue abaixo:

Depoentes – **SR. DARCI SANTOS, SR. NADIR LAIDANE e SR. GABRIEL KRAVICHYCHYN**

Dos depoimentos e acareação realizada entre os depoentes, com referência ao que lhes foi perguntado pelos Deputados Membros da CPI sobre desvios de

recursos da Seção de Receitas, pode-se extrair as seguintes informações:

Darci – Ratificou integralmente o seu depoimento anterior a CPI, dizendo que o dinheiro desviado era para custear cursos do Professor Merhy e Ítalo. Disse ainda que o Sr Gabriel falava para ele que o dinheiro era repassado para o pró-reitor. Reiterando quando perguntado pelo Sr. Relator que o Sr. Gabriel lhe dizia que repassava o dinheiro para o Professor Nadir para que fosse feito o pagamento desses cursos.

Gabriel – Com relação as afirmações do Sr. Darci, afirmou que algumas vezes, realmente, levou até o Professor Nadir um pacote que foi solicitado. Que neste ponto o Sr. Darci estaria falando a verdade.

Darci – Afirmou não se recordar por quanto tempo procedeu desta maneira. Que era feito o fechamento do caixa e repassava em torno de 5 mil reais por semana. Disse que esteve na função de repassador desde a gestão do Prof. Mehry, e que foi uns 4 anos ou 8 anos não se lembrando.

Darci – Disse que teve uma época também que eles falaram que esse dinheiro desviado era para custear uma despesa que o Prof. Merhy foi fazer nos Estados Unidos, pelo que lhe parece.

Nadir – Disse quando perguntado sobre as acusações do Sr. Darci, que com respeito aos valores passados para que fizesse frente aquele curso de mestrado que foi feito pelo Prof. Merhy e Prof. Ítalo, aquilo evidentemente ele levou como antecipação que não haveria prejuízo nenhum à Instituição.

Nadir – Perguntado disse não saber de onde vinha o esse dinheiro, que recebia esse dinheiro porque solicitou recursos ao chefe de divisão da viabilidade, se houvesse recursos para que ele pudesse fazer frente aqueles carnês do Prof. Ítalo e Prof. Mehry, e esses recursos chegavam a sua mão. Perguntado sobre o procedimento, por não ter sido contabilizado, pois era dinheiro público, disse que interpretava isso como empréstimo.

Nadir – Perguntado se esse dinheiro foi pago, devolvido, disse que sim, estava sendo reembolsado pelo Prof. Ítalo e Prof. Merhy. Que os valores foram reajustados e estão mensalmente sendo devolvidos à instituição, segundo lhe consta dados fornecidos pelo Prof. Merhy na semana passada. Eles estão devolvendo corrigidos para a Instituição. Que era esta a sua idéia, seria um empréstimo e futuramente seria devolvido como está sendo devolvido.

Nadir – Indagado pelo Sr. Relator que não era empréstimo de Banco era empréstimo da Universidade, disse que de fato era tirado de um lado e colocado no outro. Que não sabia como era feita a retirada do caixa.

Darci – Perguntado sobre o procedimento para retirada do dinheiro do caixa, disse que fazia adulterando a fita de caixa que ele tinha na época, e que fazia isto por ordem do Sr. Gabriel;

Gabriel – Sobre a informação do Sr. Darci de que ele dava ordens para adulteração do Caixa, disse que

jamais deu ordem para ele adulterar qualquer coisa. Inclusive achou muito estranho os depoimentos dele porque internamente na Universidade, cada depoimento dele ele conta uma história, disse que o Sr. Darci estaria mentindo.

Gabriel – Confirmou que algumas vezes foi buscar um pacote e entregava ao Prof. Nadir. Disse que quanto a qual a maneira que ele fazia isso ele não sabia. Para ele constava, como estava sabendo agora que era um empréstimo.

Darci – Disse que não poderia ser empréstimo pois se tratava de um órgão público, que o Sr. Gabriel disse para ele dar um jeito porque era preciso pagar os cursos dos professores Merhy e Ítalo.

Gabriel – Confirmou que recebia ordens do Prof. Nadir para que fosse buscar o pacote que estava grampeado. E que o pacote poderia ser até um tijolo.

Nadir – Perguntado como se deu esse pedido de empréstimo e de sua origem, disse que ele simplesmente foi contatado pelo Prof. Merhy da viabilidade de arrumar recursos para fazer o pagamento desses carnês. E conversando com o Gabriel, acharam esta viabilidade o possível pagamento como empréstimo e a restituição no futuro. Esse valor que ele recebia em mãos era especificamente o valor correspondente às mensalidades do Prof. Merhy e Prof. Ítalo, nem um centavo a mais e nem um centavo a menos. Que se alguém disse que ele recebia a mais ou o Sr. Gabriel não é verdade.

Nadir – Perguntado pelo Sr. Presidente sobre a licitude do empréstimo realizado aos professores, para que respondesse sim ou não, respondeu que não é lícito.

Darci – Voltando a sistemática utilizada para adulterar a ficha do caixa, disse que hoje fechava o caixa no final da tarde e no dia seguinte fazia uma nova fita descontando os valores que eles transferiam. Que não mudou o seu depoimento negando a afirmativa do Sr. Gabriel sobre isto.

Darci – Novamente quanto a duração deste esquema disse que foi na gestão do segundo mandato do Prof. Ítalo.

Darci – Indagado sobre a duração do mandato do curso ser menor que o tempo estimado da duração desses desvios, respondeu que repassava sempre para o seu chefe imediato o Sr. Gabriel e que eles comentaram na época também que eles tinham que pagar umas despesas que não poderiam ser empenhadas.

Darci – Perguntado afirmou que não recebia nenhuma parte deste dinheiro, que passava para eles.

Darci – Novamente reafirmou que passava o dinheiro integral para eles. E que toda vida repassava para o seu chefe o Sr. Gabriel.

Gabriel – Negou o que o Sr. Darci afirmou, mais na repregunta sobre se pegava o dinheiro feita pelo Sr. Presidente Mário Bradock, afirmou que algumas vezes pegava para pagamento das bolsas.

Gabriel – Perguntado disse que não lembrava exatamente por quanto tempo ele pegou o dinheiro, disse

ter tido problemas muito graves de saúde na sua vida, depois de um aneurisma cerebral ficava difícil ter uma memória, lembrar de uma coisa que nunca ia imaginar que ia acontecer.

Gabriel – O Sr. Presidente perguntou como ele lembrava que era para pagar o curso se ele não sabia o que tinha dentro do envelope. A isto disse: “Veja bem, o pedido do Senhor Nadir foi feito dessa forma. O professor Nadir, uma autoridade universitária, solicitava que eu fosse buscar e acabou, eu confiava plenamente nele, como ele em mim, relacionamento sem problemas, são vinte e cinco anos de Universidade, oito anos trabalhando juntos nessa área. O que é estranho aqui é o depoimento desse moço.”

Gabriel – Afirmando que o Sr. Darci estaria mentindo. Disse não saber que o Sr. Darci manuseava a fita que mascarava o resultado.

Gabriel – Disse quando perguntado sobre como é que vinha o dinheiro que ele pegava, disse que pegava o envelope e entregava para o Nadir, agora o que eles faziam ou deixavam de fazer ele não sabia.

Gabriel – Perguntado afirmou não saber se o pacote que ele pegava era contabilizado, ele só ia buscar o pacote a pedido do Prof. Nadir com o . Reafirmou que o Sr. Darci estaria mentindo sobre a participação dele Gabriel no caso.

Nadir – Perguntado sobre a possibilidade de ter havido um desvio maior do que o solicitado por ele, disse que recebia mensalmente os valores correspondentes aos cupons. Não tem lembrança do valor, não pode precisar. Mas era 400 e poucos reais cada mensalidade.

Darci – Novamente frisou ser Cinco mil reais por semana.

Darci – Perguntado diretamente pelo Sr. Nadir se entregava os Cinco Mil diretamente para ele, disse que esse dinheiro ele entregava para o seu chefe imediato, que era o Sr. Gabriel.

Nadir – Afirmando que uma vez por mês, quando ia vencer os carnês esse dinheiro era repassado para sua mão. Fora isso desconhece qualquer assunto. Disse estar mentindo quem fala em 3, 5 mil reais por semana, pois este valor não chegou a sua mão.

Nadir – Perguntado sobre quem mentia, disse que o Gabriel e o eram homem de sua confiança. Tinha boa fé com eles. Não pode julgá-los ou condená-los.

Darci – Novamente disse que entregava Cinco ou Seis mil reais por semana.

Gabriel – Novamente disse que entregava o envelope do Sr. Darci para o Prof. Laidane. E que não contava o dinheiro, pois não era coisa pessoal sua.

Darci – Disse que o Sr. Gabriel pegava o envelope, abria na sua frente, olhava, fechava, colocava no seu bolso e ia para a sala dele.

Gabriel – Disse que esse era o depoimento do e que a cada hora ele contava uma história.

Nadir – Disse que recebia um envelope fechado onde constava os valores correspondentes aos carnês que ele tinha que pagar. Fechado o envelope.

Darci – Disse novamente que adulterava as fitas fazendo uma fita nova. Fazendo uma autenticação aleatória. Sempre chegava sete horas para fazer esse tipo de serviço.

Darci – Disse quando perguntado se tinha algum colega de trabalho que sabia da adulteração, que tinha o Sr. Mauro. Ele sabia que fazia esse tipo de coisa. Ele era um funcionário que trabalhava na Seção de Receitas.

Darci - Perguntado do seu patrimônio disse Ter uma casa e um terreno, e nenhum veículo.

Nadir – Disse que a única e exclusiva função da conta PROAD 2134 era para suprir as despesas dos departamento que tinham despesas e não geravam receitas. E que esta era uma conta auxiliar da contabilidade.

Nadir – Perguntado reafirmou que recebia mensalmente um envelope, no vencimento dos carnês que ele recebia esse valor.

Darci - Novamente reafirmou que repassava semanalmente valores.

Gabriel – Perguntado disse não lembrar quantas vezes, mas acredita que era coisa mensal.

Gabriel – Disse que entregava o envelope grampeado, lacrado ao Sr. Nadir. E que evidentemente, imaginava que fosse dinheiro. Agora, disse que ele não iria abrir, contar, ver.

Darci – Perguntado disse, que a primeira fita, a fita substituída, ele jogava fora, queimava. E que não tem nenhuma guardada.

Darci – Perguntado disse que sabia que o dinheiro era repassado ao Sr. Nadir porque o Gabriel falava que iria repassar para ele. Semanalmente.

Darci - Perguntado se o Sr. Nadir sabia do desvio, respondeu que se ele estava recebendo.

Darci - Perguntado sobre ameaças, disse que o Sr. Gabriel dizia-lhe que era para ele fazer, pois se não fizer tem alguém que possa fazer.

Gabriel – Disse que era mentira que ameaçava o Sr. Darci.

Darci – Reafirmou que o Sr. Gabriel pediu que ele fizesse o que fez.

Gabriel – Disse ter entregado envelopes ao Sr. Nadir, e que nunca ameaçou o Sr. Darci. Que jamais mandou adulterar qualquer coisa.

Darci – Disse que seu chefe não estipulou valores, apenas pediu para ver o que podia fazer. E que isto dava cinco mil reais.

Darci – Reafirmou perguntado, que nunca ficou com nenhum dinheiro.

Darci – Perguntado disse que seu salário quando chefe da seção de receitas dava em torno de R\$ 1.500,00, hoje é R\$ 800,00.

Darci – Perguntado sobre uma contradição sobre possuir um veículo, disse que tinha um Corsa Sedan mais que foi vendido por falta de dinheiro. E que foi vendido a 1 ano e pouco.

Nadir – Perguntado respondeu que pegava esses valores como empréstimo.

Nadir – Novamente perguntado pelo Sr. Presidente sobre afirmação anterior dele de que era ilícito, que ele também disse que era ilícito este procedimento, respondeu o depoente que isto esta afirmação de que era ilícito estava certa.

Nadir – Disse quando perguntado se os Prof. Ítalo e Merhy sabia que era ilícito, respondeu que esta pergunta deveria ser feita a eles, e que ele fazia e executava sem má fé nenhuma. Que inicialmente lhe foi perguntado se haveria disponibilidade de arrumar recursos para fazer esses pagamentos, no começo.

Nadir – Perguntado pelo Sr. Presidente que se ele ratificava que o procedimento que foi feito na tesouraria era lícito ou ilícito? Disse o depoente que **“Deputado, me permita eu não responder esta pergunta”**.(grifo nosso)

Reunião da CPI de 24/05/2004

Acareação

Da transcrição de fitas gravadas durante a sessão da CPI de 24/05/2004 (Doc. 05), destacam-se os fatos a seguir narrados, conforme os depoimentos prestados durante a sessão de acareação entre os Srs. Santos, Nadir Laidane, Gabriel Kravichychyn, Ítalo Sérgio Grande e Roberto Frederico Merhy, como segue abaixo:

Depoentes – **SR. DARCI SANTOS, SR. NADIR LAIDANE, SR. GABRIEL KRAVCHYCHYN, ÍTALO SÉRGIO GRANDE E ROBERTO FREDERICO MERHY**

Dos depoimentos e acareação realizada entre os depoentes, com referência ao que lhes foi perguntado pelos Deputados Membros da CPI sobre desvios de recursos da Seção de Receitas, pode-se extrair as seguintes informações:

Darci - Perguntado pelo Sr. Relator sobre se ratificava o seu depoimento de 13/05/2004, respondeu que ratifica;

Darci – Ratificou que adulteraram a fita de caixa para fazer desvios. Disse ainda, que os valores iam para o Sr. Gabriel, e que este repassava para o Sr. Nadir Laidane. Que as importâncias eram semanais. Disse não saber se os Prof. Ítalo e Merhy sabiam de onde vinha o dinheiro.

Nadir – Perguntado sobre o dinheiro, que consultado foi dito que era possível arrumar recursos para pagamento dos carnês do Professor Ítalo e do Professor Merhy, que ele fazia uma vez por mês o valor específico correspondente aos dois; Disse que não podia precisar de quanto era esse valor, mas achava que era quatrocentos, quatrocentos e poucos reais cada cupom.

Darci – Perguntado pelo Sr. Relator de quanto era o valor que ele repassava em média por semana, respondeu que no pacote ele colocava em média de quatro a cinco mil reais, entregando para o Sr. Gabriel Inácio.

Gabriel – Não confirmou as afirmações do Sr. Darci sobre a entrega do dinheiro, disse que algumas vezes, poucas vezes levou o pacote lacrado ao Professor Nadir. Repetiu que não mais que meia dúzia de vezes, entregou envelope lacrado ao professor Nadir.

Darci – Confirmando as declarações anteriores, disse que entrega semanalmente os valores. Não se recordando do período, que foi na gestão do Prof. Merhy e da Professora Leite.

Merhy – Perguntado pelo Sr. Relator sobre o que tinha a dizer sobre isso, respondeu que desconhece todo e qualquer fato de que estão falando.

Merhy – Perguntado sobre quem pagou o seu mestrado, disse ter sido a Universidade Estadual de Ponta Grossa, até onde ele sabia, sendo 20 parcelas de R\$ 451,30; Ainda, perguntado sobre se ele achava isto justo, respondeu ser justo, lícito porque nunca determinou que nada ilegal fosse feito.

Merhy – Perguntado sobre de onde imaginava que vinha o dinheiro, disse que repassou os carnês para o Prof. Nadir e a ordem foi dada. Disse que a expectativa era que isso aqui, sempre todas as suas ordens foram lícitas, legais e nunca admitiu que nada ilícito fosse feito.

Merhy – Novamente inquirido pelo Sr. Relator de onde vinha o dinheiro então, que ele devia saber de onde, disse que não, que ele não sabia de onde. Que não tinha conhecimento que essa operação era ilícita. Repetiu novamente que até onde sabia quem pagava o seu carnê era a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Merhy – Perguntado pelo Sr. Relator sobre se simplesmente pagavam o seu carnê, disse que até onde sabia e que até onde se esperava, era da mesma maneira com que a Universidade ajudava a todos aqueles professores que faziam os seus cursos de mestrado e doutorado e que solicitavam ajuda à instituição.

Merhy – Perguntado pelo Sr. Presidente se ambos, Ítalo e Merhy eram engenheiros civis, disse que sim, respondendo ainda sobre qual o curso de mestrado fizeram que foi de Economia Industrial. Complementando que o referido curso tem tudo a ver como cargo que ele ocupava na instituição, uma vez que a sua dissertação foi sobre “Fatores Determinantes de Competitividade das Universidades Estaduais do Paraná”. Ele como Reitor de Universidade, entendeu que deveria desenvolver um trabalho que pudesse ser útil para que o ensino superior do Paraná, principalmente para que as Universidades Públicas Estaduais pudessem aproveitar.

Ítalo – Respondendo a indagação do Sr. Presidente sobre se primeiro fez o curso de mestrado em economia, respondeu que sim, fez o curso até porque o curso permitia a inserção não só do economista, mas de toda área de abrangência. Tiveram nesse curso economistas, administradores, contabilistas, engenheiros. Perguntado ainda, se pagos pela universidade também, disse que alguns com liberação, que é uma possibilidade de inclusive concessão.

Nadir – Perguntado pelo Sr. Relator se existiam outros que recebiam essa bolsa, disse que sim, que não podia precisar quanto, e que quanto a dinheiro, isso é a isenção que era solicitada e era dada. Afirmou que o Curso do Prof. Merhy e Ítalo foram na própria Universidade de Ponta Grossa.

Darci – Perguntado sobre a existência de uma gravação feita por ele de uma conversa sua com o Sr. Gabriel entregue à Comissão de Sindicância da UEPG, respondeu que entregou tal gravação. Disse que nessa gravação, embora de má qualidade, ele falava no diálogo estar entregando dinheiro para o Sr. Gabriel, e que perguntou ao Sr. Gabriel se não teria preocupação nenhuma que ele falou que não, que não era para se preocupar. Disse que em outra parte da gravação o Sr. Gabriel se espanta do valor que ele estaria dando para ele.

Darci – Indagado pelo Sr. Presidente do teor da gravação quanto a nomes que aparecem na fita, e valores, uma vez que a CPI estava de posse de cópia da mesma, e após ter sido a referida fita reproduzida durante a sessão, sendo ouvida por todos os presentes, confirmou que esta foi a fita gravada por ele referente a uma conversa com o Sr. Gabriel. Confirmou que os quatro mil reais referidos na fita ele estava repassando ao Sr. Gabriel. Indagado ainda, sobre doze mil que ele estaria falando na fita, depositados em uma conta de uma pessoa possivelmente do sexo feminino, e que conta seria essa, ele diz que não se recorda disso. Afirmou que na hora dessa gravação só estava ele e o Sr. Gabriel, que achava que estavam na sala deles, não sabe muito bem, que estavam só os dois, e que passava carro perto.

Darci – Perguntado disse ter feito a gravação para se resguardar, não conseguindo lembrar do dia da gravação e do local. Inquirido pelo Sr. Presidente quanto à importância da fita para ele, já que a gravou para se resguardar, e por isso ele não poderia esquecer quando gravou, onde gravou e das circunstâncias e do seu teor, respondeu que se passou muito tempo e ele não se lembrava da época e local. Sobre a conversa, novamente inquirido, disse que a gravação foi de conversa com o Sr. Gabriel, que utilizou um gravador que ele tinha, que o gravador estava em seu bolso na hora, e que fez a gravação para se preservar, para se resguardar para um eventual, para isto, porque pelo que o Sr. Gabriel está dizendo, que ele estava mentindo no que ele está falando.

Gabriel – Perguntado sobre se reconhecia a conversa gravada e a sua voz na fita, disse que não sabia quando aquela gravação foi feita, e que não sabia se era sua voz.

Darci – Perguntado pelo Sr. Relator do seu depoimento na Universidade, na sindicância, onde ele (Darci) confirmou que recebia às vezes do Sr. Gabriel em torno de 20, 30% de Comissão, disse o depoente que Sim, sim, o Sr. Gabriel lhe repassava depois. Que não adiantava ficar negando, falar que não recebia dele. Ele lhe repassava.

Darci – Perguntado pelo Sr. Relator, que ressaltou que para ficar claro que na semana passada o Sr. não admitiu ter recebido recursos e agora ele está confirmando que recebia comissão, confirmou o depoente que era exatamente isso.

Gabriel – Perguntado pelo Sr. Relator disse não ser verdade que recebia valores e repassava 20, 30% de comissão ao Sr. Darci, repetindo que o Sr. Darci não estava falando a verdade, colocando a apresentação do Senhores deputados documentos que comprovam, que o Darci ganhando pelo que ele disse da outra vez 1.700 reais, que ele disse que ele ganhava bruto, como ele tem a residência que ele mora, se é dele, ele não sabe, mais quis apresentar para os Deputados, inclusive a propaganda no jornal de venda de imóvel.

Gabriel – Perguntado sobre seu patrimônio afirmou estar entregando suas declarações de renda e certidão de dois cartórios de Ponta Grossa de registro de imóveis, que provam que ele nunca teve imóvel nenhum.

Darci – Disse possuir uma casa de 96 metros quadrados, e que a casa estava quitada, e ainda estava pagando o terreno;

Darci – Perguntado quanto ao valor dos 30% que recebia do Sr. Gabriel, respondeu que repassava ao Sr. Gabriel 4 a 5 mil reais por semana, e recebia talvez 20%, confirmando em seguida que pelo cálculo recebia cerca de 3 mil e poucos reais por mês. Disse que somente ele recebia comissão, e que nenhum outro colega recebia. Que o pacto era só entre ele e o Gabriel.

Darci – Confirmou que ele adulterava a fita, dava o dinheiro para o Gabriel, e este levava para o Sr. Nadir Laidane.

Darci – Perguntado disse que as mensalidades pagas pelo Prof. Laidane foram o que ocasionou tudo, as outras eles falaram que era para algumas despesas que não poderiam ser empenhadas. Tipo, uma época ele pediu o dinheiro, que parece que um professor ia viajar para os Estados Unidos e esse dinheiro ele queria comprar dólares também.

Merhy – Perguntado sobre se viajou para os Estados Unidos, respondeu que durante os oito anos de gestão, fez se não se enganava cinco viagens para fora do país. Na primeira gestão foi uma vez para os Estados Unidos, uma vez a Europa. Na Segunda Gestão foi uma vez para os Estados Unidos, uma vez para a Europa e uma vez à Bolívia. Que em nenhuma das ocasiões levou nenhum outro numerário que não fosse solicitado. Pediu o numerário à Pró-Reitoria de Administração. E que estava deixando claro, não ao Prof. Nadir mas ao Pró-Reitor de Administração, que com base nas diárias legais e internacionais que o Estado permitia em números de dias que ficasse no exterior, que providenciasse o numerário necessário para a sua viagem. Esse numerário lhe era entregue, o dinheiro era trocado no Banco do Brasil formalmente, de acordo com todas as normas da Instituição. Jamais pegou um único centavo, em temos de dólar provenientes de alguma outra fonte. E pelo que saiba, ele

recebia tudo da Pró-Reitoria de Administração de forma absolutamente legal.

Gabriel – Perguntado novamente se reconhecia sua voz na fita gravada pelo Darci, disse não ter conseguido entender a voz de quem está aí nem a sua e nem de outros.

Ítalo – Perguntado disse que foi Reitor de 1º de setembro de 1994 a 1º de setembro de 1998, na primeira vez e depois de 98 a 2002, da Segunda vez. Disse que nunca desconfiou ou foi alertado por ninguém sobre as irregularidades citadas, que tinham uma auditoria permanente e uma fiscalização freqüente, em período de três a quatro meses, do Tribunal de Contas do Estado e jamais lhe foi comunicado. As contas da Universidade forma todas aprovadas, não existindo nenhum indício que indicasse a necessidade de uma auditoria na Universidade.

Merhy – Perguntado se na campanha à reeleição recebeu algum valor de doação do Sr. Gabriel disse que não acompanhavam os nomes de quem contribuía, e que tinham um comitê de campanha que controlava isto, disse que o responsável pela arrecadação na primeira campanha foi o Prof. Carlos Henrique Frank e na Segunda campanha foi o Prof. Paulo Roberto Godoy.

Gabriel – Perguntado sobre se tinha contribuído para a campanha do Sr. Merhy, disse que não lhe solicitaram nada.

Darci – Perguntado disse que do professor Merhy nunca tinham solicitado dinheiro para reforço destinado à campanha.

Darci – Disse que o que lhe foi dito pelo Sr. Gabriel, se ele nega ele não pode dizer nada, pois seria sua palavra contra a dele. Disse que foi procurado em sua residência pelo Sr. Gabriel quando foi instalada a Comissão de Inquérito das Universidades, que lhe pediu para assumir todo o processo, que seria viável uma pessoa só assumir essa responsabilidade, do que envolver muitas pessoas. Disse ter o Sr. Gabriel lhe prometido arrumar um outro tipo de serviço em qualquer outro lugar, essa foi a sua proposta.

Darci – Perguntado disse que pela proposta deveria encobrir o Sr. Gabriel e o Pró-Reitor o Sr. Nadir. Que a proposta foi do Sr. Gabriel.

Merhy – Perguntado pelo Sr. Relator sobre se teria solicitado recursos para o curso do Prof. Ítalo Grande, respondeu, confirmando seus depoimentos nos processos administrativos internos da Universidade, que quando começou o curso de mestrado foi procurado pelo Prof. Ítalo Grande, perguntando se a Universidade não poderia arcar com as despesas do seu mestrado, com o pagamento da prestação, auxiliá-lo, uma vez que ele não teria condições de cursar o mestrado nestas circunstâncias. Disse que isso não é um pedido estranho. É um pedido absolutamente normal dentro da Universidade. Consultou o então Pró-Reitor Nadir Laidane, como o fazia sempre que assuntos envolviam recursos financeiros da Universidade. Disse sempre ter consultado o Prof. Nadir a respeito da possibilidade e disponibilidade de recursos

para pagamentos disto ou daquilo, porque por delegação era o Prof. Nadir que cuidava de toda esta parte. Alguns dias depois o Prof. Nadir lhe retornou, dizendo que havia possibilidade do pagamento, da instituição Universidade Estadual de Ponta Grossa para pagar este mestrado. E o valor era de R\$ 450,00.

Nadir – Perguntado pelo Sr. Presidente sobre se os valores retirados mensalmente para pagamento dos carnês alguma vez constaram citados no demonstrativo do Balanço da Universidade ou na prestação de contas, disse que em primeiro lugar ele não retirava dos cofres parte nenhuma destes recursos que havia solicitado. E que desconhece completamente de onde eram retirados, porque quando ele solicitou a viabilidade ele tinha confiança total e absoluta no pessoal que trabalhava com ele. Que ele não procurou saber de onde vinha este dinheiro, estes valores chegavam à sua mão, uma vez por mês, onde ele resgatava os dois carnês do Prof. Ítalo e Prof. Merhy, no valor de R\$ 450,00, como o Prof. Ítalo afirmava. Fora isto, absolutamente, repetiu, que ele nunca passou um centavo para quem quer que seja e nunca recebeu.

Nadir – Perguntado disse que quem lhe passava este dinheiro para pagar os carnês era o Sr. Gabriel, e que não se lembrava se vinha num envelope lacrado, e que se o Sr. Gabriel diz que vinha, vinha.

Nadir - Perguntado se ele abria o envelope e estava lá os R\$ 450,00, disse que sim.

Darci – Novamente confirmou, quando perguntado de que de 4 ou 5 mil por semana desviados recebia 20%, que davam em torno de R\$ 700, 800; E que não era toda semana que recebia esta comissão.

Nadir – Confrontado pelo Sr. Presidente com a afirmação do seu depoimento anterior de que o fato que praticava pagando os carnês daquela forma não era lícito, disse que na sessão anterior disse que o fato não era lícito, mas que se enganou redondamente, porque se não houve má fé, não houve interesse nenhum em roubar ou dar prejuízos para a instituição, principalmente a instituição na qual estava trabalhando há dez, doze, quinze horas por dia não havia necessidade de roubar coisíssima nenhuma, porque se foi emprestado dinheiro, porque está sendo devolvido e corrigido pelo Prof. Ítalo e pelo Prof. Merhy, ele não vê porque no lícito ou ilícito. Ele acha que houve uma irregularidade. Por isso pediu, que quer que conste que o que ele falou não é lícito, se enganou. É irregular, no seu ponto de vista.

Nadir - Perguntado pelo Sr. Relator se algum aluno ou alguém com menos poder aquisitivo da sociedade, algum dia, abordou o depoente na possibilidade de ter o mesmo tratamento do Reitor e do Pró-Reitor, disse que nunca, ele jamais permitiria isto. Completando então o Sr. Relator Neivo Beraldin com a conclusão de que ele permitiu para o Reitor e para o Pró-Reitor.

Darci – Perguntado novamente confirmou que passou os recursos desviados para o Sr. Gabriel Inácio. E que os valores eram em torno de 4, 5 mil.

Ítalo – Perguntado pelo Sr. Relator se sabia que a quitação do seu carnê era proveniente de um empréstimo, disse que absolutamente, em nenhum momento pediu empréstimo para a Universidade. E nem outro benefício.

Ítalo – Perguntado disse que sabia que a Universidade estava pagando o curso de mestrado, esclarecendo que foi um curso de mestrado, um convênio entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Universidade Federal de Santa Catarina.

Nadir - Perguntado frente as alegações do Prof. Ítalo sobre a sua afirmação de que se tratava de um empréstimo, e se não estava faltando com a verdade, disse que absolutamente, deputado, não faltei com a verdade, isto é interpretação sua. Perguntado novamente sobre sua afirmação de que eles abriram um empréstimo e que eles estavam devolvendo o dinheiro, disse que ele entendia como empréstimo, como ficou gravado na sessão anterior.

Ítalo – Esclarecendo sobre as investigações do desvio no setor de receitas, disse que no dia 28 de junho passado, o pró-reitor de assuntos administrativos, o professor Carlos Luciano Santana Vargas, notando alguma estranheza nas contas da Universidade, entrou em contato com ele Prof. Ítalo. E lembra que era dia 28 de junho porque naquele mesmo dia estava tendo o FENATA na Universidade, e aproveitaram a noite, ainda, para ir ao FENATA e repassar isto ao Reitor, Professor Paulo Roberto Godói. Imediatamente, instauraram – iria ser uma sindicância, mas pelas evidências que já existiam, de desvio, já foi instaurado um processo administrativo. Neste processo administrativo, e aí entra o valor de 62 mil, e este foi o primeiro valor verificado, durante a gestão, a atual gestão, do dia 1º de setembro de 2002 até o dia 28 de junho de 2003. Por isto é que são este 62 mil. Na verdade, este valor é maior. Não sabe-se precisar quanto, porque a comissão processante está trabalhando, recolheu inúmeros documentos. E foi pedido ao Ministério Público, eles não conseguiram fazer a degravação, não veio ainda. E ainda não foi nomeado o perito para analisar toda a documentação. Ainda na semana passada o reitor este em Curitiba conversando com o Dr. Sérgio Botto de Lacerda, que é o Procurador Geral do Estado, no sentido de que seja nomeado um perito.

Ítalo – Perguntado pelo Sr. Relator de informação do Pró-Reitor Luciano Vargas que admitiu num programa de rádio que o rombo pode chegar a oitocentos mil reais, disse não ter idéia formada sobre isto, pois a comissão ainda está trabalhando, mais com certeza é muito mais do que sessenta e dois mil, não tendo dúvidas sobre isto. Que o doutor Sérgio Boto de Lacerda já determinou à Secretaria de Fazenda que nomeie um perito para que então possa ser feita a peritagem desses documentos e que se chegue realmente ao valor que foi desviado dos cofres da Universidade. Disse ainda, que na época em

que se realizaram os mestrados ele não fazia parte da administração da Universidade, que foram os anos de 99 e 2000; Disse que há época era diretor de um setor, setor de Ciências Agrária e Tecnologia.

Ítalo – Perguntado se mesmo não fazendo parte da administração foi contemplado com o curso de pós-graduação, disse que foi atendido com o curso de pós-graduação sim. Completou ainda, perguntado sobre a existência de outros beneficiários, disse que tinha documentos de servidores, por exemplo, que fizeram cursos que foram custados pela Universidade de uma maneira absolutamente normal e contabilizada, quando ele só estranha porque que isso não foi contabilizado.

Ítalo – Complementando suas informações disse que dos depoimentos do Sr. Darci sobre pagamento dos Cursos de Pós-graduação com dinheiro desviado, saiu outro processo, um processo a que responde junto com o Prof. Merhy. Sendo que a Comissão processante sugeriu a devolução do dinheiro, por um único motivo, porque a autoridade que naquela época tinha autorizado o pagamento, tinha poder para tanto, que era o Senhor Reitor, ou a quem ele delegasse, , no entanto, o processo não tinha passado pelo Conselho de Administração. Atualmente como Vice-Presidente do Conselho de Administração, pois hoje é Vice Reitor da Universidade, achou que deveria respeitar a decisão da Comissão da Universidade. Então, os mestrados aconteceram nos anos de 99 e de 2000, os desvios de recursos, que já foram verificados, a própria comissão já verificou que isso acontecia antes de 1999 e após 2000. Portanto, colocar-se como motivo do desvio de recursos com o pagamento do curso de mestrado é no mínimo uma afronta à inteligência das pessoas. Disse ainda, que quis fazer essa demonstração e colocar no tempo como as coisas realmente aconteceram, e se de acordo com o depoimento do próprio servidor isso aconteceu em todas as duas gestões do Reitor Merhy, que seria desde 94, e se esse valor era de cinco mil reais por semana, na verdade isso aí daria vinte mil reais por mês, um milhão, novecentos e vinte mil reais em oito anos; e esses mestrados, se foram pagos só aos dois dessa maneira, custaram dezoito mil reais. Onde estão os outros um milhão e novecentos mil reais. Fez a conta de acordo com as declarações de cinco mil por semana.

Ítalo – Perguntado pelo Sr. Presidente sobre quem tinha poder para autorizar o pagamento dos cursos e de despesas, disse que era o Professor Nadir Laidane, e que ele tinha autonomia para autorizar.

Nadir – Perguntado pelo Sr. Presidente de como funcionava a conta PROAD 2134, respondeu que esta conta fazia parte de um programa de controle interno chamado HÉRCULES, que os recursos que compõem essa conta são só de receitas da própria Universidade. Todas as tomadas de preços, licitações são jogadas a débito dessa conta.

Nadir – Perguntado pelo Sr. Relator se por exemplo o setor de odontologia, vamos dizer tenha recebido R\$ 50,00. Esses cinquenta reais sumira. Aí

pega-se o dinheiro da PROAD 2134 e coloca-se na conta para suprir esse sumiço. Tem lógica? Respondeu: “quer dizer, ela entrou na Tesouraria, não entro no caixa, sumiu”, Completou o Sr. Relator – “Vamos trabalhar nessa hipótese. Quem poderia socorrer essa ausência desses R\$ 50,00 teria que ser a PROAD. Fazia uma remessa para a outra conta Não é isso?” – Respondeu: “Deputado, pode. Quem podia suprir essa falha era a conta 2134”.

Merhy – Perguntado pelo Deputado Plauto Miró sobre se sabia quando pediu o pagamento do seu mestrado que era um ato ilegal, respondeu que não, nunca pediu pagamento de qualquer coisa que fosse, de qualquer natureza, para ninguém e nunca determinou ou fez nada de maneira ilegal na Universidade. Nem ao Professor Nadir, nem ao Gabriel, nem ao Darci e nem a ninguém.

Merhy – Perguntado sobre porque estaria devolvendo esses valores corrigidos hoje, respondeu que isso foi o resultado do término de um processo administrativo da Universidade, que entendeu não quanto a erro de mérito, mais que houve erro de forma, a partir do instante em que não houve consulta ao Conselho de Administração da Universidade – aquilo que o Professor Ítalo explicou agora a pouco. E por essa razão a Comissão sugeriu ao Reitor que nós deveríamos devolver o dinheiro devidamente corrigido, o que estamos fazendo.

Ítalo – Perguntado pelo Deputado Plauto Miró de qual foi o período que foi pago o mestrado, respondeu que nos anos de 99 e de 2000. Que foram vinte prestações nesses dois anos, de quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta centavos. Disse ainda, que para tudo isso existe previsão no Estatuto da Universidade, pode ser feito de maneira legal, sim. Cada mestrado totalizando R\$ 9.000,00 cada um.

Darci – Perguntado pelo Deputado Plauto Miró sobre o tempo em que esteve no cargo na seção de receitas e o período em que entregou os envelopes, disse que esteve 8 anos a frente nesse cargo na seção de receitas, mais que anteriormente já estava na Tesouraria. Perguntado ainda, sobre onde estaria a diferença entre o desviado de aproximadamente R\$ 1.910.000,00 e o que foi pago dos cursos aos professores, disse que é uma boa pergunta, e que todo o dinheiro ele retirava e repassava, ele entregava para o Sr. Gabriel.

Ítalo – Perguntado sobre qual sua função atual na Universidade, disse que hoje é Vice-Reitor, desde o dia 01 de setembro de 2002, que sua remuneração é em torno de R\$ 6.000,00.

Ítalo – Perguntado se algum dia falou com o Sr. Darci, ou com o Sr. Gabriel para que viabilizassem recursos para alguma questão, disse nunca. Nunca conversou nem com o Sr. Darci, nem com o Sr. Gabriel, e nem com o Professor Nadir Laidane, nunca fez isso. Disse que somente após 28 de junho do ano passado, depois do verificado pelo Pró-Reitor de assuntos administrativos, é que

montaram uma comissão para poder averiguar essa questão do desvio de recursos.

Ítalo – Perguntado sobre quem tinha poder para autorizar operação de transferência de recurso da conta 2134 para outros órgãos da instituição, respondeu que hoje, como vice-reitor sabe que o responsável por isto é o pró-reitor de administração. Mas, à época, ele não tinha conhecimento de quem deveria gerir esta conta na Universidade. Hoje sabe que quem tem poderes para fazer esta transferência é o pró-reitor de administração.

Ítalo – Perguntado pelo Sr. Relator sobre qual o montante desviado, respondeu que sabia precisar que do dia 1º de setembro de 2002 até o dia 28 de junho de 2003, quando foi descoberto o problema, foram cerca de 62 mil reais. Afirmou que este valor é maior, só não sabe o quanto é maior, até porque a comissão processante está trabalhando e, como já tinha falado, vai existir uma peritagem em cima da documentação para determinar exatamente quanto é este valor.

Ítalo – Perguntado afirmou nunca ter recebido nenhum centavo desviado da seção de receitas da Universidade.

Ítalo – Perguntado pelo Sr. Presidente sobre qual o erro de forma existente no processo de pagamento dos cursos de pós-graduação cursados pelos depoentes, disse que o erro de forma é que a solicitação foi feita ao Sr. Reitor e, essa solicitação deveria ter sido colocada para o Conselho de Administração. Disse ainda, que essa solicitação não foi feita por escrito, mas verbalmente, pois conversou com o Prof. Merhy Reitor da Instituição e solicitou ajuda para o pagamento do seu curso.

Ítalo – Perguntado pelo Sr. Presidente sobre porque não foi feito por escrito já que seria um negócio transparente, aberto, disse o depoente que num órgão oficial tem que ser tudo por escrito, até para se ausentar tem que ser por escrito, e por não ter sido feito por escrito é que estava devolvendo os recursos.

Ítalo – Perguntado pelo Sr. Presidente de que ele não teria devolvido o dinheiro se não fosse a condenação da sindicância, que espontaneamente não devolveria o dinheiro se não tivesse sido repreendido pela Comissão de Sindicância, disse que é óbvio que ele não iria fazer isso tendo em vista que não entendeu em momento algum que isso foi ilícito.

Darci – Perguntado novamente pelo Deputado Plauto Miró sobre onde estariam os recursos excedentes aos valores dos cursos pagos, disse que como já tinha falado, esses recursos ele repassava por envelope para o seu chefe imediato que era o Sr. Gabriel.

Gabriel – Perguntado pelo Sr. Presidente sobre onde está o restante, disse que poucas vezes levou envelope lacrado para o Prof. Nadir. Que após o depoimento da CPI anterior, os valores de 900 e poucos reais, por mês, algumas vezes, não muitas lembra de vezes que entregou o envelope lacrado. Pelo volume, até quer crer que fosse isso aí mesmo. Cerca de 450 e poucos, 900 reais, mais que isso ele disse que não sabe.

Nadir – Perguntado, disse uma vez por mês, para fazer frente aos valores dos dois cursos de mestrado do professor Merhy e do Professor Ítalo, uma vez por mês, valor específico dos carnês.

Nadir – Perguntado pelo Sr. Presidente sobre porque o dinheiro era repassado num envelope lacrado e não às claras, abertamente, respondeu que não sabia, chegava à sua mão e ele efetuava o resgate.

Gabriel – Perguntado pelo Deputado Artagão Júnior sobre o número de vezes que recebeu o envelope com dinheiro para repassar ao Prof. Laidane, disse que poucas vezes, que não lembra quantas vezes e que não foram muitas. Não sabe precisar. Disse reperguntado que poucas vezes era uma vez por mês, quantas vezes, por nada desse mundo ele teria como lembrar. Insistindo na pergunta o deputado, disse o depoente que acredita que de seis a dez vezes, que não podia precisar quantas. Que estava fazendo apenas um favor e não sabia que dentro daquilo, na época, tinha dinheiro. Só ficou sabendo que tinha dinheiro, aqui. Que estava fazendo um favor de levar um envelope lacrado de uma pessoa para outra.

Gabriel – Perguntado pelo Deputado Artagão Júnior sobre se o depoente nunca perguntou para o servidor, por que ele não levava direto o envelope, respondeu que era um envelope lacrado para ser entregue, para o pró-reitor de assuntos administrativos. Que nunca chegou a questioná-lo com relação ao que teria dentro daquele envelope, de forma alguma.

Gabriel – Perguntado sobre se confiava no Servidor, disse que ele era de plena confiança, e que era um bom profissional.

Gabriel – Perguntado, disse que confiava plenamente, e que hoje não confia mais, que o Sr. Darci é um mentiroso.

Gabriel – Perguntado pelo Deputado Artagão sobre se ele não tinha interesse em saber o que tinha dentro do envelope, disse que confiava plenamente no Sr. Darci e no Prof. Nadir, e que trabalhava num regime de confiança.

Nadir – Perguntado pelo Sr. Relator se o envelope era aberto ou fechado, disse que já faziam 4 anos, e não lembra se vinha aberto ou fechado, que não podia se lembrar disso, não é possível. Mas que recebia o valor específico, correspondente aos dois carnês que eram do Reitor Merhy e do Pró-Reitor Ítalo Sérgio Grande.

Ítalo – Perguntado pelo Sr. Presidente sobre a necessidade do pedido de pagamento dos cursos ser feita por escrito, respondeu que em vários casos não necessita, um pedido verbal já é o suficiente, citando alguns exemplos. O que foi questionado pelo Sr. Presidente, notadamente frente à necessidade de registro dos atos de aprovação e de participação dos candidatos em curso, para ficar tudo comprovado e registrado por escrito, para evitar irregularidades.

Nadir – Perguntado pelo Sr. Relator sobre o seu diálogo com o Sr. Gabriel para que ele viabilizasse recursos para as despesas dos cursos, respondeu que solicitou ao

Gabriel da viabilidade de arrumar recursos para fazer frente ao Curso de Mestrado do Professor Merhy e Prof. Ítalo. Que uns 3 dias depois o Sr. Gabriel disse que havia viabilidade e iniciou-se. Que a maneira de como seria viabilizados os recursos não lhe foi contada, pois era uma pessoa da sua confiança, todo dia estava com ele. Disse que pode ser que o Gabriel tenha esquecido disto pois teve aneurisma, não está defendendo ninguém, pode ter esquecido.

Gabriel – perguntado pelo Sr. Relator sobre qual a providência que ele tomou para viabilizar os recursos solicitados pelo Prof. Nadir, respondeu que a sua responsabilidade era entregar o envelope, que os depósitos eram feitos pelo Sr. Darci e que ele não pediu nada para o Sr. Darci. Que o Pró-Reitor pedia a entrega do envelope.

Darci – Respondendo ao Sr. Presidente confirmou que quem pediu para disponibilizar os recursos foi o Sr. Gabriel Inácio.

Gabriel – Perguntado pelo Sr. Presidente se o Sr. Nadir estaria mentindo, disse que não estava dizendo isso, que estava dizendo que não lembra de Ter tido esse tipo de proposta. Mais uma vez perguntado disse que achava que o Prof. Nadir estaria equivocado com isso;

Darci – Disse que entregava o envelope lacrado para o Sr. Gabriel. Que tinha cerca de 4 ou 5 mil reais. Perguntado sobre como o Gabriel fazia para pagar a sua comissão disse que ele ia para a sala dele, e depois trazia.

Reunião da CPI de 18/10/2004

Depoimentos

Da transcrição de fitas gravadas durante a sessão da CPI de 18/10/2004 (Doc. 12), destacam-se os fatos a seguir narrados, conforme os depoimentos prestados, como segue abaixo:

Depoente – SR. EUCLIDES VALENTIM

Perguntado pelo Sr. Presidente, sobre suas atividades na Universidade de Ponta Grossa e sobre as rotinas desenvolvidas, pronunciou-se o depoente da seguinte forma:

Que trabalhou na Universidade desde 1989, no departamento de Agronomia, que em 92 foi para a financeira, e trabalhou ainda na seção de processamento, e por motivo de rodízio em 97 foi trabalhar na seção de receitas;

Perguntado pelo Sr. Presidente se através de documentos era possível a ele ficar sabendo de irregularidades na seção de receitas, respondeu que não. Pois ele, segundo suas palavras, trabalhava no caixa, e tudo o que pegava vinha autenticado;

Que havia uma só máquina autenticadora, e que seus superiores eram o Sr. Darci, e acima dele o Sr. Gabriel;

Perguntado sobre que medidas foram tomadas após a descoberta das irregularidades na seção de receitas, respondeu que agora a fita quando encerra o outro caixa é assinada, antigamente não era assim. É assinada pelo caixa que operou aquele dia e pelo chefe de seção;

Perguntado esclareceu que a fita em que ele trabalhava no caixa não era vista por ninguém antes destes fatos;

Perguntado pelo Sr. Presidente sobre se poderia ser feita uma outra fita, respondeu que achava que sim, pois não assinavam;

Perguntado sobre se trabalhava sozinho, esclareceu o depoente que não, o caixa no centro funcionava em três horários: das 08 h às 12 h; das 14h às 18h, das 18h às 22h. Então, quem cuidava do caixa pela manhã era uma pessoa, à tarde era outra, e à noite era outra pessoa. Das 8h ao meio-dia fechava-se aquele caixa/manhã. E abria-se outro a partir das 14h até as 18h, e abria-se outro caixa à noite;

Perguntado se considerava que o sistema usado é confiável, respondeu que agora, sim, tem até assinatura;

Reinquirido sobre o sistema anterior, respondeu que já chegamos à conclusão de que poderia ser alterada a fita;

Perguntado sobre se tinha conhecimento das cobranças efetuadas diretamente pelo departamento de odontologia respondeu que às vezes os alunos iam pagar lá.

Depoente – SRA. SOLANGE MERCER

Perguntada pelo deputado Plauto Miró, sobre suas atividades na Universidade de Ponta Grossa e sobre as rotinas desenvolvidas, pronunciou-se o depoente da seguinte forma:

Que trabalhou na Universidade de Ponta Grossa de maio de 1975 a dezembro de 2003, como técnica administrativa, que na divisão financeira trabalhou de 94 até meados de 2002, onde foi chefe da contabilidade. Disse que exerceu esse cargo na gestão do Sr. Gabriel e do Professor Merhy;

Sobre a questão de incineração de documentos, perguntada, respondeu que houve uma comissão para tal e o presidente desta comissão era o Gabriel;

Perguntada respondeu que seus superiores na divisão financeira eram o Gabriel e o Professor Nadir;

Perguntada pelo Sr. Presidente sobre se tinha conhecimento de informações de irregularidades no setor, respondeu que ficou sabendo que foi através do Pró-Reitor atual, o Professor Luciano que foi dando corda ao pessoal e eles se enforcaram, foi por aí. A pedido do Sr. Presidente de que explicasse melhor isso, complementou que ficou sabendo que o Professor Luciano começou a achar que tinha alguma coisa de errada no dia a dia da contabilidade aí chamou uma pessoa de confiança dele e pediu que fosse feito um depósito na seção de receita. Daí a alguns dias essa mesma pessoa deveria passar lá e pedir um relatório na seção de processamento da divisão financeira. A pessoa de confiança do Professor Luciano foi fez o depósito e alguns dias depois pegou o relatório. Quando pegou o relatório para surpresa dela o dinheiro que tinha sido depositado na receita não estava todo ele creditado na

conta daquele órgão. Ela foi e levou para o Professor Luciano e ele foi dando corda e deu no que deu;

Perguntada pelo Sr. Presidente se o sistema utilizado era confiável, respondeu que não, é o sistema Hércules que tem um outro tipo de programa;

Perguntada se este sistema poderia Ter uma contabilidade paralela, respondeu que sim uma contabilidade paralela a oficial. Tem a oficial que é a contabilidade geral da Universidade onde você faz prestação de contas e tudo, não é? E esse sistema Hércules funciona como uma contabilidade paralela é um sistema interno, um gerenciamento interno;

Perguntada pelo Sr. Presidente sobre como funciona o sistema Hércules, disse que este sistema Hércules é, digamos, você abria uma conta geral onde todo crédito da Universidade que existia na contabilidade oficial também estaria na contabilidade paralela. Só que a contabilidade paralela era dividida em contas, tinha a conta PROAD, tinha os diversos órgãos da Universidade, Fazenda Escola, CAIC, Colégio Agrícola e outras. Entrando a receita no Banco você fazia na contabilidade oficial que já é automático no sistema e você alimentava o sistema Hércules com aqueles dados da contabilidade oficial. Então todo dinheiro que era depositado no Banco deveria, por consequência, entrar no sistema por que tinha que bater, Banco e sistema Hércules, tinha que fechar zero a zero, tinha que bater geral. E o que estava acontecendo quando o professor Luciano pegou? O problema não era o Banco, o problema estava na seção de receita, se entrava o dinheiro, em espécie, não estava dando entrada no Banco, só parte que ia para o Banco. Aí quando os diretores de órgãos, de departamentos queriam um relatório para a conta deles, eles iam pedir na seção de processamento da divisão financeira e foi aí que eles pegaram o furo. Como eu falei, o Professor Luciano usou uma pessoa de confiança dele para fazer um depósito e o total do depósito não apareceu na conta desta pessoa. Foi por aí que eles começaram a ver que tinha alguma coisa de errado;

Perguntada sobre quem gerenciava este sistema respondeu que quem gerenciava era o Professor Laidane;

Perguntado se ele tinha controle total, disse que toda manhã ele pedia um relatório do sistema;

Perguntada pelo Sr. Presidente que se houvesse um desvio de alguma coisa ele ficaria sabendo forçosamente, houve assentimento da depoente quanto a isto.

Depoente – **SR. RÔMULO COMIN**

Perguntado pelo Sr. Presidente, sobre suas atividades na Universidade de Ponta Grossa e sobre as rotinas desenvolvidas, pronunciou-se o depoente da seguinte forma:

Que trabalhou na UEPG em 04/1971 a 07/1994. Tendo trabalhado como sub-contador, contador e Chefe de Divisão;

Perguntado comparativamente se o sistema anterior era mais confiável que o sistema Hércules atual-

mente utilizado, disse que sim o sistema Ruff era mais demorado mas mais confiável; E que na sua época na seção de receita tudo era feito através de carimbo e assinatura.

Depoente – **SR. ÁLVARO BENEDITO DI PIERO**

Perguntado pelo Sr. Presidente, sobre suas atividades na Universidade de Ponta Grossa e sobre as rotinas desenvolvidas, pronunciou-se o depoente da seguinte forma:

Que trabalhou na UEPG, desde a sua criação em 1971 até 2003, mais de 30 anos. Que começou como professor, depois foi guindado a situação de Diretor Geral de Assuntos Administrativos, na Gestão do Prof. Daniel Tavares. Posteriormente com a saída dele, porque venceu o seu tempo foi para o Campus de Telêmaco Borba, organizar o Campus. Voltou na Gestão do Prof. Lubizik já na condição de Pró-Reitor de Assuntos Administrativos. Função essa que exerceu até o final de 1990;

Que depois de 1990, foi para o Centro de Processamento de Dados, onde permaneceu pelo prazo de 12 anos, quando se aposentou;

Perguntado pelo Sr. Presidente sobre o fato de que tendo trabalhado no Centro de Processamento de Dados, provavelmente conheceu o Sistema Hércules, respondeu que não conhece esse Sistema;

Perguntado sobre quem gerenciava esse Sistema, respondeu “Não sei, não tenho condições de responder, porque não conheço. Quando fui para o CPD no início da gestão do Prof. João Carlos, o CPD a base era o computador de grande porte. Então tudo era feito no computador de grande porte. Não existia essa quantidade de linhas para os órgãos poderem utilizar, acessar o computador de grande porte. Isso só foi possível depois que nós adquirimos os computadores, os mini computadores e a partir daí, começava-se a implantar os vários sistemas necessários ao desenvolvimento da vida Universitária. Então o sistema acadêmico, o sistema de controle de documentos, enfim, todos os demais sistemas que era possível realizar através do computador de pequeno porte.”;

Perguntado se isso inclui o Sistema Hércules, disse que agora não tenho conhecimento com esse nome da implantação do sistema.

Reunião da CPI de 04/11/2004

Depoimentos

Da transcrição de fitas gravadas durante a sessão da CPI de 04/11/2004 (Doc. 24), destacam-se os fatos a seguir narrados, conforme os depoimentos prestados, como segue abaixo:

Depoente – **SR. PAULO ROBERTO GODOY - Reitor da UEPG**

Indagado pelo Sr. Deputado Artagão Júnior sobre o fato de que tanto na gestão anterior da UEPG do Dr. Roberto Frederico Merhy, quanto na sua gestão atualmente,

foram autorizadas pela Reitoria disposições funcionais de mais de oito servidores em favor da Prefeitura de Ponta Grossa, com ônus para a Universidade, isto é, com pagamento de salários dos funcionários que prestam serviços à Prefeitura Municipal pela Universidade, e ainda que na sua gestão ele autorizou a disposição à prefeitura Municipal, também com ônus à Universidade, citando vários nomes, perguntou-se quem são esses funcionários, porque foram cedidos e quem solicitou a disponibilização dos mesmos para a Prefeitura e porque foi feita tal disponibilidade. Respondeu o depoente que em primeiro lugar deve dizer que a prática de disposição funcional entre órgãos públicos é uma prática normal que acontece no serviço público, tanto para as Prefeituras, quanto para a Assembléia Legislativa, como já ocorreu no passado, até para o Tribunal de Contas do Pr. e outros órgãos federais. Que as pessoas citadas são todos eles professores da instituição e a disposição funcional foi em regime parcial de vinte horas, sendo que a outra parte do trabalho era cumprido na própria Universidade. Que a prática de disposição funcional com ônus para o Estado também é uma prática normal dentro da administração pública. Que a solicitação foi feita pelo Prefeito Municipal de Ponta Grossa, no seu mandato, tanto na gestão anterior, como a cada ano tal pedido é renovado e é dado ciência ao governo do estado das disposições funcionais, então é de pleno conhecimento do governo, bem como na composição do número de docentes que a Universidade precisa para cumprir com suas finalidades de ensino, pesquisa e extensão, essas disposições funcionais são levadas em consideração. Que para o seu conhecimento para o próprio governo do estado do Paraná a UEPG tem disposições funcionais também ainda vigentes e isto é uma prática comum, como também recebem disposições funcionais do governo em prol da Universidade;

Perguntado pelo Sr. Deputado Artagão sobre se tem informações se algum desses servidores recebeu algum tipo de remuneração da Prefeitura ou de algum órgão para o qual foi trabalhar, respondeu o depoente que infelizmente não possuía esse tipo de informação, que só sabe dizer que da Universidade eles saíram com ônus;

Perguntado sobre quais as medidas já adotadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa com relação aos funcionários que estão envolvidos nas ações de desvios ou de comprovadas irregularidades, respondeu que o problema do desvio financeiro foi constatado por esta administração no mês de junho de 2003, mais precisamente no dia 28 de junho recebeu a denúncia do Pró-Reitor de Administração da Universidade que estava ocorrendo evasão de Receitas na instituição. Que instaurou-se o competente processo administrativo e de imediato afastaram os servidores que nas primeiras oitivas tinham qualquer tipo de envolvimento ou indício de envolvimento. Que efetivamente foram afastados das funções que vinham exercendo, porém não podem ser penalizados com, por exemplo, uma demissão do cargo, até que o processo esteja plenamente concluído. Que hoje

o processo de Inquérito dentro da Universidade encontra-se na fase pericial, tendo sido indicado pela Procuradoria Geral do Estado, há poucos dias, dois peritos. Que na realidade este processo está um tanto quanto moroso na parte de perícia exatamente porque nomearam um perito judicial, exatamente no início dos trabalhos da CPI, um perito para fazer avaliação que foi requerido pelas partes, pelas defesas. Ao iniciar o trabalho este perito julgou-se impedido por declarações que teria feito exatamente no início da CPI em prol da Universidade. Declarando-se impedido solicitaram à Procuradoria Geral do Estado a indicação de um perito oficial do estado do Paraná para acompanhar o processo e concluir pelos resultados. Este perito foi indicado pela PGE. No entanto, declarou-se também, tecnicamente impossibilitado de participar, uma vez que não possuía a formação de Contador e não poderia realizar a perícia. Novamente reiteraram o pedido à Procuradoria para que indicassem novos peritos, o que aconteceu há cerca de trinta dias passados, quando já tinham também indicado um perito da própria Universidade. Que ontem terminou o prazo de impugnação de parte das pessoas envolvidas, dos advogados das pessoas envolvidas, quanto ao nome dos peritos indicados e espera-se que agora, a partir deste momento, o processo possa ser concluído na fase pericial para, em seguida, segundo informações da Comissão, ser feita a oitiva de 30 testemunhas que foram arroladas para que este processo possa ser finalmente concluído no âmbito da Universidade. Esclareceu ainda, que desde o início da instauração desse processo administrativo foi dado amplo conhecimento à Procuradoria Geral do Estado do seu andamento, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e ao Ministério Público. Hoje os servidores que são ainda servidores da Universidade, estão ainda ocupando suas atividades, mas somente em funções administrativas, recebendo somente a sua remuneração básica porque nada mais pode lhes ser imputado até que o processo seja finalmente concluído;

Perguntado pelo Deputado Artagão sobre quais seriam os servidores que foram afastados de suas respectivas funções, respondeu que são os servidores dos Darci Santos e Gabriel Inácio Kravchychyn;

Perguntado com relação aos servidores Nadir Laidane e Mauro Augusto Dalabernarda, respondeu que Nadir Laidane tinha um cargo de assessoria na Universidade no início da sua gestão, exonerou-se do cargo, a pedido, tão logo começaram a surgir as primeiras manifestações e que induziam que havia qualquer tipo de envolvimento dessa pessoa, e o servidor Mauro Dalabernarda continua exercendo suas funções administrativas, sem vantagens, porque a ele, pelas indicações iniciais, houve somente a questão de saber que estavam acontecendo os fatos, sem ter envolvimento direto na questão. Também comunicou que por solicitação da comissão de processo houve o encaminhamento à Polícia Civil para abertura de inquérito administrativo por indiciamento das pessoas que foram enunciadas a pouco;

Perguntado sobre outros envolvidos, citou o pagamento do curso de mestrado do ex-Reitor da Universidade e ao vice-reitor em outro processo administrativo, onde ocorreu a penalização dos mesmos com a obrigatoriedade de devolução dos valores que deixaram de ser pagos naquela oportunidade e também com a pena de repreensão na sua ficha funcional;

Perguntado pelo Deputado Artagão sobre qual a situação do sistema Hércules, atualmente, dentro da Universidade e se ele ainda está sendo utilizado, respondeu que ele continua sendo utilizado sim, negando ser uma contabilidade paralela;

Perguntado se ele reconhece que o Sistema Siaf é o sistema oficial da contabilidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa, respondeu com certeza;

Perguntado sobre quem desenvolveu o Sistema Hércules, porque a Universidade veio a utilizá-lo, e se tinha autorização da empresa ou de quem desenvolveu o sistema para utilizá-lo, até porque num dos depoimentos que foram colhidos anteriormente funcionários do setor de informática da Universidade desconheciam a utilização do sistema Hércules dentro da contabilidade, respondeu que não tem conhecimento de quem foi o autor, porque este sistema funciona na Universidade há aproximadamente oito anos, que não foi o departamento de informática da Universidade com certeza, e nem o centro de processamento de dados da instituição, porque ele é um sistema de contabilidade comum de partidas dobradas – débito e crédito;

Perguntado sobre a Comissão de Sindicância Conjunta n.º 002/2004, quanto a irregularidades no pagamento de horas extras inexistentes, sugerindo a abertura de processo de apuração e qual a atual situação desta investigação, respondeu que até o momento não houve abertura do competente processo administrativo de parte da referida comissão, estão iniciando em outras áreas;

Perguntado sobre a existência de indícios de irregularidades tanto na criação quanto na concessão de cargos em comissão e das funções gratificadas na Universidade, uma vez que não existia a lei de regulamentação ou resolução do governo do estado amparando as resoluções internas da Universidade, apurados pela Comissão de Sindicância 002/2004, respondeu que desde a criação das Universidades, num período de 30 anos a Universidade, usando da sua autonomia, foram criadas estruturas institucionais, e cada Universidade se auto-regulamentou nesta matéria, então o problema levantado na Universidade Estadual de Ponta Grossa não é exclusivo da UEPG. Ele envolve todo o ensino superior do Paraná. Tanto que em conjunto com a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Administração, estão tentando montar um projeto de lei para encaminhamento à Assembleia Legislativa, criando as estruturas para as Universidades;

Perguntado sobre irregularidades no departamento de odontologia, já denunciados aqui mesmo na CPI, no período de 95 à 98, envolvendo o professor Elias Fadel, o

Servidor Rosvaldo Kalinoski e o Servidor Roberto Rodrigues Schebelbem, respondeu que após a participação do deputado Bradock num programa de TV, na cidade de Ponta Grossa, usando da denúncia que foi formula ao deputado a Universidade instalou um sindicância para apurar os fatos, encerrada há cerca de 60 dias, propôs a instauração de processo administrativo disciplinar e este processo está em pleno desenvolvimento, não tendo sido ainda concluído. No entanto, tão logo sejam concluídos os resultados serão encaminhados ao Ministério Público e ao conhecimento desta Assembleia Legislativa e desta Comissão;

Perguntado sobre a obtenção de graus de mestres e doutores por professores financiados pela UEPG e que logo após a obtenção desta graduação pediram exoneração sem o ressarcimento devido aos cofres da instituição, citando o caso do Sr. Lívio Marcel Keji, respondeu que a Universidade estabeleceu critérios de penalização, de cobrança desses débitos, existindo inclusive, ações na justiça. Existem várias ações correndo, tanto no âmbito administrativo quanto na justiça;

Perguntado sobre denúncia de que existe um costume na UEPG com relação à contratação dos administradores que compunham a Reitoria anterior como assessores especiais da nova Reitoria, como uma espécie de gentileza, de troca de favores, respondeu que a figura do assessor especial dentro da Universidade é comum e a qualquer outro órgão público do Estado do Paraná. Que a questão de protecionismo, companheirismo ou troca de favores, em absoluto existe dentro da Universidade. Que as pessoas que ocupam esses cargos estão nessas posições exatamente pela sua competência;

Perguntado pelo Deputado Plauto Miró Guimarães sobre funcionários que foram cedidos à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, até o prazo de 31.12.2003, se eles continuam à disposição da Prefeitura Municipal, respondeu que continuam à disposição porque anualmente é feita a renovação da disposição funcional. O prefeito solicita, a Universidade encaminha ao Conselho de Administração, essas disposições são em regime de tempo parcial e todos continuam à disposição até 31.12.2003. Inclusive é de praxe isso provavelmente ocorrerá na posse do novo prefeito, a solicitação de disposição de funcionários de outra área. Esses pedidos são hoje controlados pelo Governo do Estado que tem o controle perfeito porque na composição inclusive das autorizações para a contratação dos professores colaboradores é levada em consideração às disposições funcionais autorizadas pelo próprio Governo;

Perguntado se esses servidores que foram colocados à disposição da Prefeitura, com procedimento legal, com ônus para a UEPG, se ele não tem informações sobre se eles recebem também da Prefeitura Municipal, respondeu com certeza, eles recebem efetivamente da Universidade, porque saem com ônus, agora não tenho conhecimento se eles recebem do órgão de destino;

Perguntado sobre qual atitude da UEPG se eles estiverem recebendo da Prefeitura também, respondeu que a UEPG cumpre o seu papel ao autorizar com ônus e essa autorização com ônus é do conhecimento da Prefeitura. Que quer lhe parecer, que não existe nenhuma ilegalidade de também eles receberem da Prefeitura, desde que cumpram regularmente o seu expediente com carga horária adicional. Agora, não conheço e não tenho informações para lhe prestar se eles recebem alguma remuneração do órgão de destino;

Perguntado sobre casos de professores que recebiam TIDE e exerciam outra profissão ou função remuneração, o que é ilegal, respondeu que os professores todos têm ciência das normas do TIDE, e que aqueles que foram objeto de um processo administrativo instaurado pelo Ministério Público, tem de quatro a cinco casos de professores que estão ressarcindo a Universidade, citando o caso da professora Maria Teresa Jussara que estava em processo de devolução desses valores, que foi a pena entendida como mínima possível e não tem outros registros no momento. Que efetivamente as penas atribuídas até agora pela Universidade, naqueles casos constatados, foram a devolução dos valores recebidos indevidamente;

Perguntado pelo Sr. Presidente sobre se apenas o ressarcimento, se não há uma punição administrativa mais drástica, porque o cidadão percebe o dinheiro do Estado e , se tudo correr bem, ele fica com o dinheiro guardado, e se der uma zebra, daí ele vai Ter que pagar em suaves prestações. Eu acho que isso não estão correto e eu gostaria de saber porque a Universidade esperou que o Ministério Público abrisse um procedimento administrativo criminal para apurar isso e a própria Universidade não fez isso de livre e espontânea vontade, respondeu o depoente que não pode lhe falar porque a Universidade não fez, porque esse fato é bem anterior ao seu ingresso como Reitor da Universidade. Esse fato, quer parecer, é próximo ao ano de 2000 ou 1999 que foi iniciado, não se trata de processo instaurado na sua gestão. Eu simplesmente hoje estou cobrando aquilo que foi decidido anteriormente de que os professores deversem devolver e temos professores devolvendo, até o presente momento, valores que foram recebidos indevidamente;

Perguntado se a pena é só a devolução ou tem alguma outra pena administrativa, respondeu que até onde conhece desses processos que ocorreram anteriores a sua posse, em setembro de 2002, foi a devolução dos valores recebidos indevidamente;

Reiterado sobre a pergunta de que se a pena é apenas de ressarcimento ou tem alguma outra penas além do ressarcimento, como a perda da função, respondeu que nesses caso não houve a perda de função porque os professores continuam trabalhando regularmente na instituição;

Perguntado porque não houve, respondeu que não pode lhe responder, eu não fui o autor do processo na época;

Reiterado sobre se no Estatuto , no contrato que o professor assina com a Universidade, a pena é apenas o ressarcimento, caso seja descoberto, ou tem uma outra pena paralela administrativa como a perda da função, respondeu que na realidade, pode dizer como funciona o processo, existe um processo administrativo e a comissão de processo administrativo propõe a pena que deve ser aplicada, propõe a pena, baseado na legislação. Dependendo da gravidade esse fato pode ser a perda do cargo, tiveram uma situação recente na Universidade, roubo de computadores, que comprovadamente envolveu dois servidores, e eles foram demitidos da função. O processo resultou na comissão de processo administrativo pela demissão do cargo, nesse caso foi cumprido integralmente;

Perguntado pelo Sr. Presidente se aí não tem uma medida e dois pesos, porque se apropriar indevidamente de um valor pecuniário é crime, furtar um computador também é crime. Um foi demitido e o outro não, foi só condenado a ressarcir, então porque o outro também não foi condenado a pagar o computador, o crime é o mesmo, respondeu o depoente que são dois fatos, que gostaria de deixar bem claro ao senhor que são dois fatos que ocorreram em duas épocas diferentes: o regime TIDE, a apuração do fato ocorreu anterior à minha gestão; o roubo do computador ocorreu na minha gestão, e os funcionários foram sumariamente demitidos;

Perguntado porque ainda não foi instaurado o processo administrativo na questão das horas extras, porque ainda está no banho-maria, respondeu que a proposição da instauração do processo foi da própria comissão;

Reiterado de porque não foi, respondeu mais a instauração não é de nossa competência;

Perguntado de quem é, respondeu que é da comissão que concluiu pela sugestão de instauração de um processo administrativo;

Reiterado de porque não foi instaurado até agora disse que ele não pode, é a comissão que tem que lhe responder;

Perguntado sobre se o professor Elias Fadel foi afastado do departamento de Odonto, respondeu que absolutamente não foi afastado, ele está na condição de professor, ainda está na fase de processo administrativo, ele é diretor do Setor de Ciências da Saúde, Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade, e ainda continua no seu cargo até que o processo seja concluído, e finalmente possa ser avaliada a pena que deve ser atribuída a ele, se culpado for.

Depoente – SR. ÂNGELO BISNELLO – Tribunal de Contas

Perguntado pelo Deputado Plauto sobre qual o seu conhecimento de irregularidades cometidas na UEPG, respondeu que o seu conhecimento, é de quase 100%; Disse que se deparou com algumas irregularidades e todas as vezes que constatavam irregularidades oficiavam a Universidade para darem direito a ela de justificar ou

dar a legalidade de tal procedimento. Então nesse período todo que fiscalizaram até quando veio a convocação pelo deputado Bradock, fizeram algo em torno de nove ou dez propostas de impugnação de irregularidades e todas elas eram sempre observadas pela equipe de auditoria que fiscaliza a Universidade;

Perguntado se lembra quais eram essas irregularidades, respondeu que tem lá contratação de pessoal sem autorização do chefe do Poder Executivo, pagamento de gratificação de função sem Ter a previsão legal, concessão de tempo integral e dedicação exclusiva à classes de porteiros e vigilantes sem Ter a autorização do chefe do Poder Executivo para a concessão daquele título e para aquelas categorias. Então, o Tribunal como não concorda com isso, como não está na 6174 e não seguiu tudo aquilo que determinava a lei, o Tribunal estabeleceu a proposta de impugnação que está correndo. Algumas delas já julgadas e outras não;

Perguntado sobre o Sistema Hércules, respondeu que não sabia que era utilizado na UEPG, e que a fiscalização do Tribunal é dentro da área orçamentária, financeira e patrimonial e é pelo SIAF que fazem toda a fiscalização, em cima de documentos, de papéis onde auditam e se sentirem que existe ali irregularidades, tomam as providências de pedir correção, concedem um prazo. Se sentem que tem má versação, dolo, má fé na utilização de recursos públicos, nem oficiam já fazem a impugnação direta;

Perguntado pelo Deputado Plauto se tem conhecimento da participação de membros do Tribunal de Contas em festas na Fazenda Escola da UEPG e se participou de algumas dessas festas, respondeu que não, festas, acha que o tema é muito complicado para responder. Festas ele nunca participou e tem quase certeza que ninguém da sua equipe participou, o que aconteceu uma ou duas vezes, foi um churrasquinho de confraternização que ocorreu, começava às 07:00 h e às 9:30 já terminava e voltava para Curitiba. Que não sabe onde fica a Fazenda Escola e não se lembra onde foi o churrasquinho;

Perguntado pelo Deputado Plauto se tem conhecimento de outras irregularidades praticadas em outras Universidades e Faculdades Estaduais, respondeu que tem e bastante conhecimento porque eles fiscalizam as Universidades nos últimos 5 anos, e até ousaria dizer que a Universidade Estadual de Ponta Grossa é a Universidade que mais respeita as orientações do Tribunal de Contas. E nas demais existem irregularidades, todas elas nós procedemos igualmente como foi procedido na UEPG, e que nesse período foram protocoladas mais de 60 a 80 impugnações. Citou como exemplos a UEL, UEM e UNIOESTE, onde foram concedidos TIDE para algumas categorias sem atender o que diz a 6174, que tem que Ter a autorização do Chefe do Poder Executivo;

Perguntado sobre a legalidade do professor da Universidade, ganhando TIDE, ele tenha um outro cargo na esfera Municipal também com remuneração, respondeu

que não, o Tribunal de Contas entende que não é legal isso;

Perguntado pelo Deputado Plauto que se um professor tem o seu vencimento de R\$ 3 mil reais, ele é colocado à disposição da prefeitura e lá continua recebendo da Universidade, vai para a Prefeitura e lá recebe o salário de secretário de R\$ 4 mil, se é legal esse procedimento, respondeu que entende que não é legal, ele só pode receber de uma fonte do Poder Público. Se ele é servidor da Universidade, então a Universidade está com ônus do salário dele. Aí chega lá no Município e ele também vai ganhar mais para trabalhar aquelas 8 horas por dia. Ele está ganhando duplamente no Poder Público e ele não pode.

Depoente – **SR. JESUS VIEIRA DOS SANTOS**

Perguntado respondeu que tem 49 anos de idade e esta há 18 anos na Universidade, desde 21/03/94 no Sindicato dos Servidores, tendo sido também Presidente da Federação Paranaense de Ensino Superior do Estado; Disse ter conhecimento que somente dois funcionários da divisão financeira da UEPG foram afastados, o Sr. Darci Santos e o Gabriel;

Perguntado se havia uma comissão de auditoria na Universidade anterior a esses desvios de verbas na tesouraria, respondeu que auditoria só foi instalada após o surgimento da CPI;

Perguntado como se processava esse desvio de verbas dentro da Receita, respondeu que falou pessoalmente com o Santos, que eram membro da divisão financeira, e por acaso membro na diretoria do sindicato, apesar de não participar nada. Ele disse que a prática de desvio financeiro estava aproximadamente há 9 anos, onde se desviava, em média 2 a 4 mil reais por semana, em momentos especiais, por exemplo, com os custos do vestibular, ou qualquer outra necessidade cobrada pelo Pró-Reitor de Administração Professor Laidane eram desviados numa única vez até 12, 13, até 18 mil reais numa única vez;

Perguntado pelo Sr. Presidente sobre o fato de saber que os vigias Sindival Pinheiro e Cezar Adriano foram acusados de furtarem um computador e tiveram a pena a demissão, perguntou qual a pena aplicada pela reitoria em relação ao processo administrativo que implica o ex-Reitor Professor Merhy e o atual vice-reitor Prof. Ítalo no pagamento indevido pela UEPG de seus cursos de mestrados e quem compôs a comissão de inquérito administrativo para impor tal pena, seus componentes eram professores ou detinham o mesmo nível hierárquico dos implicados? Respondeu que por isso que ladrão de galinha vai preso e de colarinho branco é solto, que conhece os dois vigilantes que assumiram a culpa de roubarem o computador, mas foram penalizados com a pena máxima, a exoneração, enquanto que, em se tratando dos indivíduos citados professor Merhy e Ítalo, foram penalizados em devolver o que usaram no mestrado. Onde está a pena real e justa para o crime

cometido? Disse que dentro da Universidade a Cosimpro – Comissão de Inquérito Administrativa da UEPG é nomeado todos os membros da comissão pelo Reitor;

Perguntado pelo Sr. Presidente sobre o que sabe das assessorias especiais nomeadas pelo atual reitor, respondeu que na UEL que tem 5700 servidores, tem 39 assessorias, cargos de confiança, enquanto na UEPG que está hoje com 1500 servidores, o reitor disse que pegou a universidade com 83 cargos de confiança e assessoria e hoje ainda tem 63;

Perguntado o que sabe do pagamento do TIDE dos vigilantes, cassado por recomendação do Tribunal de Contas do Paraná, com proposta da reitoria para continuidade de seu pagamento disfarçado sob a rubrica de labor extraordinário, inclusive com a produção de folha de ponto 2, aquela folha que não aparece, respondeu que o TIDE para os vigilantes foi pago durante 10 meses, segundo o reitor anterior, Merhy, este TIDE foi recomendado pelo Tribunal de Contas, isso estava na portaria que concedeu esse TIDE. Que assim que assumiu a atual reitoria o Tribunal pediu que fosse cassado o TIDE. Que o atual reitor fez uma reunião no bloco de engenharia dos vigilantes, onde estavam presentes 55 vigilantes. Convidaram o sindicato, e ele estava lá. Que a administração disse em alto e bom tom que o TIDE que estava sendo cortado iria ser substituído por horas-extras não laboradas, não realizadas. E que essa prática de conceder o pagamento de horas-extras, além de ser para reparar o corte do TIDE, tinham um acordo entre a reitoria e o Tribunal de Contas. Um vigilante de nome Evandro perguntou como iram receber esse pagamento de horas-extras se não fizeram, e a administração disse “sei que vocês não fazem, mas é um a certo nosso, vocês não podem ficar sem receber aquilo que recebiam. Fique quieto. Se amanhã ou depois o Tribunal de Contas ou o Ministério Público aparecer aqui, iremos dizer que vocês fazem. Vocês só assim o livro ponto 2, porque todo mundo bate cartão”. Que o chefe da vigilância Sr. Josué Linhares foi chamado pela administração atual particularmente para chamar cada um dos vigilantes e fazê-los assinar o livro-ponto 2;

Perguntado pelo Deputado Artagão disse que essa reunião foi feita no início de 2003, e que tinham um ata da reunião que não tinha trazido para a audiência com a CPI;

Perguntado se nenhum desses vigias se manifestou contrário a essa postura, se todos acabaram por assinar esse procedimento, respondeu que inicialmente nem todos assinaram, porque tinham medo. Era nossa função, como sindicato, orientar que o risco era muito maior que a oferta;

Perguntado se essas coações que ele mencionou aos vigilantes era feitas de que forma e por quem, respondeu que pelo chefe imediato Josué, em particular com cada um deles, quem assina vai receber e quem não assina não vai receber.

DESVIO DE VERBAS NA SEÇÃO DE

RECEITAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA E OUTRAS IRREGULARIDADES

Comissão de Sindicância Administrativa n.º 03239/2003

Trata-se de Processo Administrativo em andamento promovido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa sob n.º 3239/2003, obtido por esta CPI, e contendo 5853 folhas na fase em que se encontra, que teve origem em denúncia realizada pelo Pró-Reitor de Assuntos Administrativos, Sr. Carlos Luciano Sant’Ana Vargas, em 02/07/2003, o qual solicitou a imediata instauração de processo administrativo contra o servidor Santos, em virtude de irregularidades na Seção de Receitas da UEPG, com a juntada de documentos; e ainda, solicitando com fulcro no artigo 304 da Lei n.º 6174/70 que fosse o referido servidor suspenso preventivamente, para que os fatos pudessem ser devidamente apurados.

A Comissão de Sindicância foi formada em 08/07/2003, sendo composta pelos servidores Sr. Edilson Sebastião Roth Batista, Presidente, Sr. Luiz Antonio Brandalise e Sra. Karen Gomes Margraf, Membros, e pelo Sr. Edson Luis Marchinski, Secretário. Sendo instaurado o Processo Administrativo por ato do Reitor através da Portaria n.º 137, de 09 de julho de 2003. Nota-se, contudo, que tal portaria apenas instaurou o processo e indicou os seus componentes, não se referindo ao pedido de suspensão preventiva do Funcionário Darci Santos solicitada pelo Pró-Reitor Administrativo.

Em 16/07/2003, o Sr. Presidente da Comissão de Processo Administrativo solicitou ao Sr. Reitor a suspensão preventiva do exercício da função de Chefia da Seção de Receitas e Pagamentos do Servidor Darci Santos até o término dos trabalhos da Comissão, cuja motivação fática foi a documentação juntada à denúncia feita inicialmente pelo Pró-Reitor de Administração, com base no artigo 304 da Lei 6.174/70.

Instalado o Processo Administrativo, a referida comissão iniciou a apuração das denúncias, confrontando as informações de transferências de recursos da conta PROAD (Pró-Reitoria de Administração) de n.º 2134 para a conta de outros órgãos da instituição – feito através dos registros existentes no sistema de gestão interna, denominado Hércules – com os documentos originais de arrecadação, referentes aos efetivos depósitos realizados pelos órgãos na Seção de Receita e Pagamentos, e os movimentos diários de caixa que, obrigatoriamente, deveriam acusar as entradas oficiais dos recursos dos órgãos na Instituição.

Ocorre que pelas apurações da CPI o sistema de gestão chamado Hércules deveria funcionar apenas como uma ferramenta de controle gerencial e de acompanhamento interno, demonstrando o que cada órgão efetivamente gastava e/ou arrecadava. Nada de ilegal existe num sistema de gestão, o problema está em que o SIAFI, sistema oficial do Estado utilizado em todas as Univer-

sidades e Faculdades Estaduais, deveria ser o sistema primário utilizado para movimentações financeiras, e dele deveriam ser descarregadas as informações para o Hércules, ou seja, lançando-se tudo no SIAFI e depois para o Hércules. O que se viu, no entanto, é que o sistema Hércules recebia lançamentos dos órgãos internos, que resultavam em movimentações internas de recursos, registrados posteriormente na contabilidade. Devido a este fato, como ocorreu no presente caso de desvios da Seção de Receitas, movimentações puderam ser feitas por fora do SIAFI sem fundamentação, como demonstram as informações contidas no Processo Administrativo Interno da UEPG, pois a fiscalização das contas da Universidade, dentro das normas e padrões exigidas pelo serviço público era feita pelo Tribunal de Contas no Sistema SIAFI, e não no Hércules, propiciando desvios como os ocorridos.

Outro fator é que um sistema de gestão não poderia ser utilizado como um sistema operacional, como foi o caso do Hércules, pois gerir significa aumentar o número de informações para tomada de decisões e não modificar informações, como no caso, onde o sistema era utilizado para receber valores e transferi-los de um departamento para outro. Então, ainda resta a indagação de como esses dados originariamente lançados no sistema Hércules eram transferidos para o Sistema SIAFI, pois, como se viu, a falta de controles e a flexibilidade do sistema Hércules comprometeu a veracidade dos lançamentos efetuados, seja por falta de motivação, por destinação indevida ou ainda, pelo desaparecimento de valores, demonstrando a falta de confiabilidade das informações eventualmente repassadas ao sistema SIAFI.

Assim, o sistema Hércules permitiu ou exigiu que os valores entrassem pela Seção de Receitas, impedindo, muitas vezes, o rastreamento da sua origem e a transparência dos processos de utilização e transferência de valores, o que demonstra que a contabilidade da UEPG registrada no SIAFI apresenta incorreções e distorções quanto aos seus valores, o que com certeza não poderia ser do desconhecimento dos administradores da Universidade, que ordenaram tais desvios, e isto por si só representa um ato ilícito em relação a falsos registros na contabilidade da Universidade, que é regida por regras de legalidade, moralidade, motivação, orçamentação, entre outras, que foram violadas.

Verifica-se, portanto, que se utilizado somente o sistema SIAFI, os administradores da UEPG estariam adstritos a normas rígidas de procedimentos nos registros que deveriam ser feitos para movimentação de recursos, mesmo que internos, sendo mais facilmente identificados os responsáveis pela má utilização ou desvio de recursos da Universidade, pois, este sistema é um sistema oficial, normatizado e auditado pelo Tribunal de Contas, bem como, verifica-se que pelo fato dos órgãos internos terem que fazer o recolhimento de suas arrecadações pelo Sistema Hércules através de depósitos na Seção de Receitas e não em conta corrente bancária da própria UEPG,

possibilitou-se a chance para desvios de recursos, sendo bem mais fácil serem alterados registros que constam apenas internamente do que registros em Bancos.

Fato relevante foram os depoimentos perante esta CPI em 18/10/2004 (Doc. 12), da Sra. Solange Mercer, responsável por muitos anos pela contabilidade da UEPG declarando que o Sistema Hércules realmente funcionava como uma contabilidade paralela ao Sistema SIAFI, e do Sr. Álvaro Benedito Di Piero, responsável por anos pelo Setor de Informática da UEPG, onde declarou que o Sistema Hércules não era do seu conhecimento, não sabendo quem o instalou na UEPG. Isto por si só revela a característica de Sistema Pirata e Obscuro quanto ao funcionamento correto deste Sistema, pois não se sabe quais as funções e parâmetro com os quais trabalha, bem como, quais as alterações quanto aos seus dados que o seu programa permite, nem com quais objetivos ele pode ser utilizado. Assim, deve-se responsabilizar os Administradores da UEPG pela manutenção de um sistema deste tipo, onde além de não se conhecer o seu funcionamento e as opções operacionais que possui, não se sabe a sua origem, quem o elaborou, quem autorizou a sua implantação na UEPG e quem o fiscaliza. Ressaltando-se ainda, que este não é um Software aprovado por qualquer órgão estadual, e nem autorizado para ser utilizado para os fins que vem sendo utilizado, nem mesmo pelo que se saiba por órgãos colegiados da própria UEPG.

Da mesma forma, como veremos na continuidade, o fato de valores provenientes de pessoas físicas serem recolhidos diretamente na Seção de Receitas, e não nos Bancos, propiciou desvios que são ainda mais difíceis de serem rastreados e constatados, pois a única via restante do comprovante de recolhimento de tais valores ficou com a pessoa que efetuou o pagamento.

Em consultas a alguns outros Administradores de Universidades, entre as quais a UEM, esta CPI recebeu informações de que as mesmas não têm um sistema parecido com o Hércules, pois o nível de abertura possibilitado pelo Sistema SIAFI se mostra satisfatório aos seus administradores, que julgam que as informações do sistema atendem às suas necessidades. Então, cabe ao Governo do Estado estudar qual a real necessidade de manter-se o Sistema Hércules, e de outros similares em outras Universidades Estaduais, e quais as distorções que podem ter sido causadas por ele devido à sua má utilização ou à forma como ele recebe e transfere valores antes do registro dos mesmos no SIAFI, tendo em vista que ele apresenta características de sistema operacional e não de mera gestão como preconizado por seus administradores.

Visando verificar a existência de desvios de recursos da Seção de Receitas, a Comissão Interna da UEPG, optou por fazer novamente o fechamento diário do caixa, através de uma planilha resumo, confrontando os documentos de arrecadação diários existentes na Seção de Receitas e Pagamento, com as fitas geradas pela máquina autenticadora, que contabiliza os recursos que deram

entrada efetiva no caixa, bem como, com o documento de arrecadação do órgão depositante.

Desta forma, foram solicitados pela Comissão a vários órgãos os seguintes documentos:

À Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos, para que fornecesse, toda a documentação que fundamentava as operações financeiras realizadas pela Seção de Receitas e Pagamentos, no período de 01.10.02 à 30.06.03;

À diversos órgãos internos da UEPG, para que fornecessem as guias de recolhimento originais, que permaneceram em seus arquivos;

Foram solicitadas as transferências da conta PROAD 2134, para cada órgão específico.

Assim, a Comissão começou o trabalho realizando a elaboração de um novo fechamento de “caixa” para os dias que apresentavam uma operação de transferência de recursos da conta PROAD 2134 para um outro órgão da Instituição.

Desta forma, foram cruzadas as informações provenientes dos documentos de arrecadação, autenticados mecanicamente pela seção de Receitas, fornecidos pelos diversos órgãos internos da Universidade, que estavam em seus arquivos, com as fitas da máquina de autenticação do caixa arquivadas na Instituição. Com este procedimento verifica-se a entrada oficial dos recursos financeiros na Universidade, uma vez que os valores dos documentos de arrecadação deveriam coincidir com os valores da fita de caixa, sem qualquer diferença.

Com este procedimento, verificou-se claramente que o documento de arrecadação autenticado pela Seção de Receitas, que comprova o depósito feito por um determinado órgão, não constou do movimento do caixa diário, como efetivamente arrecadado. Observou-se que houve após o fechamento do caixa diário a elaboração de uma nova fita da máquina autenticadora, suprimindo algumas receitas, principalmente o valor que o órgão depositou, e também a eliminação dos documentos de arrecadação equivalentes, criando um fechamento do caixa sem diferenças, porém não verdadeiro.

Tudo isto apurado pela Comissão foi declarado e confessado pelo Sr. Darci Santos nos seus depoimentos retro transcritos, nas sessões da CPI de 27/04, 13/05 e 24/05/2004, onde o mesmo declara exaustivamente que chegava mais cedo todos os dias ao trabalho para adulterar as fitas de Caixa e assim fraudar o movimento do Caixa diário, e conseqüentemente, a contabilidade da Universidade com registros incorretos, através da conta PROAD 2134, e com a destruição das fitas verdadeiras e dos documentos públicos comprobatórios da existência dos valores efetivamente arrecadados.

Para que o órgão interno não pudesse detectar a falta dos recursos depositados, pois cada órgão arrecadador tinha uma conta própria no sistema Hércules onde acompanhava a entrada dos seus recursos, era elaborado um documento de transferência interna, da conta 2134 PROAD (pró-reitoria Administrativa) para o referido órgão, emitido pela Chefia de Divisão Financeira, sendo

assinado pela Pró-Reitoria Administrativa, e posteriormente, encaminhado diretamente para a Contadoria.

Desta forma, comprovou-se a evasão e o desvio dos recursos constantes nos documentos de transferência da conta manutenção PROAD 2134 para os órgãos depositantes e que estavam registrados no sistema de acompanhamento interno Hércules. Os órgãos, que acompanhavam o movimento de suas contas, através de extrato emitido pelo sistema interno Hércules, não observavam a falta de recursos, pois isto ocorria apenas na conta manutenção PROAD 2134, administrado pela própria Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos. Assim, caso os recursos tivessem entrado diretamente pela Seção de Receitas e Pagamentos, teria havido um depósito direto na conta do órgão depositante através da Conta Caixa da Seção de Receitas e não de recursos transferidos da conta PROAD 2134, criando a aparência de que foram os recursos que entraram pela Seção de Receitas que entraram na conta do órgão interno depositante, quando na verdade eram depósitos provenientes de valores que já estavam dentro da Universidade, provenientes de outras fontes, que estavam contabilizados e eram controlados pela Pró-Reitoria Administrativa.

Este fato denota e flagrantemente comprova o fato de que o acobertamento dos desvios de recursos depositados pelos órgãos internos na Seção de Receitas não poderia ser realizado apenas internamente por funcionários da própria Seção de Receitas, precisando de colaboração externa da Pró-Reitoria, que por ação ou omissão teve fundamental participação neste processo de acobertamento, pois dela partia a ordem escrita de transferência de valores da conta PROAD 2134.

Também durante o processo de apuração que se desenvolve dentro da Universidade de Ponta Grossa, verificou-se outros tipos de irregularidades que ocorreram no movimento diário do caixa, principalmente a falta de registro de outros documentos de arrecadação, que não foram depositados na conta da instituição e nem contabilizados, mostrando outras evasões de receitas, as quais, não puderam ser quantificadas nesta fase de apuração interna, devido à falta do documento original autenticado, gerador do recurso.

Assim, como se vê, além de recursos desviados dos depósitos feitos por órgãos internos da Universidade, desviaram-se recursos provenientes de fontes variadas externas à Universidade, provenientes de pagamentos feitos por pessoas físicas em diversas situações, como no caso de pagamento de multas, taxas de serviços diversas, cursos ministrados, etc., onde não havia um comprovante de entrada desses recursos que não fosse as vias existentes na seção de Receitas, pois a pessoa realizava o pagamento na Seção de Receitas, que detinha um bloco de recibos não numerado tipograficamente e sem controle, onde uma via ficava com o pagador (pessoa física externa) e duas vias ficavam na Seção de Receitas, sendo uma para seu arquivo e outra para a contabilidade, assim, se as duas vias da Seção de Receitas fossem destruídas só

sobrar a via autenticada em poder do pagador externo. Por isso, a quantificação do valor desviado neste procedimento é de difícil execução pois necessitaria ser identificado o pagador, ir até ele e solicitar a via do pagamento autenticada e cruzar a mesma com o movimento do Caixa, outra possibilidade seria verificar a quantidade de recursos contabilizadas no Caixa em período onde não houveram desvios e assim por estimativa se chegar ao um valor, confrontando-se o percentual deste tipo de Receitas com as receitas dos Caixas adulterados.

Mais quanto à valores, como veremos mais adiante, poderemos ter uma idéia do que foi desviado neste tipo de operação, ou seja, de valores recebidos diretamente na Seção de Receitas, pelos depoimentos do Sr. Darci Santos.

A auditoria interna da Universidade aponta para um desvio, no período inicial analisado de outubro/2002 a 30/06/2003, de R\$ 62.073,99, enquanto nos depoimentos do Sr. Darci Santos a esta CPI o mesmo confessou o desvio de cerca de R\$ 4.000,00 a R\$ 5.000,00 por semana, o que significa dizer que no mesmo período de apenas nove meses ele teria desviado um valor total, incluindo órgãos internos e depósitos recebidos de pessoas físicas externas diretamente na Seção de Receitas, de cerca de R\$ 144.000,00 a R\$ 180.000,00, portanto, uma diferença em relação ao já apurado de mais de R\$ 90.000,00, proveniente provavelmente da arrecadação de recursos depositados ou pagos diretamente na Seção de Receitas, sem envolvimento de outros órgãos internos, cujos únicos recibos e comprovantes foram destruídos conforme consta no depoimento do próprio Sr. Darci Santos.

Internamente a Comissão de Investigação na UEPG ouviu, além do Pró-Reitor de Assuntos Administrativos e do Chefe de Divisão Financeira, Sr. Gabriel Inácio Kravchychyn, foram ouvidos diversos funcionários da Contadoria e da Seção de Receita e Pagamentos.

Também na sequência foi ouvido o Sr. Darci Santos, momento em que o mesmo confessou que participava de um esquema de desvio de dinheiro na Seção de Receitas e Pagamentos da UEPG. Sendo que neste depoimento, o mesmo confessa o que já foi confessado perante esta CPI, incluindo apenas a informação de que repassava o valor exato que deveria ser transferido da Conta PROAD 2134 para encobrir os desvios diretamente ao Sr. Gabriel, que providenciava a documentação de transferência junto à Pró-Reitoria de Administração, com o Sr. Nadir Laidane. Sendo que, embora durante os depoimentos à CPI o Sr. Darci tenha dito não lembrar-se do período exato quando começaram os desvios, no seu depoimento interno disse terem começado a partir de outubro de 2002, não havendo evasão em períodos anteriores a outubro de 2002. Ainda indicando, que outro funcionário da Seção de Receitas realizava o fechamento do Caixa e depositava o dinheiro no Banco, sendo conhecedor da evasão de dinheiro da Seção, mais não participando da

mesma, pois não recebia nenhum valor destes desvios, citando o nome do Sr. Mauro Augusto Dalabernarda, como sabedor destes fatos e da participação no desvio do Sr. Gabriel Kravchychyn.

Na continuidade da análise dos documentos trazidos à Comissão Interna por diversos órgãos a referida Comissão decidiu verificar os caixas de todos os dias do período de 01.09.02 até 30.06.03, vez que em se fazendo os caixas dos dias que geraram transferências foram constatados vários outros tipos de erros, dentre eles:

- fita da máquina autenticadora com sequência de autenticação diferente dos documentos;
- falta de documentos de arrecadação;
- fita da máquina autenticadora com menor quantidade de lançamento do que o número de documentos de arrecadação;
- fita da máquina autenticadora com maior quantidade de lançamento do que o número de documentos de arrecadação;
- documentos de arrecadação sem autenticações;
- documentos de arrecadação com autenticações iguais;
- saldo do documento de arrecadação maior que o saldo dos lançamentos da fita da máquina;
- saldo da fita da máquina maior que o saldo dos documentos arrecadados;
- documento de arrecadação lançado no caixa do dia posterior;
- documento de arrecadação autenticado em três vias que não consta na fita da máquina autenticadora;
- falha na soma da máquina de autenticação;
- falha na sequência de registros da fita da máquina de autenticação;
- falta de documentos de arrecadação referente a uma grupo de receitas;
- saldos não coincidentes;
- encontrados na Seção de Receitas documentos de arrecadação autenticados mecanicamente e não lançados no caixa.

Face a tais erros, considerados grosseiros, e ao fato de que a chefia da Seção de Receitas e Pagamentos e da Divisão Financeira atual, em período anterior, ocupavam os mesmos cargos, resolveu-se fazer uma avaliação dos documentos de transferências realizadas no período anterior a Agosto de 2002, solicitando-se as transferências no período realizadas da conta PROAD 2134 para os diversos órgãos internos da Universidade, e toda a documentação de arrecadação referentes ao período de janeiro de 1998 a agosto de 2002, e demais documentos dos órgãos que receberam as transferências.

Assim sendo, refeitos os caixas de todos os dias referentes ao período de Agosto/2002 a Junho/2003 e verificando-se vários problemas com a falta de registros, falta de documentos e autenticações duplicadas ou inexistentes, demonstrou-se que houveram desvios também neste período.

Nos resumos obtidos da análise dos documentos do período inicial de setembro/2002 a junho/2003, tem-se que neste período, o movimento do caixa apresenta a fita de autenticação alterada em 71 dias, ou seja, mais de 37% de dias com alteração no movimento do caixa. Mostra ainda, o valor total dos documentos de arrecadação referentes às transferências criadas no período para compensar os documentos e valores não lançados no caixa no valor de R\$ 62.073,99.

Salienta-se também, neste mesmo período, a quantidade de outros documentos de arrecadação faltantes: sendo 420 documentos não encontrados, muitos deles em meses onde não aparecem diferenças nos caixas, estando nesta situação 287 documentos não encontrados em movimento de caixa, em meses que não apresentam diferenças. Assim, caso aparecessem os documentos originais de arrecadação a diferença do caixa apareceria. Já que estes valores devem ter sido pagos originariamente na Seção de Receitas por pessoas físicas, as quais podem possuir as vias brancas de arrecadação, no entanto, como desconhecidas, é muito difícil um posicionamento em termos de valores relativos a tais fatos, devendo-se neste caso nos atermos aos valores confessados pelo Sr. Darci Santos, pois pela lógica o mesmo nunca confessaria valor a maior do que o desviado, cálculo acima já realizado, o que demonstra que os valores foram elevadíssimos. Indicando que os mesmos não foram gastos apenas com a melhoria do padrão de vida dos envolvidos, mais provavelmente aplicados em investimentos em nome de terceiros, o que deve ser investigado e rastreado.

Ainda neste período houve um total de 24 dias onde o movimento do caixa não fechou, evidenciando mais uma vez a total falta de fiscalização, ou ainda, a omissão dos órgãos internos quanto ao assunto, já que bastou a mudança do Pró-Reitor de Administração, para que em julho/2003 o novo Pró-Reitor em menos de 6 meses notasse os desvios e solicitasse a abertura de um processo administrativo contra o Sr. Darci Santos. Então pergunta-se, porque o Pró-Reitor Nadir Laidane não notou a evasão, porque a Contadoria não notou a diminuição das receitas arrecadadas pela Seção de Receitas da UEPG no período dos desvios, e ainda, porque a utilização da conta PROAD 2134 para tais transferências não foi percebida, já que no próprio depoimento do Sr. Nadir Laidane a esta CPI, retro citado neste relatório, o mesmo afirma que a referida conta serve apenas para transferência de recursos aos departamentos internos que não tem arrecadação própria e sim apenas despesas. Então como pôde com sua autorização esta conta ser utilizada para transferir recursos para departamentos que detinham arrecadação, e sem qualquer fundamentação especial quanto a este fato, pois seria de se estranhar tal transferência sem nenhuma fundamentação escrita, ainda mais quando se sabe que as quantias visavam exatamente cobrir parte dos desvios realizados dos valores originariamente arrecadados por estes setores e depositados na Seção de Receitas.

Continuando ainda na análise dos desvios a Comissão Interna decidiu fazer um levantamento por amostragem do período de janeiro de 1998 a agosto de 2002, para serem refeitos alguns caixas do período, cruzando-se com as transferências realizadas entre a conta PROAD 2132 e outros órgãos.

Verificou-se, contudo, a inexistência de documentos de arrecadação do período de janeiro/98 a outubro de 2001, os quais foram destruídos indevidamente durante os trabalhos da Comissão Setorial de Avaliação, que tinha como presidente o Sr. Gabriel Inácio Kravchychyn. Fato estranho, e que será mais a frente analisado neste relatório em momento apropriado, é que os referidos documentos, segundo consta do Ofício PROAD 48/03, fls. 2804 do processo administrativo 3239/2003 ora em análise, estavam guardados em uma caixa separada com a inscrição “NÃO MEXER” feita pela Secretária daquela Comissão Sr. Rosana Garcia dos Santos, contudo, a referida caixa foi junto com os demais documentos para reciclagem em um caminhão no dia 31.10.2002, sendo que no momento do seu carregamento estava presente o Sr. Gabriel Inácio Kravchychyn.

Frente a esta situação, resolveu-se apurar o período de novembro de 2001 a agosto de 2002 com os mesmos procedimentos utilizados para o período de setembro de 2002 a junho de 2003. Sendo que, as planilhas elaboradas demonstraram novamente os mesmos tipos de erros, comprovando que os desvios também ocorriam anteriormente. Fato também que revela que o Sr. Darci Santos faltou com a verdade perante a Comissão Interna de Investigação da UEPG, devendo responder também por isto perante as penas da lei.

A partir destas constatações a Comissão Interna da UEPG solicitou o aditamento para incluir na denúncia e no processo administrativo os servidores Gabriel Inácio Kravchychyn e Nadir Laidane, vez que os mesmos autorizaram as transferências na conta PROAD 2134 para os diversos órgãos, e ainda, sem a devida motivação e fundamentação, transferências estas, que cobriam exatamente os valores que caracterizavam-se como evasão de receita e ainda, pelo fato do servidor, tanto no depoimento interno quanto perante esta CPI, ter apontado o Sr. Gabriel como co-autor.

Com a confirmação de que os documentos de arrecadação do período de outubro de 1998 a outubro de 2001 foram “incinerados”, a sistemática de apuração dos fatos foi adequada ao caso, tendo sido realizado o levantamento dos dados de alguns dias em que ocorreram transferências, com base apenas na fita autenticadora, verificando se o valor transferido deu entrada no caixa ou não. Assim, verificada a transferência de recursos da conta PROAD 2134, e não do Caixa da Seção de Receitas, constatou-se, que embora não existindo os documentos de arrecadação, por terem sido destruídos, que o procedimento de desvios, verificado nos períodos posteriores, ocorreu também neste período. (conforme fls.

5611 e 3781 do processo administrativo 3239/2002 da UEPG)

Pelos depoimentos internos, que foram confirmados em depoimentos perante esta CPI, foi realizada denúncia ao Reitor da UEPG do fato de que foi pago de maneira irregular parcelas do Curso de Mestrado realizado pelos Professores Roberto Frederico Merhy (ex-Reitor) e Ítalo Sérgio Grande (atual Vice-reitor e ex-Diretor do setor de Ciências Agrárias e de Tecnologias), contudo, ressalta-se, como veremos mais adiante na análise em separado deste caso, que ambos à época dos fatos eram também membros do Conselho de Administração, órgão que legalmente e regularmente tinha a competência para aprovar tais pagamentos de Mestrados, dentro de um processo de imparcialidade e isonomia, exatamente para coibir a prática que ora verifica-se.

Em 17.11.2003, ocorreu o indiciamento no procedimento interno da UEPG de vários servidores, como segue:

Darci Santos – por desviar valores do caixa da Universidade de Ponta Grossa, de duas formas: a primeira mediante elaboração de uma nova fita autenticadora, eliminando as receitas referentes a valores depositados por órgãos da UEPG na Seção de Receitas e Pagamentos, valores estes cobertos por transferências realizadas da Conta PROAD 2134 para os órgãos da UEPG, efetivadas pelo Chefe da Divisão Financeira, servidor Gabriel Inácio Kravchychyn, e/ou pelo Pró-Reitor de Assuntos Administrativos, Professor Nadir Laidane, diretamente à Seção de Processamento; e a Segunda, decorrente da falta de documentos de arrecadação nos caixas de diversos dias e, conseqüentemente falta de receita, valores estes pagos diretamente na Seção de Receitas por terceiros (pessoas físicas);

Nadir Laidane – por transferir recursos da conta PROAD 2134 para contas de outros órgãos sem qualquer justificativa, valores estes que coincidem exatamente com os valores depositados por órgãos da UEPG na Seção de Receitas e Pagamentos e que deixaram de dar entrada no Caixa. Tais valores eram transferidos da conta 2134 para os órgãos, a fim de que os mesmo não notassem que os depósitos por eles efetuados, na Seção de Receitas e Pagamentos, foram desviados; e pagamentos de despesas que não poderiam ser empenhadas, cujos recursos, segundo depoimento do mesmo, perante a Comissão Interna, eram solicitados e obtidos com o servidor Gabriel. Pela documentação há comprovação de que todos os valores evadidos pelo servidor, deram entrada nas contas dos respectivos órgãos depositantes através de operação de transferência da conta PROAD 2134. Se tivessem dado entrada via caixa, os valores seriam registrados diretamente nas contas dos órgãos do Sistema Hércules e, teriam como contrapartida a conta Caixa e não a conta PROAD 2134.

Ainda consta no seu depoimento junto à Comissão Interna da UEPG, que o Banestado fez um patrocínio de R\$ 5.000,00 a R\$ 6.000,00 e que assinou o respectivo

recibo, bem como que o valor não deve ter dado entrada na Contabilidade, mas que tem certeza que foi aplicado para fins institucionais. (folha 5627 do Processo Administrativo 3239/03). Como se pode comprovar então, a alegação de que foi utilizado para fins institucionais tal valor, uma vez que o mesmo não deu entrada pela contabilidade da Universidade e não pode mais ser rastreado, não tendo sido ainda provado tais alegações de forma documental pelo depoente. Aliás se o seu destino foi realmente para fins institucionais então porque não contabilizá-lo. Isto por si só é um fato grave, pois coloca em cheque, justamente por tudo o que se viu da sistemática utilizada, toda a veracidade dos atos administrativos praticados por esta gestão e da veracidade de toda a contabilidade existente na Universidade no período. Como saber-se com exatidão se outros valores também deixaram de ser contabilizados ou o foram de forma irregular e inverídica, pois as ações tomadas além de criminosas, comprometeram a instituição, violando princípios da Administração Pública como o da transparência, do orçamento, da legalidade, e outros tantos princípios contábeis, que garantiriam a veracidade dos registros realizados contábil e administrativamente.

Gabriel Inácio Kravchychyn – por não ter exercido fiscalização sobre a exatidão do caixa, junto à Seção de Receitas e Pagamentos, e por elaborar e autorizar isoladamente transferências de valores da Conta PROAD 2134, para diversos órgãos da UEPG, sem qualquer justificativa, valor este que “cobria” o desviado pelo servidor Santos, valores ainda, que correspondem exatamente ao valor desviado pelo referido servidor da Seção de Receitas e Pagamentos, utilizando-se dessas transferências da PROAD 2134, transferências que eram desnecessárias e injustificadas, pois na entrada de receita de qualquer órgãos os valores são registrados a débito diretamente na conta do órgão, tendo como contrapartida a Conta Caixa;

Fato estranho ainda, é o mesmo que pesa contra o Pró-Reitor Nadir Laidane, pois se os desvios não fossem de fácil constatação dentro da sistemática habitual e corriqueira utilizada pelo Setor de Receitas, não teria o novo Pró-Reitor Administrativo Sr. Carlos Luciano Sant’Ana Vargas os detectado em menos de 06 (seis) meses da sua posse, dando origem ao começo das investigações, quanto mais nos anos em que o Sr. Nadir esteve a frente desta Pró-Reitoria e ainda, pela proximidade dos fatos do Sr. Gabriel, chefe imediato do Sr. Darci, então deve-se perguntar “Como tais desvios não foram detectados no decorrer de tantos anos pelo Sr. Nadir e pelo Sr. Gabriel?”

Mauro Augusto Dalabernarda – por ter conhecimento de irregularidades na Seção de Receitas e Pagamentos e não ter comunicado as autoridades superiores, fato constatado pelo depoimento do Sr. Darci e pelo seu próprio depoimento perante a Comissão Interna, quando relatam que todos os dias o fechamento do caixa era realizado pelo servidor Mauro e que no dia seguinte, ao realizar os depósitos dos valores arrecadados, por diversas

vezes notou diferença entre o valor arrecadado e o depositado.

Ainda, em cumprimento a despacho da reitoria no verso do Ofício n.º 002/04 – CPI/UNIV. de autoria desta CPI das Universidades, a Comissão Interna da UEPG referente ao Processo 03239/2003, através do seu ofício 14/04 de 20.05.2004, encaminhado à Procuradoria Jurídica da UEPG (Doc. - 10), reiterou e prestou as seguintes informações:

Que uma vez nomeada a Comissão através da Portaria n.º 137/03, a mesma reuniu-se para estudar a denúncia, a qual relatava irregularidades na Seção de Receitas e Pagamentos no período de setembro de 2002 a junho de 2003;

Que com relação a este período, a Comissão refez o caixa de todos os dias na forma descrita no documento de fls.1412 e 1444, tendo encontrado o valor de R\$ 62.073,99, conforme documento de fls. 2503 a 2505;

Esclareceu ainda, que no mesmo período (de setembro de 2002 a junho de 2003) além do desvio constatado em conformidade com a denúncia, haviam outras irregularidades que ocorriam no movimento diário de caixa, principalmente a falta de registro de outros documentos de arrecadação, que não foram depositados na conta da instituição e nem contabilizados, mostrando outras evasões de receitas, as quais não podem ser quantificadas, devido a falta do documento original autenticado gerador do recurso;

Que nos períodos anteriores à setembro de 2002, aquela comissão constatou por amostragem as mesmas irregularidades já denunciadas para o período de setembro de 2002 a junho de 2003, no entanto, sem a apuração de valores;

Que no estágio em que se encontra os trabalhos do processo administrativo efetuado por aquela Comissão as pessoas responsáveis pelos desvios são os atualmente indiciados conforme fls. 5651;

Que de acordo com os fatos levantados até aquele momento pela Comissão (20/05/2004), o desvio poderia ser constatado pelos servidores Gabriel Inácio Kravchychyn e Nadir Laidane, os quais tinham o dever de fiscalizar os órgãos a eles subordinados;

Que o gestor da Conta PROAD 2134, é o Pró-Reitor de Assuntos Administrativos.

Comissão de Sindicância Administrativa n.º 4871/03

Trata-se de Processo Administrativo promovido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa sob n.º 04871/2003, obtido por esta CPI, e contendo 277 folhas na fase em que se encontra, com a finalidade de apurar os fatos relativos ao desaparecimento de documentos de arrecadação da Seção de Receita, da Divisão Financeira, da Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos, conforme conclusão de uma Comissão de Sindicância anteriormente realizada e demais peças integrantes.

A Comissão de Processo Administrativo foi instalada em 11/11/03, através da portaria 273, posteriormente retificada pela Portaria 284 de 18/11/03, de instauração da Comissão de Processo Administrativo.

Inicialmente deve-se destacar que a análise dos resultados desta Comissão não pode ser feita isoladamente aos fatos envolvendo o desvio de Recursos da UEPG na sua Seção de Receitas, bem como, deve ser avaliada a ligação entre os eventos e a identidade entre os participantes nas duas situações.

De acordo com os fatos narrados pela Comissão Processante Interna, têm-se o que segue como apurado: (folhas 269 e seguintes do Processo Interno 4871/03, em anexo)

Foi constituída a Comissão Setorial de Avaliação – CSA da UEPG, para fins de reciclagem e eliminação de documentos, na conformidade das normas do Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná, pela portaria n.º 141, cujos trabalhos foram desenvolvidos sob a presidência do coordenador, servidor Gabriel Inácio Kravchychyn;

Em data de 04/10/02 a CSA encaminhou a proposta de eliminação de documentos, através do Of. CSA/UEPG n.º 01/02, protocolado sob n.º 3786/02 que deu origem a Resolução CA n.º 295, de 21/10/01;

Ao finalizar os trabalhos de avaliação, foram elaborados os formulários correspondentes e o resumo publicado no Diário Oficial do Poder Executivo, edição de 20/11/02, culminando com a venda de 2.800 Kg de aparas de papel para Jorge Luiz Valle Nicolau;

Posteriormente deparou-se com a falta de documentos de arrecadação de janeiro de 1998 a outubro de 2001, conforme OF. N.º 82/03, o qual ensejou a instauração de uma Sindicância;

Finalizados os trabalhos da Comissão Sindicante foi elaborado o Relatório Final de fls. 186 a 199 (em anexo), concluindo pela presença de irregularidades e violação do artigo 279, alínea V e VI da Lei n.º 6174/70 e, também, do artigo 293, alínea IV da mesma lei, bem como foi violado o Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná, instituído pela Resolução 12220, de 06/01/99, no que concerne à Tabela de Temporalidade para eliminação de documentos, da Secretaria de Estado da Administração, bem como o artigo 6º da Resolução 07/19978 do Conselho Nacional de Arquivos, presumindo as autorias das irregularidades dos Servidores Gabriel Inácio Kravchychyn e Santos, e propõe a instauração de Processo Administrativo;

No mesmo relatório faz alusão da existência de indícios da prática de crime capitulado no artigo 314 do Código Penal e recomenda a comunicação do Ministério Público;

O início das atividades da Comissão Processante deu-se em reunião no dia 26 de novembro de 2003, em cujos trabalhos preliminares, seus componentes tomaram conhecimento dos fatos e demais providências cabíveis. Diante de tudo que dos autos constam, a Comissão indiciou os servidores Gabriel Inácio Kravchychyn e San-

tos, pela transgressão do artigo 279, incisos V e VI do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná – Lei 6174/70, colocando os autos à disposição, para vistas dos mesmos, e uma vez citados para fins de defesa no prazo legal;

Quanto ao servidor Gabriel Inácio Kravchychyn:

Em sua defesa insurgiu-se contra a capitulação feita pela Comissão de Sindicância, anteriormente realizada, onde a mesma conclui pela existência de indícios da prática de crime capitulado no artigo 314 do CP, recomendando ainda, que seja comunicado ao Ministério Público. Quanto ao mérito alegou ser sempre cumpridor de suas obrigações, exercendo com zelo sua missão como Presidente da CSA. Pediu o envio ao Ministério Público das cópias da sua defesa, para instauração do devido processo legal contra os membros das sindicância, porque esses sabiam e sabem da sua inocência; Quanto a esse fato considerou a Comissão Interna de Processo Administrativo que a Comissão de Sindicância, ao averiguar os fatos e relatar suas conclusões, fez o que era de sua competência, assim, no estrito cumprimento do dever legal aludiu sobre a existência de indícios da prática de crime previsto no Código Penal, recomendando a comunicação ao Ministério Público. Portanto, não conheceu do pedido formulado pela defesa de Gabriel Inácio Kravchychyn;

Quanto a idas dos servidores no local onde encontravam-se os documentos selecionados para eliminação, observou a Comissão Processante que pelo depoimento de fls. 172, o próprio Gabriel Inácio Kravchychyn, por solicitação verbal, foi quem convocou os chefes de cada seção da DIFI, para que fossem à DIMAPA e analisassem os documentos que deveriam ser eliminados, retirando de lá os que não deveriam ser eliminados, como última oportunidade para salvar documentos importantes;

Que tal solicitação fez na condição de Chefe da DIFI, e não como Coordenador da CSA, pois, nessa ocasião a mesma já havia concluído os trabalhos a que lhe foram atribuídos, de modo que, os servidores que lá deveriam comparecer, eram os chefes de seções da DIFI, porque tratavam-se de documentos pertinentes às suas respectivas seções de trabalho, cujos responsáveis, por uma questão de cautela, deveriam fazer uma última verificação e salvar os documentos importantes, que por isso não deveriam ser eliminados;

Que os documentos em objeto eram os pertencentes às diversas seções da DIFI, não havendo motivo para que outros servidores, mesmo quem tivesse participado anteriormente na CSA, lá estivessem, como é o caso de Amarildo Miguel Leal e Décio Roberto Szvarça, os quais já haviam cumprido suas obrigações perante a CSA, e como não eram servidores lotados em nenhuma seção subordinada a DIFI, ou que houvesse documentos de suas responsabilidades para eliminação, não havia motivo para realizarem nova análise. Por isso a Comissão Processante não considerou como parcial o resultado da Sindicância anteriormente realizada sobre o assunto;

Que o servidor Gabriel Inácio Kravchychyn, à época dos fatos, exercia as funções de Chefe da Divisão Financeira da UEPG, e na Comissão Setorial de Avaliação – CSA exerceu o cargo de coordenador, como tal presidiu os trabalhos da mesma, até o término de sua missão;

Que em seus depoimentos o Sr. Gabriel declarou o que segue: (fls. 172 do Processo Administrativo Interno)

Que não lembra se os movimentos de caixa e documentos de arrecadação, referentes ao período de 1998 a dezembro/2001 estavam na DIMAPA;

Que determinou a separação de documentos e que fosse aberta cada caixa, mas não ajudou em tal verificação, e que lembra que não houve separação muito criteriosa;

Que determinou ao César que acompanhasse o carregamento do caminhão, mas ele, depoente, não acompanhou o processo de picoteamento do papel reciclado, o que foi feito na empresa que o comprou, que não lembra quando ocorreu, mas foi depois da publicação em Diário Oficial;

Que recomendou várias vezes ao servidor Darci Santos para ir analisar os documentos a serem reciclados;

Que as testemunhas arroladas pela defesa declararam o que segue:

Confirmaram que o indiciado não acompanhou o carregamento total dos documentos a serem eliminados;

Que entre as diversas caixas, havia uma com a observação escrita com pincel atômico com a expressão “não mexer”, caixa aquela de televisor de 29 polegadas, esclarecido pela depoente Rosana Garcia dos Santos (fls. 226 do Processo Adm. Interno), a qual continha guias verdes dos blocos de recibos de receitas de diversas Seções de Receitas da DIFI/UEPG;

Que observa-se que o trabalho de separação de documentos foi realizado pela CSA, com observância das determinações legais, aplicáveis à espécie, inclusive com acompanhamento de dois representantes do Arquivo Público Estadual. Após os cuidados e trâmites legais, foram elaborados boletins devidos e publicado o extrato no Diário Oficial do Estado, terminando assim a missão da citada CSA, restando somente a eliminação dos documentos selecionados para tal finalidade;

Que foi exatamente nesse momento, quando requeria os cuidados mais minuciosos, é que ocorreu a negligência no ato do carregamento das caixas, sem que os documentos fossem previamente picotados, inclusive a multicitada caixa que continha a observação “não mexer”;

Que tudo que foi apurado demonstra que a não permanência do servidor Gabriel Inácio Kravchychyn, durante o procedimento do carregamento das caixas contendo os documentos a serem eliminados, constituiu omissão ao cumprimento do dever legal, pois a ele competia, por imposição do dever legal do cargo de Chefe da Divisão Financeira, a obrigação de supervisionar aquela atividade, bem como não permitir a saída de documentos

que não podiam ser eliminados naquele momento, quer pela sua natureza, bem como pela temporalidade, deveriam permanecer por mais tempo em arquivo, para os devidos fins, documentos esses, como se vê, de substancial importância, e que ora se demonstram necessários como elementos de provas para a completa elucidação dos fatos que estão sendo apurados através do Processo n.º 3239/03, cujas ausências estão dificultando e impossibilitando as conclusões decisivas daquela Comissão Processante. Ademais porque permitiu a saída dos mesmos sem que previamente fossem pecoteados, agindo, pois, com negligência, tornando-se com isso responsável por seus atos;

Quanto ao servidor Darci Santos:

Que o mesmo não apresentou defesa, tendo requerido a suspensão do prazo para defesa, até que seja concluída pela Promotoria de Investigação Criminal, a realização da perícia alusiva ao Processo n.º 03239/2003, o qual não foi atendido, por ausência de embasamento legal;

Que em 25/03/04 foi notificado pessoalmente para apresentar razões finais, mas, alegando cerceamento de defesa, impetrou medida de segurança. Atendendo à liminar, a Comissão houve por bem assinar-lhe novo prazo para defesa e realização de demais atos cabíveis, em especial aqueles dos quais se disse prejudicado. Sendo que, após essas providências, decorrido o prazo legal, não mais se manifestou, nem requereu produção de provas;

Que em depoimento pessoal quanto aos fatos se pronunciou dizendo que ouviu falar que viria uma pessoa para fazer a reciclagem, mas nunca foi comunicado a respeito da necessidade de separar documentos que não seriam reciclados, nem sabia que existia comissão da UEPG para tal fim;

Que as testemunhas na Sindicância, quase todas afirmaram que mantiveram contato com o referido servidor, para que fosse até a Dimapa, local onde os documentos estavam sendo organizados para eliminação, mais não atendeu tais apelos, sob alegação de que não havia necessidade de seu comparecimento naquele local, e no mesmo sentido, confirmaram seus depoimentos na fase do presente processo administrativo;

Que o seu não comparecimento contribuiu para a saída de documentos de sua responsabilidade direta, entre eles uma caixa com o alerta de “não mexer”, certamente por serem importantes, e por isso deveriam ser preservados, que de forma alguma poderiam ser eliminados naquela oportunidade, tanto pelo seu conteúdo, sua natureza e temporalidade, deveriam permanecer por mais tempo em arquivo, à disposição para consultas e verificações, como ora se comprova pela necessidade da Comissão Processante, a fim de elucidar os fatos que estão sendo apurados no Processo n.º 03239/03, cujas ausências estão impossibilitando as conclusões decisivas da citada Comissão;

Que mesmo sendo solicitado pelo seu chefe imediato, Gabriel Inácio Kravchychyn, para comparecer ao

local onde encontravam-se tais documentos, e pelo mesmo alertado que seria aquela a última oportunidade para salvar documentos importantes, mas mesmo assim não atendeu as ordens recebidas, demonstrando comprovada negligência ao dever funcional, assumindo a responsabilidade por suas consequências;

CONCLUSÕES CONSTANTES NO RELATÓRIO FINAL DE 11/05/04 DA COMISSÃO DE PRO- CESSO ADMINISTRATIVO 04871/03

Com respeito ao servidor Gabriel Inácio Kravchychyn está sobejamente comprovado que a sua não permanência durante todo o ato do carregamento dos documentos e haver permitido a saída dos documentos, sem prévio picoteamento, configura infração funcional. Revela-se ainda mais grave o fato de haver permitido a saída de documentos que pela sua natureza, conteúdo e temporalidade, não poderiam ser eliminados naquela época, razão pela qual deveriam permanecer por mais tempo em arquivo, documentos aqueles importantes e necessários, como a caixa com o aviso de “não mexer”, certamente porque continha documentos importantes, e por isso necessários, como ora se comprova pela necessidade como elementos de provas, para elucidar de forma mais completa e precisa, os fatos que estão sendo apurados pela Comissão Processante através do Processo n.º 03239/03. Por tudo isso, conclui-se que a sua omissão caracteriza negligência no desempenho das atividades inerentes ao cargo ou função, constituindo falta grave ao dever funcional, o que configura a infração dos dispostos no artigo 279, incisos V e VI, combinados com o artigo 285, inciso III da Lei n.º 6174/70.

“Art. 279 – São deveres do funcionário:

V- Lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir;

VI- Observância das normas legais e regulamentares.”

Art. 285 – Ao funcionário é proibido:

III- Retirar, modificar ou substituir, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento de órgão estadual, com o fim de criar direito ou obrigação ou de alterar a verdade dos fatos.”

Diante da comprovada falta grave cometida pelo indiciado, sugere-se a aplicação da pena disciplinar de suspensão por quinze dias, no mínimo, prevista no artigo 291, inciso III, do referido diploma legal.

“ Art. 291 – São penas disciplinares:

III – Suspensão”

Com relação ao Servidor Santos, o seu comparecimento antes do carregamento dos documentos se fazia necessário, porque era essencial que fizesse um exame nos documentos de sua responsabilidade, já que era última oportunidade para separar aqueles que não poderiam ser eliminados, quer pela natureza de seu conteúdo, quer pelas datas mais recentes de suas emissões, por isso deveriam permanecer por mais tempo em arquivo, para

as consultas que se fizessem necessárias. A sua omissão caracteriza negligência no cumprimento de obrigações no desempenho das atividades devidas, inerentes ao cargo ou função, cuja culpa constitui falta grave ao deve funcional, e a conseqüente infração aos preceitos do artigo 279, incisos V e VI, combinado com o artigo 285, inciso III, da Lei n.º 6.174/70;

Tendo em vista a comprovada falta grave cometida pelo indiciado, sugere-se a aplicação da pena disciplinar de suspensão de quinze dias, no mínimo, prevista no artigo 291, inciso III, da já citada lei;

Estes foram os pontos levantados pela Comissão Interna de Processo Administrativo n.º 4871/03, contudo, ainda devem ser analisadas por esta CPI das Universidades, as informações trazidas pela Comissão de Sindicância Administrativa n.º 04871/2003, anterior à Comissão Processante retro mencionada, que traz informações relevantes para elucidação do assunto, conforme abaixo elencamos:

Que a referida Comissão de Sindicância foi instalada pela Portaria n.º 238, de 03/10/2003, tendo em vista o ofício de lavra do Presidente da Comissão de Processo Administrativo instaurada pela portaria 137/2003, comunicando a falta de documentos relativos à Seção de Receitas da UEPG. Sendo que, a Divisão Financeira manifestou-se, informando que não foram encontrados os documentos de arrecadação anteriores a novembro de 2001, bem como dos dias 26 e 28 de dezembro de 2001, e os movimentos de caixa de 26 e 28 de dezembro de 2001. Foi relatado ainda, que a referida documentação teria sido enviada para reciclagem, tendo em vista os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Setorial de Avaliação (CSA), presidida pelo servidor Gabriel Inácio Kravchychyn, à época também Chefe da Divisão Financeira da Instituição. Informou-se, ainda, que na ocasião do envio do material para reciclagem estariam presentes os servidores Hermenegildo de Campos, César Adão Hilgemberg e Gabriel Inácio Kravchychyn;

Que conforme os depoimentos prestados perante a Comissão Sindicante, pode-se extrair os seguintes pontos como relevantes à elucidação do caso: (Folhas 186 e seguintes da Sindicância Interna n.º 04871/2003)

Rosana Garcia dos Santos, declarou:

Que integra a Comissão Setorial de Avaliação, designada para proceder à eliminação dos documentos antigos da UEPG, desde o início do funcionamento da mesma, desempenhando a função de Secretária;

Que havia arquivo da Divisão Financeira na DIMAPA – Divisão de Material e Patrimônio, no Campus de Uvarana, mesmo antes da mudança da referida Divisão para o Campus de Uvaranas, sendo que depois foi construído o prédio do Arquivo Morto (Arquivo Geral), onde a DIFI tem uma sala;

Que geralmente cada Seção da DIFI fica de posse dos documentos referentes ao ano corrente e ao ano anterior. Que o responsável pelo arquivo é o servidor César

Adão Hilgemberg, o qual arquiva todos os documentos, de forma anual;

Que houve reunião com dois membros do Arquivo Público do Paraná, na qual foi explicado o procedimento para arquivamento;

Que o chefe da DIFI, Gabriel Inácio Kravchychyn, solicitou a cada chefe de Seção que relacionasse os documentos que estavam arquivados; E que foi dado a cada Chefe de Seção da DIFI o Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná;

Que apenas a Seção de Receita, que tinha como Chefe o servidor Darci Santos não apresentou mostras de seus documentos à Comissão Setorial de Avaliação; (grifo nosso)

Que após aprovação em reunião com os representantes do Arquivo Público, em atendimento ao referido Manual, indicou-se quais os documentos que deveriam ser eliminados, os quais foram listados e publicados no Diário Oficial do Estado do dia 20/11/2002;

Que a depoente e o servidor César conferiram, abrindo caixa por caixa, os documentos guardados na DIMAPA, e que havia uma caixa de televisão de 30 polegadas com guias de recibo da Seção de Receitas. Que a depoente escreveu “não mexer” na referida caixa; Que os documentos que seriam reciclados foram separados, colocados junto a uma parede na DIMAPA, e as caixas que não seriam recicladas ficaram em prateleira distante; (grifo nosso)

Que não presenciou o carregamento do caminhão com as caixas que seriam recicladas, o que foi acompanhado por Gabriel e César, e que não sabe informar como se deu o acompanhamento do carregamento por parte de Gabriel; (grifo nosso)

Que sempre indagava ao servidor Darci Santos se este não iria relacionar seus documentos para arquivo ou eliminação, mas o mesmo nunca deu importância;

Que a orientação do Sr. Décio do Arquivo Público, era que os documentos fossem pecoteados antes da reciclagem, mas não sabe se isto ocorreu; (grifo nosso)

Que não foi feito Termo de Eliminação de Documentos;

Que os documentos foram levados para reciclagem já no ano de 2003.

César Adão Hilgemberg, declarou:

Que é responsável pelo Arquivo da Divisão Financeira, mas não da Seção de Receitas, que tem arquivo próprio;

Que o servidor Gabriel Kravchychyn, antigo chefe da DIFI e Coordenador da Comissão Setorial de Avaliação, determinou-lhe que fosse com a funcionária Rosana separar o material que deveria ser reciclado, tendo sido feito um relatório prévio à Comissão Setorial de Avaliação acerca do que seria eliminado;

Que foi feita verificação em cada caixa que continha documentos da DIFI e que estavam na DIMAPA,

sendo que seriam eliminados todos os empenhos até 1992;

Que os documentos da Seção de Receitas estavam em determinada caixa, mas esta não foi aberta e que separou com Rosana as caixas que continham documentos para eliminação das que tinham documentos que não podiam ser eliminados; Que as Caixas ficaram próximas, meio desorganizadas. Que a caixa com documentos da Seção de Receitas, sem observação escrita, ficou junto com as demais; (grifo nosso)

Que por várias vezes ele e a servidora Jeane consultaram o servidor Darci Santos acerca do que deveria ser eliminado, mas o mesmo asseverava que não tinha tempo para ir até a DIMAPA; (grifo nosso)

Que foi designado por Gabriel Inácio para efetuar o carregamento do caminhão com o que iria para a reciclagem, o que fez com servidores da DIMAPA. Que os documentos até 1992 iriam para reciclagem, estando separados por cerca de dois metros dos demais;

Que começou a carregar o caminhão apenas com as caixas que estavam separadas para reciclagem, tendo orientado os demais servidores para que assim o fizessem. Que outras pessoas começaram a carregar o caminhão, não ficando no local nenhuma caixa. Que momentaneamente não observou que tudo estava sendo carregado, mas quando o fez não se preocupou porque o servidor Gabriel Inácio dissera-lhe que tudo deveria ser colocado no caminhão para ser reciclado; (grifo nosso)

Que não foi determinado que os Chefes de Seção retirassem suas caixas da DIMAPA. Que os papéis seriam pecoteados na empresa que os comprou. Que viu que a caixa com documentos da Seção de Receitas estava no caminhão, mas não se preocupou, pois havia consultado o servidor Darci Santos e este informou que não precisava guardar tais documentos; (grifo nosso)

Que o servidor não foi ver que documentos estavam naquela Caixa; (grifo nosso)

Que durante o carregamento ficou sozinho com os servidores da DIMAPA, sendo que o servidor Gabriel Inácio só deu uma “passada” por lá;

Que os movimentos de caixa de 26 e 28 de dezembro de 2001 deveriam estar no arquivo da DIFI e não na DIMAPA;

Que procurou com a servidora Jeane os documentos de arrecadação solicitados, mas não encontrou nada na DIMAPA nem no arquivo morto.

Que qualquer funcionário tinha acesso ao arquivo da DIFI, por meio de chaves que ficam na Seção de Processamento de Documentos, sendo que é comum pegarem a chave e irem sozinhos ao arquivo; (grifo nosso)

Maria Solange Landmann Mercer, declarou:

Que todo documento, após processado pela DIFI, inclusive os da Seção de Receitas, iam para arquivo, o qual funciona atualmente em sala no Arquivo Morto da UEPG, e que antes da construção de

tal prédio, os documentos ficavam guardados no próprio arquivo da DIFI;

Que os documentos de arrecadação de 1998 a dezembro de 2001 e os movimentos de caixa de dezembro de 2001 deveriam estar no Arquivo Morto, pois na DIMAPA ficavam apenas documentos muito antigos;

Que sabe que os movimentos de caixa estavam no Arquivo, os quais, quando necessário, eram solicitados ao servidor CÉSAR; (grifo nosso)

Que sabe que quando a DIFI mudou-se para o Campo de Uvaranas, os documentos de arrecadação da Seção de Receita foram guardados em galpão da DIMAPA, “jogados em uma caixa”; (grifo nosso)

Que os servidores dirigem-se ao Arquivo Morto com o servidor César; (grifo nosso)

Que exerceu o cargo de Chefe da Contadoria até agosto de 2002.

Gabriel Inácio Kravchychyn, declarou:

Que quando a DIFI mudou para o Campus, foi concedida sala para arquivo, exceto dos documentos da Seção de Receita, que possuía arquivo próprio;

Que o servidor César era responsável pelo arquivo, mas não de forma oficial, pois não tinha especialidade para isso;

Que, pelo que se lembra, os documentos da Seção de Receita não eram repassados ao César, pois tradicionalmente ficavam na Seção;

Que os movimentos diários de caixa eram repassados ao Chefe da Contadoria e depois arquivados por César; (grifo nosso)

Que não lembra se os movimentos de caixa e documentos de arrecadação referentes ao período de 1998 a dezembro de 2001 estavam na DIMAPA;

Que foi solicitado verbalmente pelo depoente a todos os chefes de seção da DIFI que fossem à DIMAPA e analisassem os documentos que deveriam ser eliminados devendo os que não o seriam serem retirados do local;

Que não se recorda se todos os chefes atenderam à solicitação; (grifo nosso)

Que o servidor César foi designado para separar os documentos que deveriam ser eliminados e os que não deveriam; (grifo nosso)

Que o depoente não ajudou em tal verificação e, pelo que lembra, não houve separação muito criteriosa, pois as caixas, quando do embarque, ficaram próximas umas das outras; (grifo nosso)

Que pelo que sabe, tudo que estava na DIMAPA deveria ser enviado para reciclagem, e que determinou ao servidor César que acompanhasse o carregamento do caminhão, mas o depoente não o acompanhou, ficando no local por pouco tempo; (grifo nosso)

Que todos os servidores da DIFI, dependendo da necessidade, pegavam a chave e se dirigiam ao arquivo, mesmo sozinhos;

Que o trabalho de separação do material para reciclagem foi atribuído ao servidor César; (grifo nosso)

Que não acompanhou o processo de picotagem do papel, o que foi feito na empresa que o comprou;

Que não se lembra de nenhum comentário do Chefe da Seção de Receitas, Sr. Santos, se este iria ou não analisar os documentos que seriam reciclados, mas lembra que fez tal recomendação por diversas vezes;(grifo nosso)

Luiz Antônio Martins Wosiack, declarou:

Que é lotado na Contadoria da Divisão Financeira;

Que os documentos de arrecadação nunca foram enviados à Contadoria, ficando na Seção de Receitas, e os movimentos de caixa eram enviados diariamente à Contadoria, de forma reduzida, ou seja, o total diário de arrecadação de cada órgão;

Que os documentos solicitados pela Comissão Processante deveriam estar no Arquivo da DIFI, e, como não foram encontrados, foi lavrado ofício;

Que com certeza passaram pela Contadoria os movimentos de caixa dos dias 26 e 28 de dezembro de 2001, pois foram contabilizados;

Que os movimentos de caixa são repassados ao servidor César, para arquivo, sendo que este arquiva também documentos referentes a pagamentos efetuados pela UEPG; (grifo nosso)

Que não tem conhecimento se os documentos de arrecadação da Seção de Receitas são repassados ao servidor César;

Que quase todos os funcionários da DIFI têm acesso ao arquivo do órgão, sendo que o depoente, quando precisa de algo, solicita ao César;

Que não foi realizada nenhuma reunião entre o depoente e o Chefe da DIFI acerca da análise e separação de documentos que pudessem ir para reciclagem, nem houve determinação do Chefe da DIFI neste sentido; (grifo nosso)

Que não foi comunicado de que deveria separar documentos que não poderiam ir para reciclagem, nem teve conhecimento da listagem dos documentos que seriam eliminados; (grifo nosso)

Que consta na Contadoria de que houve movimento de caixa nos dias 26 e 28 de dezembro

Luiz Hermenegildo de Campos Neto, declarou:

Que é lotado na Seção de Patrimônio da Divisão de Material e Patrimônio (DIMAPA);

Que os documentos pertencentes à Divisão Financeira eram armazenados na DIMAPA, quando não havia mais espaço na DIFI;

Que cerca de seis meses antes do envio dos documentos para eliminação os servidores da DIFI – Mauro e César foram à DIMAPA organizar tais documentos, e disseram ao depoente que todos os documentos que lá estavam seriam enviados para reciclagem; (grifo nosso)

Que antes da organização feita pelos referidos servidores, o Chefe da DIMAPA solicitou ao Chefe da DIFI que organizasse os documentos, que estavam “jogados e desorganizados”; (grifo nosso)

Que o depoente soube pelo então Chefe da DIFI, Gabriel Inácio Kravchychyn, que os documentos seguiriam para reciclagem; (grifo nosso)

Que após a organização dos documentos, os mesmos foram acondicionados em caixas, sendo que havia determinados documentos de cor verde “cópias de bloquinhos de recibos”, que estavam em uma caixa grande, tendo o depoente visto os mesmos quando os servidores mencionados estavam procedendo à organização; (grifo nosso)

Que não havia nada escrito na caixa, e a mesma foi carregada no caminhão para reciclagem;

Que somente o pessoal da DIFI tinha acesso a tais documentos, e os funcionários da DIMAPA não mexiam nos mesmos;

Que o servidor Darci Santos não compareceu na DIMAPA em nenhuma oportunidade para analisar e separar os documentos que seriam eliminados; (grifo nosso)

Que a função do depoente e dos outros funcionários da Seção de Patrimônio foi carregar as caixas no caminhão;

Que no dia do carregamento estavam no local os servidores da DIFI Mauro, César e Gabriel; (grifo nosso)

Que quando do carregamento não houve orientação ao depoente e aos demais para deixarem alguma caixa, sendo que foram carregadas todas as pertencentes à DIFI;

Que não há mais no galpão da DIMAPA nenhum documento da DIFI, e que havia uma faixa separando os documentos da DIFI após organizados, sendo que os servidores Mauro e César disseram ao depoente para não mexer.

Darci Santos, declarou:

Que os movimentos de caixa eram enviados diariamente à Contadoria;

Que na Seção de Receita ficavam somente os documentos de arrecadação do ano em curso;

Que no Arquivo Geral da DIFI eram guardados também os documentos da Seção de Receitas, sendo que quando não havia mais espaço os documentos mais antigos eram enviados para guarda na DIMAPA, cuja localização específica o depoente desconhece;

Que os documentos objetos da presente sindicância tiveram tramitação normal, os documentos de arrecadação foram para arquivo e os movimentos de caixa para a Contadoria;

Que o depoente ouviu falar que viria uma pessoa para fazer a reciclagem de documentos, mas nunca foi comunicado a respeito da necessidade de separar documentos que não seriam reciclados, e não sabia que havia uma Comissão da UEPG constituída para tal fim;

Que acredita que os documentos dos anos de 1998 a 2000 já estariam na DIMAPA;

Que nunca precisou dos documentos já arquivados e ao saber da reciclagem não preocupou-se com o que seria eliminado, considerando que o chefe da DIFI estava acompanhando as pessoas que vieram de Curitiba, e deveria saber o que poderia ser reciclado;

Que em determinada ocasião, acompanhando a servidora Jeane, da DIFI, esteve na DIMAPA e verificou que haviam documentos de arrecadação jogados em uma caixa grande; (grifo nosso)

Que não acompanhou o processo do envio de documentos para reciclagem nem ficou sabendo se a Caixa com os documentos de arrecadação foi enviada para reciclagem;

Jeane Regina Moraes Viechniesk, declarou:

Que é lotada na Divisão Financeira, ocupando o cargo de Chefe de Seção de Receitas desde 30.06.2003;

Que quando a Comissão Processante solicitou a documentação referida em ofício, a depoente e o servidor Mauro encontraram os documentos de arrecadação referentes a Novembro/2001 e 01 a 25 de dezembro de 2001 em um armário na Seção de Receitas;

Que o usual é que tais documentos fiquem arquivados naquela Seção por cerca de um ano;

Que não existe responsável oficial pelo arquivo, sendo que normalmente o servidor César Adão Hilgemberg fazia este trabalho;

Que sabia que havia documentos da Seção de Receitas na DIMAPA; (grifo nosso)

Que o servidor Gabriel Inácio Kravchychyn, então chefe da DIFI, determinou verbalmente à depoente que separasse o que fosse da responsabilidade de sua seção à época, para ver o que iria para arquivo e o que iria ser reciclado, pois haviam documentos na seção e também na DIMAPA;

Que a servidora Rosana Garcia dos Santos mostrou à depoente tabela de documentos que seriam reciclados;

Que por conta própria, a depoente retirou da DIMAPA os documentos que não iriam para reciclagem;

Que havia na DIMAPA várias caixas pequenas com documentos da Seção de Receita, bem como uma caixa grande com documentos de arrecadação. Que insistiu diversas vezes com o servidor Santos, então Chefe da Seção de Receitas, para que o mesmo fosse separar tal documentação, sendo que lhe dizia que não iria usar nada daquilo e não foi proceder a tal separação. Que a depoente comunicou tal fato ao servidor Gabriel Inácio, então chefe da DIFI, dizendo-lhe a depoente que havia muitos documentos da Seção de Receitas que não estavam separados, e que o mesmo lhe disse que conversaria com o funcionário. Que a depoente alertou novamente Gabriel, que lhe respondeu que cada um se responsabilizasse e cuidasse de sua Seção; (grifo nosso)

Que não presenciou o carregamento do caminhão com material que iria para reciclagem, e viu, no dia do

carregamento, o servidor Gabriel determinar que Rosana e César se dirigissem à DIMAPA, mas não sabe se a servidora Rosana foi até lá;

Que os movimentos de Caixa foram encontrados por César e Mauro.

Mauro Augusto Dalabernarda, declarou:

Que é lotado na Seção de Receitas da DIFI desde o ano de 2001, sendo que antes era lotado na Seção de Controle e Preparação de Documentos daquela DIFI;

Que à época em que a CSA começou a atuar, ajudou o servidor César a organizar a documentação; (grifo nosso)

Que os documentos de arrecadação mais recentes, de cerca de um ano para trás ficavam arquivados na Seção de Receitas, e os movimentos de caixa eram enviados diariamente à Contadoria da DIFI;

Que após um ano os documentos de arrecadação eram enviados para a DIMAPA;

Que antes de ser construído o Arquivo Geral, os documentos mais antigos, por falta de espaço, eram enviados à DIMAPA;

Que raramente precisava consultar documentos antigos, e quando isto acontecia, ia à DIMAPA, o que ocorria também com os servidores Darci Santos e Euclides;

Que quando ajudou o servidor César na organização antes mencionada, abriram caixa por caixa, separando por ano e por assunto, além da separação do que iria ou não para reciclagem. Que os documentos que estavam fora do período que iria para reciclagem ficaram separados, sendo que o que não poderia ser reciclado ficou em prateleiras. Que no chão havia uma caixa grande com documentos de arrecadação em seu interior, aberta, como se fosse uma caixa qualquer, e que, percebendo que eram documentos recentes, deixaram-na separada. Que posteriormente indagaram ao funcionário Santos, então Chefe da Seção de Receitas, mas o mesmo não deu importância ao fato, nem fez qualquer comentário a respeito. Que não se lembra se tal fato foi comentado com o Chefe da DIFI. Que não foi colocado nenhum aviso na referida caixa grande, a qual foi deixada no mesmo lugar aguardando que o servidor fosse analisar os documentos nela constantes. Que não se recorda se foi feita reunião específica a respeito de organização de documentos para reciclagem. Que pelo que lembra, os documentos de arrecadação citados estavam todos na mencionada caixa grande; (grifo nosso)

Que não estava presente quando foi carregado o caminhão, não sabendo informar quais servidores ali estavam. Que quando solicitados os documentos desaparecidos, ajudou a procurar, caixa por caixa começando no Arquivo Geral e depois na própria DIFI. Que não procurou na DIMAPA, pois ouviu comentários de que nada havia sobrado lá. Que quando ouviu tal comentário, não se preocupou em questionar a respeito dos documentos que não deveriam ter ido para reciclagem. Que após certo

tempo do envio dos documentos para reciclagem soube que tais documentos haviam desaparecido, mas não lembrou-se naquela ocasião da existência da caixa grande mencionada, somente vindo a lembrar disso quando da busca dos documentos solicitados pela Comissão Processante; (grifo nosso)

Que acredita que os documentos referentes ao ano de 2001 estavam arquivados na DIMAPA;

Que os documentos de arrecadação de novembro de 2001 e 01. A 25 de dezembro de 2001 foram encontrados pelo depoente e por outro servidor em duas caixas de arquivo no Arquivo Geral. Que os documentos faltantes foram procurados em todas as caixas do Arquivo Geral e não há possibilidade de os mesmos estarem guardados em outro lugar.

De tudo que foi exposto nos depoimentos e demais diligências efetivadas pela Comissão de Sindicância Interna, a mesma realizou diversas constatações e conclusões sobre o assunto, das quais destacamos o que segue, como relevante à elucidação do caso:

Que a Comissão Setorial de Avaliação – CSL procedeu de acordo com as normas legais, no que tange à elaboração da listagem dos documentos que poderiam ser eliminados, atendo-se à tabela de temporalidade dos documentos e instituída pela Resolução 12280/98 da Secretaria de Estado de Administração;

Que não foi lavrado Termo de Eliminação de Documentos, exigido pela Resolução supramencionada, em seus artigos 2º e 4º, o qual supõem-se deveria ter sido providenciado pelo servidor Gabriel Inácio Kravchychyn, presidente da CSA. E que também o referido servidor deveria diligenciar pelo cumprimento do disposto no artigo 6º da resolução, que determina que a eliminação dos documentos públicos dar-se-á mediante fragmentação, a qual deve ser supervisionada por servidor autorizado. O próprio servidor admite em seu depoimento que não houve acompanhamento do processo de picotagem dos documentos, “o que foi feito na empresa que o comprou”. Que tal falta de acompanhamento poderia ensejar danos à Universidade, pela ausência de comprovação de que a documentação, contendo dados da instituição e, sobretudo, assinaturas de servidores, teria sido efetivamente destruída;

Quanto ao desaparecimento de documentos de arrecadação de 1998 a outubro de 2001, e 26 e 28 de dezembro de 2001, e de movimentos de caixa de 26 e 28 de dezembro de 2001, requisitados pela Comissão Administrativa instituída pela portaria 137/2003, que trata do desvio de valores da Seção de Receitas da UEPG, constatou que:

Não havia controle efetivo dos documentos arquivados no âmbito da Divisão Financeira da Instituição;

Tudo indica que a Seção de Receitas possuía um “arquivo próprio”, contendo os documentos de arrecadação, e que os movimentos de caixa eram repassados para arquivo com os demais documentos da Divisão;

Que ao que tudo indica antes de maio de 2002, quando faltava espaço para guardar a documentação, os documentos antigos iam para a DIMAPA, onde, segundo os depoimentos, ficavam “jogados e desorganizados”;

Foi indicado nos depoimentos que o responsável pelo arquivamento de pelo menos parte dos documentos era, e ainda é, o servidor César Adão Hilgemberg. Todavia, relatou-se que, em certas ocasiões, outros servidores desempenhavam tal tarefa, não havendo responsável oficialmente designado. Isto porque a UEPG não possui, em seus quadros, servidor habilitado para exercer as funções de arquivista;

No que concerne ao desaparecimento dos movimentos de caixa dos dias 26 e 28 de dezembro de 2001, não foi possível identificar quando e como teria ocorrido, pois os depoentes relataram que os mesmos seguiam diariamente da Seção de Receitas à contadoria, e depois para arquivo;

Já com relação aos documentos de arrecadação desaparecidos, há fortes indícios, à luz dos depoimentos, que os mesmos estavam em caixa da DIMAPA, de forma desorganizada, e que foram para reciclagem; (grifo nosso)

Que pela tabela de temporalidade tais documentos de arrecadação deveriam ficar arquivados por 06 anos, portanto, não poderiam ser eliminados os documentos de arrecadação do ano de 1997 em diante;

Que o servidor Gabriel Inácio Kravchychyn, então Chefe da Divisão Financeira da UEPG, e Presidente da Comissão Setorial de Avaliação, possuía conhecimento das regras para a eliminação de documentos. Sabia, pois, que os documentos de arrecadação em tela não poderiam ser eliminados. O próprio servidor, em seu depoimento, refere-se à responsabilidade pela separação dos documentos a serem reciclados, afirmando que solicitou verbalmente à cada Chefe de Seção que separasse os documentos que deveriam ser eliminados e os que não seriam “sendo a última oportunidades para salvar documentos importantes. Todavia, há indícios de que não atuou de forma condizente com a responsabilidade de Chefe de Divisão e de Presidente da CSA, pois, como reconhece em seu depoimento, solicitou apenas verbalmente aos Chefes de Seção que separassem seus documentos. E tudo indica que não verificou se tal solicitação foi atendida. Que pelos fatos narrados e o descaso do servidor Gabriel com a separação do material, e pelo depoimento do servidor César que indica a sua inaptidão e falta de consciência quanto a importância da separação dos documentos, que o servidor César limitou-se a cumprir ordens, o que se evidencia em seu depoimento, a fls. 167-169, no qual relata que, apesar de saber da separação de caixas que deveriam e que não deveriam ser enviadas para reciclagem, não se preocupou ao ver que todas estavam sendo carregadas no caminhão, porque o servidor Gabriel dissera que tudo que lá estava deveria ser carregado no caminhão, e porque o servidor Darci Santos informara que não iria precisar de tais documentos. Desta

forma, esta Comissão entende que ao servidor Gabriel Inácio Kravchychyn cumpria designar servidor habilitado para desempenhar as tarefas de separação do que ia ser reciclado, e sobretudo, a do envio do mesmo para reciclagem. E, mais, competia ao servidor fiscalizar com afinco tais atividades, para impedir que documentos relevantes, cuja eliminação estaria vedada, fossem eliminados, o que acabou por acontecer. Cabe ressaltar que a servidora JEANE REGINA MORAIS VIECHINESKI, em seu depoimento de fls. 180, afirmou que alertou GABRIEL INÁCIO KRAVCHYCHYN sobre a existência de documentos da Seção de Receitas na DIMAPA, bem como do fato de o servidor SANTOS, então Chefe da Referida Seção, não haver comparecido ao local para analisar e separar tais documentos. E, mesmo assim, Gabriel omitiu-se em tomar as medidas cabíveis ao exame e separação da documentação, deixando simplesmente que a mesma seguisse para eliminação; (grifo nosso)

Quanto ao servidor Santos, os depoimentos de Rosana Garcia dos Santos, César Adão Hilgemberg, Jeane Regina Morais Viechieski, Mauro Augusto Dalabernarda, bem como seu próprio depoimento, indicam que o mesmo sabia que havia documentos de arrecadação da Seção de Receitas em uma caixa na Divisão de Material e Patrimônio. O mesmo tinha ciência, também, nos termos de seu próprio depoimento (fls. 178), de que iria acontecer a reciclagem de documentos. Porém, conforme seus colegas, bem como afirmado em seu depoimento, não se preocupou com o que seria eliminado. E enquanto os demais chefes de seção, o então Chefe da Seção de Receitas omitiu-se em tomar qualquer providência, não dando importância ao fato, revelando, assim, conduta incompatível com a de um Chefe de Seção, que deveria zelar pela guarda e conservação dos documentos atinentes a seu serviço. Mesmo que o servidor não soubesse, precisamente o que poderia ou não ser reciclado, o procedimento correto seria de que, alertado como foi por seus colegas, procurasse conhecer quais os documentos de arrecadação estavam na DIMAPA, “jogados em uma caixa grande”, de acordo com seu depoimento. Inclusive, o mesmo se contradisse ao depor, pois, de início, asseverou desconhecer a localização específica dos documentos na DIMAPA (fls. 178), mas, adiante (fls. 179), informa ter lá estado com JEANE, e verificado que havia documentos de arrecadação jogados em um caixa grande. (grifo nosso)

Cumpra atentar, ainda, para o prejuízo que a falta da documentação destruída ocasionou aos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo instituída pela Portaria R. 137/2000, bem como para eventual ligação do desaparecimento dos documentos com os fatos apurados por aquela Comissão, o que deverá ser devidamente aferido pela via do processo administrativo;(grifo nosso)

Em face do exposto, esta comissão de sindicância conclui pela presença de irregularidades, consubstanciadas na violação ao artigo 279, V e VI da Lei 6174/70, que

instituem como deveres do servidor público estadual, “lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir” e “observância das normas legais e regulamentares”. Vislumbra-se também que houve falta de exatidão no cumprimento do dever nos termos do artigo 293, IV, da lei 6174/70. Foi violado, ainda, o Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná, instituído pela Resolução 12220, de 01.01.1999, no que concerne à Tabela de Temporalidade para eliminação de documentos, da Secretaria de Estado da Administração, bem como a Resolução 07/1997 do Conselho Nacional de Arquivos, em seu artigo 6º. Há indícios, ademais, da prática do crime capitulado no artigo 314, do código penal (extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento), pelo que se recomenda seja comunicado o Ministério Público. Presume-se como autores das irregularidades os servidores Gabriel Inácio Kravchychyn e Santos. Por estas razões, propõe a Comissão a instauração de Processo Administrativo para apurar as responsabilidades dos servidores Gabriel Inácio Kravchychyn e Santos. (grifo nosso)

Cabe ainda relatar que através da Portaria R. n.º 95, de 19/05/2004, o Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, resolveu aplicar a pena de suspensão por 15 (quinze) dias aos funcionários Gabriel Inácio Kravchychyn e Santos, referente as constatações da Comissão de Processo Administrativo instituída pela Portaria R. 273, que apurou a destruição indevida de documentos de arrecadação do Setor de Receitas da UEPG.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES DA CPI DAS UNIVERSIDADES ACERCA DOS PROCESSOS ENVOLVENDO O DESVIO DE VALORES DA SEÇÃO DE RECEITAS DA UEPG E DA DESTRUÇÃO INDEVIDA DE DOCUMENTOS DE ARRECAÇÃO DA SEÇÃO DE RECEITAS DA UEPG (PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NºS 03239/2003 E 04871/2003)

Que para entendimento do ocorrido nos dois processos deve-se analisar a eventual ligação entre o desaparecimento dos documentos de arrecadação da UEPG, e sua possível destruição indevida, e os fatos apurados quanto ao desvio de valores ocorrido na Seção de Receitas, verificando-se a identidade dos envolvidos, a conexão entre os fatos e o possível interesse dos agentes envolvidos nos dois casos. Isto como consequência lógica da apuração da verdade do ocorrido, e ainda, tendo em vista que o mesmo foi sugerido inclusive pela Comissão de Sindicância Interna da UEPG, que apurou a destruição irregular de documentos de arrecadação da UEPG, onde a mesma salienta que ao analisar o referido caso não levou em conta a análise de tal conexão entre os fatos, mais indicou que a referida análise deveria ser realizada pela via do processo administrativo;

Quanto ao desvio de verbas da Seção de Receitas da UEPG:

Pelas conclusões do Relatório Parcial da Comissão interna da UEPG, constituída para apuração dos fatos aqui tratados, referentes ao desvio de dinheiro da Seção de Receitas da UEPG, pelos depoimentos colhidos perante esta CPI e internamente na UEPG, e ainda pelos fatos e outras considerações já apontadas neste relatório, tem-se o que segue:

Que os fatos referentes ao desvio de verbas na Seção de Receitas da UEPG foram levantados pelo Pró-Reitor de Assuntos Administrativos Sr. Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, que em 02.07.2003, solicitou abertura de processo administrativo contra Santos, bem como, seu afastamento preventivo das suas funções;

Que os desvios ocorridos na Seção de Receitas eram de duas ordens:

Desvio de valores depositados por órgãos internos da UEPG na Seção de Receitas, realizado por funcionários da Seção de Receitas, através de manipulações no sistema interno Hércules, pois ao invés dos recursos serem transferidos aos entes internos depositantes utilizando-se a conta Caixa, o que era o natural neste caso, utilizava-se como contrapartida a conta PROAD 2132, da Pró-Reitoria de Administração. Desta forma, utilizava-se um recurso financeiro já existente na contabilidade da UEPG como se fosse uma nova entrada de recursos de forma que o órgão interno arrecadador não percebia tal manipulação, já que os recursos eram depositados em sua conta interna, como se fossem oriundos da arrecadação por ele depositado no Setor de Receitas da UEPG. Isto era feito sem qualquer fundamentação, e através de formulários/autorizações assinadas e controladas pessoalmente pelo Pró-Reitor de Administração, à época Sr. Nadir Laidane, sendo que, pelos depoimentos ficou claro também, que tais ordens eram confeccionadas e levadas ao Pró-Reitor pelo Sr. Gabriel Inácio Kravchychyn, sendo que em nenhum momento dos depoimentos e documentos analisados por esta CPI e pelas Comissões Internas da UEPG estabeleceu-se a existência de um relacionamento direto entre o Sr. Nadir e o servidor Darci Santos, pois, sempre aparecia como intermediário dos acontecimentos o nome do Sr. Gabriel Inácio Kravchychyn em todos os casos;

Desvios realizados na Arrecadação proveniente de pagamentos realizados diretamente na Seção de Receitas da UEPG por pessoas físicas diversas, relativos a taxas de matrículas em cursos e palestras, multas de atraso na biblioteca da Universidade e outros pagamentos desta ordem. Assim, os valores eram desviados retirando-se dos blocos de recibos as vias de controle interno da UEPG e adulterando-se as fitas de caixa, o que foi como retro transcrito neste relatório confessado em diversas ocasiões pelo servidor Sr. Darci Santos, inclusive em depoimentos perante esta CPI. Este tipo de desvio é de difícil quantificação, como já foi mencionado neste relatório, pois a única via de recibo restante, não

destruída, é aquela de posse do pagador. Contudo, como veremos a frente tais valores podem ser estimados, com base na confissão realizada pelo servidor Darci Santos;

Que a forma como foi utilizado o Sistema HÉRCULES propiciou uma parte dos desvios, pois o referido sistema deveria ser apenas um sistema de gestão e não um sistema que possibilitasse a transferência interna de valores entre as contas dos órgãos internos da UEPG, ainda, ressalta-se que tal sistema não era auditado pelo Tribunal de Contas pela razão óbvia de que um sistema de mera gestão não poderia influenciar de nenhuma maneira a contabilidade e a administração financeira da Universidade, uma vez que o sistema oficial é o SIAFI e este deveria ser a fonte dos dados para o Sistema Hércules, que não deveria admitir a alteração de informações. Assim, não utilizando o SIAFI foi possível fazer transferências administrativas sem registro contábil deste fato no SIAFI, pois mesmo fatos contábeis permutativos, ou seja, de transferências internas entre contas do mesmo grupo contábil, se registradas no SIAFI, seriam passíveis de auditoria pelo Tribunal de Contas quanto à razão de tais transferências, ficando visíveis. Portanto, a prática ocorrida no Sistema Hércules burlou princípios contábeis e administrativos, em especial quanto à identidade do administrador responsável, quanto à veracidade do registro, quanto à finalidade e quanto à motivação, entre outros.

Que a utilização pelos envolvidos nos desvios da Seção de Receitas do Sistema Hércules e da conta PROAD 2132, representa por si só um ilícito, pois fizeram falsos registros contábeis e criaram falsos atos administrativos para encobrir parte dos desvios. Ilícito este previsto no Código Penal e também na lei n.º 8429, de 02/06/92, que trata dos Atos de Improbidade Administrativa em seus artigos 10, inciso I, e 11 inciso I;

Que visando verificar a existência de parte dos desvios na Seção de Receitas, a Comissão Interna de Apuração da UEPG optou por fazer novamente o fechamento diário do caixa, através de uma planilha resumo, confrontando os documentos de arrecadação diários existentes na Seção de Receitas e Pagamentos com as fitas geradas pela máquina autenticadora, que contabiliza os recursos que deram entrada efetiva no caixa, bem como, com o documento de arrecadação do órgão depositante. Isso no caso de arrecadação proveniente de órgãos internos da UEPG, que realizaram os correspondentes depósitos dos valores diretamente na Seção de Receitas.

Que com as verificações ficou evidenciado claramente, como se vê neste relatório às páginas 34 e seguintes, que houveram adulterações nos movimentos de Caixa da UEPG, onde observou-se que após o fechamento do Caixa diário houve a elaboração de uma nova fita da máquina autenticadora, suprimindo algumas receitas, principalmente o valor que o órgão depositou, e também a eliminação dos documentos de arrecadação equivalentes, criando um fechamento de caixa sem diferenças, porém não verdadeiro.

Sendo ainda, que tudo isto foi apurado por esta CPI, bem como, declarado e confessado pelo Sr. Darci Santos nos seus depoimentos nas sessões da CPI de 27/04, 13/05 e 24/05/2004, onde o mesmo declara exaustivamente que chegava mais cedo todos os dias ao trabalho para adulterar as fichas de Caixa e assim fraudar o movimento do Caixa diário, e consequentemente a contabilidade da Universidade com registros incorretos, através da utilização da conta PROAD 2134, e com a destruição das fitas verdadeiras e dos documentos comprobatórios da existência dos valores efetivamente arrecadados.

Que a utilização da conta PROAD 2134 para encobrir partes dos os desvios ocorridos, evitando que os órgãos internos notassem os desvio dos recursos, denota e comprova de forma flagrante que esta prática da forma como era perpetrada não poderia ser realizada apenas internamente por funcionários da própria Seção de Receitas, pois era necessária colaboração externa da Pró-Reitoria, que por ação ou omissão teve fundamental participação neste processo de acobertamento, pois dela partia a ordem escrita de transferência de valores da conta PROAD 2134;

Que por amostragem, não tendo sido realizado um trabalho sobre todos os períodos em que ocorreram os desvios, a Comissão Interna de investigação aponta para um desvio no período de outubro/2002 a 30.06.2003, de valores desviados dos órgãos internos de R\$ 62.073,99, enquanto nos depoimentos do Sr. Darci Santos a esta CPI este confessou o desvio de cerca de R\$ 4.000,00 a R\$ 5.000,00 por semana, o que significa dizer que no mesmo período de apenas nove meses ele teria desviado um valor total, incluindo órgãos internos e depósitos recebidos de pessoas físicas externas, de cerca de R\$ 144.000,00 a R\$ 180.000,00, portanto, uma diferença em relação ao apurado de mais de R\$ 90.000,00, proveniente provavelmente da arrecadação de recursos depositados ou pagos diretamente na Seção de Receitas, não pertencentes a órgãos internos da UEPG e sim a pessoas físicas diversas, cujos únicos recibos e comprovantes foram destruídos conforme consta nos depoimentos do próprio Sr. Darci Santos;

Que diversas vezes o Sr. Darci Santos confessou que repassava o total desviado em dinheiro ao Sr. Gabriel Kravchychyn, e que este repassava uma parte também ao Sr. Nadir Laidane, sendo, que segundo o Sr. Darci ele as vezes recebia para si de 20 a 30% do dinheiro das mãos do próprio Sr. Gabriel;

Que a Comissão Interna da UEPG resolveu, por amostragem, verificar os documentos de arrecadação dos órgãos internos da UEPG de janeiro/98 até agosto/2002, confrontando-os com o Caixa fechado naquelas datas. Sendo que, ao se solicitarem tais documentos verificou-se que os documentos de arrecadação do período de janeiro/98 até outubro/2001, haviam sido destruídos indevidamente durante os trabalhos da Comissão Setorial de Avaliação, que tinha como presidente o Sr. Gabriel Inácio Kravchychyn.

Que frente à destruição indevida dos documentos de arrecadação de janeiro/98 a outubro/2001, resolveu-se apurar o período de novembro de 2001 a agosto de 2002, com os mesmos procedimentos utilizados para o período de setembro/2002 a junho/2003, onde foram demonstrados novamente os mesmos tipos de erros, comprovando que os desvios também ocorriam anteriormente. Assim, tem-se que o período onde houveram irregularidades no Caixa da UEPG, com possíveis desvios foi de janeiro de 1998 a junho de 2003, ou seja, durante cerca de cinco anos e meio, então se levarmos em conta que pela confissão do Sr. Darci foram desviados na média em nove meses cerca de R\$ 18.000,00/mês, no período todo de 66 meses pode ter sido desviado mais de R\$ 1.188.000,00 dos cofres da UEPG;

Que durante o período de janeiro/98 a outubro/2001, período que teve destruído indevidamente os documentos de arrecadação, como dito anteriormente, verificou-se também através do levantamento de dados de alguns dias em que ocorreram transferências da conta PROAD 2134 e não do Caixa, que embora não existindo os documentos de arrecadação, que o procedimento verificado nos períodos posteriores para realização dos desvios de recursos, ocorreu também neste período, ou seja, haviam transferências da conta PROAD 2134 nos mesmos moldes dos verificados nos períodos posteriores a este onde foram verificados pelos respectivos documentos de arrecadação a existência de desvios encobertos por transferências desta conta.

Que quanto à participação de funcionários da UEPG no presente caso, verifica-se:

Quanto ao Sr. Darci Santos:

Não existe dúvidas quanto ao desvio de recursos realizado pelo mesmo, uma vez que confessado pelo mesmo de forma incontroversa tanto perante esta CPI quanto perante a Comissão Interna de Processo Administrativo da UEPG;

Que o mesmo confessou ter adulterado fichas de caixa e destruído documentos diversos, para o fim de fraudar o movimento de caixa e encobrir os desvios perpetrados;

Que pela sua confissão também foram realizadas transferências fraudulentas, ferindo-se todos os princípios da administração pública, da conta PROAD 2134 com o fim de encobrir desvios de dinheiro provenientes de arrecadação feitas por órgãos internos da UEPG e depositados diretamente na Seção de Receitas;

Que o mesmo afirma em seus depoimentos que tudo foi feito com conhecimento e auxílio dos Senhor Gabriel Inácio Kravchychyn e Nadir Laidane;

Que o mesmo confessa que dos valores desviados cerca de 20 a 30% lhe eram dados pelo Sr. Gabriel Inácio Kravchychyn para seu proveito pessoal;

Quanto ao Sr. Gabriel Inácio Kravchychyn:

Que pelos indícios e pela confissão do Sr. Darci Santos o mesmo sabia dos desvios, uma vez que era um dos responsáveis pela confecção e encaminhamento das autorizações de transferências da conta PROAD 2134, sendo que além de chefe imediato do Sr. Darci e administrador experiente desta área, foi o mesmo pessoalmente quem levou tais documentos para assinatura do Pró-Reitor – Sr. Nadir Laidane, além de ter assinado algumas dessas autorizações em conjunto com o mesmo;

Que no episódio do pagamento dos cursos de Mestrado do Professor Ítalo e do Professor Merhy fica claro que tanto os depoimentos do Sr. Darci quanto do Sr. Nadir confirmam que o Sr. Gabriel sabia da utilização de recursos irregulares para tal fim, e que o mesmo foi o responsável pela sua obtenção e entrega ao Sr. Nadir. Sendo que em nenhum depoimento, mesmo nos processos internos de apuração da UEPG foi levantada por quaisquer dos depoentes a existência de contatos pessoais ou de qualquer relacionamento profissional direto entre o Sr. Darci e o Pró-Reitor Sr. Nadir, aparecendo sempre a figura do Sr. Gabriel como intermediário;

Que o mesmo não poderia se furtar à responsabilidade de saber de tais transferências da conta PROAD 2134, pois era um profissional experiente naquele setor, além de ser chefe do setor financeiro, portanto, impossível ao mesmo não observar as irregularidades apuradas na investigação interna da UEPG, bem como, não notar eventuais baixas de arrecadação no setor. Destaca-se o fato, que na mudança ocorrida em 2003 onde novo Pró-Reitor assumiu este em menos de 6 meses verificou tais irregularidades e solicitou a abertura do inquérito competente;

Quanto ao Sr. Nadir Laidane:

O mesmo confessou perante esta CPI e perante a investigação interna ocorrida na UEPG que contactou o Sr. Gabriel para verificar da possibilidade de obter-se recursos para pagamento dos cursos do Professor Merhy e Ítalo, contudo, pelas razões já esboçadas na análise deste caso realizada no corpo deste relatório, o mesmo não poderia desconhecer a origem ilícita de tais pagamentos. Destaca-se que em seus depoimentos o mesmo sempre frisou que tal favor foi concedido apenas a estes pelo estreito relacionamento e cargos que ocupavam, portanto, demonstrando a natureza pessoal do assunto, bem como, que recebia os recursos em dinheiro, mantendo os pagamentos em completo sigilo, tanto que alegou que fazia os pagamentos dos bloquitos de mensalidade pessoalmente, isto por si só demonstra que tudo foi feito de forma subreptícia e escondida, sendo que, seria de outra forma o seu comportamento se não houvessem irregularidades;

Que o mesmo assinou as transferências de recursos da conta PROAD 2134 para contas de outros órgãos internos, visando acobertamento de desvios, sem qualquer justificativa e necessidade de tais transferências, indo contra seu próprio depoimento perante esta CPI onde afirma conhecer a conta e os casos que fundamen-

tariam e permitiriam a utilização de seu saldo, valores estes inclusive, que coincidem exatamente com os valores depositados por órgãos da UEPG na Seção de Receitas e que deixaram de dar entrada no Caixa, sendo, portanto, desviados, conforme confessado pelo Sr. Darci Santos. Lembremos ainda, que o novo Pró-Reitor Administrativo - Sr. Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, detectou tais desvios no Setor de Receitas em menos de seis meses no cargo;

Que corroborando os fatos denunciados pelo Sr. Darci sobre a forma de atuação no cargo quanto à utilização e desvios de recursos do Pró-Reitor Nadir Laidane, constou ainda, no depoimento do próprio Sr. Nadir junto à Comissão Interna da UEPG: que o Banestado fez um patrocínio de R\$ 5.000,00 a R\$ 6.000,00 e que o mesmo assinou o respectivo recibo, bem como que o valor deve não ter dado entrada na Contabilidade, mas que tem certeza que foi aplicado para fins institucionais (folha 5627 do Processo Adm. 3239/03). Contudo, não conseguiu o Sr. Nadir nas folhas do processo a que esta CPI teve acesso comprovar o destino que tal valor teve, bem como, fica claro que não pôde negar o recebimento dos valores devido a existência no Banestado de um recibo assinado por ele mesmo. Assim, tem-se que um administrador não teria motivos para não contabilizar tais valores senão o de não integrá-los ao patrimônio da UEPG, dando-lhes finalidade diversa, pelo que deve responder também, nas penas previstas no Código Penal e leis especiais, em especial a Lei de Improbidade Administrativa.

Quanto ao Sr. Mauro Augusto Dalabernarda:

Que pelos depoimentos prestados perante a Comissão Interna de Investigação da UEPG o mesmo sabia dos desvios na Seção de Receitas, mais silenciou sobre o assunto. Contudo, ainda tendo em vista sua proximidade com os agentes e com os fatos, e tendo ainda participado por ordem do Sr. Gabriel meses antes da organização dos mesmos documentos de arrecadação, que foram destruídos irregularmente, e que encontravam-se na DIMAPA, há indícios de que o mesmo saiba mais sobre os fatos e seus envolvidos do que aquilo que consta em seus depoimentos internos. Desta forma, sugere-se ao Ministério Público ouvir mais uma vez tal servidor, elucidando melhor o que sabe.

Ressalte-se ainda, que a Comissão Interna de Investigação dos desvios ocorridos na Seção de Receitas, em seu ofício de 14/2004 de 20.05.2004 encaminhando à Procuradoria Jurídica de UEPG (Doc.- 09), visando responder a questionamento desta CPI, reiterou que de acordo com os fatos levantados até aquele momento pela Comissão, o desvio de dinheiro poderia ser constatado pelos Servidores Gabriel Inácio Kravchychyn e Nadir Laidane. Assim, resta claro que tais desvios eram visíveis e poderiam ser constatados pelo dois servidores citados, sendo mais um indício de que as afirmações de participação dos dois feitas pelo Sr. Darci Santos são verdadeiras.

Quanto à destruição de documentos de Arrecadação de forma irregular pertencentes à Seção de Receitas da UEPG:

Pelas conclusões do Relatório Final da Comissão interna da UEPG, constituída para apuração dos fatos aqui tratados, referentes à destruição de documentos de arrecadação pertencentes à Seção de Receitas da UEPG, pelos depoimentos colhidos perante esta CPI e internamente na UEPG, e ainda pelos fatos e demais considerações já apontadas neste relatório, tem-se o que segue:

Que a avaliação da Comissão Interna de Investigação da UEPG, apesar das ressalvas ao seu final quanto à necessidade de avaliação da ligação entre a destruição irregular de documentos de arrecadação e o desvio de dinheiro havido na Seção de Receitas, tratou do caso de forma isolada em suas conclusões, o que levou a distorções principalmente quanto à intenção dos agentes no que concerne a existência ou não de dolo, ou seja, da consciência e da vontade dos agentes envolvidos em destruir tais documentos, como forma de se destruir provas incriminadoras de suas condutas na Seção de Receitas, em especial relativas ao desvio de valores;

Que a Comissão Setorial de Avaliação da UEPG, constituída para fins de reciclagem e eliminação de documentos, atuou dentro das normas que ditam tal função, bem como, que seus membros não tem responsabilidade sobre os fatos que culminaram com a destruição indevida de documentos de arrecadação da UEPG, com exceção do servidor que atuou como presidente da referida comissão Sr. Gabriel Inácio Kravchychyn, que à época era também Chefe da Divisão Financeira da UEPG, devendo-se, portanto, analisar os fatos e os depoimentos sobre a sua atuação e sobre seu comportamento frente ao acontecido, como veremos mais adiante;

Que a Comissão Interna de Investigação da UEPG, ao analisar a falta de documentos de arrecadação do período de janeiro/98 a outubro/2001, concluiu pela presença de várias irregularidades, conforme já descritas anteriormente no corpo deste relatório, concluindo serem autores destas irregularidades os servidores Gabriel Inácio Kravchychyn e Santos. Ressalta-se o fato, que tais documentos serviriam de provas em outro processo administrativo sobre desvio de dinheiro na Seção de Receitas, e que tem como envolvidos os mesmos servidores, o que por si só permite questionar-se a vontade dos agentes, ou seja, o interesse pessoal dos mesmos de verem tais documentos destruídos;

Que a Comissão de Sindicância, primeira instaurada para verificação do caso, concluiu de que havia naquele momento indícios da prática do crime capitulado no artigo 314 do Código Penal - "Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente". E que também a Comissão de Processo Administrativo, segunda comissão a atuar, concluiu pela existência de violações ao artigo 279, V e 285, III, da lei 6174, anteriormente já descritas neste relatório, sendo que, as condu-

tas apontadas pelas Comissões dependem da vontade dos agentes em praticá-las, implicando na existência de dolo. Desta forma, admitem, mesmo não tendo analisado a conexão deste fato com o desvio de verbas, de que houve intenção dos agentes Gabriel Inácio Kravchychyn e Darci Santos de que o resultado se produzisse, não importando a forma como se deu, uma vez que existem indícios e comprovações testemunhais como veremos adiante, que demonstram que as "omissões" no trato dos acontecimentos foram deliberadas, de forma a permitir a destruição dos comprovantes de arrecadação;

Que quanto à participação de funcionários da UEPG no presente caso, verifica-se:

Quanto ao Sr. Gabriel Inácio Kravchychyn:

Que o mesmo afirmou em seus depoimentos perante a Comissão Interna o seguinte: "Que não se lembrava se os movimentos de caixa e documentos de arrecadação, referentes ao período de 1998 a dezembro/2001 estavam na DIMAPA. Que determinou a separação de documentos e que fosse aberta cada caixa, mais não ajudou em tal verificação, e que lembra que não houve separação muito criteriosa. Que determinou ao César que acompanhasse o carregamento do caminhão, mais ele, depoente, não acompanhou o processo de picoteamento do papel reciclado, o que foi feito na empresa que o comprou, que não lembra quando ocorreu, mas foi depois da publicação em Diário Oficial. Que recomendou várias vezes ao servidor Darci Santos para ir analisar os documentos a serem reciclados."

Quanto a estas afirmações deve-se indagar inicialmente sobre a sua veracidade frente aos demais depoimentos e da sua situação pessoal como Chefe da Divisão Financeira:

Em primeiro lugar o mesmo pelo tempo em que trabalhava na função e no setor de Receitas, sabia e tinha condições de saber quais documentos estavam arquivados na DIMAPA, conforme se pode ver inclusive nas conclusões da Comissão Interna;

Que foi no momento da eliminação dos documentos, quando requeria os cuidados mais minuciosos, é que ocorreu a "negligência" no ato do carregamento das caixas, sem que os documentos fossem previamente picoteados, inclusive a multicitada caixa que continha a observação "não mexer", onde estavam os documentos de arrecadação. Ressalta-se que esta fase estava a cargo do servidor Gabriel, que pelos depoimentos foi quem naquele momento disse ao servidor César que todas as caixas que estavam em determinado lugar deveriam ser carregadas no caminhão para destruição, assim, o mesmo esteve presente na hora em que poderiam surgir dúvidas sob dois aspectos: 1- a realização do picoteamento prévio, dentro da UEPG, como foi recomendado pela própria Comissão que o Sr. Gabriel presidia, fato este de que o mesmo era sabedor; 2- quais caixas deveriam ser carregadas no caminhão,

uma vez que a caixa que continha os documentos de arrecadação tinha uma inscrição de “não mexer”, sendo que o próprio picoteamento prévio forçaria a abertura de cada caixa e a verificação do seu conteúdo. Desta forma, embora não tenha estado presente durante o resto do trabalho, foi determinante a sua participação, pois as suas orientações aos que executavam aquele trabalho e que o atendiam de forma subordinada, foi o que possibilitou a destruição de documentos tão importantes.

Quanto ao possível conhecimento por parte do Sr. Gabriel sobre a existência de documentos de arrecadação na DIMAPA, pode-se aferir pelos depoimentos de outros servidores, o que segue:

Em seu depoimento a servidora Rosana Garcia dos Santos declarou que: “a depoente e o servidor César conferiram, abrindo caixa por caixa os documentos guardados na DIMAPA, e que havia uma caixa de televisor de 30 polegadas com guias de recibos da Seção de Receitas. Que a depoente escreveu “não mexer” na referida caixa”(grifo nosso); Isto comprova a declaração do servidor Gabriel de que pediu a abertura de cada caixa, bem como, que a caixa com documentos importantes estava devidamente identificada de forma a não ser destruída;

Que o servidor César Adão Hilgemberg declarou em seu depoimento: “que os documentos da Seção de Receitas estavam em determinada caixa, mas esta não foi aberta...que a caixa com documentos da Seção de Receitas, sem observação escrita, ficou junto com as demais (grifo nosso). Este depoimento causa estranheza, uma vez que afirma em contradição ao depoimento da Sra. Rosana Garcia dos Santos de que a caixa com documentos da Seção de Receitas não foi aberta por ambos e que a mesma não continha nenhuma observação escrita. Ora vejamos, se tal caixa não foi aberta e não continha observação escrita, então como sabia o Sr. César de que se tratavam de documentos da Seção de Receitas, e porque de não abrir exatamente esta caixa se o mesmo tinha ordens de juntamente com a Sra. Rosana de abrir todas as caixas. Ressalta-se ainda, o fato de que este mesmo servidor esteve presente no dia do carregamento dos documentos no caminhão que os levaria para destruição, e que era o encarregado de tudo, obedecendo ordens diretas do Sr. Gabriel sobre o que deveria ser carregado e de que os documentos não deveriam ser picoteados previamente. Ainda mais complexa a situação sobre o conhecimento por parte do depoente César sobre o conhecimento de quais documentos estavam naquela caixa, quando verificamos o depoimento do servidor Luiz Hermenegildo de Campos Neto, onde o mesmo afirma que cerca de 6 (seis) meses antes do envio dos documentos para eliminação os servidores da DIFI – Mauro e César foram à DIMAPA, para organizar os documentos pertencentes à Divisão Financeira, e disseram ao depoente que todos os documentos que lá estavam seriam enviados para reciclagem, e que tal solicitação de organização de tais docu-

mentos foi solicitada pelo chefe da DIMAPA diretamente ao Chefe da DIFI. E que soube pelo então Chefe da DIFI, Gabriel Inácio Kravchychyn, que os documentos seguiriam para reciclagem. (grifo nosso). Portanto, pelo que se depreende o Sr. Gabriel Inácio Kravchychyn tinha conhecimento de quais documentos encontravam-se na DIMAPA, bem como, que o servidor César sabia o que continha a caixa que alegou não ter aberto, o que pode ser confirmado pelo depoimento do servidor Mauro Dalabernarda, retro transcrito; que conforme apontado pela Comissão Interna Investigatória a caixa continha a observação “não mexer” no seu exterior; que o servidor César esteve com o servidor Mauro Dalabernarda no local em período anterior, frisando-se ainda, que o mesmo servidor Mauro admitiu saber dos desvios de dinheiro na Seção de Receitas mais que permaneceu em silêncio sobre o caso. Desta forma, tendo em vista tais distorções no depoimento do Servidor César em comparação com os demais depoimentos e documentos, e a forma como os fatos ocorreram, deve-se investigar mais profundamente qual o seu envolvimento e o seu real conhecimento dos fatos e dos seus envolvidos.

Que em seu depoimento a servidora Jeane Moraes Vicheniesk, declarou: “que havia na DIMAPA várias caixas pequenas com documentos da Seção de Receitas, bem como uma caixa grande com documentos de arrecadação. Que insistiu diversas vezes com o servidor Santos, então Chefe de Seção de Receitas, para que o mesmo fosse separar tal documentação, sendo que lhe dizia que não iria usar nada daquilo e não foi proceder a tal separação. Que a depoente comunicou tal fato ao servidor Gabriel Inácio, então chefe da DIFI, dizendo-lhe a depoente que havia muitos documentos da Seção de Receitas que não estavam separados, e que o mesmo lhe disse que conversaria com o funcionário. Que a depoente alertou novamente Gabriel, que lhe respondeu que cada um se responsabilizasse e cuidasse de sua Seção. (grifo nosso) Desta forma mais uma vez é contrariada a versão apresentada pelo Sr. Gabriel em seu depoimento de que não se lembrava da existência de tais documentos arquivados na DIMAPA e de que não havia responsabilidade da sua parte com o ocorrido, uma vez que alegou não estar presente durante todo o carregamento de tais documentos, preferindo responsabilizar outros servidores por este fato;

Portanto, pela análise dos depoimentos e documentos, conclui-se que o servidor Gabriel Inácio sabia da existência dos documentos de arrecadação, e ainda, tendo em vista a confissão do Sr. Darci Santos e os demais documentos e informações relativas ao desvio de dinheiro da Seção de Receitas, o mesmo tinha interesse pessoal na destruição de tais documentos, tendo com suas ações e omissões concorrido para que tal destruição se materializasse como aconteceu, sendo que, sem o seu envolvimento pessoal da maneira como se deu tais documentos não teriam sido destruídos.

Quanto ao Sr. Darci dos Santos:

Que o mesmo confessou exaustivamente que foi responsável pelo desvio de recursos na Seção de Receitas da UEPG, e que para encobrir tais desvios utilizou-se de adulterações diversas e destruição de documentos, além de outros meios fraudulentos como já exposto anteriormente neste relatório;

Que pelos documentos referentes à investigação da destruição de documentos de arrecadação de forma irregular, e ainda, pelos depoimentos dos servidores Rosana Garcia dos Santos, César Adão Hilgemberg, Jeane Regina Moraes Viechieski, Mauro Augusto Dalabernarda, Gabriel Inácio Kravchychyn e ainda pelo seu próprio, o mesmo sabia que havia documentos de arrecadação da Seção de Receitas em uma caixa na Divisão de Materiais e Patrimônio – DIMAPA, e que os mesmos poderiam vir a ser destruídos. Assim, frente à sua própria confissão de destruição de documentos na Seção de Receitas, fica patente que o mesmo concorreu com a sua omissão e tinha interesse pessoal na destruição de tais documentos, devendo ser inteiramente responsabilizado também por este fato.

São recomendações desta Comissão Parlamentar de Inquérito as seguintes providências:

Que o Governo do Estado, a Universidade Estadual de Ponta Grossa e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, avaliem sobre a legalidade, a conveniência e forma de utilização de sistemas de gerenciamento como o SISTEMA HÉRCULES e assemelhados, de forma a evitar-se que tais sistemas venham a burlar o controle financeiro e contábil necessário ao registro e acompanhamento da legalidade de todos os Atos Administrativos praticados no âmbito das Universidades e Faculdades Estaduais, tendo em vista ainda, a existência do sistema oficial SIAFI, criado para este fim, e que segundo outras Universidades consultadas por esta CPI atendem às necessidades gerenciais e administrativas destas;

Que todos os recebimentos e pagamentos feitos pelas Universidades e Faculdades Estaduais sejam feitos através de Bancos, evitando-se qualquer pagamento e recebimento diretamente feito em departamentos diversos das Instituições ou em setores financeiros, de forma a atender-se aos princípios da transparência, do controle, do registro e da contabilização dos atos e fatos administrativos e financeiros, evitando-se com isso novos desvios, como os verificados no Setor de Receitas da Universidade de Ponta Grossa;

Que o presente relatório seja enviado ao Tribunal de Contas tendo em vista que os fatos levantados no Setor de Receitas da UEPG envolvem altos funcionários do setor financeiro daquela Universidade e o próprio Pró-Reitor Administrativo, e que os mesmos refletem uma possível postura administrativa perniciosa à Instituição, bem como, os valores pessoais adotados pelos envolvidos naquele período. Sendo, portanto, de relevante interesse social e público a realização de uma auditoria e a verificação da regularidade e da veracidade do conteúdo de

todos os atos praticados na UEPG por aqueles administradores durante a sua gestão;

Que o presente relatório seja encaminhado ao Ministério Público Estadual, com vista a apuração em tese do cometimento dos Crimes definidos como “Crimes cometidos contra a Administração Pública”, em especial aqueles tipificados no artigo 312 e seguintes do Código Penal Brasileiro, sem prejuízo de outras capitulações previstas em outros artigos do mesmo código e em leis especiais, em especial quanto a aplicação ao caso da Lei 8429 de 02/06/1992, que trata do Atos de Improbidade Administrativa, e também, com vistas ao ressarcimento ao erário Público dos valores desviados;

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**ADMINISTRATIVA N.º 05616/2003 (DOC. 08)**

Trata-se de Processo Administrativo promovido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa sob n.º 05616/2003 em 14/11/2003, obtido por esta CPI, e contendo 93 folhas na fase em que se encontra, que teve origem em denúncia realizada pelo servidor Santos, em virtude de irregularidades na Seção de Receitas da UEPG, com fulcro nos artigos 314 e 315 § 1º da Lei n.º 6174/70 e ainda, com base no processo Administrativo 03239/2003, para que os fatos pudessem ser devidamente apurados.

A Comissão de Sindicância foi instalada em 17/11/2003, sendo composta pelos servidores Sra. Célia Alejandra Pais Zyskowski, Presidente, Sr. Bortolo Moro Neto e Sra. Alcione do Carmo Madalosso Vieira, Membros, e pelo Sr. Abel Josinei de Arruda, Secretário. Sendo instaurado o Processo Administrativo por ato do Reitor através da Portaria n.º 279 de 14 de novembro de 2003.

O presente Processo Administrativo foi aberto para verificação da denúncia feita pelo servidor Darci Santos de que parte dos recursos desviados da Seção de Receitas, foram utilizados no pagamento dos Cursos de Mestrado dos Professores Roberto Frederico Merhy e Ítalo Sérgio Grande.

Em seus depoimentos tanto o Sr. Darci Santos quanto o Prof. Nadir Laidane confirmaram os pagamentos dos referidos Cursos de Mestrados. Sendo que, o professor Nadir Laidane apesar de negar saber qual era a origem do dinheiro, afirmou que solicitava mensalmente de forma verbal ao Sr. Gabriel Inácio Kravchychyn os referidos valores, recebendo-os em dinheiro e pagando pessoalmente os carnês dos referidos professores (Folhas 5626 e seguintes do Processo 3239/2003 da UEPG). Ressalta-se ainda, o fato do Sr. Gabriel negar saber de tais pagamentos e dos desvios de recursos em depoimento prestado perante o processo investigativo interno na UEPG, isto apesar de ter dito em seus depoimentos perante a CPI das Universidades da Assembléia Legislativa que levava envelopes que podiam conter dinheiro entregues pelo Sr. Darci para o Sr. Nadir. Contudo, em nenhum dos depoimentos prestados pelos três envolvidos perante a Comissão Interna na UEPG e perante a CPI das Universidades houve qualquer menção a relacionamentos

ou conversas diretas entre o Sr. Nadir e o Sr. Darci, ficando muito claro que o único relacionamento entre ambos era o Sr. Gabriel, que intermediava e prestava contas de todos os assuntos da Seção de Receitas junto à Pró-Reitoria Administrativa, portanto, não haveria outra maneira de serem solicitados recursos da Seção de Receitas para pagamento dos Cursos dos Professores Merhy e Ítalo sem conhecimento do Sr. Gabriel.

Chamado a depor perante a comissão interna do Processo Adm. 3239/2003, o professor Merhy, destacou o que segue a respeito do assunto: (folhas 5630 e 5631 do Proc. 03239/2003 da UEPG)

Que a Universidade pagou parte do seu Mestrado, não sabendo precisar quantas parcelas foram;

Que quando iniciou o Mestrado, o Prof. Ítalo o procurou para informar que talvez não fizesse o Mestrado por falta de condições financeiras, perguntando se a Universidade teria condições de ajudá-lo;

Que em face de tal informação solicitou ao Prof. Nadir Laidane a verificação da possibilidade do pagamento de tal curso para o Professor Ítalo;

Que recebeu a informação do Prof. Nadir Laidane que tal pagamento poderia ser realizado e que o mesmo ofereceu, por entender justo, que também o seu Mestrado fosse pago, pois a Universidade, em havendo recursos financeiros disponíveis, vem pagando correntemente cursos para seus servidores;

Que após tais fatos entregou o seu carnê e do Professor Ítalo para o Prof. Nadir para as devidas quitações;

Que nunca soube a forma como tal pagamento era efetuado.

Já o Prof. Ítalo Sérgio Grande, nos mesmo processo Administrativo Interno, respondeu o que segue sobre o assunto: (Folha 5633 do Proc. 03239/2003 da UEPG)

Que a Universidade pagou parte do seu Mestrado;

Que em maio de 1999, após ter pago as duas primeiras mensalidades, foi falar com o Reitor Prof. Merhy, a fim de verificar se havia possibilidade da Universidade pagar o seu curso, vez que não tinha condições, à época, de arcar com tais valores;

Que passadas duas semanas foi chamado pelo Prof. Merhy, o qual lhe informou que, após contato com o Prof. Nadir Laidane, que o seu curso poderia ser pago pela Instituição;

Que repassou o carnê para o Prof. Merhy para que fosse efetuado os pagamentos;

Que pagou as duas últimas prestações de R\$ 451,30;

Que desconhece a forma como os pagamentos foram operacionalizados;

Em depoimento prestado perante a nova Comissão constituída para apurar o assunto, **no processo 05616/2003**, o Professor Roberto Frederico Merhy (folhas 25 e 26 do processo) e o Professor Ítalo Sérgio Grande (Folha 29 e 30 do processo), ratificaram os seus depoimentos anteriores sobre o assunto.

O professor Nadir Laidane em depoimento no Processo 05616/2003 da UEPG (folha s 27 e 28 do processo), reafirmou o que já havia sido dito, novamente afirmando que consultou diretamente o Sr. Gabriel Inácio Kravchychyn sobre a possibilidade de efetuar tais pagamentos dos Cursos de Mestrado, recebendo a informação do Sr. Gabriel que havia condições para tal. Também disse que o Servidor Gabriel entregava mensalmente o dinheiro para o pagamento e que ele (Nadir) ia pessoalmente até o banco efetuar os pagamentos, bem como, que não sabia de onde vinha o dinheiro para tais pagamentos. Afirmou ainda, que os professores Ítalo e Merhy não sabiam de que forma eram efetuados os pagamentos e nunca indagaram do depoente como tal estava sendo feito.

Importante para o caso é saber as condições em que se passaram os fatos a época do ocorrido, e para tanto quais as funções dentro da Universidade dos beneficiados, para se aferir o grau de conhecimento dos mesmos sobre as normas internas da Universidade referentes ao assunto e de possíveis influências dos mesmos sobre os acontecimentos que lhes trouxeram benefícios, resultando no pagamento indevido dos seus Mestrados com dinheiro da UEPG.

Assim, conforme declaração da Pró-Reitoria de Recursos Humanos o Professor Roberto Frederico Merhy exercia a função de Reitor da UEPG (folha 40 do Processo 5616/2003), com exercício da função de 01/09/1998 até 03/09/2002, quando foi nomeado Assessor Especial da UEPG. Enquanto o Prof. Ítalo Sérgio Grande exercia a função de Diretor do Setor de Ciências Agrárias e de Tecnologia (folha 41 do Processo 5616/2003), com exercício da função a partir de 01/04/1999 até 01/09/2002, quando foi nomeado para o Cargo de Vice-Reitor da UEPG.

Portanto, tanto pelo histórico dos envolvidos como pelo cargo ocupado pelos mesmos na época dos fatos, verifica-se que tanto o Prof. Merhy como o Prof. Ítalo tinham grande conhecimento das formalidades e dos processos internos da UEPG para prática de atos administrativos, estando acostumados à burocracia exigida pela lei e pelas normas internas da UEPG para a boa administração do interesse público e da regularidade dos processos internos e externos, visando preservar e obedecer aos princípios da Moralidade, da Legalidade, da Motivação, do Devido Processo/Procedimento Administrativo, do Registro e Contabilização do Atos e Fatos Administrativos e da Finalidade, além dos Princípios do Orçamento e da Transparência, entre outros.

A Comissão Interna quando do Termo de Instrução e Indiciamento do presente processo ora em análise (Folhas 42 e 43 do Processo 5616/2003), fez as seguintes constatações iniciais:

Tomados os depoimentos, a Comissão Processante constatou indícios de irregularidades, em relação ao pagamento do Curso de Mestrado em Economia Industrial

dos Professores Roberto Frederico Merhy e Ítalo Sérgio Grande;

Salientou que as observações das irregularidades cingem-se ao procedimento adotado para a viabilização do pagamento dos cursos pela Instituição, que, em suas normas internas, prevê mecanismos de incentivo para a realização de cursos por parte de servidores docentes e técnico-administrativos. Não se cogita, no presente processo, de averiguação de irregularidades em relação a desvio de recursos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, para quaisquer finalidades. Tais fatos estão sendo apurados no Processo Administrativo protocolado sob n.º 03239/2003. (Grifo nosso)

Indiciou os servidores Roberto Frederico Merhy e Ítalo Sérgio Grande, pela transgressão ao artigo 279, VI do Estatuto dos Funcionários Públicos do Paraná (Lei 6.174/70), que institui, como dever funcional, a observância das normas legais e regulamentares, em face do não cumprimento da regulamentação interna da Universidade Estadual de Ponta Grossa, notadamente do Estatuto da Instituição, artigo 15, XI, no que tange ao pagamento dos Curso de Mestrado dos Indiciados pela Universidade. Salientando ainda, que o Professor Nadir Laidane já tinha sido indiciado pelos mesmos fatos no processo 03239/2003, deixando, portanto, por isso de indiciá-lo novamente neste.

Prescreve o artigo 279 da lei 6174/70, o que segue: “Art. 279 – São deveres do funcionário: VI – Observância das normas legais e regulamentares;”

Estabelecidos os prazos de defesa os indiciados apresentaram, respectivamente, perante à Comissão as suas defesas, como segue:

Ítalo Sérgio Grande:

Que o Curso de Mestrado em Economia Industrial realizado por ele foi oferecido na Universidade Estadual de Ponta Grossa, através de convênio celebrado entre a Instituição e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com a interveniência da Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos – FEPESE;

Que em meados de abril de 1999, consultou o então Reitor da UEPG, Prof. Roberto Frederico Merhy, sobre a possibilidade da instituição oferecer-lhe algum apoio para o pagamento das mensalidades;

Que o Prof. Merhy respondeu-lhe, textualmente, que iria consultar o então Pró-Reitor de Assuntos Administrativos, Prof. Nadir Laidane, sobre a viabilidade de atendimento do pedido e, alguns dias após, comunicou ao indiciado que aquele Pró-Reitor lhe informara que a UEPG poderia efetuar os pagamentos em questão;

Que a partir de então repassava os boletos de pagamento das mensalidades do curso ao Prof. Roberto Frederico Merhy;

Que em nenhuma oportunidade o indiciado manteve contato quer com o então Pró-Reitor de Assuntos Administrativos, quer com qualquer outro servidor da UEPG, a propósito do assunto e, como reconhece o Prof.

Nadir Laidane em seu depoimento, o indiciado desconhecia a maneira como a Universidade quitava as mensalidades, jamais chegando ao seu conhecimento se os pagamentos eram efetuados em dinheiro ou em cheque, que efetuava os pagamentos e de que forma era processada a despesa;

Que embora esteja ciente da competência do Conselho de Administração para deliberar sobre normas de concessão de bolsa de estudo, não lhe consta que exista qualquer ato normativo daquele colegiado acerca da matéria; (grifo nosso)

Que esteve sempre convicto da regularidade do benefício que recebeu;

Entendeu pois que sua situação configura absoluta BOA FÉ;

Admitiu, que tal condição de boa fé o tenha levado a erro de proibição, esperando que essa excludente seja levada em consideração, e que conclua-se pela inexistência da ilicitude em seu proceder;

Roberto Frederico Merhy:

Disse que o primeiro contato mantido com o Prof. Nadir Laidane destinava-se a averiguar a viabilidade do pagamento das mensalidades do cursista Prof. Ítalo Sérgio Grande, que o procurara indagando sobre a possibilidade da instituição oferecer-lhe algum apoio, tendo em vista que não poderia arcar com o pagamento do Curso;

Que embora não tivesse a intenção de solicitar o mesmo benefício, diante da afirmação daquele Pró-Reitor, de que haveria a possibilidade da instituição assumir também o pagamento de suas mensalidades, concordou em repassar à PROAD os boletos bancários de ambos;

Transcreveu os depoimentos do Prof. Nadir Laidane para esclarecer que, em nenhum momento, ele teve conhecimento de que os referidos pagamentos seriam realizados de forma irregular;

Invocou em seu favor o longo tempo em que exerceu diversos cargos na administração universitária, mormente a Vice-Reitoria, por 4 (quatro) anos, e a Reitoria, durante 8 (oito) anos, períodos em que pautou suas ações pelo mais absoluto respeito à legalidade;

Disse que “Com efeito, a ninguém parecerá crível que o indiciado, - na época exercendo o cargo de dirigente máximo da instituição, conhecedor e habituado aos procedimentos administrativos regulares -, concordaria, conscientemente, em praticar ato ilícito, mormente em benefício próprio.”(grifo nosso)

Que sempre esteve certo da legitimidade do benefício que recebera, e o considerava de justiça;

Insurge-se contra o indiciamento citando o contido no item XI, do artigo 15, do Estatuto da Instituição, que se refere como competência do Conselho de Administração: “deliberar sobre normas de concessão de bolsa de estudo.”, onde não há resolução, isto é, ato normativo, regulamentador, genérico e abstrato acerca da matéria.

Portanto, não lhe pode ser imputado o descumprimento de norma legal ou regulamentar;

Que foi induzido em erro por ato de outrem, e lembra que o Prof. Nadir Laidane assumiu toda a responsabilidade pelo pagamento das referidas mensalidades;

Do Relatório Final da Comissão Interna referente ao Processo Administrativo n.º 5616/2003, são extraídas as seguintes informações e considerações sobre o assunto: (Folha 79 e seguintes do processo)

Que a apuração das irregularidades cingiu-se ao procedimento adotado para a aprovação do pagamento dos cursos de Mestrado do Prof. Ítalo e do Prof. Merhy, não se cogitando, pois de averiguação de irregularidades em relação a desvio de recursos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, para quaisquer finalidades. Tais fatos estão sendo apurados no Processo Administrativo protocolado sob n.º 03239/2003;

Que o Curso de Mestrado em Economia Industrial de que se trata foi realizado entre março de 1999 e abril de 2001. O valor do mesmo foi estipulado em 24 parcelas de R\$ 451,30; Sendo que houve isenção de duas parcelas para os cursistas servidores da Universidade , e que os Professores Merhy e Ítalo efetuaram, às suas expensas, o pagamento das mensalidades de janeiro e fevereiro de 2001;

Que a UEPG arcou com as despesas concernentes às demais prestações dos cursos dos Professores Ítalo e Merhy;

Que embora à primeira vista não houvesse óbice para que fosse efetuado tal pagamento, levando-se em consideração que eram docentes efetivos e que os cursos resultariam em aprimoramento de ambos. Contudo, a UEPG está adstrita à fiel observância dos princípios constitucionais que regem a administração pública. Dentre eles, destaca-se o princípio da legalidade, radicado nos artigos 5º, II e 37 da Constituição Federal. Este significa que ao contrário da esfera particular em que se pode fazer tudo que a lei não proíba, na Administração Pública só se pode fazer o que a lei antecipadamente autorize.

Que dentro destes princípios a UEPG possui sua regulamentação interna, que devem ser integralmente obedecidas. Especificamente com relação ao tema “incentivo para pós-graduação de servidores docentes e técnicos-administrativos”, a Universidade conta com uma série de normas, consubstanciadas em seu Estatuto, Regimento e Resoluções esparsas;

Que consultada tal regulamentação, infere-se que a situação dos indicados não se amolda a qualquer regra concernente a incentivos para os docentes que executam cursos de pós-graduação. Os mesmos já estavam incursos nos regimes de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, por força dos cargos que ocupavam. Também não cabia o afastamento de seus cargos, já que o Professor Merhy exercia o cargo de Reitor e o Professor Ítalo de Diretor de setor. A ausência de permissivo expresso impediria que os indicados fossem contemplados com qualquer outro benefício;(grifo nosso)

Que restaria aos indicados expor a situação ao Conselho de Administração da Universidade, ao qual compete, nos termos do artigo 15, XI, do Estatuto: XI – deliberar sobre normas de concessão de bolsas de estudo e sobre afastamento remunerado”;

Que apenas o Conselho de Administração da Universidade poderia autorizar o auxílio financeiro para o pagamento das mensalidades dos indicados. Contudo, tal procedimento não foi adotado, limitando-se os indicados a consultas verbais, e à “autorização” concedida pelo então Pró-Reitor de Assuntos Administrativos;

Que a alegação dos indicados de que não há qualquer ato normativo genérico e abstrato do Conselho de Administração regulamentando a matéria não lhes favorece. Isto porque, na Administração Pública é dever atuar de acordo com o disposto nas normas, só se podendo fazer o que a lei previamente autorize. Por conseguinte, a ausência de norma expedida pelo Conselho de Administração dispondo sobre a concessão de bolsas de estudo não se traduz em permissivo para que sejam dadas sem prévia autorização do referido Conselho;

Que assim como os indicados, ao que se sabe havia outros docentes da UEPG realizando o curso de Mestrado de que se trata, e que também poderiam estar interessados em que a instituição lhes proporcionasse auxílio financeiro. Mais uma razão para a apreciação da matéria pelo Conselho de Administração, em atendimento aos princípios da publicidade, impessoalidade e isonomia;

Que restou comprovado que houve a inobservância de normas legais e regulamentares;

Que não se pode deixar de considerar a imaculada ficha funcional dos professores indicados;

Que a Comissão Interna deu por comprovado que os mesmos tiveram irregularmente seus Cursos pagos pela UEPG e que o fato de que o Professor Nadir Laidane ter se responsabilizado pelos pagamentos e o fato de desconhecerem o procedimento utilizado para os pagamentos não elidem a responsabilidade de ambos. Ainda , levando-se em consideração que o então Reitor Roberto F. Merhy deveria conhecer o Estatuto da Universidade e saber da necessidade de submissão do assunto ao Conselho de Administração, e que o Sr. Ítalo Sérgio Grande por força do seu cargo também era membro do Conselho de Administração, e conhecendo as normas internas da Instituição, deveria haver se assegurado de que seu pedido iria seguir a tramitação regular, e o pagamento efetuado só após autorização do referido Conselho; (grifo nosso)

Que em face do exposto concluiu-se pela violação do artigo 279, VI, da Lei 6174/70 e do artigo 15, VI do Estatuto da Universidade Estadual de Ponta Grossa, propondo a Comissão: I – a aplicação da pena de repreensão, face da falta de cumprimento de dever; II – Sugeriu também, que seja devolvido, por cada indicado , o valor correspondente a vinte mensalidades do curso de mestrado em Economia Industrial, valor este a ser monetariamente

corrigido. O que foi acatado pelo Reitor Roberto Godoy em 09/02/2004.

Cumpre ainda relatar, que a Pró-Reitoria de Recursos Humanos acatou os pedidos de parcelamento dos dois professores da devolução dos valores pagos pela UEPG irregularmente, com pagamento a partir de Abril de 2004 pelo Professor Ítalo Sérgio Grande de 20 parcelas mensais no valor de R\$ 659,02 e pelo Professor Roberto Frederico Merhy em 24 parcelas mensais no valor de R\$ 549,18.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES DA CPI DAS UNIVERSIDADES ACERCA DO PAGAMENTO INDEVIDO PELA UEPG DOS CURSOS DE MESTRADO DO PROFESSOR ROBERTO FREDERICO MERHY E DO PROFESSOR ÍTALO SÉRGIO GRANDE

Que pelo histórico dos Professores Ítalo e Merhy na UEPG, pelos cargos que os mesmos ocupavam à época dos fatos, pelos seus depoimentos e defesas pessoais retro mencionados e transcritos, e pelas conclusões do Processo Administrativo 5616/2003, ambos sabiam que pela situação pessoal de cada um à época não havia permissivo legal ou norma interna da UEPG para que os mesmos pleiteassem o benefício correspondente ao pagamento pela UEPG das mensalidades dos seus respectivos Cursos de Mestrado em Economia Industrial. Portanto, assim como concluído pela própria Comissão Interna, têm-se que ao administrador ou servidor público só é permitido fazer o que a lei permite, estando vinculado a um permissivo legal, e que mesmo a discricionariedade dos administradores públicos é prevista em lei, inclusive fixando-se limites para tal, sendo que qualquer ato praticado fora desta situação é tido como ilegal;

Quanto à solicitação realizada pelos mesmos para o pagamento por parte da UEPG dos seus Cursos de Mestrado:

Ítalo Sérgio Grande, pelos depoimentos, defesas e pelas conclusões da Comissão Interna da UEPG, têm-se:

Conhecedor de que não havia permissivo legal para concessão do benefício, procurou o Professor Roberto Frederico Merhy, então Reitor da UEPG, valendo-se do seu conhecimento pessoal e do cargo que ocupava como Diretor da UEPG e Membro do Conselho de Administração, para solicitar verbalmente auxílio para que o mesmo verificasse, visto o mesmo não ter condições financeiras na época para arcar com tal despesa, se a UEPG poderia ajudá-lo a pagar o seu Curso de Mestrado. Sendo informado pelo Prof. Merhy que iria consultar o Prof. Nadir Laidane sobre essa possibilidade;

Que o mesmo sabia que o Professor Roberto Frederico Merhy e o Professor Nadir Laidane não tinham competência para aprovar tal benefício, mais que ambos por seus cargos tinham poder de autorizar os pagamentos, mesmo que irregularmente, como foi feito. Isto fica evi-

dente quando em sua defesa o mesmo tenta descaracterizar o cometimento da sua falta funcional ao afirmar que “...embora esteja ciente da competência do Conselho de Administração para deliberar sobre normas de concessão de bolsas de estudo, não lhe consta que exista qualquer ato normativo daquele colegiado acerca da matéria.” (folha 55 do processo 05616/2003), argumento este prontamente rechaçado pela Comissão Interna. Vale lembrar que o mesmo pelo cargo de Diretor que ocupava também era membro do Conselho de Administração da UEPG, e, portanto, conhecedor da Competência daquele Conselho, como da competência do Reitor e do Pró-Reitor de Administração, bem como de suas limitações e proibições;

Que apesar de em sua defesa alegar absoluta BOA FÉ, tendo em vista que esteve sempre convicto da regularidade do benefício que recebeu, em todos os momentos de suas alegações e em outros depoimentos dos demais envolvidos, bem como nas constatações da Comissão Interna, fica evidente que tudo foi realizado de forma verbal e oculta, ficando os acontecimentos adstri- tos apenas aos envolvidos.

Assim, como se falar em regularidade do benefício, se os atos dos administradores públicos somente podem ser realizados obrigatoriamente por escrito, como forma de preservar-se a sua Moralidade, Publicidade e Legalidade, inclusive para que possam ser impugnados caso verifiquem-se vícios que atentem contra o interesse público. E isto como administrador público experiente era do seu conhecimento, pois quando questionado sobre esta forma verbal realizada para acertar-se o pagamento, em depoimento à esta CPI declarou: **“que num órgão oficial tem que ser tudo por escrito, até para se ausentar tem que ser por escrito, e por não ter sido feito por escrito é que estava devolvendo os recursos”** (Conforme depoimentos a CPI das Universidades em 24/05/2004, retro transcritas neste relatório);

Que o mesmo sabia que todos os procedimentos tomados para o recebimento do benefício, desde o pleito verbal até o pagamento dos carnês, realizado como já foi visto entregando-se mensalmente os bloquitos de pagamento ao Professor Nadir Laidane, eram irregulares, e portanto, contrários aos Princípios da Moralidade, Legalidade, do Devido Processo/Procedimento Administrativo, da Publicidade, entre outros, que devem reger a Administração Pública. Pois, aplicando-se ainda o Princípio da Razoabilidade, não é razoável admitir-se que um administrador público, conhecedor das normas internas da instituição, venha alegar que achava regular a forma como eram feitos os pagamentos dos boletos referentes às mensalidades do seu curso de Mestrado.

Roberto Frederico Merhy, pelos depoimentos, defesas e pelas conclusões da Comissão Interna da UEPG, têm-se :

Que mesmo conhecedor de que não havia permissivo legal para concessão do benefício pleiteado pelo

Professor Ítalo Sérgio Grande, procurou o Professor Nadir Laidane, então Pró-Reitor Administrativo da UEPG, valendo-se do seu conhecimento pessoal e do cargo que ocupava como Reitor da UEPG e Membro do Conselho de Administração, para solicitar verbalmente auxílio para que o mesmo verificasse se a UEPG poderia pagar o Curso de Mestrado do Prof. Ítalo. Sendo informado posteriormente pelo Prof. Nadir Laidane, que a UEPG poderia efetuar o pagamento, e que ainda se ele quisesse a UEPG poderia pagar também o seu Mestrado, por entender que isso era justo. Portanto, desta forma o Prof. Merhy ao aceitar ter seu Mestrado pago irregularmente pela UEPG, deve responder também por este fato. Note-se ainda, que não foi um simples pedido de um funcionário público a outro, existia uma relação de subordinação hierárquica entre o Prof. Merhy e o Prof. Nadir, sendo, portanto, mais grave a situação em face disto, devendo ser plenamente repudiada e tratada com mais severidade tal conduta;

Que o mesmo sabia que o Professor Nadir Laidane não tinha competência para aprovar tal benefício, mais que por seu cargo tinha poder de autorizar os pagamentos, mesmo que irregularmente, como foi feito. Isto fica evidente quando em seu depoimento perante a Comissão Interna o mesmo afirma que “....verificaria junto ao Prof. Nadir Laidane, acerca de tal possibilidade, o qual, decorrido alguns dias, informou ao depoente que a UEPG poderia efetuar o pagamento do curso do Prof. Ítalo e que, caso o depoente quisesse, a UEPG também poderia pagar o seu mestrado, por entender que isso era justo.” (folha 25 do processo 05616/2003), argumento este também rechaçado pela Comissão Interna.

Verifica-se assim, que realmente cabia ao Prof. Nadir Laidane apenas verificar se existiam condições financeiras para o pagamento e não verificar da legalidade e do procedimento para aprovação do pleito, até porque tudo foi feito verbalmente, sem qualquer processo normal e corriqueiro dentro da Administração Pública. Ressalta-se também o fato, de que o próprio Prof. Merhy ressaltou em seu depoimento que o Prof. Nadir lhe ofereceu a chance de ver o seu curso também pago pela UEPG, porque ele Nadir considerava isso JUSTO, no que provavelmente concordou o Prof. Merhy visto ter aceitado a oferta.

Ora, além do fato de existir um velho ditado que diz: “ ser fácil fazer cortesia com chapéu alheio”, especialmente numa relação de subordinação hierárquica, o conceito de **JUSTO** pode variar de indivíduo para indivíduo, sendo de natureza subjetiva, em nada se coadunando com os atos, processos e procedimentos da Administração Pública, que são sempre guiados pela lei e por requisitos de cunho objetivo, como bem devia saber o Sr. Reitor Roberto Frederico Merhy, afinal o que é considerado **JUSTO** por alguns pode ser vedado pela lei e, portanto, considerado **ILEGAL** para o restante da sociedade. Vale lembrar que o mesmo pelo cargo de Reitor que ocupava também era membro do Conselho de

Administração da UEPG, e portanto conhecedor da Competência daquele Conselho, como da competência do Pró-Reitor de Administração, bem como de suas limitações e proibições;

Que apesar de em sua defesa alegar que esteve sempre convicto da regularidade do benefício que recebeu, em todos os momentos de suas alegações e em outros depoimentos dos demais envolvidos, bem como nas constatações da Comissão Interna, fica evidente que tudo foi realizado de forma verbal e oculta, ficando os acontecimentos adstritos apenas aos envolvidos.

Assim, repetimos, como se falar em regularidade do benefício, se os atos dos administradores públicos somente podem ser realizados obrigatoriamente por escrito, como forma de preservar-se a sua Moralidade, Publicidade e Legalidade, inclusive para que possam ser impugnados caso verifiquem-se vícios que atentem contra o interesse público. E isto como administrador público experiente era do seu conhecimento, pois em seu depoimento à Comissão Interna da UEPG declarou: “ Com efeito, a ninguém parecerá crível que o indiciado, - na época exercendo o cargo de dirigente máximo da instituição, conhecedor e habituado aos procedimentos administrativos regulares (grifo nosso), concordaria, conscientemente, em praticar ato ilícito, mormente em benefício próprio.”(Conforme depoimentos à folha 66 do processo 5616/2003);

Bem, deve-se lembrar ainda, que sem a denúncia havida no processo de desvio de dinheiro na Seção de Receitas, e pelo número reduzido de envolvidos, tendo-se usado a forma de pagamento em dinheiro, e não havendo qualquer registro na instituição da concessão dos benefícios, senão os surgidos das investigações referidas na Seção de Receitas, as irregularidades do pagamento e o próprio pagamento de tais benefícios jamais seriam descobertas, o que com certeza encorajou a prática de tais atos.

Que o mesmo sabia que todos os procedimentos tomados para o recebimento do benefício, desde o pleito verbal até o pagamento dos carnês, realizado como já foi visto entregando-se mensalmente os bloquitos de pagamento ao Professor Nadir Laidane, eram irregulares, e portanto, contrários aos Princípios da Moralidade, Legalidade, do Devido Processo/Procedimento Administrativo, da Publicidade, entre outros, que devem reger a Administração Pública; pois, aplicando-se ainda o Princípio da Razoabilidade, não é razoável admitir-se que um administrador público, conhecedor das normas internas da instituição, venha alegar que achava regular a forma como eram feitos os pagamentos dos boletos referentes às mensalidades do seu curso de Mestrado;

Nadir Laidane, pelos depoimentos, defesas e pelas conclusões da Comissão Interna da UEPG, têm-se :

Que o mesmo era conhecedor de que não havia permissivo legal para concessão do benefício pleiteado pelo Professor Ítalo Sérgio Grande, depois estendido por

ele mesmo ao Reitor Roberto Frederico Merhy, mediante aceitação expressa deste, conforme ainda consta do próprio depoimento do Prof. Merhy.

Que o referido benefício foi bancado e pago com dinheiro da UEPG pelo Pró-Reitor Nadir, devido ao seu conhecimento pessoal com os envolvidos e ainda em razão dos cargos que ocupavam os solicitantes, um como Diretor e outro como Reitor da UEPG, havendo ainda quanto a esta subordinação hierárquica, o que com certeza gerou um interesse maior em atender ao pleito, sendo que ambos os solicitantes eram também Membros do Conselho de Administração.

A caracterização do caráter pessoal e subjetivo para concessão de tais benefícios fica evidenciado pelo próprio depoimento do Prof. Nadir Laidane perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, quando o mesmo declarou ao ser perguntado pelo Sr. Relator Deputado Neivo Beraldin que: “se algum aluno ou alguém com menos poder aquisitivo da sociedade, algum dia, abordou o depoente na possibilidade de ter o mesmo tratamento do Reitor e do Pró-Reitor o mesmo respondeu que NUNCA, ELE JAMAIS PERMITIRIA ISTO. Completando então o Sr. Relator Neivo Beraldin com a conclusão de que ele permitiu para o Reitor e para o Pró-Reitor”; (grifo nosso) (Conforme Depoimento prestado em Acareação realizada em 13/05/2004 – DOC 4, em anexo)

Que o mesmo sabia não ter competência normativa para aprovar tal benefício, mais que por seu cargo tinha poder de autorizar os pagamentos, mesmo que irregularmente, como foi feito. Isto fica evidente quando no depoimento do Prof. Roberto Frederico Merhy perante a Comissão Interna o mesmo afirma que “....verificaria junto ao Prof. Nadir Laidane, acerca de tal possibilidade, o qual, decorrido alguns dias, informou ao depoente que a UEPG poderia efetuar o pagamento do curso do Prof. Ítalo e que, caso o depoente quisesse, a UEPG também poderia pagar o seu mestrado, por entender que isso era justo.” (folha 25 do processo 05616/2003), argumento este também rechaçado pela Comissão Interna.

Verifica-se assim, que realmente cabia ao Prof. Nadir Laidane apenas verificar se existiam condições financeiras para o pagamento e não verificar da legalidade e do procedimento para aprovação do pleito, até porque tudo foi feito verbalmente, sem qualquer processo normal e corriqueiro dentro da Administração Pública. Ressalta-se também o fato, de que o próprio Prof. Merhy ressaltou em seu depoimento que o Prof. Nadir lhe ofereceu a chance de ver o seu curso também pago pela UEPG, porque ele Nadir considerava isso JUSTO, no que provavelmente concordou o Prof. Merhy visto ter aceitado a oferta.

Ora, além do fato de existir um velho ditado que diz: “ser fácil fazer cortesia com chapéu alheio”, especialmente numa relação de subordinação hierárquica, como já foi dito e repete-se aqui por ser absolutamente necessário e adequado, o conceito de **JUSTO** pode variar de indivíduo para indivíduo, sendo de natureza subjetiva,

em nada se coadunando com os atos, processo e procedimentos da Administração Pública, que são sempre guiados pela lei e por requisitos de cunho objetivo, como bem devia saber o Pró-Reitor Nadir Laidane pelas funções que lhe eram típica a este respeito. Afinal, vale ressaltar-se novamente, o que é considerado **JUSTO** por alguns pode ser vedado pela lei e, portanto, considerado **ILEGAL** para o restante da sociedade.

Que em seus depoimentos perante esta CPI das Universidades chegou a afirmar inicialmente que tinha consciência de que o procedimento adotado era ilícito, e frise-se o procedimento e os benefícios concedidos daquela forma, pois afirmou desconhecer a forma como o dinheiro era obtido, ou seja negou saber dos desvios na Seção de Receitas. Posteriormente ainda, alegou à CPI fato nunca antes alegado perante a Comissão Processante Interna da UEPG, dizendo que achava lícito porque não houve má-fé, e que para ele o que havia era um empréstimo, o que na acareação realizada em 13.05.2004 perante esta CPI foi negado enfaticamente pelos Professores Ítalo e Merhy, que alegaram terem solicitado uma bolsa para os seus Mestrados, desconhecendo a existência de qualquer empréstimo deles junto a UEPG para tal finalidade. Portanto, claro que a verdade é a ocorrência do ilícito e a sua prática pelos envolvidos.

Ora, como dito anteriormente, fica evidente que tudo foi realizado de forma verbal e oculta, ficando os acontecimentos adstritos apenas aos envolvidos. Assim, novamente repetimos, como se falar em regularidade do benefício, se os atos dos administradores públicos somente podem ser realizados obrigatoriamente por escrito, como forma de preservar-se a sua Moralidade, Publicidade e Legalidade, inclusive para que possam ser impugnados caso verifiquem-se vícios que atentem contra o interesse público. E isto como administrador público experiente e ainda cuja função básica era justamente essa, pois ocupava o cargo de Pró-Reitor Administrativo, era de conhecimento do Prof. Nadir Laidane.

Que o mesmo sabia que todos os procedimentos tomados para o pagamento dos benefícios aos referidos professores, desde o pleito verbal até o pagamento dos carnês, realizado como já foi visto entregando-se mensalmente os bloquitos de pagamento ao próprio Professor Nadir Laidane, eram irregulares, e portanto, contrários aos Princípios da Moralidade, Legalidade, do Devido Processo/Procedimento Administrativo, da Publicidade, entre outros, que devem reger a Administração Pública;

Pois, aplicando-se ainda o Princípio da Razoabilidade, não é razoável admitir-se que um administrador público, conhecedor das normas internas da instituição, venha alegar que achava regular a forma como eram feitos os pagamentos dos boletos referentes às mensalidades de cursos de Mestrado naquelas circunstâncias.

Quanto à falta de solicitação pelos envolvidos de autorização do Conselho de Administração:

Pelas conclusões do Relatório Final da Comissão interna da UEPG, constituída para apuração dos fatos aqui tratados, referentes ao pagamento dos Cursos de Mestrado dos Professores Ítalo e Merhy, pelos depoimentos colhidos perante esta CPI e internamente na UEPG, e ainda pelos fatos e outras constatações já apontadas neste relatório, tem-se o que segue:

Que conforme apontado pela Comissão Interna da UEPG, face a impossibilidade de obtenção do benefício à época por falta de permissivo legal “restaria aos indiciados expor a situação ao Conselho de Administração da Universidade, ao qual compete, nos termos do artigo 15, XI do Estatuto: XI – Deliberar sobre normas de concessão de bolsas de estudo e sobre afastamento remunerado” (Folha 80 do processo 05616/2003, em anexo);

Que a principal dúvida é o porquê dos referidos professores não terem solicitado tal autorização. Assim, pelo conjunto de fatos e informações pode-se concluir objetivamente sobre este ponto que:

Pelo Relatório Final fica claro que este procedimento não foi adotado, limitando-se os indiciados a consultas verbais, e à “autorização” concedida pela então Pró-Reitor de Assuntos Administrativos; (Conforme folha 80, do processo 05616/2003, em anexo)

Que assim como os indiciados, ao que soube a Comissão Interna de Investigações da UEPG, haviam outros docentes da UEPG realizando o curso de Mestrado de que se trata, e que também poderiam estar interessados em que a instituição lhes proporcionasse auxílio financeiro. Considerando a referida Comissão esta mais uma razão para apreciação da matéria pelo Conselho de Administração, em atendimento aos princípios da publicidade, impessoalidade e isonomia.

E é aqui que encontram-se algumas respostas, pois por tudo que consta e pelos princípios que regem a administração pública haveriam alguns óbices que impediriam ou poderiam impedir os referidos professores de terem os seus interesses individuais atendidos pelos meios normais, e ambos sabiam disso pelos cargos que ocupavam e ainda, por serem Membros do Conselho de Administração da UEPG. Sendo estes óbices os seguintes:

Pelo Princípio do Orçamento tal despesa deveria já estar aprovada pelo Conselho, com todos os requisitos de acessibilidade e previsão de valores a serem despendidos, pois cada despesa pública deve ter uma prévia Receita ou fonte de disponibilidade financeira já indicada. Ora, o Curso já estaria iniciando à época, não havendo tempo hábil para conseguir-se este recurso;

Ainda quanto à disponibilidade financeira, mesmo aprovado pelo Conselho deveriam haver recursos para tal benefício, e não só para os dois, mais também como veremos adiante para outros interessados.

Pois como se viu pelos documentos e depoimentos, o então Reitor Merhy solicitou num primeiro passo ao Professor Nadir para que verificasse se haveria dinheiro, o que quer dizer que não haviam muitos recursos para

serem utilizados de forma extra orçamentária, e com certeza na quantidade e valores necessários se os mesmos benefícios fossem concedidos a outros. O que revela que houve uma administração da UEPG no período voltado ao atendimento de interesses individuais e subjetivos e, portanto, contrária aos interesses públicos. Fato este que evidencia-se em sua plenitude e da pior forma, quando analisamos os desvios verificados na Seção de Receitas da UEPG;

Que pelos Princípios da Isonomia e da Publicidade, deveria ser facultado a todos os que estivessem em igual situação, ou seja cursando Mestrados, a chance de participarem do pleito de tal benefício, em igualdade de condições, bem como através de regras de acesso claras, objetivas, lícitas e razoáveis, previamente identificadas e publicadas. Isto poderia tornar impraticável a concessão dos benefícios aos dois referidos professores beneficiados irregularmente neste caso, em razão do número de habilitados, do tempo que isto levaria, dos recursos disponíveis e dos requisitos necessários frente a tantos outros concorrentes, o que tornaria incerto a obtenção por eles dos referidos benefícios;

Que os dois por seus cargos, e ainda, por serem Membros do Conselho de Administração, poderiam ser questionados frente aos princípios da Moralidade e da Impessoalidade pela obtenção de tal benefício se aprovado e concedido pelo Conselho de Administração, especialmente se concedido apenas aos dois;

Que as conclusões do Relatório Final da Comissão Interna da UEPG encontram-se equivocadas, frente ao que já foi dito, em especial levando-se em consideração o que consta do parágrafo anterior, quando conclui que a irregularidade ou ilegalidade cometida pelos professores Merhy e Ítalo foi unicamente não terem submetido o seu pleito à aprovação do Conselho de Administração, conclusão que deve ser imediatamente revista. Pois os fatos demonstram a intenção dos referidos professores de se utilizar dos cargos que ocupavam e do seu relacionamento pessoal com os envolvidos em proveito próprio, utilizando formas e meios sub-reptícios e ocultos para tal, e como veremos adiante sabedores que estariam inclusive desviando recursos através de simulações e apropriações indevidas para obtenção e utilização de recursos públicos em benefícios próprios e indevidos;

Quanto à alegação pelos três envolvidos de que desconheciam a forma irregular para obtenção dos recursos para os pagamentos feitos:

Tal alegação não se sustenta pelos próprios princípios que regem a administração pública e a realização dos atos administrativos, pelas ações tomadas pelos envolvidos e ainda, pelo conhecimento dos mesmos quanto às formalidades administrativas internas da UEPG, como veremos a seguir:

Não existem elementos comprobatórios até aqui de que os Professores Ítalo e Merhy soubessem ou poderiam saber das evasões de recursos na Seção de Receitas da

forma que ocorriam, contudo, isso não exclui o fato de que, pelo seu conhecimento, experiência e por suas funções à época, os mesmos tinham pleno conhecimento de que os recursos utilizados para pagamento das mensalidades dos seus cursos não eram obtidos de forma regular;

Deve-se salientar ainda, pelo que já foi exposto, que todos os envolvidos sabiam e tinham condições de saber que a forma verbal utilizada e a forma de entrega dos boletos para pagamento não eram típicos da administração pública. Afinal, não existe um protocolo público de pedidos verbais. Em sendo assim, nenhum processo foi formado, nenhuma aprovação legal foi conseguida de um administrador ou colegiado competente, e nenhum procedimento foi estabelecido formalmente para pagamento dos benefícios recebidos.

Frente a estes dados pergunta-se: Como então tais recursos saíam legalmente da Universidade para pagamento de tais benefícios, e ainda, como seriam contabilizados. Ora, um Reitor, um Pró-Reitor Administrativo e um Diretor conhecem e tem acesso ao Orçamento e aos Demonstrativos Contábeis da Instituição, então sabem que os atos administrativos transformam-se em fatos administrativos e estes são registrados contabilmente como fatos contábeis. E que o seu registro deve atender ao conteúdo verdadeiro do ato praticado, ou seja, tudo deve corresponder à verdade. Cada ato administrativo público, portanto, deve atender aos requisitos e Princípios Públicos da necessidade, da adequação, da motivação e da finalidade dos atos administrativos, assim, sem isso, como realizaram-se tais pagamentos.

Neste ponto encontra-se a resposta sobre o conhecimento da origem irregular por parte dos envolvidos, afinal se um ato administrativo não atende aos requisitos anteriormente citados ele é desde a sua origem um ato viciado e irregular ou ilegal. Pois, não fosse realizado nenhum desvio da forma que foi feita no Setor de Receitas da UEPG, o dinheiro seria obtido através de simulações de atos diversos, ou seja, simulando-se, e portanto fraudando-se todos os elementos necessários a um outro ato regular da administração pública, onde estariam presentes os requisitos da motivação, adequação, legalidade, moralidade e finalidades públicas, mais cujo conteúdo seria totalmente falso, não refletindo assim o verdadeiro destino dos recursos, e isso todos os envolvidos sabiam independentemente de terem que perguntar a alguém, pois no silêncio do seu íntimo sabiam disso por si mesmos;

Concluí-se ainda, que o fato apurado em relação aos envolvidos Prof. Ítalo, Prof. Merhy e Prof. Nadir, constituem-se de grande importância social, em especial para os moradores de Ponta Grossa, pois, os mesmos além de se constituírem em formadores de opinião na sociedade, fazendo parte da elite intelectual da sociedade, são responsáveis pela formação do caráter e da ética profissional de milhares de adolescentes que têm nestas pessoas espelhos e exemplos a serem seguidos.

Assim, diante do Princípio da Prevenção que rege a persecução penal, de forma a inibir e a prevenir que delitos idênticos se multipliquem na sociedade por seu grande alcance material e social, bem como, do impacto que causam em quantidades maiores ou menores, é de grande interesse a apuração severa e rápida do assunto, com vistas a uma eventual punição que contemple a seriedade dos delitos praticados;

São recomendações desta Comissão Parlamentar de Inquérito as seguintes providências:

A revisão das conclusões da Comissão Interna de Investigação n.º 05616/2003, frente aos fatos apontados neste relatório, para verificação de que se as punições ali recomendadas estão de acordo com as irregularidades cometidas e com a sua gravidade. Recomendando ainda, o afastamento dos envolvidos de qualquer função de direção que ocupem hoje na UEPG, até final apuração da nova Comissão Interna;

Que o presente relatório seja enviado ao Tribunal de Contas, tendo em vista que os fatos levantados neste relatório, em relação à Alta Administração da UEPG, refletem uma possível postura administrativa, bem como, os valores adotados pelos mesmos na administração daquela instituição naquele período. Sendo portanto, de relevante interesse social e público a realização de uma auditoria para verificação da regularidade e da veracidade do conteúdo de todos os atos praticados na UEPG por seus administradores naquele período;

Que o presente relatório seja encaminhado ao Ministério Público Estadual, com vista a apuração em tese do cometimento dos crimes definidos como “Crimes cometidos contra a Administração Pública”, em especial àqueles tipificados no artigo 312 e seguintes do Código Penal Brasileiro, sem prejuízo de outras capitulações previstas em outros artigos do mesmo código e em leis especiais, em especial quanto a aplicação no caso da Lei 8429 de 02/06/1992, que trata de Atos de Improbidade Administrativa.

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA CONJUNTA Nº 02/04 (DOC. 13)

Trata-se de Sindicância designada pela Resolução Conjunta n.º 02/2004 – SETI/SEAP/PGE/SEFA promovida, promovida pela Secretarias de Estado em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná n.º 6.678, tendo sido obtido por esta CPI o seu Relatório Final, sem os seus anexos, e contendo 86 folhas na fase em que se encontra, que teve origem por solicitação do Senhor Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para fins de apuração de diversas supostas irregularidades na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), as quais foram levadas ao conhecimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual, Sr. Mário Sérgio Bradock Zacheski, por meio de dossiê anônimo, depoimento prestado em seu gabinete e cópias de outros depoimentos.

A Comissão de Sindicância foi instalada em 08/03/2004, sendo composta pelos servidores Sr. Wallace Soares Pugliese, Presidente, Sr. Pedro Guilherme Mathias e Sr. Nelson Ramalho, Membros, e pelo Sr. Valdecir Dias de Moraes, Secretário.

A presente Sindicância foi aberta para apuração de 23 possíveis irregularidades denunciadas, sendo que muitas delas também foram reafirmadas e denunciadas em depoimentos prestados perante esta CPI das Universidades, como veremos mais adiante ao serem analisados os depoimentos prestados.

Pelas conclusões do Relatório Final da Comissão de Sindicância, constituída para apuração de forma à constatação num primeiro momento de indícios da existência de diversas possíveis irregularidades em diversos setores da UEPG, pelos depoimentos colhidos perante esta CPI e internamente na UEPG, e ainda pelos fatos e demais considerações já apontadas neste relatório, tem-se o que segue quanto às irregularidades já constatadas:

1 - Do Curso Normal Superior e da Universidade Eletrônica do Brasil

Relativamente a denúncias sobre irregularidades, a Comissão de Sindicância analisou o destino do recurso obtido pela UEPG pelo convênio existente com a Universidade Eletrônica do Brasil.

Primeiramente, esclareceu a Comissão de Sindicância que o Curso Normal Superior ministrado pela UEPG, por meio de convênio estabelecido com a Universidade Eletrônica, é uma modalidade de educação à distância, utilizando-se das tecnologias como suporte fundamental no processo de informação e comunicação., permitindo-se que vários núcleos de alunos, de forma interativa, possam assistir às aulas utilizando-se de computadores e câmeras de vídeo.

O Curso normal superior visa graduar, em 3º grau de ensino, os professores da rede pública de ensino, tal como exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96). Pois tal lei determina que todos os professores terão que possuir curso superior até 2007. Sendo que a UEPG seria a base geradora para até 80 pontos diferentes ao mesmo tempo de modo interativo. E que o normal superior visa capacitar professores da rede pública estadual e municipal de ensino fundamental, da primeira a quarta séries, por meio interativo e à distância.

Que a UEPG seria responsável pela parte pedagógica, enquanto a Universidade Eletrônica do Brasil seria responsável pela instalação e manutenção da mídia, equipamento, etc., e que a Universidade Eletrônica é a responsável pelo recebimento do pagamento.

Todas essas informações foram prestadas pela Professora Leide Mara Schmidt, Coordenadora do Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância, em seu depoimento perante a Comissão de Sindicância.

Concluiu-se assim que a UEPG é, basicamente, responsável pela preparação e por ministrar as aulas, além de elaborar as provas, indicando também os professores. Sendo que além do curso normal superior, existem vários outros cursos ministrados do mesmo modo, os quais não são mencionados na denúncia.

No que tange, portanto, ao Curso Normal Superior, percebe-se, pela análise do convênio realizado pela Comissão de Sindicância, que à UEPG são repassados 10% do valor arrecadado pela UEB com as mensalidades. Em outros cursos de especialização, a receita destinada à UEPG é estabelecida na proporção de 60% para esta e 40% para a Universidade Eletrônica do Brasil.

Pelos depoimento do Sr. Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, Pró-Reitor de Assuntos Administrativos, verificou-se:

que com relação ao curso normal superior, em cada termo aditivo do convênio é utilizado um percentual distinto, quando da realização de cursos de especialização;

que a taxa de inscrição de vestibular e as mensalidades são cobradas e arrecadadas pela UEB;

que descontadas as despesas, 60% do valor é destinado à UEPG e 40% é da UEB;

que o controle dos valores destinados à UEPG é feito pelo número de provas aplicadas e pelos planos de aulas ministradas;

que os professores que ministram aulas no curso normal superior são remunerados pela UEB, e que os professores em regime TIDE inseridos no curso normal superior prestam serviços esporádicos e porque autorizados pela lei.

Pelas aulas ministradas nestes cursos de especialização e no curso normal superior e pela elaboração do material didático, os professores da UEPG recebem pagamento, efetuado pela Universidade Eletrônica, diretamente ao professor ou, ainda por implantação em folha de pagamento.

A Comissão ainda verificou, que observada a lista de docentes da UEPG que ministram aulas na Universidade Eletrônica, figuram professores inseridos no Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE) na UEPG.

Cabe ainda, ressaltar-se como veremos mais adiante nas conclusões desta parte do relatório, principalmente analisando-se o depoimento prestado a esta CPI do atual Reitor da UEPG Sr. Paulo Roberto Godoy, o descaso e a omissão da Administração da UEPG com relação ao pagamento de TIDE, pois diversas vezes alegaram que não tinham condições de verificar quais professores que recebem TIDE mantêm atividades externas proibidas neste regime, e que portanto, estariam impedidos de receber tal verbal, sendo que, em outros casos conforme relatado pelo próprio Reitor onde chegou-se a identificar tais professores as Comissões de Processo

Administrativo Interno propuseram como punição a devolução parcelada dos valores recebidos. Em tais casos houve omissão dos Administradores da Universidade, pois houve a apropriação indevida e consciente destes professores dos valores do TIDE, além de uma punição administrativa condizente, tal fato é considerado criminoso, e por se tratar de Instituição Pública é dever de Ofício, a qualquer tempo e em qualquer administração, mesmo que posterior aos fatos, do Administrador Público de encaminhar o acontecido ao Ministério Público.

Tal fato foi bem observado e ressaltado pelo Sr. Presidente desta CPI, e por seus demais membros, quando do depoimento do referido Reitor Sr. Paulo Roberto Godoy, onde em comparação foi citado caso recente em que dois vigilantes da UEPG foram demitidos por furtar 2 computadores no valor de aproximadamente R\$ 2.500,00, enquanto vários professores foram flagrados recebendo indevidamente o TIDE, em valores que somados chegam a dezenas de milhares de reais, e condenados administrativamente apenas À DEVOLUÇÃO PARCELADA DOS VALORES RECEBIDOS, ora, isso é um prêmio e um incentivo ao cometimento do mesmo ilícito por outros professores não só da UEPG como de outras Universidades Estaduais, pois se não forem pegos ficam com o dinheiro recebido indevidamente e se pegos são condenados a ressarcir parceladamente esses valores. Sendo que tais fatos estão sendo escondidos do Ministério Público Estadual pela Administração da Universidade, uma vez que independentemente da ação administrativa tomada houve um ilícito penal previsto no Código Penal - Dos Crimes Contra a Administração Pública, e na Lei de Improbidade Administrativa.

Ainda, quanto ao caso da Universidade Eletrônica, citou-se que, segundo o Pró-Reitor de Assuntos Administrativos, os professores em regime TIDE inseridos no curso normal superior prestam serviços esporádicos e porque autorizados pela lei.

Entretanto, questiona a Comissão se um professor em regime TIDE poderia, de acordo com a legislação vigente, exercer, mesmo no âmbito de cooperação técnica estabelecida pelo convênio com a UEB, atividade com remuneração paga por terceiro.

E mesmo o convênio estabelecendo em suas cláusulas que a relação com os professores não gera vínculo empregatício, o certo que a situação fática de que os professores recebem remuneração de outra entidade que não a UEPG podem indicar a existência de um vínculo empregatício, aplicando-se o Princípio de Direto do Trabalho da “Primazia da Realidade”.

Diz ainda o artigo 58 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná que: “considera-se regime de tempo integral o exercício da atividade funcional sob dedicação exclusiva, ficando o funcionário proibido de exercer cumulativamente outro cargo, função ou atividade particular de caráter profissional ou público de qualquer natureza.”

Ainda, não se aplica a excludente/exceção prevista no regime TIDE, referente à difusão e aplicação de conhecimentos, visto que o professor ao ministrar aulas solicitadas, para atender um conteúdo programático, percebe vantagem financeira, ou seja, recebe um benefício pessoal correspondente a um pagamento em dinheiro pela prestação do seu serviço, sendo portanto, remunerado.

Concluiu finalmente a Comissão que não existem indícios de desvio dos recursos cabíveis a UEPG em virtude do seu convênio com a Universidade Eletrônica do Brasil, contudo, entendeu ainda, que existem indícios de irregularidades na percepção de remuneração da Universidade Eletrônica pelos professores inseridos em regime TIDE, uma vez que se verifica, em tese, infração ao artigo 58 da Lei Estadual n.º 6174/70. E ainda, que pelo tempo exíguo destinado aos seus trabalhos, entendeu que a autoria das irregularidades por ventura existentes deverá ser apurada mediante a abertura de um competente processo administrativo.

2 – Das Horas Extras

Segundo denúncias, a reitoria da UEPG proporcionou a muitos servidores da instituição o pagamento de horas extras sem que efetivamente tivesse sido prestado o tal labor extraordinário.

Com base nesta denúncia a Comissão de Sindicância solicitou cópia dos cartões-ponto dos funcionários que fizeram horas extras e das solicitações dos chefes de departamento respectivas, e uma lista dos servidores com a quantidade de carga horária e valores em reais.

Apurou-se que o controle de frequência dos funcionários administrativos é feito por relógio-ponto e por folha-ponto, e que a escolha do meio de controle se dá pelo critério de operacionalidade, sendo utilizados atualmente 10 relógios ponto.

Verificou-se ainda, que para os funcionários do setor operacional, que trabalham em setores de número de pessoal elevado, é mais fácil a utilização do relógio ponto, e que para o pessoal administrativo o controle é feito através de folha ponto.

Que a solicitação de horas extras é feita pelo chefe da unidade de forma posterior à sua efetiva realização. Que o chefe da unidade, por meio de ofício no qual justifica a necessidade da realização do trabalho extra, faz a solicitação ao Recursos Humanos, o qual aprova ou não o pagamento.

Que paga controlar todos os funcionários por relógio-ponto, necessita-se de mais 28 destes, o que demandaria um custo muito grande para a UEPG.

Verificou-se assim, pela análise da frequência, que o pagamento das horas extras é feito mediante solicitação por ofício do chefe do respectivo departamento. Ou seja, os chefes de departamento possuem ampla autonomia no que se refere aos pedidos de horas extras.

Pela análise da documentação realizada pela Comissão, percebeu-se que, mesmo nos meses em que o funcionário gozou de férias ou licença especial e médica,

em que o normal, pelo artigo 181 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná seria a consideração das médias de horas extraordinárias feitas nos últimos 12 meses, forma feitas solicitações de pagamento pelos chefes de departamentos, por meio de ofício, nos quais se afirmou, inclusive, o número de horas extras realizados no respectivo mês.

Observando os apontamentos referentes aos servidores lotados na Seção de Vigilância Patrimonial, verificou-se a existência de cartões em branco e anotações de aviso que o funcionário estaria preso. Entretanto, mesmo assim, existe um ofício solicitando hora extraordinária para esses servidores.

Concluiu assim a Comissão de Sindicância conjunta em cognição sumária, existirem indícios de irregularidade na concessão de pagamentos de horas extras na UEPG, tendo em vista suposta inobservância dos artigos 176 e 181 da lei 6174/70.

Propôs finalmente a instauração de competente processo administrativo para apuração das supostas irregularidades referentes às horas extras.

3- Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Segundo as denúncias apresentadas, há irregularidades na concessão de “Cargos de Confiança CC”, mencionando-se que a resolução do Conselho de Administração não encontra amparo legal no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná (Lei n.º 6174/70).

A remuneração do Cargo em Comissão é composta pelas seguintes verbas: Vencimento básico, TIDE e Gratificação de Representação. Quando o servidor ocupante de Cargo em Comissão é integrante de carreira da UEPG receberá o vencimento básico do cargo efetivo quando este for superior ao do comissionado.

Verificou-se, primeiramente, que os cargos em comissão e as funções gratificadas foram criadas, no presente caso, por Resolução do Conselho de Administração da UEPG.

As resoluções são formas de atos administrativos.

Em relação aos cargos em comissão, não existe a previsão de ato administrativo que possa criá-los. A criação de cargos em comissão, segundo dispõe a Constituição Federal deve ser feita por meio de lei federal, estadual ou municipal. (artigo 37, II da CF)

Por sua vez, o inciso V do artigo 37 CF dispõe que as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em Lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece, em seu artigo 66 que ressalvado o disposto nesta constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, as leis que disponham sobre: I- a criação de cargos, função ou emprego público na Administração Direta

e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração.

Já o Decreto Estadual n.º 3471/2001 dispõe, em seu artigo 2º, que fica sujeita à prévia e expressa autorização do Governador do Estado independentemente da fonte do recurso, a realização de despesas referentes à: g) majorações remuneratórias dos servidores civis ou militares, ativos e inativos, criação e transformação de cargos, empregos ou funções e demais atos que resultem em aumento de despesa com pessoal da Administração Direta e da Indireta do Poder Executivo Estadual.

Da mesma forma, o artigo 3º da Lei Estadual n.º 6174/70 estabelece que cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário, identificando-se pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Estado.

Por sua vez, o artigo 24 da mesma lei estabelece que a nomeação será feita: III- em comissão, quando se tratar de cargo que, em virtude de lei assim deva ser provido.

Desta forma concluiu acertadamente a Comissão de Sindicância, que a criação de cargos em comissão por meio de Resolução Interna da própria UEPG é ilegal.

Outra situação que chamou a atenção é que, caso um terceiro, não ocupante de cargo de carreira na UEPG, for convidado a ocupar cargo em comissão, receberá, como remuneração, no mínimo, o vencimento básico de um Professor Associado “C” (atualmente R\$ 1.656,15), somado ao TIDE (55% do valor anterior) e gratificação de representação no valor de R\$ 1.464,89. Com isso, o valor menor a ser pago a um ocupante de cargo em comissão é de R\$ 4.031,91.

No que se refere às funções gratificadas, verifica-se que também foram criadas por meio da Resolução CA n.º 237 da UEPG.

Segundo artigo 15 da Lei 6174/70, a função gratificada é vantagem acessória ao vencimento do funcionário, não constitui emprego e é atribuída pelo exercício de encargos de chefia, assessoramento, secretariado e outros para cujo desempenho não se justifique a criação de cargos em comissão.

O parágrafo 1º do referido artigo estabelece que desde que haja recursos orçamentários para esse fim, o Poder Executivo poderá criar funções gratificadas, para atribuições previstas em regulamento próprio, onde se estabelecerá a competência para designar os servidores para exercê-las.

Portanto, percebe-se que o Chefe do Poder Executivo poderá criar, por meio de decreto, funções gratificadas. Isso não significa que um órgão colegiado de Universidade Estadual também o possa, por meio de simples Resolução. Isso porque os recursos para pagamento da remuneração dos servidores e professores da UEPG são do Estado do Paraná. Ou seja, a UEPG verifica a existência ou não de recursos para implantação de função

gratificadas em quantidades não definidas pelo Poder Executivo.

Desta forma, funções gratificadas são criadas livremente, desde que existam recursos orçamentários. Entretanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101) determina o controle das despesas com pessoal.

Assim, concluiu-se ainda em cognição sumária, por tudo que foi analisado pela referida Comissão de Sindicância Conjunta, que a UEPG não tem como determinar o impacto das horas extras, da criação dos cargos em comissão e das funções gratificadas no orçamento estadual. Sendo assim, não há verificação de qual é o impacto causado à Receita Corrente Líquida do Estado, na forma estabelecida pelo artigo 22, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 101/2000.

Diante da análise das denúncias, bem como da situação existente na UEPG, entendeu a Comissão existirem indícios de irregularidades, tanto na criação, como na concessão dos cargos em comissão e das funções gratificadas. Em infringência em tese ao artigo 37, V da Constituição Federal, ao artigo 66, I, da Constituição Estadual do Paraná, artigo 2º, “g”, do Decreto Estadual n.º 3471/2001, dos artigos 3º, 15 e 24 da Lei Estadual n.º 6174/70 e do artigo 22, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 101/2000.

Desta forma, para verificação da autoria sugeriui ainda a instauração de competente processo administrativo para a apuração de tais indícios de irregularidades.

4 - Das Denúncias de Irregularidades no Departamento de Odontologia

Segundo denúncias objeto de análise da Comissão de Sindicância Conjunta, a arrecadação da Clínica Odontológica relativa a diversos procedimentos prestados à comunidade não seria depositada na conta bancária da UEPG ou entregue na Seção de Receitas, sendo desviada em benefício dos professores do Departamento de Odontologia. Não haveria, ainda, controle do número de atendimentos prestados. Tudo isso, também denunciado perante esta CPI por funcionários da própria UEPG, como pode-se ver nos depoimentos prestados e ora transcritos neste relatório.

Alegou-se, ainda, fraude no preenchimento das guias do SUS, inventando-se nomes e endereços de supostos pacientes e procedimentos nunca realizados, bem como a existência de um caixa 2 no Departamento de Odontologia.

Por último, sustentou-se que o atual chefe do Setor de Ciências Biológicas e da Saúde, Professor Elias Fadel, apresentaria sinais de riqueza incompatíveis com seus rendimentos oficiais na UEPG.

Constou ainda, depoimento prestado pelo Sr. Rosvaldo Antônio Kalinoski no Gabinete do Deputado Braddock, dando detalhes de supostas irregularidades cometidas pelo professor Elias Fadel.

Que do depoimento prestado pelo Professor Edison do Rocio Meister, atual chefe do Setor de Odontolo-

gia, desde novembro de 2002, sobre o caso, têm-se as seguintes informações;

que os trabalhos clínicos são pagos pelo SUS, e os pacientes pagam apenas os trabalhos protéticos ao preço de custo;

que os pagamentos são feitos de uma ou mais vezes, conforme a possibilidade;

que os pagamentos são feitos diretamente à tesouraria ou por meio de depósito bancário, e que hoje por determinação da Reitoria é feito depósito bancário, tendo em vista a denúncia a respeito da seção de receita;

que em outras épocas sabe que o recebimento era feito pela tesouraria da UEPG, e que quando o pagamento era feito direto na tesouraria quem fazia era o próprio paciente o qual devolvia o recibo para anexar à ficha;

que não tem conhecimento de que o dinheiro dos trabalhos protéticos cobrados tenham sido depositados em contas de professores;

que as guias do SUS são preenchidas corretamente, e que a cobrança do SUS é feita mensalmente;

que não tem conhecimento sobre a existência de um caixa 2;

que desconhece os registros patrimoniais dos aparelhos de autoclave existentes no departamento;

que desconhece a existência de enriquecimento ilícito de pessoas da UEPG, e que os valores pagos pelo SUS são feitos diretamente para a UEPG;

Quanto ao depoimento do Professor Elias Fadel, o qual foi chefe do Departamento de Odontologia de 1995 a 1998, época apontada pelo Sr. Rosvaldo Kalinoski em depoimento prestado no Gabinete do Deputado Braddock, têm-se sobre o assunto o que segue:

que foi chefe do departamento de odontologia de maio de 1995 a setembro de 1998;

que seu mandato iria até maio de 1999, entretanto foi eleito como Diretor do Setor de Ciências Biológicas e da Saúde;

que eram prestados serviços à comunidade nas clínicas odontológicas, e que não cobravam os serviços de atendimento em virtude do convênio com o SUS;

que eram realizados procedimentos variados, tais como restaurações, tratamento de canal, periodontia, extrações, entre outros;

que o Município de Ponta Grossa é o gestor do convênio com o SUS;

que os atendimentos são realizados pelos acadêmicos com a orientação e supervisão dos Professores;

que eram e são cobrados até agora os atendimentos com próteses, por não serem cobertos pelo convênio com o SUS;

que o valor atual unitário da prótese (coroa metálica-cerâmica) é de R\$ 230,00, sendo R\$ 199,00 o custo do laboratório e R\$ 31,00 o custo do material;

que o valor pago pelas próteses dentárias era recebido pelos alunos, os quais efetuavam depósitos bancários na conta da UEPG ou efetuavam o pagamento diretamente à seção de receitas;

que o aluno juntava o comprovante na ficha do paciente, sendo que o professor vistava o comprovante;

que o momento de depósito na UEPG ou de entrega na seção de receita dos pagamentos efetuados pelos pacientes eram de responsabilidade dos alunos, não podendo o depoente afirmar se isto era feito no mesmo dia do recebimento ou não;

que ao final do tratamento, era verificado a ficha do paciente e conferido se havia sido feito o pagamento integral, bem como se havia sido feito o depósito na conta da UEPG;

que não tem conhecimento se houve descarte de documentos da área de saúde;

que não tem conhecimento se as fichas de pacientes de 1995 a 1998 ainda existem ou não;

que normalmente as fichas são guardadas em diferentes laboratórios que prestam atendimentos e que, ao final de cada ano, elas são reunidas para elaboração de relatório, bem como, que normalmente após isso são levadas ao departamento de Odontologia;

que durante sua gestão, existia um coordenador do SUS, o Sr. Professor Bruno Costa Cichon, nomeado por portaria do Reitor, o qual era o responsável por tudo que acontecia com o convênio;

que existia uma conta no Banco do Brasil, em nome da UEPG que recebia ressarcimento de depósitos do SUS, e que desconhece a existência de Fraude nas guias do SUS;

que o preenchimento dos blocos do SUS é feito pelos alunos após a realização do trabalho;

que não tem conhecimento de qualquer depósito em sua conta corrente referente aos pagamentos de procedimentos da clínica odontológica;

que não tem conhecimento da existência de caixa 2, durante a sua gestão.

que durante a sua gestão recebeu vários bens em doação para compor o consultório modelo bem como um aparelho de esterilização chamado de autoclave, e que por desconhecimento deixou de fazer o processo de registro de patrimônio, o qual veio a conhecer posteriormente quando passou a integrar o conselho de administração;

que é Cirurgião Dentista Aposentado desde 1993, e que deste 1996 só exerce atividades profissionais na UEPG, estando enquadrado no regime TIDE provavelmente desde 1996;

que tem um veículo Alfa Romeo, ano 2000 modelo 156, adquirido em agosto de 2001, na Euro Import, que pagou a quantia de R\$ 52.000,00;

que fora o vencimento da UEPG, possui como renda uma aposentadoria, dois imóveis locados, e sua esposa também possui imóveis locados (cinco imóveis) além de ser aposentada;

que recebe como professor titular, exercendo cargo em comissão, o valor líquido próximo de R\$ 7.000,00;

que conhece o Sr. Rosvaldo Kalinoski, o qual trabalhava no setor de Saúde, e que possui inimizade com o

mesmo, uma vez que este, em duas ocasiões, recebeu do depoente cheque para pagamento de contas pessoais no comércio local, as quais não foram pagas;

que os demais autoclaves foram comprados por licitações;

que o Sr. Carlos Roberto Rodrigues Schiebelbein é amigo do Sr. Rosvaldo Kalinoski;

que na sua época, em função da falta de produtos em estoque no Departamento de Odontologia, os alunos, de livre e espontânea vontade, adquiriram alguns materiais para não parar o atendimento;

que contribuiu para a campanha para Reitor do Sr. Roberto Merhy, por meio de dois cheques de R\$ 250,00 de sua conta pessoal;

Já no depoimento do Sr. Rosvaldo Antônio Kalinoski, técnico de equipamentos odontológicos da UEPG, têm-se sobre o assunto o que segue:

que há 19 anos trabalha na UEPG e há 17 anos no departamento de Odontologia;

que tem conhecimento de irregularidades na cobrança dos atendimentos;

que antes de 1995 os pagamentos eram feitos através de depósito bancário, e por determinação do Professor Fadel, o procedimento foi modificado, passando os pagamentos a serem feitos diretamente ao departamento de Odontologia;

que quando o acadêmico recebia o dinheiro, ele mesmo entregava ao departamento;

que qualquer pessoa que fizesse parte do departamento podia receber o pagamento, o qual era posteriormente entregue ao professor Fadel;

que a pessoa mais indicada para o recebimento era o Sr. Carlos Schibelben, que era o secretário;

que o dinheiro arrecadado pelo professor Fadel era utilizado, ao menos em parte, para compra de copinho, café, ventiladores, forração, cinco autoclaves, sendo uma HA19 e quatro de 21 litros;

que não tem conhecimento de que parte do dinheiro arrecadado pelo professor era repassado à UEPG, que tinha conhecimento de que o dinheiro era depositado na conta do Professor Fadel;

que os procedimentos cobrados eram os de próteses dentárias, desconhecendo o valor total cobrado;

que as guias de recolhimento eram preenchidas em três vias: uma para o paciente, outra para o acadêmico e outra ficava no prontuário do paciente, e que tais guias não eram autenticadas, mas somente rubricadas pelo funcionário que recebia o pagamento;

que reconhece que é possível que um aluno possa apropriar-se de valores pagos pelos pacientes, pela fragilidade do sistema;

que não tem condições de afirmar a quantidade de atendimentos mensais.

Que foi procurado pelo professor Fadel para cobrar um cheque que havia sido devolvido por falta de fundos e que o mesmo tinha sido utilizado para pagamento de procedimentos do Setor de Odontopediatria, e que o cheque

foi cobrado e que pode identificar a pessoa titular da conta, apesar de no momento não recordar o nome, bem como, que o dinheiro foi entregue ao professor Protázio, que na época era o chefe do departamento de Odontologia, substituindo o professor Fadel;

Que na clínica integrada são feitos todos os trabalhos e procedimentos, porém somente são cobrados os referentes às próteses, que o número de atendimentos diários é de aproximadamente 60;

Que soube pelo Sr. Carlos que o professor Fadel entregou R\$ 500,00 para a campanha de Reitor do Professor Merhy, entretanto não acredita que o Professor Merhy teve conhecimento da origem do dinheiro, e que tal dinheiro foi obtido pela cobrança de atendimentos no departamento de Odontologia;

Que tem conhecimento da existência de fraude contra o SUS;

Que os acadêmicos precisavam trazer películas de Raio X, com dinheiro próprio, entretanto elas constavam na lista de ressarcimento do SUS;

Que existe um número mínimo de atendimentos para ressarcimento do SUS, e que para completar o número mínimo a lista do SUS era preenchida com nomes aleatórios, constando procedimentos não realizados;

Que existe uma conta bancária da própria UEPG para recebimento de dinheiro do SUS, e que o valor recebido do SUS era utilizado para aquisição de materiais de consumo, mas não de equipamentos e que portanto fraudavam as guias do SUS para obterem aqueles materiais;

Que não tem inimizade com o professor Fadel e com ninguém;

Que teve medo de denunciar as irregularidades anteriormente e agora, por ver muita coisa errada sendo denunciada, resolveu apresentar suas denúncias ao Deputado Mário Sérgio Bradock;

Que não tem certeza, mas que acredita que na gestão do professor Protázio, o pagamento passou a ser efetuado por depósito bancário, e que cada departamento possuía uma conta bancária no BANESTADO, que os depósitos deveriam ter sido feitos nesta conta;

Que acredita que em se verificando os extratos da conta, será possível constatar que os depósitos não conferem com os valores arrecadados nos atendimentos, e que preferiu não levar as denúncias ao Reitor por decisão pessoal, e que as provas foram adquiridas ao longo do trabalho;

Que há desvios de funções dentro do departamento;

Que de 1994 a 1998 forma coletadas as provas;

Também foi ouvido o depoimento do Sr. Carlos Schiebelein, funcionário da UEPG, que sustentou o que segue:

Que trabalha no setor de Ciências Jurídicas desde outubro de 2003 e que trabalhou 09 anos no departa-

mento de Odontologia, de dezembro de 1992 a agosto de 2001;

Que foi secretário no departamento de Odontologia, e que eram cobrados os procedimentos de próteses dentárias efetuados na clínica odontológica;

Que de dezembro de 1992 a abril de 1995, os acadêmicos depositavam na conta bancária n.º 1258 do Banestado, e que quando o Professor Fadel assumiu a chefia do departamento, determinou que os pagamentos fossem efetuados diretamente no departamento;

Que os acadêmicos se dirigiam à secretaria do departamento e efetuavam o pagamento ao depoente, que posteriormente repassava o numerário ao Professor Fadel;

Que quando do pagamento na secretaria, eram vistos os comprovantes em três vias: uma via era entregue ao paciente, outra era anexada no prontuário e outra acompanhava o dinheiro entregue ao professor Fadel;

Que desconhece o que o professor Fadel fazia com o dinheiro, mas sabe que ele não era entregue à UEPG;

Que o professor Fadel lhe disse que entregou R\$ 500,00 para a campanha a Reitor do Professor Merhy e que o dinheiro era oriundo dos pagamentos de próteses dentárias;

Que em média era arrecadado um valor próximo de R\$ 7.000,00 por mês;

Que não soube de desconfinça de evasão de receitas pelo setor de receita;

Que sabe que foram comprados produtos como café, açúcar, chá com o valor arrecadado pelo professor Fadel;

Que o depoente ouviu do professor Fadel que este desejava fazer um Caixa 2, com a adoção do novo procedimento de arrecadação;

Que o professor Carlos Antonio Pelissari também falou que o professor Fadel declarou em reunião que desejava fazer um Caixa 2;

Que não sabe se alguns equipamentos foram adquiridos com o dinheiro desviado;

Que tem conhecimento de Fraude contra o SUS, e que o professor Fadel pedia para que fossem alterados os prontuários dos pacientes atendidos pelo SUS;

Que o responsável pelo preenchimento do relatório do SUS era a Sr. Sônia Ramos Tosato;

Que a fraude tinha como finalidade a entrada de mais dinheiro no departamento de Odontologia, e que a mando do professor Fadel, preenchia-se o relatório do SUS com nomes aleatórios tirados da Lista Telefônica e com procedimentos não realizados;

Que o dinheiro era depositado pela Prefeitura de Ponta Grossa diretamente na conta da UEPG;

Que não denunciou anteriormente por que para o depoente não interessava o que o professor Fadel fazia com o dinheiro e que agora, pelas denúncias terem vindo à tona, achou por bem falar o que sabe;

Que trabalhou no setor de saúde junto ao professor Fadel de agosto de 2001 à outubro de 2003, e que posteri-

ormente foi colocado a disposição pelo mesmo, desconhecendo o motivo;

Que acha que a renda do prof. Fadel não é suficiente para aquisição de diversos imóveis e veículos;

Que o professor possui apartamento em Balneário Camboriú, dois apartamentos em Curitiba, casa em Ponta Grossa, apartamento no edifício Vila Velha em Ponta Grossa e carros;

Que o professor ligava do telefone da UEPG para seu celular a fim de ganhar créditos;

Que utilizava papel e a máquina de xerox do setor para imprimir propaganda de sua Firma de equipamentos odontológicos “Odonto News”, que estava em nome da sua esposa (grifo nosso);

Que a partir de setembro de 1998, com a entrada do professor Protázio Vargas Neto na chefia do departamento, a arrecadação passou a ser feita novamente por depósito bancário ou por pagamento na seção de receitas;

Que nos 09 (nove) anos em que prestou serviços no departamento de Odontologia, não tem conhecimento de nenhuma auditoria realizada;

Que um cheque que entrou através de pagamentos de procedimentos de prótese foi depositado na conta pessoal do professor Fadel e que na ocasião de apresentação não tinha saldo, que, portanto, o mesmo voltou e o professor pediu para o Sr. Rosvaldo fazer a cobrança do tal cheque.

Contradições apontadas pela Comissão de Sindicância entre o depoimento do Professor Fadel e dos dois servidores Sr. Rosvaldo e Sr. Carlos:

Quanto à forma de arrecadação dos valores referentes aos procedimentos de prótese dentária. Pois, segundo o Sr. Rosvaldo e o Sr. Carlos, os valores obtidos com os procedimentos de prótese bancária eram entregues diretamente na Secretaria do Departamento de Odontologia pelos acadêmicos de Odontologia, mediante comprovante o qual era vistado pelo recebedor, e não depositados na conta bancária da UEPG ou entregues na Seção de Receitas, tal como defendido pelo Prof. Fadel;

Quanto ao destino dos valores arrecadados, sustentam o Sr. Rosvaldo e o Sr. Carlos que tais valores arrecadados na Secretaria do Departamento de Odontologia eram entregues diretamente ao Prof. Fadel, o qual supostamente os depositava em sua conta bancária pessoal. O Sr. Rosvaldo disse também que parte dos valores supostamente arrecadados pelo Prof. Fadel eram utilizados para a compra de materiais para o Departamento, tais como ventiladores, café, equipamentos de Autoclave, entre outros. Referido depoente ainda afirma que foi procurado pelo Prof. Fadel para cobrar um cheque que havia sido devolvido por falta de fundos e que o mesmo tinha sido utilizado para pagamento de procedimentos do setor de Odontopediatria. Em seu depoimento complementar, afirma que o cheque era de titularidade de Paulina Fagundes Ribas, senão vejamos:

“Que a titular do cheque que foi usado para pagamento de procedimentos dentários na UEP, e que foi depositado na conta do Prof. Fadel, tendo sido devolvido por falta de fundos e cobrado posteriormente pelo próprio depoente é a Sra. Paulina Fagundes Ribas”.

Ainda, o Sr. Carlos afirma que certa vez o Prof. Fadel entregou R\$ 500,00 para a campanha do Prof. Merhy à Reitoria da UEPG e que tal dinheiro era oriundo de pagamento de próteses dentárias.

Ressalta-se ainda, que o Sr. Rosvaldo afirma, que antes de 1995, os pagamentos dos procedimentos de prótese dentária eram feitos por meio de depósito bancário e que, por determinação do Prof. Fadel, o procedimento foi modificado, passando os pagamentos a serem feitos diretamente ao Departamento de Odontologia. Da mesma forma, o Sr. Carlos afirmou que, quando o Prof. Fadel assumiu a chefia do Departamento, determinou que os pagamentos fossem efetuados diretamente no departamento.

O Sr. Carlos afirma ainda, que ouviu o Professor Fadel dizendo que desejava fazer um Caixa 2, com adoção do novo procedimento de arrecadação.

Quanto às denúncias de fraude contra o SUS:

Sustenta o Prof. Fadel que não tem conhecimento de qualquer irregularidade. Afirma ainda, que os blocos do SUS eram preenchidos pelos acadêmicos após a realização do trabalho odontológico.

Contudo, o Sr. Rosvaldo afirma que tem conhecimento da existência de fraudes contra o SUS na gestão do Prof. Fadel. Tal fraude se dava, segundo ele, pelo preenchimento de nomes de pacientes aleatórios, com procedimentos efetivamente não realizados. A finalidade da alegada fraude era completar o número mínimo de atendimentos pelo SUS, exigidos pelo Município de Ponta Grossa, gestor do convênio com o SUS, para fins de ressarcimento à UEPG.

Por sua vez, o Sr. Carlos afirma também que tem conhecimento da existência de fraudes contra o SUS, a pedido do Prof. Fadel. Afirma, ainda, que a responsável pelo preenchimento dos relatórios do SUS era a Sra. Sônia Ramos Tosato e que a suposta fraude ocorria para a entrada de mais dinheiro no departamento. Sustenta que a lista do SUS era preenchida com nomes contidos na lista telefônica.

Nota-se ainda, que o Sr. Rosvaldo e o Sr. Carlos, segundo seus próprios depoimentos, tinham conhecimento das supostas irregularidades praticadas no Departamento de Odontologia desde a época de sus supostos cometimentos. Ainda, denotou a Comissão de Sindicância que, mesmo sabendo das supostas irregularidades no Departamento de Odontologia, ambos permaneceram silentes, só vindo a denunciar os referidos fatos passados vários anos.

Apontou ainda a Comissão Sindicante, que quanto à documentação do departamento de Odontologia de 1995 a 1998, só foram apresentadas in loco as fichas clínicas dos pacientes. Não foi possível determinar se as fichas apresentadas correspondem à totalidade do refer-

ido período. Que os relatórios consolidados mês a mês do SUS onde supostamente seriam encontradas as irregularidades não foram apresentados, por não terem sido localizados. Entretanto, o Sr. Rosvaldo Antônio Kalinoski apresentou algumas supostas cópias de tais relatórios àquela Comissão, por ocasião de seu depoimento, as quais foram juntadas no Anexo 16, fls. 02/08.

Concluiu ainda, pelo depoimento do Prof. Maeister, quanto ao desaparecimento de documentos de odontologia, que as fichas clínicas dos pacientes, bem como, os comprovantes de depósito bancário referentes aos procedimentos de prótese dentária do ano de 2003 foram retirados do local onde eram guardados (estavam em um armário chaveado), o que prejudicou os trabalhos daquela comissão na apuração das supostas irregularidades. Denotando ainda, pelas informações que já estavam sendo reconstituídos tais documentos, através de cópias existentes em outros arquivos e setores (prontuários dos pacientes e tesouraria).

Também salientou que às fls. 09/11 do Anexo 16 conta uma lista entregue pelo Sr. Rosvaldo àquela Comissão dos supostos atendimentos pagos prestados no Departamento de Odontologia, no período de 1998.

Conclusões da Comissão de Sindicância sobre o Caso

Em cognição sumária entendeu que, pelas contradições existentes nos depoimentos do Prof. Elias Zahi Fadel e dos Sr. Rosvaldo Antônio Kalinoski e Carlos Roberto Rodrigues Schiebelbein, bem como pela não localização dos registros do SUS, no período de 1995 a 1998, existem indícios de irregularidades cometidas no Departamento de Odontologia da UEPG no período de maio de 1995 a setembro de 1998;

Tais supostas irregularidades em tese, enquadram-se nos seguintes dispositivos legais: artigo 312 do Cód. Penal, artigo 314 do Cód. Penal, artigo 315 do Código Penal, artigo 299 do Cód. Penal, artigo 279, VIII, artigo 285, III, artigo 293, V, “a”, “f” e “h”, da Lei Estadual 6174/70, artigo 9º, XI, da Lei 8429/92;

Pelo que apurou a Comissão, em face da brevidade do tempo, verifica-se que existem indícios de que as irregularidades apontadas acima possam Ter sido cometidas pelo Prof. Elias Zahi Fadel, pelo servidor Rosvaldo Antônio Kalinoski, e pelo servidor Carlos Roberto Rodrigues Chibelbein;

Em relação ao Prof. Elias Zahi Fadel, existem indícios do cometimento dos ilícitos tipificados nos artigos 299, 312, e 315 do Código Penal, bem como de infringência aos artigos 293, V, “a”, “f” e “h” da lei Estadual 6174/70 e artigo 9º, XI, da lei 8429/92;

Em relação ao Sr. Rosvaldo Antônio Kalinoski, existem indícios de infringência ao artigo 279, VIII, da Lei Estadual 6174/70;

Relativamente ao Sr. Carlos Roberto Rodrigues Schiebelbein, existem indícios de infringência ao artigo 279, VIII da Lei Estadual 6174/70;

Em relação ao artigo 314 do Código Penal e ao artigo 285, III da Lei Estadual 6174/70, supostamente infringidos, a comissão não conseguiu apurar indícios de autoria;

Que apesar de ter sido noticiada a instauração de processo administrativo interno na UEPG para apuração das supostas irregularidades, não foi demonstrado que isso já tenha acontecido oficialmente. Desta forma, aquela Comissão sugeriu a instauração de processo administrativo para apuração das supostas irregularidades descritas.

5 - Das denúncias sobre a obtenção de graus de mestres e doutores por professores financiados pela UEPG, que logo após a obtenção desta graduação, pedem exoneração sem ressarcir os cofres da instituição:

Segundo denúncias é prática corrente em todos os departamentos de ensino da UEPG que professores, financiados pela própria instituição obtenham as graduações como mestres e doutores, mantendo-se para isto, afastados da instituição e de suas funções. Ocorre, entretanto, que logo após a obtenção de tais graus, pura e simplesmente, pedem exoneração da instituição e vão embora passando a servir a outras universidades e funções. Não se dignando sequer em ressarcir os cofres da UEPG.

Verificou-se pela análise de vários documentos internos da UEPG, que os professores da UEPG, ao se afastarem de suas funções, mantendo a remuneração, para realizarem cursos de pós-graduação, assinam um termo de compromisso com a UEPG, no qual se obrigam a ressarcir-la no caso de desistência do curso ou no caso de se desligarem da instituição antes de completados 2 (dois) anos da data de conclusão do cursos.

Verificou-se ainda, por exemplo, analisando-se os casos de exoneração e a lista de professores que se afastaram para realização de cursos, que o Sr. Lívio Marcel Queji permaneceu afastado de 01/07/2000 a 30/06/2002. Em 22/07/2002, entretanto, consta na lista de exonerações, ou seja, após a conclusão do curso de pós-graduação, não permaneceu na instituição pelo período necessário a compensar o seu afastamento parcial.

Neste caso, referido professor, para sair da UEPG antes do tempo estabelecido na Resolução Univ. n.º 29/2000, deveria ter ressarcido a UEPG. Não existem, entretanto, provas que tal devolução tenha ocorrido.

Conclusões da Comissão de Sindicância sobre o caso:

Verifica-se existirem, em cognição sumária, indícios de irregularidades em relação à referida denúncia, pelo suposto não ressarcimento da UEPG pelo professor que se licenciou para a realização de curso de pós-graduação.

Que a Comissão Sindicante não teve condições de apurar se a UEPG tomou as medidas legais cabíveis para recuperar o valor supostamente devido pelo professor.

Que no presente caso, os indícios de irregularidades se dão pelo suposto não cumprimento do termo de compromisso e da Resolução UNIV. 29/2000.

Como suposto autor da irregularidade, apontou o Sr. Lívio Marcel Queji.

Que pela brevidade do tempo, só foi possível à Comissão Sindicante a análise do período de 2002 até a data da Sindicância. Nada impede, portanto, que existam outros casos semelhantes anteriores. Quanto a esta afirmação, em depoimento prestado a esta CPI das Universidades o atual Reitor da UEPG confirmou a existência de casos semelhantes em períodos anteriores.

Que pelos fatos propôs a abertura de processo Administrativo para apuração dos fatos.

Ressalta-se ainda por esta CPI que todos os fatos apontados nesta Sindicância Conjunta, o foram por denúncia originária de deputados desta Assembléia Legislativa, e ainda, que a apuração foi realizada em tempo exíguo, de 15 dias improrrogáveis, conforme artigo 310, da lei Estadual 6174/70. Portanto, tais fatos denunciados encontravam-se à vista de todos os que quisessem deles se informar, afinal se em 15 dias a Comissão Sindicante chegou a tantas conclusões, como as retro transcritas, o que se descobriria com um auditoria mais profunda e de maior duração.

**CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES DA CPI DAS
UNIVERSIDADES
ACERCA DAS IRREGULARIDADES
APONTADAS PELA SINDICÂNCIA
CONJUNTA N.º 02/04 E DE OUTROS INDÍCIOS
DE IRREGULARIDADES ENVOLVENDO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA**

Que existem irregularidades no pagamento do TIDE aos professores que trabalham e são remunerados diretamente pela Universidade Eletrônica do Brasil, conforme convênio firmado com a UEPG, por se tratar de outra fonte de pagamento externa à Universidade, configurando vedação legal ao recebimento de TIDE, que exige dedicação exclusiva e remuneração apenas por parte da UEPG. Portanto, sugere-se a suspensão do pagamento do TIDE a esses professores nesta situação, bem como, o ressarcimento de valores recebidos indevidamente;

Que vários professores em período anterior a 2003, receberam TIDE indevidamente, e que conforme depoimento em 04.11.2004, a esta CPI, pelo atual Reitor Sr. Paulo Roberto Godoy, tais professores foram condenados apenas à devolução dos valores, enquanto paradoxalmente outros funcionários que furtaram bens da Universidade foram condenados à exoneração, sendo de conhecimento do atual Reitor essas situações, conforme seu depoimento. Desta forma esta CPI solicita a reabertura dos processos administrativos envolvendo o recebimento de TIDE de forma indevida por parte de funcionários da UEPG, bem como, o envio pela UEPG e por todas as Universidade e Faculdades Estaduais, sob pena de responsabilização pes-

soal dos seus administradores, de todos esses casos para análise da Procuradoria Geral do Estado e do Ministério Público do Estado do Paraná, para a verificação da ocorrência de crimes definidos no Código Penal e na Lei de Improbidade Administrativa;

Que conforme demonstra a Sindicância Conjunta n.º 02/04, houveram o pagamento de horas extras irregulares no setor de Vigilância da UEPG, o que corrobora os depoimentos prestados pelo Sr. Luiz Vieira Carneiro, Sr. Pedro Lazac, e Jesus Vieira dos Santos a esta CPI, que dão conta que tais pagamentos foram feitos pela atual administração da UEPG para encobrir o pagamento indevido de TIDE a essa categoria, inclusive com a falsificação de folhas de presença retroativas. Vale dizer pelas informações do atual reitor que, estranhamente, o competente processo administrativo ainda não foi aberto, ainda mais grave o fato por envolver membros da atual administração.

Desta forma, esta CPI solicita, com urgência a abertura do referido Processo Administrativo, por se caracterizar em indícios do cometimento de crime grave dentro da UEPG, inclusive com o afastamento de todos os envolvidos dos seus cargos até final apuração;

Que pelo exposto até o momento sugere-se o afastamento do atual Reitor da UEPG, Senhor Paulo Roberto Godoy, até final apuração das irregularidades investigadas neste relatório, em especial por:

sua omissão quanto ao envio ao Ministério Público dos processos de que tinha conhecimento quanto ao recebimento irregular do TIDE por professores, que foram condenados administrativamente apenas à devolver o valor, impedindo assim a apuração de eventual crime cometido contra a Administração Pública, bem como, poderia o mesmo ter reaberto os procedimentos administrativos para reavaliar as punições aplicadas. Sendo que não procede a sua alegação, em seus depoimentos perante esta CPI, de que tais fatos ocorreram em administração anterior, pois isso não o libera do dever de informar o ocorridos às autoridades competentes e tomar outras providências no momento em que teve conhecimento de tais fatos, por ser esse seu dever de ofício como autoridade pública;

pelo envolvimento, segundo depoimentos prestados a esta CPI, do atual Reitor e do Vice-Reitor, no pagamento de horas extras irregulares aos servidores vigilantes, onde levantou-se graves situações, inclusive falsificação de folhas ponto, para garantia do bom andamento das investigações. Ainda, mais tendo em vista o fato de que apenas o processo administrativo referente a este caso, levantado pela Comissão de Sindicância Conjunta n.º 02/04, não foi aberto.

Que existem irregularidades na criação de cargos em Comissão e Funções Gratificadas na UEPG, conforme depoimento prestado pelo próprio representante do Tribunal de Contas. Sendo que, sugere-se a verificação por parte do Governo do Estado de qual instrumento legal deve ser editado para regulamentar ou punir tais situ-

ações, pois o fato repete-se em várias Universidades e Faculdades, o que onera o Orçamento do Estado e compromete o princípio da Isonomia entre os funcionários das diversas Universidades e Faculdades Estaduais;

Que existem irregularidades no departamento de Odontologia da UEPG, conforme apurado na Sindicância Conjunta n.º 02/04, corroborando os depoimentos e as denúncias realizadas por funcionários da UEPG realizadas perante esta CPI;

Que existem irregularidades quanto a obtenção de graus de mestrado e doutorado por professores financiados pelas Universidades e Faculdades Estaduais, devendo a Procuradoria Geral do Estado emitir parecer e orientações a todas as Universidades e Faculdades Estaduais de como proceder para resguardar o patrimônio público em tais casos ou ainda, quanto a possíveis ações judiciais para ressarcimento de valores dispendidos;

Que tendo em vista as irregularidades levantadas neste relatório, e ainda, o depoimento do representante do Ministério Público Sr. Ângelo Bisnello perante essa CPI de que existem várias irregularidades em todas as Universidades e Faculdades Estaduais, sugere-se a criação em cada uma de um Setor de Auditoria Interna, com funcionários concursados e habilitados para tal, subordinados diretamente à Reitoria da Universidade, para realização de trabalhos preventivos e repressivos no âmbito interno daquelas instituições. Sendo que o resultado de tais trabalhos deverão ser enviados sob a forma de prestação de informações periódicas e obrigatória ao Conselho de Administração das Instituições, e ainda, à SETI e ao Ministério Público quando houver indícios da ocorrência de crime;

Que foi verificada a cessão com ônus de diversos funcionários da UEPG à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (conforme documento 25 deste relatório), sendo questionado o atual reitor disse ser prática comum em todas as Universidades e Faculdades, não sabendo informar se tais funcionários recebiam valores em pagamento também da Prefeitura, e ainda se tal fato em cada caso seria legal. Diante deste quadro, e ainda, do depoimento do representante do Ministério Público de que poderiam haver, dependendo do caso, irregularidades no recebimento de proventos de duas fontes públicas. Sugere-se ao Governo do Estado a regulamentação de tal caso através de Decreto, ou do meio mais adequado, que estipule que as cessões de funcionários das Universidades e Faculdades Estaduais para outros órgãos ou instituições, deverá ser feita sem ônus para as Universidades e Faculdades Estaduais, ou seja, quem deverá pagar a remuneração do servidor será o órgão ou instituição que receber o mesmo;

Que o teor deste relatório seja enviado ao Ministério Público Estadual, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Governo do Estado para as providências nos campos civil, criminal e administrativo.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL

SESSÕES DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

Reunião da CPI de 26/04/2004

Depoimentos

Da transcrição de fitas gravadas durante a sessão da CPI de 26/04/2004 (Doc. 02), destacam-se os fatos a seguir narrados, conforme os depoimentos prestados, como segue abaixo:

Depoente – SRA. LÍGIA PUPPATO – REITORA DA UEL

Ante de iniciado o depoimento, o Sr. Presidente Deputado Mário Sérgio Bradock concedeu à depoente 10 minutos para que a mesma fizesse uma exposição sobre o que quisesse ou achasse importante no esclarecimento dos fatos ligados a UEL, da qual se extrai o seguinte:

Em 2001 houve uma denúncia contra o então Reitor Sr. Jackson Proença, sendo acatada pelo próprio Conselho Universitário da Universidade de Londrina, formando-se uma comissão, com constatação das denúncias, culminando com o afastamento do reitor à época. Após este fato o referido Reitor pediu demissão, época em que a Universidade ficou 6 meses em greve e depois veio a eleição;

Que a partir do afastamento do ex-Reitor o próprio Conselho instituiu dez comissões de sindicância, com várias denúncias, e que delas se desencadearam várias outras;

Que a mesma assumiu a administração em julho de 2002, tendo sido instaurados 45 processos disciplinares, 33 concluídos e 12 em andamento – 29 sindicâncias abertas, 22 concluídas e 7 em andamento. Sendo ressaltado que os principais ordenadores de despesa, que eram os responsáveis por todos esses processos, ou pediram demissão da Universidade ou se aposentaram, outros abandonaram, fugiram para os Estados Unidos, e estas pessoas que ficaram, logicamente, é que responderam, conforme o grau de envolvimento que tinham naquelas denúncias;

Que quando assumiu aumentou o número de auditores na Universidade, constituindo duas comissões de auditoria – uma específica para o Hospital Universitário, e outras no Campus. Sendo que esta auditoria logo que assumiu, até por interferências dessas comissões, fez uma auditoria completa de todos os processos licitatórios de 96 a 2000, fez todo cadastramento patrimonial da Universidade e hoje faz auditorias preventivas em todos os órgãos de administração, e participa dos processos licitatórios;

Sobre o TIDE, disse estar fazendo contatos e cruzamentos com outras instituições, para verificação de que os professores estão cumprindo suas normas, além de

instituir em dezembro/2003 um novo estatuto e regimento da Universidade, dificultando para os professores que queiram ter outras atividades para que eles tenham de pedir, mesmo que sejam esporádicas a suas atividades, eles têm de pedir autorização para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou para o Conselho de Administração.

Que o orçamento da Universidade e seu acompanhamento está na página da Internet da Universidade, assim como outros projetos, e informações sobre professores e suas pesquisas;

Que a Universidade está com uma frota de 90 veículos, com uma média de 10 anos de idade;

Que solicitou um técnico da Secretaria Estadual de Administração para revisão de todas as concessões de insalubridade e periculosidade;

Que em 2003 foi instituída uma comissão de reforma administrativa para rever toda a estrutura da Universidade;

Que foram instituídas políticas de discussão da Universidade com a comunidade interna e externa, criadas políticas de inclusão social para preenchimento de vagas desocupadas na Universidade, reserva de vagas para deficientes. Ressaltando por último, que todas as denúncias que chegaram a administração da Universidade foram encaminhadas para providências.

Perguntada pelo Sr. Relator sobre questões envolvendo a Universidade a depoente fez as seguintes declarações:

Que exerce o cargo de Reitora da UEL desde Junho/2002;

Quanto à denúncia apresentada pelo sindicato dos servidores da UEL em 13/05/2002, contra o servidor José César Camargo, esclareceu:

Foi aberta sindicância através da portaria 4317 de 22.07.2002, processo n.º 4241, com instalação do Processo Disciplinar n.º 153/2003, portaria n.º 001, para apurar favorecimento na contratação de parentes para trabalhar no vestibular;

O referido processo foi concluído em abril/2003, com a absolvição do servidor. Contudo, 07 (sete) meses depois, em 03 de dezembro de 2003, através do processo n.º 28.904, a ASSUEL Sindicato ingressou com um pedido de reconsideração da decisão que absolveu o servidor, sendo que, em abril foi acolhido este pedido por determinação da Procuradoria Jurídica da Universidade. Com o processo sendo reaberto em junho/2004, pelo fato do servidor se encontrar em licença.

Esclareceu ainda, que embora o servidor esteja de licença existe uma outra sindicância aberta.

Que o referido servidor denunciado trabalha na Prefeitura do Campus;

Que as denúncias referem-se a fatos da gestão anterior ao da depoente, e que realiza-se um vestibular ao ano, e vários funcionários da Universidade são requisitados para ajudar na execução do vestibular, em várias

funções. Sendo que no ano de 2004 foram três mil pessoas envolvidas para dar suporte no vestibular de trinta e sete mil pessoas inscritas;

Perguntada pelo Sr. Presidente Mário S. Bradock disse não saber detalhes da atuação deste servidor específico no vestibular, pois não veio preparada sobre os detalhes desse processo;

Perguntada pelo Sr. Relator sobre como funcionava o serviço de fotocópias da UEL, respondeu o que segue:

Que a partir de 2003 por concessão aos Centros Acadêmicos, com a assinatura de um acordo entre a Universidade e os mesmos, a central só poderia servir como cópia de xerox e mais nada;

Que as máquinas e equipamentos de xerox estão instalados em vários prédios;

Que os equipamentos de xerox forma adquiridos pela UEL, e que os estudantes tomam conta, bem como, que muitos deles terceirizam esses equipamentos. Contudo, eles não podem ter prejuízo nem lucro para que diminua o preço das cópias para os alunos, e que assim funciona na UEL;

Que as máquinas de xerox estão espalhadas em prédios onde estão nove centros de estudos;

A reitora confirmou que tem conhecimento que o DCE teria terceirizado os trabalhos de xerox, e que ela apenas ratifica isso; Contudo, perguntada sobre a legalidade disso, sobre a necessidade de licitação para tal terceirização, afirmou que o seu assessor jurídico diz que o processo está sendo analisado na Procuradoria, e que vão apresentar a ela este estudo;

Disse, quando perguntada pelo Sr. Presidente, não saber qual o documento de recibo entregue pelo DCE aos estudante que tiram xerox, e nem de pormenores deste assunto;

Disse não saber qual o volume de xerox tirado diariamente na Universidade, e nem das receitas apuradas com este serviço;

Perguntada pelo Deputado Plauto Miró sobre qual seria o maior salário, vencimento dos funcionários e professores da UEL, disse ter cinco mil funcionários e que não poderia lhe dizer isso; Disse ainda, que o maior salário não seria o seu mais devem ser dos médicos plantonistas, por causa de leis que regem a matéria e que concedem gratificações específicas; Tendo o deputado Plauto repassado à presidência uma lista de pessoas e salários de mais de R\$ 11 mil mensais, com a reitora tendo-se comprometido a enviar as informações a respeito;

Perguntada sobre vários temas tais como: plantões a distância, laboratório de medicamentos, pagamento de TIDE, respondeu a depoente com as seguintes afirmações:

Que existem vários tipos de plantões na Universidade, tais como o plantão presencial em que as pessoas ficam no local e o pagamento é feito conforme a lei estadual 12.457 de 16.01.99, depois, tem esse serviço de sobreaviso, que a própria direção do hospital univer-

sidade já fez uma proposta que está sendo encaminhada aos conselhos superiores, ao conselho de administração para que possa-se readequá-lo, e uma hora-chamada, que é um tipo de plantão feito, principalmente, pela fisioterapia, que não possui esse serviço de sobreaviso (é quando chegam, principalmente, acidentados no hospital que precisam desse serviço);

Que existe uma lei estadual que fala do redutor salarial e que seguem exatamente essa lei que institui o redutor salarial;

Quanto ao laboratório de produção de medicamentos, disse ter trazido um relatório para os deputados contando o histórico do laboratório de produção de medicamentos da Universidade, que funciona desde 1993. Sendo que ele foi instituído com o intuito de dar à sociedade remédios de boa qualidade e com baixo custo, contudo, não consegue concorrer com os grandes laboratórios da iniciativa privada quanto à preços. Que teve uma reunião com a Secretaria de Estado da Saúde e com a Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, dizendo da inviabilidade de continuar com o laboratório nestas circunstâncias. Que a servidora responsável pelo laboratório perdeu prazo, e já foi exonerada do cargo continuando somente como professora, e respondendo a uma investigação interna. Que estão remodelando o laboratório para que o mesmo se torne um laboratório de análise de qualidade de medicamentos, que é uma exigência da Ambisa, sem similar no Paraná e Santa Catarina, para atender aos alunos e ao perfil da Universidade;

Quanto ao TIDE disse estar trabalhado com o Ministério Público Estadual, visando confrontar a lista de professores da UEL que recebem TIDE com a lista de outras Universidades, e que isso só é possível com a ajuda do Ministério Público, pois muitas Universidades Particulares não responderam aos pedidos de informação da UEL. Que cerca de 49 professores deixaram de receber o TIDE, sendo que a maioria desistiu do mesmo, e

alguns poucos pode ser comprovado que trabalhavam em outros locais, e esses sim tiveram que devolver o dinheiro e tiveram procedimento interno aberto. Que está em andamento junto ao Conselho de Administração da Universidade uma proposta de regulamentação do TIDE, que prevê em casos semelhantes a exoneração.

Perguntada pelo Sr. Presidente se tem conhecimento de nomes de Advogados, Dentistas, e Médicos da Universidade que recebem o TIDE, mais que teriam escritórios e consultórios particulares fora da Universidade disse a depoente que desconhece qualquer nome ou caso deste tipo, e pediu que se houvesse algum caso ela fosse comunicada;

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AUDITORIA N.º 5061/2002 (Docs. 30)

Trata-se de Relatório da Comissão de Auditoria na Folha de Pagamentos da UEL, promovido pela Universidade Estadual de Londrina, obtido por esta CPI, realizado entre Agosto de 2002 e Abril de 2004.

Limitador Salarial

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) faz o pagamento do seu pessoal adotando, para a finalidade de limitador salarial, a regra constante na Resolução C.U. n.º 5 1/2002, de 30/04/2002, que estipula o teto salarial em seu artigo 1º:

(...) o limite máximo a ser pago aos servidores da Universidade Estadual de Londrina não poderá exceder ao salário de um professor Titular em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, acrescido de Gratificação de Representação de Reitor, Gratificação de Incentivo de Doutor (75%) e 30% de adicional por tempo de serviço excluindo-se apenas o adicional constitucional de férias e diferenças em atraso.

Aplicando-se esta regra, têm-se como teto salarial o valor de R\$ 8.728,38 (oito mil, setecentos e vinte e oito reais e trinta e oito centavos) conforme segue:

Proventos	Valor (em reais)
Professor Titular em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva	3.080,44
Gratificação de Incentivo de Doutor (75%)	2.310,33
Gratificação de Representação de Reitor	2.413,48
30% de Adicional por Tempo de Serviço	924,13
Total	8.728,38

Figura 1 - Tabela dos valores do limite do Limitador Salarial adotado pela UEL

A resolução, para embasar o teto salarial aos servidores da UEL, cita a Constituição Federal, após a Emenda Constitucional n.º 19/98, que limita como teto único e geral o salário dos Ministros do Supremo Tribunal Federal:

Art. 37. (*) A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

XI - A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

A Constituição Federal, complementarmente, nessa mesma matéria, em seu parágrafo 5º do artigo 39, ordena que:

§ 5º – Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, XI.

De fato, a própria resolução da UEL, nas suas considerações iniciais, reconhece que existe a necessidade de uma lei estadual que fixe o teto salarial no âmbito do Estado do Paraná.

(...) Considerando que o Estado do Paraná não publicou até a presente data Lei regulamentando o limitador salarial nos moldes da nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19 e Constituição Estadual;

No entendimento de que existe a necessidade de legislação a esse respeito, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em julgamento de Apelação Civil nº 97.839-6, em maio de 2002, através do Desembargador Sydney Zappa decidiu que:

(...) A alegação dos apelantes de que com a EC 19/98 não se caracterizaria a aplicação do redutor sobre seus vencimentos, já que não alcançam o teto fixado no artigo 37 da CF, XI, também não merece guarida. Senão, vejamos:

A EC 19/98 edita, que o artigo 39 da CF passará a conter a seguinte redação em seu parágrafo 5º:

§ 5º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, XI.

Assim percebe-se que a própria Constituição incumbiu à lei ordinária fixar o limite máximo entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos da Administração.

Entende-se, portanto, que o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constituição nº 19 é extremamente claro ao estabelecer que o subsídio a que se refere o inciso XI do mesmo artigo somente poderá ser fixado ou alterado mediante lei específica que o regulamente, concluindo-se tal disposição não é auto-aplicável.

Dessume-se, então, de tais esclarecimentos, que a limitação do teto salarial ainda não ficou definida, muito menos o parâmetro para sua fixação com base no teto dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, tendo, inclusive, manifestação do pretório excelso no sentido que a fixação do subsídio mensal em espécie de ministro do STF (que servirá de teto para a fixação dos demais subsídios) deverá ser disciplinada por lei em sentido formal, mediante projeto de iniciativa conjunta dos presidentes da república, da câmara dos deputados, do senado federal e do próprio STF'

Assim, resta claro que a própria Constituição Federal autoriza a redução salarial quando essa decorre de lei ordinária instituidora do limite máximo de remuneração dos servidores públicos da Administração.

(...) Outra conclusão não se pode tirar, a não ser a de que a Lei Estadual nº 11.071/95, que criou o limitador salarial continua em vigor, vez que não foi revogada pela Lei 11.864/97, ou pela Emenda Constitucional 19/98, visto que a reforma administrativa introduzida não é auto-aplicável, devendo ser editada lei que defina o subsídio mensal a ser pago aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

(...) É legítimo o ato da administração que aplica o redutor salarial por força da Lei, que atende à determinação constitucional (artigo 37, XI, da CF, artigo 27, XI da C.E. e Lei Estadual nº 11.071/95). 2. Lei Estadual (nº 11.867/97), que criou o plano de carreira, cargos e salários, não revogou aquele redutor, persistindo a sua aplicação em relação aos impetrantes. (TJPR MS 0085564-3 (585) 3º G.C.Cív. Rel. Des. ACCÁCIO CAMBI DJPR 08.05.2000).

Ou seja, a Justiça tem decidido que para fins de limitador salarial, até nova lei ordinária, instituidora do limite máximo de remuneração dos servidores públicos da Administração, fica valendo a Lei Estadual nº 11.701/95, que por seu turno define:

Art. 7º Para fins do inciso XI do artigo 27 da Constituição Estadual e artigo 1º da Lei 10.331, de 09 de junho de 1993, o limite máximo a ser pago aos servidores do Estado não poderá exceder a 20 (vinte) vezes o menor vencimento básico do Quadro Geral do Estado para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais, excluídos o adicional por tempo de serviço até o limite de 35% e as vantagens decorrentes do cargo em comissão.

CONCLUSÕES SOBRE O LIMITADOR SALARIAL

A Universidade Estadual de Londrina, em 30 de abril de 2002, legislou sobre matéria que é exclusiva da Assembléia Legislativa, conforme atestado até mesmo pelas considerações da Resolução C.U. nº 51/2002:

(...) Considerando que o listado do Paraná não publicou até a presente data Lei regulamentando o limitador salarial nos moldes da nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19 e Constituição Estadual.

Além do mais, não bastasse legislar sobre matéria alheia a sua competência, a UEL retroagiu o eleito financeiro da decisão em 60 (sessenta) dias, conforme o artigo 2º da Resolução: "Art. 2º- *A presente Resolução entre em giro na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 01/03/2002*".

Analisando o disposto neste capítulo do relatório quanto à legalidade da aplicação do limitador salarial atualmente realizada na UEL e com questionamento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, deve a instituição realizar consulta ao Tribunal de Contas (TC), à Procuradoria Geral do Estado (PGE) e à Assessoria Jurídica da UEL para uma reavaliação jurídica acerca da Resolução C.U. 51/2002.

TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - TIDE

Introdução:

A Universidade Estadual de Londrina conta com vários regimes de Trabalho: 20, 40 horas semanais e TIDE - Tempo Integral e Dedicção Exclusiva. O TIDE é atribuído ao docente que desenvolve atividade especial de ensino, pesquisa, extensão ou capacitação, e, aos técnicos administrativos em duas situações: por capacitação ou quando ocupam algumas funções específicas. Os docentes também podem ter o TIDE administrativo quando ocupam cargos na administração. Com exceção do TIDE permanente (de docentes) o mesmo é atribuído pelo tempo igual ao da duração das atividades especiais.

Nos casos em que se apurarem o acúmulo ilegal dos cargos, deverá se aplicar o artigo 17 do Ato das Disposições Transitórias (ADCT). Em que determina: "Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título".

A UEL deve corrigir esta distorção, baseado no STF, que através da súmula 473, determina que a administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressaltada, em todos os casos, a apreciação judicial.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES SOBRE O TIDE

Deve-se definir a natureza do TIDE dentro da Universidade. É necessário definir se é um regime extensível aos servidores técnico-administrativos, ou restrito a docentes. Docentes em funções administrativas devem optar pelo TIDE administrativo ou podem manter o TIDE acadêmico, mesmo que não exerçam funções acadêmicas?

Os critérios e procedimentos para a aprovação de projetos de Ensino, Extensão e Pesquisa devem ser revis-

tos em detalhe, buscando-se obter maior uniformidade entre os mesmos;

Considerando que a execução do orçamento e a folha de pagamentos devem ser absolutamente transparentes, é necessário que:

A designação TIDE Acadêmico deve ser usada exclusivamente para TIDES concedidos e mantidos em função de projetos vigentes nas atividades fins da Universidade, isto é, projetos de pesquisa, ou ensino, ou extensão;

A designação TIDE Acadêmico deve ser utilizada exclusivamente para TIDES concedidos a docentes;

Ocorra uma revisão completa de todos os cargos ou funções que por si só se justificam ou exigem o TIDE,

Os TIDES dos ocupantes dos cargos ou funções referidos imediatamente acima sejam, a partir do momento da designação para tais cargos ou funções, classificados como administrativos, independentemente de seu ocupante ser docente, técnico, assessor, ou outro;

Seja adotada uma planilha única de cadastro e acompanhamento nas coordenadorias de Pesquisa, Extensão, e Ensino. Dessa planilha devem constar, pelo menos, o nome do docente e o seu cargo ou classe; o número do projeto, a carga horária do docente e a sua função no projeto; o número de participantes no projeto e a carga horária individual, e o período de execução.

A designação dos TIDES torne imediatamente visível a razão de sua concessão, sugerindo-se que os TIDES recebam as seguintes siglas: TIDES Acadêmicos, com as extensões referentes ao tipo de projeto: ACAD-PQ, ACAD-EXT, ACAD-ENS; TIDES Administrativos, com as extensões referentes à categoria funcional: ADM-DOC e ADM-TEC; TIDES técnicos, com as extensões referentes ao tipo de projeto: TEC-PQ, TEC-EXT, TEC-ENS; TIDES para capacitação, com as extensões referentes à categoria funcional: CAP-DOC, CAP-TEC.

Levando-se em conta a natureza específica do TIDE concedido a docentes para exercício de atividades de pesquisa, ensino e extensão, bem como a existência de legislação sobre o acúmulo de cargos e vencimentos, deve a Instituição avaliar as questões legais concernentes à sobreposição ou acúmulo de cargos comissionados e funções gratificadas com a concessão dos TIDES, tanto no caso de docentes quanto de servidores técnico-administrativos, e explicitar todos os cargos ou funções para os quais a dita sobreposição seja legalmente admitida.

Assim, fica a restar a necessidade de um maior aprofundamento em alguns dos aspectos, com vistas à apuração das responsabilidades, devendo ainda o presente relatório ser encaminhado ao Ministério Público para que as devidas providências sejam adotadas.

FG (FUNÇÕES GRATIFICADAS) E GR (GRATIFICAÇÕES POR REPRESENTAÇÃO)

A Função Gratificada (FG) está previsto no artigo 15 da Lei 6.174/1970, de 16 de novembro de 1970 que

cria o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná, conforme segue:

Art. 15 - A função gratificada é vantagem acessória ao vencimento do funcionário, não constitui emprego e é atribuída pelo exercício de encargos de chefia, assessoramento, secretariado e outros para cujo desempenho não se justifique a criação de cargo em comissão.

Da mesma forma, os Cargos em Comissão (CC) encontra-se amparada por aquele Estatuto, no artigo 12, caput e parágrafos, e artigo 13:

Art. 12 Os cargos de provimento em comissão se destinam a atender encargos de direção, de chefia, de consulta ou de assessoramento.

§ 1º Os cargos de que trata este artigo são providos através de livre escolha do Chefe do Poder Executivo, por pessoas que reúnam condições necessárias à investidura no serviço público e competência profissional.

§ 2º A escolha dos ocupantes de cargos em comissão poderá recair, ou não, em funcionários do Estado.

§ 3º No caso de recair a escolha em funcionário de órgão público não subordinado ao governo Estadual,

o ato de nomeação será precedido da necessária autorização da autoridade competente.

§ 4º Sempre que o interesse da administração o exigir, o Chefe do Poder Executivo poderá dispensar os requisitos relativos à habilitação profissional legalmente indicada em cada caso, salvo quando por lei exigida habilitação de nível técnico-científico.

§ 5º A posse em cargo em comissão determina o concomitante afastamento do funcionário do cargo efetivo de que for titular, ressalvados os casos de acumulação legal comprovada.

Art. 13 As atribuições e responsabilidades dos cargos em comissão são definidas nas leis próprias ou nos regulamentos das respectivas repartições.

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) atribui o pagamento de vantagem acessória ao vencimento do servidor (FG e GR) pelo exercício de encargos de chefia, assessoramento, secretariado entre outros. Estes servidores devem ocupar cargo na estrutura administrativa de alguma unidade administrativa da UEL para receberem a vantagem. A estrutura administrativa da UEL é aprovada pela Assessoria de Planejamento e Controle (APC) e pelo Conselho de Administração (CA) da UEL.

DISTRIBUIÇÃO DAS FG E CC

Quadro Comparativo FG e CC em relação ao número de servidores

Período	FG	GR	Total FG e CC	Número de Servidores	Distribuição(*)
Dezembro/2000	625	222	847	5.546	15,3%
Agosto/2002	645	97	742	5.580	13,3%
Quadro total				5701	13,0%

(*) Percentual de FGs e CCs em relação ao total de servidores

(**) Quadro total de funcionários da UEL, com as contratações pendentes

Em análise do quadro acima, o número Funções Gratificadas (FG) e de Gratificações de Representação (GR) em Dezembro/2000 era de 847. Naquela data o número de servidores era de 5.546, ou seja, 15,3% dos servidores (docentes e técnico-administrativos) recebiam FG ou GR.

Em Agosto/2002 o número baixou para 742. Nesta data o número de servidores é de 5.580, ou seja, 13,3% dos servidores (docentes e técnico-administrativos) recebem FG ou GR.

No entanto, caso as substituições de servidores ocorram de forma a completar o quadro funcional da UEL que é de 5.701 servidores, o índice baixaria para 13,0%.

Quadro Distribuição de FG e GR por categoria

Item	Docente	Funcionários
Total de integrantes da carreira	1640	3940
Número de FG e GR	228	472
Custo total FG e GR por categoria	220.034,98	253.203,03
Custo por FG e GR	965,07	536,45

Percentual da categoria que recebe FG ou GR	13,90%	11,98%
---	--------	--------

A UEL tem distribuído quase de forma proporcional o número de FGs e GRs entre a categoria docente e técnico-administrativa (13,90% para os docentes e 11,98% para os técnico-administrativos). A grande diferença é observada no custo médio das FGs e GRs onde a da categoria docente é de R\$ 965,07 enquanto a do técnico-administrativo é de R\$ 5.16,45.

De forma semelhante ao quadro **Comparativo FG e CC em relação ao número de servidores**, com o quadro completo de servidores, o índice de participação dos funcionários em FG e GR da UEL baixaria para 11,07%.

Quadro Distribuição de FG dos Docentes por faixa

Função	Valor	Docente	Distribuição
FG-01	876,63	98	58%
FG-02	762,30	51	30%
FG-06	417,69	19	11%

Em análise do Quadro acima, evidencia-se que 58% das FGs do pessoal Docente se encontram no sím-

bolo FG-01, cujo valor é o mais alto da tabela de Funções Gratificadas.

Quadro Distribuição de FG dos Técnicos-Administrativos por faixa

Função	Valor	Técnico	Distribuição
FG-02	762,30	114	25%
FG-03	662,85	45	10%
FG-06	417,69	260	57%

Em análise do Quadro acima, evidencia-se que 57% das FGs do pessoal Técnico Administrativo se encontram no símbolo FG-06. Com exceção aos gerentes da área de informática do Núcleo de Processamento de Dados (NPD) nenhum outro servidor pode exercer cargo com o símbolo FG-01.

VALORIZAÇÃO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A Universidade Estadual de Londrina (UEL), remunera o quadro diretivo da instituição atribuindo-lhes o símbolo GR-01 a GR-10. Em agosto de 2002 possui no quadro diretivo da instituição a seguinte proporção entre as categorias:

Quadro de Distribuição das Gratificações de Representação (GR)

Função	Categoria	Número de GRs	Distribuição	Percentual na categoria
Docente	1640	60	66%	3,66%
Comissionados		19	21%	
Técnico-Administrativo	3940	12	13%	0,30%
Total	55880	91	100%	

Verifica-se de imediato que o pessoal técnico-administrativo participa com a menor parcela dentro do quadro diretivo, com apenas 13% dos cargos.

SUBSTITUIÇÃO DE CHEFIAS

A Universidade Estadual de Londrina (UEL), quando os ocupantes de cargos de chefias se afastam por ocasião de férias, licença e afastamentos de chefias, não tem substituído estes, embora os servidores lotados nos setores, seções, divisões, diretorias, etc. tenham que exercer as atividades na falta da chefia imediata.

Em que pese os servidores desempenharem as funções que, normalmente justificam ao titular o pagamento da FG, a UEL não tem reconhecido aos substitutos dessas chefias a devida compensação por atividade ou serviço extraordinário ao do cargo de carreira

No entanto, a legislação estadual prevê o pagamento por substituição de chefias e está devidamente prevista no artigo 70 e 72 da Lei 6.174/1970, de 16 de novembro de 1970 que cria o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná, conforme segue:

Art. 70 Haverá substituição nos casos de impedimento legal ou afastamento do titular de cargo em comissão ou função gratificada.

§ 1º - A substituição automática é a feita por funcionário previamente designado substituto do titular e será remunerado por todo o período, sempre que exceder de dez dias.

Art. 72 Durante o tempo de substituição remunerada, o substituto receberá o vencimento ou gratificação do cargo ou função, ressalvado o caso de opção é vedada a percepção cumulativa de vencimentos, gratificações ou vantagens.

Deve ser observado o previsto no artigo 70 e 72 da Lei 6.174/1970, de 16 de novembro de 1970 que cria o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná, efetuando o pagamento ao substituto do proporcional ao vencimento ou gratificação do cargo ou função do titular do cargo, por ocasião dos afastamentos do mesmo.

CONCLUSÃO

É o entendimento, que deva ser realizada uma revisão completa de todas as funções que hoje recebem FGs e GRs, a fim de regularizar a sua concessão.

Diante do Exposto, sugere-se que o presente relatório seja encaminhado ao Ministério Público do Estado do Paraná, a fim de que possa dar continuidade aos trabalhos iniciados por esta CPI, bem como tomar todas as medidas cabíveis para cada um dos casos.

FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS E LETRAS DE CAMPO MOURÃO - FECILCAM

SESSÕES DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

Reunião da CPI de 29/06/04

Depoimentos

Da transcrição de fitas gravadas durante a sessão da CPI de 29/06/2004 (Doc. 07), destacam-se os fatos a seguir narrados, conforme os depoimentos prestados, como segue abaixo:

Depoente – **SR. RUBENS LUIS SARTORI**

Perguntado pelo Sr. Presidente – Deputado Braddock, sobre informações relativas ao IMEPE – INSTI-

TUTO MORÃENSENSE DE ENSINO, PEQUISA E EXTENSÃO, responde o que segue:

Que a Fecilcam foi fundada em 1972 como fundação municipal, pela lei 26/72, de 24/08/72, pelo prefeito Horácio Amaral. Esta faculdade então foi instituída, e logo em 1975 foi criado também, mantido pela fundação Municipal, um Colégio Agrícola, no mesmo local onde funciona até hoje. Então eram duas instituições municipais mantidas por essa fundação, era a Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão – FUNDESCAM;

Nos anos 80 houve a estadualização, não só de Campo Mourão como de outras instituições, como Cascavel e Guarapuava, isto por volta de 87, passando à administração do Estado do Paraná. E o Colégio Agrícola que era uma entidade independente da instituição, mantida pela fundação, embora com direção própria, ele ficou como um departamento da Faculdade na estadualização, então ele incorporou a administração da faculdade. Isso vem ocorrendo até hoje;

Que a Faculdade funcionou com 6 cursos até 1997, e que quando ele lançou a sua plataforma eleitora, naquela época a candidata era a professora Sinclair que foi a nossa diretora naquela oportunidade, ele foi vice-diretor, eles fizeram uma plataforma juntos de ampliação de cursos. Enfim, a Faculdade ficou muito atrasada, comparada com a UEM que era de 1970, dois anos antes, já era uma grande Universidade, eles estavam numa Faculdade pequena, só com seis cursos, e muito restrita, então uma das suas propostas da então chapa professora Sinclair Cassemiro e professor Rubens Sartori era de buscar a criação da Universidade, iniciaram o trabalho, e também claro que para isso implantação de cursos.

Que em 1998 criaram o Curso de Engenharia de Produção Agroindustrial, que foi o segundo do Brasil. E também o curso de matemática que tinha uma demanda muito grande na pesquisa que nós tínhamos feito, uma demanda muito grande de professores na área de matemática.

Que como o Estado não tinha condições de contratação de funcionários, e também eles tinham uma demanda muito grande nos cursos de pós-graduação, já que também eles implantaram de maneira muito evidente, porque a região precisava de preparação de quadros de pós-graduação para a região dos diversos municípios, era um pedido constante, e quem lhes atendia lá em Campo Mourão era o Embrap de Londrina, que era um instituto de Londrina, que vinha lá, digamos fazia os cursos, inclusive remunerava, os professores reclamavam inclusive da remuneração, remunerava alguém da realidade, e pegava e dava esse curso e ia embora, e esse dinheiro ia tudo para Londrina. Então, eles se reuniram também em 97, foi uma das plataformas da campanha inclusive dentro da instituição para eleição de criar um instituto nos moldes do Embrap, então criaram o IMEPE, Instituto Morãoense de Ensino, Pesquisa e Extensão, que foi instituído por funcionários e profes-

sores para auxiliar na gestão, e também promover os cursos de pós que a região demandava.

Que fizeram um Estatuto e um Convênio com a instituição, onde o IMEPE não teria fins lucrativos, a não ser a remuneração do trabalho individual de cada professor, de cada funcionário nas diversas etapas do curso, na sua gestão e na aplicação dos cursos, todo superávit do IMEPE é revertido para instituição, então ele é uma espécie de parasita positivo, quer dizer, o parasita se agarra numa árvore para tirar seiva, o IMEPE é um parasita entre aspas positivo porque ele traz seiva para a instituição.

Que o IMEPE hoje mantém cerca de 30 funcionários, o Estado, para Ter uma idéia, quando eles assumiram em 1997 tinham 48 funcionários efetivos da Faculdade, juntamente com o Colégio Agrícola. Implantaram três cursos, quer dizer, tinham seis cursos e implantaram mais três, inclusive cursos de ponta. Que deste 48 funcionários á época 5 saíram, inclusive a contadora, que estão sem contador até hoje, terceirizaram, tiveram que contratar pelo IMEPE o contador porque não tinham contador, porque o último concurso foi em 1990, e que estão desde esta época solicitando a realização de concurso para contratação de pessoal. Então, o IMEPE hoje paga cerca de 30 funcionários que prestam serviços para a instituição, assim o IMEPE ele arrecada, é uma instituição de direito privado, e todo o seu superávit é aplicado para a instituição, inclusive pagando funcionários, pagando professores. Para ter uma idéia usavam para o curso de engenharia de produção e agora estão usando para o curso de turismo. O Curso de Turismo foi implantado no ano de 2000, que já está inclusive reconhecido pelo Conselho Estadual e por decreto do Governador, oficialmente os alunos já estão exercendo, já formaram a primeira turma, esse curso não tem nenhum professor efetivo, todos eles são professores que contrataram via-instituto, ou como ele está fazendo agora, a coordenadora do curso, que é a professora Marlene Galan, eu tenho uma assessoria na direção que eu poderia inclusive para contratar um jornalista, que é especificamente para a assessoria de comunicação, para prestar informações para a coletividade dos trabalhos da instituição; em lugar de contratar um jornalista eu contrato esta professora que é a professora Marlene Galan, nós completamos os recursos pelo IMEPE para ela coordenar o curso de turismo para o senhor ter uma idéia, e fazíamos isso com o curso de engenharia de produção antes do último teste seletivo que foi feito agora há poucos dias autorizado pelo Governador Requião;

Disse ainda que o IMEPE hoje mantém quatro funcionários do Colégio Agrícola, que são pagos pelo IMEPE, porque desde 1990 que não tem concurso na instituição para funcionário, nem teste seletivo;

Disse que toda a aplicação que entra para a Universidade é prestado contas ao Tribunal de contas, disse ainda, que o Tribunal de Contas conhece o convênio que foi firmado em 1997, e que todo o superávit do IMEPE é

revertido para a Faculdade, que eles professores, nem a sua direção recebem nada, a não ser aquele trabalho eventual que fazem quando coordenam cursos, como todos os professores, como vais acontecer em qualquer Universidade.

Perguntado sobre os exames vestibulares, quanto ao lucro/superávit existente em cada um que gira em torno de 60% em média, e se este valor não era excessivo, pois deveria ser utilizado para baratear o acesso ao vestibular de pessoas carentes, respondeu que a única coisa que os alunos pagam é a inscrição no vestibular, e que este valor é utilizado na própria faculdade para complementar o orçamento. Disse que em 1997 tinham 4 computadores e hoje tem 182, e que isto tem um custo elevado. Reiterou que por exemplo o departamento de informática foi criado em 1997, e que a única pessoa remunerada pelo Estado neste departamento é a professora coordenadora Sra. Ieda Pavão, todos os outros funcionários são pagos pelo IMEPE, porque não tem nenhum funcionário do Estado do Paraná no nosso departamento de informática;

Perguntado disse que a carência de funcionários da Faculdade já foi levada ao conhecimento desde 1990 ao Governador e ao Secretário de Estado, e que os recursos recebidos do Estado são muito poucos se comparados à necessidade de atender 2.500 alunos, e que se o IMEPE for fechado a Faculdade viraria um caos, e que a mesma não funcionaria sem o IMEPE;

Complementando a sua exposição colocou que graças a recursos federais e do município foram construídas 21 salas de aula, e que o Estado do Paraná não conseguiu fornecer nem as carteiras, tendo a Faculdade que comprar um pouco a cada mês para conseguir por em funcionamento estas salas. E ainda, que estão fazendo outros investimentos, entre os quais uma cozinha que vinha pondo em risco a vida dos alunos e funcionários, e tudo sem um tostão do Estado do Paraná. Pois o orçamento repassado pelo Estado de R\$ 3.134.000,00 está pagando somente a folha de pagamento. Reiterou que praticamente 80% do quadro de professores da instituição é de professores temporários, não efetivos. Que o último concurso de professor na instituição foi em 1998, forma cinco professores quando foi criado o curso de engenharia, e reafirmo que de funcionários não se contrata por concurso nenhum desde 1990;

Perguntado disse que a Comissão de Vestibular é composta de professores e funcionários, fazendo parte ele, a Prof. Sinclair, o Prof. Delbony, a Prof. Rocha e os funcionários Maria de Lourdes e Neuza Cópula;

Perguntado disse que o IMEPE não participa do vestibular, que o vestibular é feito todo pela Faculdade, que recebe o dinheiro arrecadado do correio diretamente em sua conta, embora tenha ressaltado também que já pagou algumas contas de despesa do vestibular com dinheiro do IMEPE;

Perguntado respondeu que o sistema de contabilidade utilizado é o do SIAF;

Questionado quanto ao caso do Prof. Sérgio Gonçalves que recebia TIDE – T40 e exercia gratificação de chefia referente ao cargo de assessor jurídico da Fecilcam e ainda recebia como assessor jurídico do IMEPE, sendo inclusive um dos seus fundadores, se isto não era irregular, respondeu que ele não recebe mais TIDE, que ele recebeu uma época. Indagado na sequência se ele retornou esse TIDE aos cofres públicos, respondeu que ele requereu a desistência do TIDE por outras razões, mas ele como todo mundo no IMEPE, recebe pelo trabalho eventual. Na parte jurídica do IMEPE recebe por volta de um salário mínimo quando presta serviço mensal. Nas inadimplências, pessoas que terminam o curso e não pagam o IMEPE, então ele que faz. Como ele já é professor da Casa e membro do IMEPE, para não contratar um advogado terceirizado que ficaria muito caro ele então presta esse serviço. Também exoneração de funcionários, toda parte jurídica, os pareceres jurídicos todos ele presta para o IMEPE. Durante o expediente normal ele presta serviço para a FECILCAM, inclusive ele é professor. Lá o nosso assessor jurídico é professor também. Que o Professor Paulo é professor em sala de aula e também advogado da instituição e nas horas vagas, também presta essa assistência para o IMEPE. Eventualmente, uma audiência, ele nos ajuda. Por isso ele tem essa modesta remuneração.

Perguntado pelo Sr. Presidente se os alunos do Colégio Agrícola contribuem com algum valor para a manutenção do Colégio, respondeu que o ensino é absolutamente gratuito, que os alunos pagam é um salário mínimo por mês, daqueles alunos que são internos, que moram lá, correspondente às suas quatro refeições e o senhor sabe que adolescentes comem bastante. Tomam café, almoçam, café da tarde e jantam. Além d roupa lavada, banheiro, enfim, toda a parte de alimentação e higiene. Isto dá hoje cerca de R\$ 8,00 por dia, e que apenas os alunos que são internos pagam essa quantia por morar lá. Os demais que só tem a refeição que vão pela manhã e voltam a tarde, pagam meio salário-mínimo, este é o custo da refeição, o ensino é absolutamente gratuito. Que existem lá nove bolsas de alunos carentes que não pagam nada, mesmo morando lá, tem toda assistência do Colégio Agrícola.

Quanto ao arrendamento de áreas do Colégio Agrícola:

Disse que encerrou –se o contrato e tendo em vista questionamentos do Tribunal de Contas sobre este procedimento, solicitou ao Secretário de Ciência e Tecnologia orientações de como proceder em relação ao caso. Disse que quanto ao arrecadado durante esses 5 anos de arrendamento das áreas do Colégio que foram arrendados 20 alqueires, e que como é de praxe arrendaram por 20%, e que essa é a arrecadação que vem para o Colégio. Que é só fazer o levantamento na COAMO. Que até 2003 era feito pela APM.

Dos depoimentos prestados perante esta CPI das Universidades, dos relatórios de Sindicâncias solicitados e recebidos da Secretaria de Ciência e Tecnologia, e demais documentos solicitados a outros órgãos e à própria FECILCAM, tem-se que os principais pontos a serem levantados e elucidados neste relatório, a respeito da existência de irregularidades na citada Faculdade Estadual, são os que seguem abaixo:

1- COLÉGIO AGRÍCOLA

Em 30.06.2004 esta CPI encaminhou o ofício n.º 03 – CPI/Univ. à Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, questionando esta Secretaria sobre questões levantadas em relação à FACULDADE DE CAMPO MOURÃO – FECILCAM, advindas da análise de vários documentos recebidos por esta CPI. Abaixo transcrevemos tal comunicação e sua resposta (Doc. 14 deste Relatório):

“Curitiba, 30 de junho de 2004.

Ofício n.º 03– CPI/Univ.

Prezado Senhor

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais (Lei 1.579/52) e regimentais (artigo 36 e seg. do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná), vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, solicitar que seja fornecida a esta Comissão Parlamentar de Inquérito as informações e os documentos a seguir relacionados.”

Com relação às investigações realizadas por esta CPI de possíveis irregularidades na FECILCAM – FACULDADE DE CAMPO MOURÃO, que encontra-se fazendo parte da UNESPAR, estando sob responsabilidade direta desta Secretaria de Estado quanto à sua administração, informamos que verificamos a ocorrência dos seguintes casos:

Os funcionários da FECILCAM constituíram em 1997 (Estatuto em anexo) uma fundação chamada IMEPE – Instituto Morãoense de Ensino, Pesquisa e Extensão, que mediante Convênio (cópia em anexo) passou a utilizar-se da estrutura física e de pessoal da FECILCAM, para implantar Cursos de Pós-Graduação a nível de especialização, onde ela seria a arrecadadora, e a criadora dos cursos, e a FECILCAM cederia o pessoal e as instalações. Por este fato a CPI dirigiu o ofício n.º 002/2004 – CPI/UNIV (cópia em anexo), onde nos itens 07 à 21 tratou deste assunto e do assunto referente ao item “b” desta.

Assim, diante dos questionamentos feitos a FECILCAM e dos documentos juntados (Estatuto do IMEPE e Convênio), e ainda tendo em vista, que as Faculdades não detém autonomia precisando de autorização da Secretaria de Estado para firmar Convênios, **SOLICITAMOS, informar-nos sobre a legalidade dos procedimentos do IMEPE junto à FECILCAM, utilizando-se de sua estrutura para criar cursos de pós-graduação, gerando recursos por fora da FECILCAM, que a princípio são desconhecidos e não são fiscalizados**

pelo Estado do Paraná, bem como, do fato de que a FECILCAM expede os Certificados de tais cursos, e ainda, sobre os demais pontos e questionamento apontados no referido ofício da CPI (ÍTENS 07 à 21), se são do conhecimento desta SECRETARIA e se encontram-se em perfeita ordem e legalidade com a legislação Estadual e Federal.

Verificamos que a FECILCAM possui um Colégio Agrícola com uma área de cerca 97 Hectares, e que tal área por Convênio foi cedida para administração da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO CAMPO MOURÃO, ENSINO DE 2º GRAU – CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA – APM, e que a APM arrendou esta área a terceiros mediante contrato particular, sem licitação (cópia dos Contratos de Arrendamento em anexo). Devido a este fato esta CPI questionou a FECILCAM, através do ofício supra citado itens 07 à 21, sobre a legalidade de tal procedimento.

Assim, diante dos questionamentos feitos a FECILCAM e dos documentos juntados (Cópia dos Contratos de Arrendamento das áreas pertencentes a FECILCAM, realizados pela APM), e ainda tendo em vista, que as Faculdades não detém autonomia precisando de autorização da Secretaria de Estado para firmar Convênios, SOLICITAMOS, **informar-nos sobre a legalidade dos procedimentos do Convênio da APM junto à FECILCAM, QUE ARRENDOU PARTE DA ÁREA DO COLÉGIO AGRÍCOLA A TERCEIROS, gerando recursos por fora da FECILCAM, que a princípio são desconhecidos e não são fiscalizados pelo Estado do Paraná, bem como, sobre os demais pontos e questionamentos apontados no referido ofício da CPI (ÍTENS 07 à 21), se são do conhecimento desta SECRETARIA e se encontram-se em perfeita ordem e legalidade com a legislação Estadual e Federal.**

Em resposta ao nosso ofício n.º 03 de 30.06.2004, a Secretaria de Ciência e Tecnologia nos informou em seu Ofício n.º 531/04 – GS/SETI, de 07.07.2004, quanto ao Colégio Agrícola da Fecilcam, o que segue:(Doc. 14 deste Relatório)

Que em 16.06.04, através da Resolução Conjunta n.º 04/2004-SEED/SETI, os Secretários de Estados destas Pastas, constituíram Comissão Especial Integrada, a fim de procederem à verificação no Colégio Agrícola de Campo Mourão e Outros;

Essa comissão foi instalada em 30.06.04 e iniciou as verificações para as quais foi incumbida, estando no prazo para apresentação de relatório conforme artigo 2º desta Resolução;

Analisando a Resolução Conjunta n.º 004/2004-SEED/SETI, de 16.06.2004, verificamos que ela foi constituída para apurar os seguintes caso:

- arrendamento de terras que pertencem ao Colégio Agrícola;

- professores atuando no Colégio Agrícola com acúmulo de cargo;

- professores afastados há mais de dois anos que continuam percebendo regularmente os seus vencimentos.

Quanto ao Relatório desta Comissão Integrada esta CPI solicitou em 03/08/2004 ao Secretário Estadual de Ciência e tecnologia, através do nosso Ofício n.º 05-CPI/Univ., cópia de inteiro teor do mesmo e demais esclarecimentos e providências quanto ao caso, sendo que o mesmo nos foi remetido em 16/09/2004, do qual destacamos o que segue: (Doc. 15 deste Relatório).

Trata-se de Relatório Final contendo 65 folhas, e que nos foi enviado cópia do produzido até o dia 08.07.2004, cujos originais encontram-se na SEED, sendo que em ofício dirigido ao Secretário Chefe da Casa Civil, constou a informação de que o mesmo foi protocolado sob n.º 8.058.725-2, e que será encaminhado à PGE para que através de Resolução Conjunta com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Secretaria de Estado da Educação seja instaurada Sindicância para apuração das responsabilidades.

As denúncias que foram apuradas através da Comissão Especial Conjunta 04/2004/SEED/SETI, em relação à FECILCAM foram as seguintes:

- Arrendamento de terras que pertencem ao Colégio Agrícola;

- Professores atuando no Colégio Agrícola com acúmulo de cargo;

- Professores afastados a mais de 02 anos que continuam percebendo regularmente seus vencimentos;

- Desdobramentos das Averiguações – Cobrança de Taxas de Alimentação e Internato;

Conclusões da Comissão Especial sobre as Irregularidades

Quanto ao Arrendamento de Terras que pertencem ao Colégio Agrícola:

Que baseado no Convênio assinado entre a FECILCAM e a APM, e no depoimento do Professor Luiz Cezar Alves: “que o Colégio não tem convênio com a APM e sim a FECILCAM; quem arrenda as terras pertencentes a FECILCAM, onde o Colégio de Campo Mourão é a APM, pois possui um convênio com tais poderes” e “que a estação agrometeorológica instalada juntamente com o Colégio é de responsabilidade da FECILCAM, Departamento de Geografia; que não há demais usuários do terreno nas condições de simples ocupante”. Diante de tais fatos, **verifica-se existirem**, em cognição sumária, **indícios de irregularidades** em relação a denúncia de arrendamento de terras pertencentes ao Colégio Agrícola. (grifo nosso)

Que no presente caso os indícios se dão pelo não cumprimento do artigo 10, parágrafo único da Constituição Estadual que diz: “ Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, **salvo, e mediante Lei**, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de

sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social. (grifo nosso) Parágrafo Único: **a alienação a título oneroso de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa...**”(grifo nosso), ou seja, verifica-se a ausência de lei que autorize a utilização de bem público por terceiros.

Quanto à Cobrança de Taxas de Alimentação e Internato:

Que foi declarada a cobrança de mensalidades aos alunos na forma abaixo descrita, que contraria a orientação de gratuidade do ensino médio, baseado na legislação pertinente:

Conforme depoimento do professor Luiz César Alves este diz: que existem alunos que residem temporariamente durante a formação em regime de internato; e que totalizam 26 alunos; e que o regime do Colégio é integral, com um total de 77 alunos; que os mesmos pagam mensalidade no valor de R\$ 260,00, para o de regime integral, para os de semi-internato o valor de R\$ 130,00, e os de externato, no valor de R\$ 17,00;

Que a senhora Elizabeth José Silva, em seu depoimento afirma em chamar de taxa; que nós chamamos de pagamento ou contribuição é na verdade uma taxa de alimentação e internato; que os alunos que não estão em regime de internato, pagam somente a taxa de alimentação; que os alunos que optarem por levar sua própria alimentação ou ir para casa nos horários de refeição, não pagam nada; que não existe nenhuma outra exigência de pagamento.

Que diante de tais fatos, verifica-se existirem, em cognição sumária, indícios de irregularidades em relação a cobrança de taxas de alimentação e internato usadas no Colégio Agrícola.

Quanto a denúncia de professores atuando no Colégio Agrícola com acúmulo de cargo:

Concluiu a Comissão Especial **não existirem, em cognição sumária, indícios de irregularidades** para esta denúncia. (grifo nosso)

Quanto a existência de Professores afastados a mais de 02 (dois) anos que continuam percebendo regularmente seus vencimentos:

Que a respeito de tal denúncia, informou o Professor Rubens Luiz Sartori, Diretor da Fecilcam, que desconhece e não tem registro nenhum de professor, nessas condições no Colégio, o mesmo afirma o professor Luiz Cezar Alves, Diretor Técnico Agrícola do Colégio “que os demais funcionários estatutários (oito) são pagos pela FECILCAM, outros dois pelo IMEPE e mais dois pela APM; que desconhece a existência de outros professores que estejam irregulares quanto ao seu desligamento das instituições.”

Que conclui-se em cognição sumária, **não existir indícios de irregularidades** para esta denúncia. (grifo nosso)

Ainda quanto ao Colégio Agrícola da FECILCAM, deve-se detalhar o constante do **Relatório Quadrimestral 01/2004, elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – 7ª Inspeção de Controle Externo**, obtido por esta CPI da Universidade mediante requisição por ofício. (**Doc. 17 deste relatório**)

Deste relatório Quadrimestral de n.º 93, da parte relacionada ao Colégio Agrícola, pode-se destacar o que segue:

Que a situação que mereceu maior atenção com relação a controle interno foi com relação ao Colégio Agrícola, onde não há controles eficientes em relação a contabilização das receitas e despesas, patrimônio, semoventes, produção, materiais, equipamentos, pessoal e rotinas administrativas;

Quanto a produtos depositados em Cooperativa sem contabilização:

A FECILCAM mantém o Colégio Agrícola, absorvido quando de sua doação do Município pelo Estado.

Da área de 40 alqueires do Colégio, em 20 alqueires se pratica agricultura, sendo que o produto da colheita é depositado na COAMO, em nome da Faculdade e ocorre escambo por rações, sementes e produtos agropecuários aplicados no Colégio.

Existe um saldo de produtos depositados na Cooperativa, em nome da Faculdade e que não está contabilizado.

Este fato continua sendo analisado e seus resultados serão apontados nos próximos quadrimestres.

Que não há contabilização dos bens Semoventes do Colégio Agrícola, mesmo tendo ocorrido em 2003 e 2004 um levantamento completo do Patrimônio da Entidade, como descrito no item 6 deste Relatório, onde não constaram tais bens; sendo que em resposta à solicitação de Auditoria n.º 05/04, de 16.04.04, foi apontado a seguinte relação de animais:

Animal	Quantidade
Coelhos	12
Porcos	24
Vacas	07
Carneiros	087
Aves - Postura	64
Aves de Corte	122
Equínos	04

Ficou evidenciado o descumprimento dos artigos 85, 89 e 94 da Lei Federal 4320/54.

Desta forma, há um descontrole patrimonial especificamente no Colégio Agrícola.

O fato apontado enseja uma contabilidade irreal, dificulta a tomada de decisões pelos administradores e eleva o grau de risco de desvios.

A recomendação para o efetivo controle dos bens e registro dos mesmos já foi apontada em inspeções na Entidade, aos responsáveis pelo Patrimônio, Contabilidade, Direção do Colégio e Direção da Faculdade.

A FECILCAM em resposta à ofício desta CPI das Universidades indicou que foram entregues à COAMO os seguintes produtos para armazenagem e posterior utilização pelo Colégio Agrícola para consumo animal: (Doc. 18 deste relatório)

Resíduo de Milho: (derivado de milho)

2002 – 78 Kg líquidos; 2003 – 15 Kg líquidos

Milho:

2003 – 2.478 Kg. Líquidos – já retirados para consumo animal do Colégio;

Algodão:

2001 – 380 Kg. – ainda depositados para permuta em milho quando necessário;

Soja:

2003 – 24.000 Kg líquidos – parte já permutado por milho e outros produtos;

Ainda pelo Cadastro da FECILCAM na COAMO consta como ocorrência registrada em 23.07.03, que a área rural da FECILCAM estava arrendada a um outro cooperado da COAMO de n.º 48.824.

2- EXAMES VESTIBULARES

Com relação aos Vestibulares de 2002, 2003 e 2004, esta CPI das Universidades obteve os seguintes números: (Doc. 19 deste relatório)

Vestibular	Valor Arrecadado	Despesas	Superávit	%
Verão 2002	113.785,71	45.351,64	68.434,07	60,14
Primavera 2002	128.814,02	41.617,29	87.196,73	67,69
Verão 2003	118.206,57	51.103,50	67.103,07	56,77
Primavera 2003	114.813,02	58.906,40	55.566,88	48,39
Verão 2004	110.147,39	43.518,30	66.629,09	60,49

Desta forma, verifica-se que uma Faculdade Pública, que deve atender à população do Paraná, obtém Superávites/Lucros médios de 60% obtidos em cada vestibular.

Assim, a Faculdade onera a sociedade mais simples e necessitada, como forma de obter recursos para seus investimentos e seu custeio.

Isto pelas informações obtidas junto ao Tribunal de Contas e Ministério Público deve-se muito ao fato do Governo do Estado suprir as Universidade e Faculdades Estaduais com valores orçamentários apenas para o seu Custeio, sendo muito pequenos os valores direcionados orçamentariamente a investimentos destas Entidades. Por isso, quem contribui para complementar o orçamento das instituições de ensino superior do Paraná é justamente aquele para a qual ela foi criada ou seja, a população carente e de menos recursos que deveriam ser antes de tudo o foco principal de atuação e apoio do Estado.

Também verifica-se que o total pago à Comissão Interna que ajuda na realização dos vestibulares corresponde em média à 30% do total das despesas gastas nos vestibulares, sendo portanto, um valor considerável.

3- IMEPE – Instituto Morãoense de Ensino, Pesquisa e Extensão e Outras Irregularidades

Os funcionários da FECILCAM constituíram em 1997 (Estatuto em anexo) uma fundação chamada IMEPE – Instituto Morãoense de Ensino, Pesquisa e Extensão, que mediante Convênio (cópia em anexo) passou a utilizar-se da estrutura física e de pessoal da FECILCAM, para implantar Cursos de Pós-Graduação a nível de especialização, onde ela seria a arrecadadora, e a criadora dos cursos, e a FECILCAM cederia o pessoal e as instalações. Por este fato a CPI dirigiu o ofício n.º 002/04 – CPI/UNIV (cópia em anexo), onde nos itens 07 à 21 tratou deste assunto e do assunto referente ao item “b” desta.

Assim, diante dos questionamentos feitos a FECILCAM e dos documentos juntados (Estatuto do IMEPE e Convênio), e ainda tendo em vista, que as Faculdades não detém autonomia precisando de autorização da Secretaria de Estado para firmar Convênios, SOLICITAMOS, informar-nos sobre a legalidade dos procedimentos do IMEPE junto à FECILCAM, utilizando-se de sua estrutura para criar cursos de pós-graduação, gerando recursos por fora da FECILCAM, que a princípio são desconhecidos e não são fiscalizados pelo Estado do Paraná, bem como, do fato de que a FECILCAM expede os Certificados de tais cursos, e ainda, sobre os demais pontos e questionamento apontados no referido ofício da CPI (ÍTEM 07 à 21), se são do conhecimento desta

SECRETARIA e se encontram-se em perfeita ordem e legalidade com a legislação Estadual e Federal;

Em resposta ao nosso ofício a SETI através do seu ofício n.º 531/04-GS/SETI, de 07.07.2004, nos informou: (Doc. 14 deste relatório)

Quanto ao IMEPE – Convênio para criar cursos de pós-graduação

Em 27.02.04, o Secretário de Estado desta Pasta, através da Resolução n.º 008/2004-11-23 SETI, constituiu Comissão de Sindicância destinada a averiguar as possíveis irregularidades apontadas no protocolado n.º 5.956.867-1, de 25.02.04, e que se referem à FECILCAM;

Em 13.03.04 a Comissão de Sindicância, após as investigações realizadas, produziu RELATÓRIO FINAL e o encaminhou, através de despacho datado de 15.03.04 a este Secretário;

Após a análise do produzido no Relatório Final pela Comissão de Sindicância, o Secretário desta Pasta, através do Ofício n.º 233/04-GS-SETI, datado de 02.04.04, encaminhou o protocolo n.º 5.956.867-1 à Procuradoria Geral do Estado – PGE, para os encaminhamentos necessários;

Através de Resultado da Pesquisa Protocolo e Histórico (cópia anexa), efetuada para verificar a situação do referido processo, foi contatado que o mesmo encontra-se na PGE/PPA para providências.

Portanto, mais uma vez verifica-se a lentidão dos processos envolvendo irregularidades no setor público estadual, onde verifica-se que em 02.04.04 a SETI encaminhou Relatório de Sindicância para a PGE, e em 07.07.2004 o mesmo relatório encontrava-se ainda na PGE para abertura do processo administrativo, aguardando PROVIDÊNCIAS.

Quanto ao constante no Relatório Final dos Autos n.º 02/2004, referente à Comissão de Sindicância, designada pela Resolução n.º 08/2004-SETI, de 27/02/2004, destinada a averiguar as possíveis irregularidades apontados no protocolado n.º 5.956.867-1 de 25.02.04, e que se referem à FECILCAM, trazemos as seguintes informações tidas como relevantes, tanto quanto ao IMEPE quanto em relação à outras irregularidades, e suas respectivas conclusões: (Doc. 20 deste relatório em anexo)

Foram denunciados os seguintes fatos a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino superior, relacionados à FECILCAM, que foram objetos de investigação por parte da Sindicância retro mencionada, os quais transcrevemos integralmente da forma como foram relatados e recebidos pela SETI:

Diretor e vice-diretora que além de terem TIDE, recebem honorários para serem presidentes de uma instituição privada (IMEPE) de pesquisa, que funciona dentro da Universidade;

Professores que tem TIDE, e ainda exercem cargos para o IMEPE dentro da instituição e ganham para isso,

além do TIDE é claro. Só para ser mais claro, direi alguns nomes que podem facilitar a investigação: o prof. Vagner Wanderbrook, Paulo Gonçalves e Yeda Maria Pereira Pavão, respectivamente Diretor Financeiro do IMEPE, Assessor Jurídico e Coordenadora do Centro de Informática. Acho um absurdo esse pessoal acumular funções assim. Sei que a Instituição precisa de pessoas em cargos, mais então porque não largam o TIDE e o deixam para quem quer fazer pesquisa de verdade?

Outro caso absurdo é o da professora Maria Dolores B. Alves que tem T40 na Instituição e trabalha no INSS com 30 horas semanais; Não sei se isso é permitido, sei que existe um amparo legal para alguns funcionários públicos, mas ela pediu o aumento de sua carga horária aqui na instituição, o ano passado. Não sei se ela se enquadra. Mesmo assim, não aparece, não faz permanência durante o dia e há muitas reclamações em sala de aula porque falta muito;

No departamento de Economia também tem casos assim. É um absurdo, o Prof. Paulo Borges, ter 40 horas na instituição e 40 horas na prefeitura de Campo Mourão.

E a professora Elsa Cieslak que é T40 com TIDE, foi embora para o Estado de São Paulo, veio o ano passado dar aula só duas vezes por semana(e quinzenalmente) e não tem punição nenhuma, ninguém cobra nada, fica tudo por isso mesmo;

E os chefes e coordenadores de Departamento, que a maioria tem TIDE e não fazem pesquisa porque dizem que o TIDE é a função que exercem;

E professores com TIDE que dão aula em outra instituição? Tem de tudo aqui. Mas o mais sério seja o prejuízo para o acadêmico e para aqueles professores que são honestos, que tentam melhorar o ensino superior, que lutam por uma Universidade Pública, gratuita e de qualidade;

Diretor da Instituição que leva o carro da Instituição para casa (um Santana), sem o emblema do Estado na porta. Será que eles pensa que a gente não sabe que o carro é público, e não dele?

E que eles embolsam R\$ 10.000,00 por vestibular (Diretor e Vice) e que a inscrição é uma das mais caras do Brasil? Será que isso é uma Instituição Pública?

Desta forma, visando elucidar estes fatos denunciados, a Comissão de Sindicância, designada pela Resolução n.º 8/2004 – SETI, efetuou as diligências cabíveis, deliberando em oficiar à Diretoria da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, solicitando o encaminhamento e anexando cópias dos seguintes documentos relacionados ao assunto:

Regime de Trabalho dos seguintes professores:

Rubens Luiz Sartori;
Sinclair Pozza Casemiro
Wagner Wanderbrook
Paulo Gonçalves

Yeda Maria Pereira Pavão;
 Maria Dolores B. Alves
 Paulo Borges
 Elsa Cieslak

Relação nominal dos Coordenadores de Cursos e Chefias de Departamento, com respectivo Regime de Trabalho. Se o Regime for TIDE, indicar Projeto de Pesquisa e/ou Extensão ao qual está vinculado o TIDE;

Fichas de acúmulos de cargos de dois professores:

Maria Dolores B. Alves

Paulo Borges

Situação funcional da professora Elsa Cielak

Relação nominal de todas as receitas e despesas efetuadas pelo instituto Mourãoense de Ensino Pesquisa – IMEPE nos últimos dois anos;

Relação nominal de todas as receitas e despesas oriundas da taxa de vestibular nos últimos dois anos;

Analisando os documentos recebidos, a Comissão Sindicante, quanto ao item 1, salientou o que segue como relevantes:

Rubens Luiz Sartori

Professor Auxiliar P4, T-40 e Diretor DAS-3 da FECILCAM, recebe a Gratificação de Encargos Especiais, vantagem compatível com o cargo de acordo com o Decreto n.º 3105/97 e Decreto n.º 166/03, artigo 2º. Compõe o quadro de instituidores fundadores do IMEPE. (Conforme Doc. 21 em anexo neste Relatório – Primeira Alteração do Estatuto Social do IMEPE), e figura nos documentos, fls. 94 a 104 assinando como Diretor-Presidente;

Sinclair Pozza Casemiro

Professora Adjunto T1, T40 e Vice-Reitora DAS-5 da FECILCAM, recebe a Gratificação de Encargos Especiais, vantagem compatível com o cargo de acordo com os decretos retro citados. Compõe o quadro de Instituidores fundadores do IMEPE, e figura nos documentos, fls. 89 a 93, assinando como Diretora-Presidente.

Wagner Wanderbrook

Professor Assistente Q5, T-40 e com base na Portaria n.º 26/2003, artigo 3º item 2, o Professor recebe o TIDE mais a Gratificação de Chefia referente ao cargo do Coordenador Administrativo e Financeiro da Instituição. Compõe o quadro de instituidores fundadores do IMEPE e segundo a denúncia é Diretor Financeiro. **Sendo que em resposta a questionamentos desta CPI (Doc. 21 deste relatório – Relação de professor com cargo na FECILCAM e no IMEPE) comprova-se que este Professor exerce no IMEPE o cargo de Diretor Administrativo Financeiro.**

Paulo Sérgio Gonçalves

Professor Auxiliar P8, T-40 e com base na portaria n.º 26/2003, o Professor é T-40, recebe o TIDE mais a

Gratificação de Chefia referente ao cargo de Assessor Jurídico da Instituição. Compõe o quadro de instituidores fundadores do IMEPE e segundo a denúncia é Assessor Jurídico. **Sendo que em resposta a questionamentos desta CPI (Doc. 21 deste relatório – Relação de professor com cargo na FECILCAM e no IMEPE) comprova-se que este Professor exerce no IMEPE o cargo de Assessor Jurídico e Coord. Do Curso de Pós em Administração Pública.**

Yeda Maria Pereira Pavão

Professora Assistente Q5, T-40, com TIDE. A professora justifica o TIDE com base no requerimento de protocolo do Projeto em 03.03.04, data posterior ao Ofício encaminhado por essa Comissão de Sindicância n.º 01/04-CS/SETI. De acordo com a planilha fls. 38 do Anexo I, a capacitação para mestrado esta sendo considerada como pesquisa, fls. 39, as orientações par estágio contam como pesquisa, e fls. 40 do mesmo anexo constam atividade de extensão. Compõe o quadro de instituidores fundadores do IMEPE e segundo a denúncia é Coordenador do Centro de Informática. **Sendo que em resposta a questionamentos desta CPI (Doc. 21 deste relatório – Relação de professor com cargo na FECILCAM e no IMEPE) comprova-se que esta Professora exerce no IMEPE os cargos de Membro do Conselho Deliberativo e Coord. Do Curso de Pós em Administração Pública.**

Maria Dolores B. Alves

Professora Auxiliar P4, T-40 e não recebe TIDE. A ficha de declaração de acúmulo de cargo encaminhada está sem data, sem o nome da declarante (ilegível) e sem o visto do Depto. pessoal, e seu horário de trabalho na FECILCAM é das 7:45 às 11:45 e das 19:20 às 23:00 e no INSS sua jornada de trabalho é de 30 horas de 2ª a 6ª feira das 12:00 às 18:00, totalizando 70 horas semanais.

Paulo Roberto Santana Borges

Professor Auxiliar P4, T-40 e não recebe TIDE. A ficha de declaração de acúmulo de cargo encaminhada está sem o visto do Departamento Pessoal seu horário de trabalho na FECILCAM é o regime de 40 horas no horário das 8:00 às 11:30 e das 19:30 às 23:00 e na Prefeitura Municipal de Campo Mourão sua jornada de trabalho é de 40 horas semanais de 2ª a 6ª feira das 12:00 às 19:00 horas e sábados das 13:00 às 18:00, totalizando 80 horas semanais. Compõe o quadro de instituidores do IMEPE. **Sendo que em resposta a questionamentos desta CPI (Doc. 21 deste relatório – Relação de professor com cargo na FECILCAM e no IMEPE) comprova-se que este Professor exerce no IMEPE o cargo de Membro do Conselho Fiscal.**

Elsa Cieslak

A distribuição de aulas feita pelo Chefe de Depto. de Administração Ricardo de Jesus C. dos Santos, às fls.

69 e 70b do anexo IV, não contém assinatura da professora; e as disciplinas citadas nas fls. 04 do Ofício n.º 036-D/2004-FECILCAM, assinado pelo Diretor, são as de 2004 e não as de 2003 solicitadas pela Comissão.

A professora defendeu seu mestrado em 30.09.2003, conforme declara às fls. 67 do anexo IV, é professora assistente Q5, T-40, recebe TIDE, com base na Portaria n.º 26/2003. Quanto à denúncia de estar morando em São Paulo, nada foi declarado em nenhum documento. No ofício n.º 036-D/2004 da FECILCAM, no item IV, relata-se que: “O mestrado da professora Elza Cieslak é resultado de uma parceria com a Universidade Federal, numa relação interinstitucional, que resultou numa dissertação defendida em Novembro de 2003, sendo liberado para impressão em fevereiro de 2004, neste período, portanto, suas atividades foram conciliadas com sua presença em sala de aula e orientações. O tema, vale dizer é: “A Inserção da Logística Reversa na Estratégia Empresarial das Indústrias Moveleiras: um estudo multi-caso nos pólos moveleiros de Arapongas – PR e Mirasol – SP.” (grifo nosso)

Relação nominal dos Coordenadores de Cursos e Chefias de Departamento, com respectivo regime de trabalho.

De acordo com a cópia do requerimento de protocolo datada em 02.03.04, recebe o TIDE a maioria dos Coordenadores de Cursos e Chefes de Departamento baseados no Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná, lei 6174/70, artigo 56, item IV, e de acordo com a Portaria n.º 26/2003. A exceção dos Coordenadores Altair Casarim e Marlene Tonet Galan e dos Chefes de Departamento Irene Maria B. Dianin e Mario de Lima são T-40 e não recebem TIDE.

A Comissão reafirma que o TIDE de Pesquisa e Extensão é regulamentada pela Lei n.º 11713/97. Não foi enviado os nomes dos Coordenadores e Chefes com Projetos de pesquisa e extensão que justifique o TIDE.

A Comissão solicitou a relação nominal de todas as receitas e despesas efetuadas pelo Instituto Mourãoense de Ensino e Pesquisa – IMEPE nos últimos dois anos.

Foi apresentado através do anexo V, o balanço patrimonial de 2002 e demonstrativos de resultados de 2002 e 2003 e nenhuma indicação nominal dos favorecidos, conforme fls. 72 a 81 do anexo citado. Foi apresentado um demonstrativo de despesas da FECILCAM pagas pelo IMEPE de 1998 a 2003 fls. 82, e no anexo complementar das fls. 89 a 93 o balancete dos anos de 1998 a 31.12.2000 assinada pela senhora Sinclair Pozza Casemiro como Diretora-Presidente do IMEPE e o Assessor Contábil, sem o nome legível, e fls. 94 a 104 referente aos anos de 2001 a 2003, o balancete assinado pelo Diretor-Presidente do IMEPE senhor Rubens Sartori e a Contadora Ada Maria Vecchi Gorska e as fls. 105 a Declaração de Informações Econômico Fiscais de Pessoa Jurídica do IMEPE no exercício de 2002, e as fls. 106 a 120, a Primeira Alteração do Estatuto Social do IMEPE

assinado e datado pelo Diretor-Presidente do IMEPE senhor Rubens Luis Sartori e das fls. 121 a 124 do quadro de instituidores e fundadores do IMEPE e das fls. 125 a 127 o Convênio IMEPE/FECILCAM, assinado e datado em 12.06.97 pelo Diretor Presidente do IMEPE senhor Alberto Barbosa e a Diretora da FECILCAM senhora Sinclair Pozza Casemiro e duas testemunhas, sem o nome legível e CPF em branco.

Não consta a relação dos honorários pagos aos diretores e demais membros e não revela a fonte de recursos repassadas. O Diretor ressalta que as contas do IMEPE, são fiscalizadas pelo Ministério Público, embora tenha encaminhado vários documentos, e não os solicitados pela Comissão. (grifo nosso)

Relação nominal de todas as receitas e despesas oriundas da taxa de vestibular nos últimos dois anos.

Apresentou os Demonstrativos de Receitas e Despesas dos Vestibulares de 2002 e 2003, porém não indica o nome dos favorecidos e valores recebidos discriminadamente, no anexo VI, de acordo com a solicitação desta Comissão. (grifo nosso)

Vale ressaltar que o Presidente da Comissão Permanente do Vestibular – CPV de 2002 a 2003, é o Diretor da FECILCAM o senhor Rubens Luis Sartori e o Diretor Financeiro o Senhor Celso Santana Grigoli, constando com despesas pagamento para pessoal de apoio e para os membros da CPV, não discriminando nomes.

Conclusões da Comissão Sindicante **Autos n.º 02/2004, designada pela Res. n.º 08/2004-SETI**

Que pelo estudo e análise dos fatos e dos documentos constantes nos Autos, esta Comissão de Sindicância conclui que há irregularidades;

Que diante do exposto e de tudo o mais que destes Autos Constam, esta Comissão de Sindicância conclui que: a) existem irregularidades nos fatos denunciados; b) os dispositivos violados foram: incisos VI e VIII do artigo 279 da Lei 6174/70 e a presunção de autoria recai no Diretor da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.

Quanto ao IMEPE, cabe ressaltar frente ao depoimento prestador pelo Diretor da FECILCAM, retro transcrito, e ainda, frente aos demais documentos, sindicâncias e informações obtidas por esta CPI, as seguintes considerações:

Segundo o artigo 2º do Estatuto do IMEPE ele foi constituído em 1997 para apoiar a FECILCAM em seus objetivos. Para tal foi constituído no mesmo endereço da FECILCAM por 74 professores e funcionários da Universidade, que pagaram uma taxa de adesão de R\$ 60,00 por pessoa, totalizando R\$ 4.440,00, sem previsão de outras contribuições por estas pessoas. Para formação do seu Patrimônio seria utilizado, além desta taxa de adesão e de doações, parte do Superávit/Lucro proveniente de suas atividades.

Desta forma questiona-se se o IMEPE pode ser realmente considerado uma Fundação Privada, ou até mesmo uma verdadeira Fundação.

Uma vez que fora a taxa de adesão inicial, as suas receitas e o seu patrimônio foram e são geradas através da utilização da estrutura da FECILCAM, ou seja, de um patrimônio público já existente. Pois o Convênio firmado entre o IMEPE e a FECILCAM, na sua cláusula Quarta diz : “ Compete à FECILCAM ceder ao IMEPE as instalações físicas da Instituição, o pessoal técnico e os professores, fora da jornada normal de trabalho...”

Desta forma, sendo considerada uma Fundação Pública, uma vez que seu patrimônio é gerado utilizando-se a estrutura da FECILCAM, portanto, dinheiro público gerando receita que deve ser considerada também pública, o IMEPE deve ser fiscalizado pelo Tribunal de Contas como parte do Patrimônio do Estado do Paraná, bem como, deve ele sujeitar-se a todas as leis que geram o Patrimônio Público e os Atos dos Administradores Públicos, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Licitações e a Lei de Improbidade Administrativa. Devendo, portanto, o Estado do Paraná tomar todas as medidas cabíveis para incorporar tal Patrimônio ao controle do Estado, bem como ao Tribunal de Contas iniciar um ampla fiscalização de todas as contas do IMEPE desde a sua fundação, e ainda, ao Ministério Público do Estado do Paraná tomar as medidas cabíveis contra os responsáveis do IMEPE, que deram uma característica jurídica privada a uma instituição com nítidas características de entidade pública. Assim, não importa o nome ou designação que se dê a esta entidade, o que importa é a sua verdadeira natureza jurídica, e pelo que se constata desde a sua fundação até à destinação do seu patrimônio em caso de extinção ela tem característica predominantemente pública.

Ainda questionou-se junto à SETI e a própria FECILCAM, se seria lícito funcionários e professores de uma Universidade Pública constituírem uma Fundação para explorar um patrimônio público, gerando lucros e benefícios aos seus associados que são desconhecidos do Estado e do Tribunal de Contas, e cujas ações e utilização do seu patrimônio não são fiscalizadas pela população. Sendo que o próprio Estatuto do IMEPE, em seu artigo 61, reconhece a natureza pública do patrimônio gerado pelo IMEPE, quando prevê em caso de sua liquidação a possibilidade do seu patrimônio ser revertido para a FECILCAM.

Em resposta a SETI nos informou que foi aberta uma sindicância para analisar os pontos levantados e a FECILCAM não nos respondeu embora tenha sido questionada sobre isso em 30.06.2004, por ofício encaminhado por esta CPI, como veremos mais adiante.

Ainda ressalta-se que, segundo o Convênio firmado entre o IMEPE e a FECILCAM para implantação de Cursos de Pós-graduação à nível de Especialização, em sua cláusula Quarta, cabe à FECILCAM expedir os

certificados aos alunos. Contudo, verifica-se que cabe neste processo à FECILCAM apenas ceder as suas instalações e pessoal, bem como, fiscalizar as atividades e custos dos cursos, cabendo ao IMEPE a implantação dos Cursos, a contratação e remuneração dos professores e demais envolvidos, e a arrecadação financeira dos valores, ou seja, todo o resto. Portanto, existe um questionamento se este procedimento da FECILCAM expedir os certificados destes cursos nestas circunstâncias, onde a FECILCAM não tem o verdadeiro controle destes cursos, agindo como mero cedente e locador, é de conhecimento e está aprovado pelo Governo do Estado e pelo Ministério da Educação do Governo Federal.

Sendo que tal questionamento também não foi respondido pelas partes, cabendo ao Ministério Público, a luz do interesse de todos aqueles que fazem tais cursos nesta instituição, questionar os órgãos competentes quanto à legalidade desta prática, e mais, se tudo é da FECILCAM, inclusive a maioria dos professores que ministram as aulas, porque, a própria FECILCAM não abre tais cursos ou ainda, firma convênio para possibilitar a sua implementação de forma mais célere, mais ela no papel de arrecadadora dos recursos, dando destinação aos mesmos de forma transparente e aberta.

Tal situação configura que o IMEPE comporta-se como uma outra instituição de ensino superior, contudo, sem as obrigações e sem a competência para expedir e validar os seus cursos, valendo-se institucionalmente do nome da FECILCAM. Também, ressalta-se que informações obtidas da SETI dão conta que a FECILCAM cede ao IMEPE inclusive toda logística pedagógica e estrutura didática das matérias ministradas, tudo isto desenvolvido e testado pelas diversas instituições de ensino público superior do Estado do Paraná e disseminadas pela SETI como forma de melhoria do ensino público superior.

Alegou em seu depoimento o Sr. Diretor da FECILCAM que sem o IMEPE a instituição deveria fechar as portas, pondera-se realmente que as instituições de ensino superior do Estado necessitam de mais investimentos e que toda ajuda gratuita é necessária a sua manutenção. Contudo, não podemos deixar de questionar o fato de que o enfraquecimento destas instituições tem gerado o fortalecimento das Fundações ligadas a elas, como o caso do IMEPE que faturou em 2003 o valor de R\$ 1.116.931,25 registrado em seu demonstrativo de resultados (Doc. 22 deste relatório), e assim, pelo envolvimento de funcionários e professores nestas instituições, recebendo salários e outras compensações além das recebidas das Universidades e Faculdades públicas a que pertencem, se isto não poderá gerar um efeito negativo, ou seja, a falta de interesse no fortalecimento da Instituição Pública Principal, tornando o apêndice maior do que o corpo, pelo simples fato de que rotulando-se tais entidades como privadas elas teriam ampla liberdade de gerir ao livre prazer de seus administradores os recursos arrecadados e

gerados a partir das instituições públicas a que prestam “auxílio”.

Que em conversas com o Ministério Público Estadual, ficou claro que algumas FUNDAÇÕES ligadas à Universidades e Faculdades Estaduais estão sendo investigadas por estarem sendo utilizadas como meio de se fraudar a Lei de Licitações, em alguns casos com superfaturamento dos bens adquiridos. Tal manobra consiste na obtenção de dinheiro da Instituições oficiais através de diversos meios, onde posteriormente é feita a compra ou construção do que se pretende, e a seguir a Fundação doa ou faz comodato do bens à Universidade ou Faculdade. Tal prática também estaria ocorrendo em Fundações ligadas à Universidades ou Instituições de Ensino Federais, cabendo, portanto, ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União fiscalizar tais instituições nos moldes que já vem sendo feito pelo Ministério Público do Estado do Paraná.

Que quanto às Fundações ligadas à Universidades e Faculdades Estaduais, pode-se verificar que muitas tem grande importância, sendo reconhecidamente úteis ao desenvolvimento pedagógico e comunitário das instituições a que estão ligadas, contudo, deve-se avaliar a sua criação e direção a luz do interesse público, especialmente quando recebem ou geram recursos a partir de uma estrutura pública, não podendo deixar de serem fiscalizadas habitualmente pelos órgãos competentes como Tribunal de Contas, Ministério Público e Governo do Estado.

Que existe uma defesa pessoal do Professor Rubens Luiz Sartori das atividades desenvolvidas pelo IMEPE junto à FECILCAM, como depreende-se do seu depoimento a esta CPI retro transcrito e do seu ofício n.º 118-D/2004, de 01/06/2004 (Doc. 23 deste relatório), contudo, deve-se pesar o fato do seu envolvimento direto com esta instituição desde a sua criação, o que compromete a sua isenção quanto a avaliação das relações entre as duas instituições e o fato de que quando questionado de forma mais veemente através do Ofício desta CPI n.º 0002/04, de 30.06.2004, sobre diversos questionamentos ligados à Administração de bens da FECILCAM e ao IMEPE, o mesmo não nos respondeu até o encerramento deste relatório. Sendo transcrito abaixo o inteiro teor do ofício referido para que as autoridades competentes possam aprofundar-se nos questionamentos levantados:

“Curitiba, 30 de junho de 2004.

Ofício n.º 002/04 – CPI/Univ.

Prezado Senhor

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais (Lei 1.579/52) e regimentais (artigo 36 e seg. do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná), vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, solicitar que seja fornecida a esta Comissão Parlamentar de Inquérito as informações e os documentos a seguir relacionados, visando complementar as informações anteriormente prestadas por esta Universidade.

Informar se houveram Sindicâncias ou Processos Administrativos, internos ou externos(promovidas pelo Tribunal de Contas, Secret. Estado, Ministério Público, etc.) nos últimos 5 anos, enviando relação das mesmas com a discriminação de envolvidos, valores, objeto, datas, etc.;

Informar se existem entradas de recursos na FECILCAM não provenientes de Repasses Estaduais, identificando-os individualmente com valores nos últimos 5 anos, bem como, a forma de ingresso, se através de conta corrente bancária ou pagamento direto na FECILCAM, neste caso informar o procedimento interno de recebimento e controle dos valores;

Qual o valor das receitas obtidas pela FECILCAM nos últimos 5 anos, repassadas pelo DETRAN, derivadas do auxílio da Universidade na realização de exames psicotécnicos ou outros serviços e como se dá esse repasse;

Quem realiza os serviços de Xerox na FECILCAM, utilizando a máquina adquirida em 2003, com capacidade de 20 mil cópias/Mês? Existe terceirização desta máquina para terceiros ou para alunos, qual a receita obtida e a que ela se destina?

O demonstrativo de Receitas da FECILCAM de 31.12.2003 mostra Receitas de Serviços no valor de R\$ 534.633,75, sendo:

Administrativos – R\$ 350.230,22

Educacionais – R\$ 45.166,30

Outros Serviços Prest. a órgãos ou entidades Estaduais – R\$ 139.237,33

Pergunta-se: A que se referem cada um desses serviços, individualizando-os mês a mês e indicando os valores recebidos em cada serviço?

O demonstrativo de despesas de 31.12.03 da FECILCAM indica que 13,75%, correspondentes a R\$ 431.971,41, das despesas com Pessoal e Encargos Sociais são gastos com contratação de pessoal por prazo determinado. Qual é a origem dessas pessoas, e quantas são contratadas através do IMEPE?

Segundo o artigo 2º do Estatuto do IMEPE ele foi constituído em 1997 para apoiar a FECILCAM em seus objetivos. Para tal foi constituído no mesmo endereço da FECILCAM por 74 professores e funcionários da Universidade, que pagaram uma taxa de adesão de R\$ 60,00 por pessoa, totalizando R\$ 4.440,00, sem previsão de outras contribuições por estas pessoas. Para formação do seu Patrimônio seria utilizado, além desta taxa de adesão e de doações, parte do Superávit/Lucro proveniente de suas atividades.

Assim, Solicita-se e Pergunta-se:

Enviar Cópia dos Balanços, Demonstrativos de Resultado, Demonstrativo de Mutações do Patrimônio Líquido, e Demonstrativo de Origem e Aplicação de Recursos do IMEPE desde 1997 até hoje;

Qual o Patrimônio do IMEPE atualmente, e quais são as suas Receitas e Despesas mensais, bem como, o seu lucro/superávit anual, sendo que se algum valor foi transferido para a FECILCAM, apresentar documentos

comprobatórios, informando ainda, se algum valor de Superávit/Lucro foi utilizado para capitalização do Patrimônio do IMEPE, conforme previsão no Estatuto do IMEPE, artigo 10, alínea “C”, informando os valores desde 1997;

O IMEPE pode ser realmente considerado uma Fundação Privada, ou até mesmo uma verdadeira Fundação ?

Uma vez que fora a taxa de adesão inicial, as suas receitas e o seu patrimônio foram e são geradas através da utilização da estrutura da FECILCAM, ou seja, de um patrimônio público já existente. Pois o Convênio firmado entre o IMEPE e a FECILCAM, na sua cláusula Quarta diz : “ Compete à FECILCAM ceder ao IMEPE as instalações físicas da Instituição, o pessoal técnico e os professores, fora da jornada normal de trabalho...”

Tendo em vista o já exposto o Senhor entende que é lícito a FECILCAM firmar Convênio com o IMEPE, para implantação de Programas de Cursos de Pós-Graduação à nível de especialização, com utilização das suas estruturas e sem a realização de licitação? Qual a fundamentação legal para isto?

Informar a qual órgão do Governo do Estado o IMEPE presta contas com relação ao Patrimônio gerado em relação à FECILCAM, já que trata-se de patrimônio público, conforme se depreende do artigo 61 do Estatuto do IMEPE, bem como, se o Tribunal de Contas fiscaliza o IMEPE, e qual o parecer do Tribunal de Contas sobre os Convênios realizados entre o IMEPE e a FECILCAM, enviando cópia do mesmo?

Segundo o Convênio firmado entre o IMEPE e a FECILCAM para implantação de Cursos de Pós-graduação à nível de Especialização, em sua cláusula Quarta, cabe à FECILCAM expedir os certificados aos alunos. Contudo, verifica-se que cabe neste processo à FECILCAM apenas ceder as suas instalações e pessoal, bem como, fiscalizar as atividades e custos dos cursos, cabendo ao IMEPE a implantação dos Cursos, inclusive do seu conteúdo, a contratação e remuneração dos professores e demais envolvidos, e a arrecadação financeira dos valores, ou seja, todo o resto. Portanto, perguntamos se este procedimento da FECILCAM expedir os certificados destes cursos nestas circunstâncias, onde a FECILCAM não tem o verdadeiro controle destes cursos, agindo como mero cedente e locador, é de conhecimento e está aprovado pelo Governo do Estado e pelo Ministério da Educação do Governo Federal? (enviar cópia do permissivo legal ou administrativo)

Qual a área total do Colégio Agrícola, e desta qual a área utilizada para cultivo e para criação de animais, seja pela própria Faculdade, por parceiros, conveniados ou arrendatários, individualizando cada caso?

A produção do Colégio Agrícola informada à CPI é a sua produção total, ou ainda existe uma produção através de contratos de parceria ou de arrendamentos? Se sim qual é esta produção total, como ela é controlada, vendida e como são feitas as prestações de contas? Uma

vez que conforme cadastro da Universidade na COAMO o imóvel rural da FECILCAM para exploração agrícola tem uma área de 96,80 hectares;

Enviar os laudos de eficiência agrônômica de toda a área do Colégio Agrícola;

Ainda pelo Cadastro da FECILCAM na COAMO consta como ocorrência registrada em 23.07.03, que a área rural da FECILCAM estava arrendada a um outro cooperado da COAMO de n.º 48.824. Fale sobre este arrendamento e de outros existentes, uma vez que esse não abrange toda a área pertencente ao Colégio Agrícola?

Qual a fundamentação legal em que se baseou a FECILCAM para realizar convênio repassando a administração e posse da área agricultável do Colégio Agrícola para a Associação de Pais e Mestres do Colégio Campo Mourão, ensino de 2º Grau – Curso Técnico em Agropecuária, uma vez que os bens são de propriedade pública do Estado do Paraná, e de responsabilidade dos Administradores da FECILCAM? Não necessitaria isso de anuência do Estado?

O senhor tem conhecimento de que a APM arrendou 20 alqueires paulistas do Colégio Agrícola aos Sr. Rogério de Mello Barth, Rodolfo de Mello Barth e Roberto de Mello Barth, inicialmente por 3 anos desde 1999, e depois por mais 2 anos de 2002 até 10/06/2004, a um valor de 30 sacas de soja de 60 kg por alqueire ao ano, ou seja, 1.800 kg de soja por alqueire por ano? Esse valor não é um valor muito baixo, uma vez que segundo dados da EMBRAPA a produtividade média de soja no Paraná é de 3000 Kg/Hectare, o que dá cerca de 7.800 Kg de soja por alqueire paulista? Porque não se adotou o sistema de meação, comumente adotado no Paraná? Porque não se realizou uma licitação já que independentemente da administração do bem pela APM trata-se de um bem público sujeito às regras da Lei de Licitações?

Enviar cópia dos comprovantes de recebimento e armazenamento das 30 sacas de soja constantes no Contrato de Arrendamento, bem como, indicar em nome de quem elas estão, onde foram gastas ou vendidas, e dos comprovantes de que o seu resultado reverteu-se integralmente ao Colégio Agrícola;

Tendo em vista que os recursos proveniente do arrendamento citado no item anterior deveriam se destinar ao Colégio Agrícola, quem da FECILCAM autorizou esses valores de arrendamento e como são repassados e controlados esses valores, uma vez que no contrato original assinou como testemunha o Sr. Luiz Cezar Alves, atual Diretor da FECILCAM, que sempre trabalhou no Colégio Agrícola, e no contrato de prorrogação além do Sr. Luiz assinou como anuente o Diretor da Fecilcam Prof. Rubens Luis Sartori?

A Secretaria de Ciência e Tecnologia – SETI, a Procuradoria Geral do Estado - PGE ou o Governo do Estado e ainda, o Tribunal de Contas, foram comunicados de tais procedimentos de convênio com a APM e do Arrendamento dessa área com esses valores?

O Presidente da APM do Colégio de Campo Mourão que assinou os dois contratos de Arrendamento foi o Sr. Edison Denker, existe alguma relação de parentesco do mesmo com o Sr. Nelson Denker professor da FECILCAM e que tem atuado como Presidente da Comissão Permanente de Licitação da FECILCAM?

O atual Diretor da FECILCAM e anteriormente nos últimos 4 anos anteriores tendo exercido a função de Vice-Diretor, sendo Promotor de Justiça Aposentado, quando verificou esses contratos de Convênio e Arrendamento, adotou quais medidas para verificação da sua legalidade, ou da ocorrência de eventuais prejuízos ao patrimônio público ?

Os alunos do Colégio Agrícola contribuem com algum valor para sua manutenção pagos à FECILCAM, à APM DO COLÉGIO DE CAMPO MOURÃO ou a algum outro órgão, instituição ou fundação?

Quantos funcionários, quais os cargos que ocupam, como foram contratados e escolhidos, quais as suas funções e quem paga os funcionários do IMEPE, que atuam no Colégio Agrícola?

Como são os Contratos de Parceria realizados pela FECILCAM para exploração agrícola no Colégio Agrícola, indicando: a forma de contratação, a forma de atuação dos parceiros, como são definidos os valores e distribuição de lucros/superávites, indicando valores e percentuais, qual a duração dos Contratos de Parceria, o nome dos Parceiros, e se o IMEPE tem participação no processo e qual a sua participação?

Fale sobre a parceria da FECILCAM desenvolvida com a COAMO?

Quem compõe a Comissão Permanente de Vestibular da FECILCAM e como são remunerados os seus componentes. Através de Função gratificada, salário extra ou outra forma, uma vez que o total pago à Comissão corresponde em média à 30% do total das despesas gastas nos vestibulares?

Qual a participação do IMEPE ou de seus funcionários ou filiados nos vestibulares realizados pela FECILCAM e qual a sua remuneração e atribuições?

Outrossim, em virtude do tempo exíguo que possui esta Comissão para a conclusão dos seus trabalhos, requer-se que as informações e documentos solicitados sejam encaminhados no prazo de 5 (cinco) dias.

Atenciosamente,

Deputado NEIVO BERALDIN

Relator

CPI DAS UNIVERSIDADES

Ilmo. Sr(a).

REITOR(A) DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPO MOURÃO

Av. Comendador Norberto Marcondes, 733

CEP – 87.303-100

Campo Mourão - Paraná.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES DA CPI DAS UNIVERSIDADES ACERCA DOS PROCESSOS E INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES ENVOLVENDO A FECILCAM – FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS E LETRAS DE CAMPO MOURÃO

Que existem irregularidades no arrendamento do Colégio Agrícola promovido pela APM de do Colégio de Campo Mourão, uma vez que:

Qualquer convênio entre a FECILCAM e a APM, transferindo a utilização ou a posse de áreas do Colégio Agrícola de aprovação de lei específica pela Assembléia Legislativa do Paraná autorizando tal situação, nos termos do artigo 10, parágrafo único da Constituição do Estado do Paraná, bem como, como autorizando ainda, a alienação a título oneroso de bens imóveis do Estado por terceiros, desta forma, também o arrendamento deveria ser autorizado;

Tendo em vista o descumprimento dos ditames legais, fere-se o princípio da fiscalização e da legalidade, devendo ser imputadas as responsabilidades penais, administrativas e cíveis a todos os envolvidos com nessa operação, especialmente quanto aos aspectos não respondidos pela FECILCAM a esta CPI, referentes ao valor do arrendamento realizado, não utilização da meação, não realização de licitação ou similar para a realização do arrendamento, e grau de parentesco entre os envolvidos, que podem ter gerado prejuízos financeiros à FECILCAM e ao Estado do Paraná, entre outros;

Desta forma esta CPI sugere o envio do presente fato à apreciação do Ministério Público do Paraná e ao Governo do Estado para que sejam tomadas as medidas cabíveis nos campos Administrativo, Penal e Civil.

Que existem indícios de irregularidades quanto à cobrança de Taxas de Alimentação e Internato no Colégio Agrícola, devendo ser encaminhados os fatos ao Governo do Estado e ao Ministério Público para as ações cabíveis;

Que pela auditoria realizada pelo Tribunal de Contas verifica-se que existem produtos depositados na COAMO em nome da FECILCAM, que não encontram-se contabilizados, desta forma, a existência de tais produtos não podem ser controlados pelo Estado, ferindo regras e princípios da administração pública, além de representar indícios de irregularidades quanto à conduta dos Administradores da Instituição tendo em vista a forma irregular como se deu o arrendamento do Colégio Agrícola e quanto ao valor deste arrendamento;

Tal fato também deve ser encaminhado ao conhecimento do Ministério Público e do Governo do Estado para as providências cabíveis.

Que os valores cobrados a título de inscrição dos vestibulares da FECILCAM encontram-se fora das regulamentações legais, morais e sociais, uma vez que tais valores deveriam ser utilizados apenas para cobertura dos custos dos vestibulares, mais como geram um lucro/supervit superior a 60% em média servem para comple-

mentar o orçamento da FECILCAM, contudo tal fato, como em outras Universidades/Faculdades deve-se muito ao pequeno orçamento destinado pelo Estado aos Investimentos nas Instituições Estaduais de Ensino Superior.

Porém quanto a FECILCAM pesa o fato de que dos custos dos vestibulares cerca de 30% dos valores são destinados ao pagamento da Comissão Permanente de Vestibulares, fato este denunciado à SETI, e investigado através de uma Comissão de Sindicância que concluiu pela existência em cognição sumária de irregularidades a serem apuradas mais profundamente.

Portanto, esta CPI recomenda o encaminhamento do caso ao Ministério Público do Estado e ao Governo do Estado para as providências cabíveis.

Que quanto à fundação denominada IMEPE – INSTITUTO MOURÃOENSE DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO e sua relação com a FECILCAM, existem indícios de irregularidades que se refletem em várias áreas, principalmente quanto à verdadeira natureza daquela instituição, quanto ao destino e forma de geração dos recursos a partir da própria Faculdade, do recebimento de TIDE pelos integrantes da FECILCAM que detém cargos no IMEPE, entre outras.

Também sugere-se o envio dos fatos levantados quanto a este assunto para análise do Ministério Público e do Governo do Estado quanto às medidas cabíveis.

Quanto aos fatos relatados neste relatório, em especial relativos ao IMEPE e ao Colégio Agrícola, sugere-se:

A exoneração pelo Governador do Estado do Diretor da FECILCAM Sr. Rubens Luis Sartori, por ser cargo de confiança, portanto, de livre nomeação e exoneração, pelos seguintes fatos:

que o mesmo foi apontado pela Comissão Sindicante – Autos n.º 02/2004, designada pela Resolução n.º 08/2004-SETI, como autor, em cognição sumária, das irregularidades ali apontadas;

que consta do relatório da Comissão Sindicante retro citada, que em resposta aos seus pedidos de informação o citado Diretor encaminhou vários documentos sobre o IMEPE, contudo, não encaminhou os documentos solicitados por aquela Comissão. Portanto, foram sonhadas informações e documentos que dificultaram a investigação dos fatos como foi apontado pelo relatório, atitude esta não condizente com um servidor público, ainda mais, de tão elevado cargo, tendo-se em vista também o reflexo social que as suas atitudes tem frente à comunidade estudantil e da região.

Que o mesmo não enviou os documentos e as informações solicitadas através do ofício desta CPI de n.º 002/04 de 30/06/2004, necessários às investigações de irregularidades na FECILCAM, o que comprometeu as atividades de investigação e elucidação dos fatos, também caracterizando-se como situação incompatível com a posição que ocupa na Universidade e perante a sociedade; e mais uma vez demonstrando que o mesmo

obstaculizou com seu poder as investigações desta CPI e da já referida comissão sindicante da própria SETI;

que o mesmo encontra-se envolvido pessoalmente em todos os casos levantados por esta CPI;

O afastamento de todos os membros da alta administração da FECILCAM e de todos os envolvidos nos casos relatados por esta CPI, constantes deste relatório, dos seus cargos, enquanto durarem as investigações, como forma de se garantir as investigações sobre os acontecimentos relatados sem interferências de qualquer tipo, e ainda, tendo em vista que existe a participação direta de vários dirigentes da FECILCAM na direção do IMEPE, que ora encontra-se em suspeição quanto às atividades que desempenha junto à FECILCAM;

Esta CPI frente às constatações realizadas sobre a forma como foi constituído o IMEPE, como fundação privada, e ainda, frente à sua atuação com relação à FECILCAM e a forma como foi e são geradas as suas receitas e como é constituído o seu patrimônio, utilizando-se de uma estrutura e de um patrimônio público, solicita ao Ministério Público Estadual, órgão competente para autorizar e fiscalizar Fundações, que realize uma investigação em relação a todas as fundações ligadas a Universidades e Faculdades Estaduais quanto à legalidade de tal situação, e ainda, para identificar a sua real natureza, pública ou privada, e se estas estão de alguma maneira gerando receitas ou patrimônio através da exploração de recursos e patrimônios públicos de forma indevida, fugindo assim das leis que protegem a Coisa Pública (Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Improbidade Administrativa, Lei de Licitações, etc.), bem como, da fiscalização por parte do Governo do Estado e do Tribunal de Contas.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES GERAIS DA CPI DAS UNIVERSIDADES

Os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades foram desenvolvidos dentro das competências e atribuições legais e regimentais desta Casa, visando resguardar o patrimônio público e a importância das Universidades e Faculdades Estaduais dentro do seio da sociedade.

Fato este demonstrado pelo grande interesse de toda comunidade paranaense e em especial daquelas cidades que abrigam tais instituições sobre o andamento das investigações.

Desde já essa Comissão presta a sua homenagem a todos aqueles que colaboraram com as investigações, e o seu mais profundo respeito para com estas nobres instituições. Mais do que investigar a CPI procurou fazer uma radiografia singela da situação das nossas Universidades e Faculdades Estaduais, com o intuito de alertar para as carências e promover discussões para sua melhoria.

Muitos fatos investigados refletem-se no dia a dia de milhares de pessoas, que têm como única chance de acesso ao ensino superior a existência de tais instituições.

Por isso, pela sua importância social devemos fortalecê-las, e antes de tudo, com muita responsabilidade e respeito.

Os processos que deram causa às ações promovidas no âmbito dos nossos trabalhos estão devidamente materializados e serão disponibilizados à sociedade e aos órgãos competentes para as medidas cabíveis.

Alguns ofícios de grande importância não foram respondidos, sendo anexados ao presente relatório para conhecimento do Ministério Público e suas providências, sendo eles: o ofício n.º 001/04, de 10.05.2004, enviado ao Secretário Estadual do Trabalho e Ação social, que trata de auditoria realizada pelo TCU referente a irregularidades na utilização de recursos do FAT, envolvendo professores e funcionários de Universidades Estaduais; os ofícios n.º 03/04, 06/04 e 07/04, enviados ao Presidente do Tribunal de Contas solicitando cópia de vários relatórios e impugnações de despesas referentes a Universidades e Faculdades estaduais. (docs. 26, 27, 28 e 29 deste relatório)

Pela grandiosidade e pelo número das instituições de ensino superior existentes no Estado do Paraná tomou-se como amostragem algumas destas instituições nestes relatórios, que longe de ser exaustiva, teve como principal foco a elaboração de recomendações específicas em cada caso e de recomendações gerais, que tendem a abranger todas as outras instituições, de forma a obter-se um efeito multiplicador dos seus resultados.

Do exposto, somos de opinião que o presente relatório devidamente formalizado está em condições de merecer a apreciação deste douto Parlamento.

É o relatório.

Curitiba-PR, 08 de dezembro de 2004.

(aa) Deputado MÁRIO SÉRGIO BRADOCK

Presidente

Deputado NEIVO ANTONIO BERALDIN

Relator

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2282

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei nº 281/2004, por dez (10) Sessões.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoio:

Nereu Moura, Elza Correia, José Maria Ferreira, Natálio Stica e Dobrandino da Silva.

REQUERIMENTO Nº 2273

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projeto aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2274

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações, pelo 20º aniversário de fundação da Associação dos Municípios do Médio Centro Oeste do Paraná - CANTUQUIRIGUAÇU, completados em data de 07 de agosto p.p., a ser comemorado no dia 16, do corrente mês, no Município de Laranjeiras do Sul/PR.

Requer ainda, que da decisão do Plenário seja dada ciência ao Sr. Sezar Augusto Bovino, Presidente da Associação, enviando correspondência à Rua Sete de Setembro, 2160, CEP: 85.301-070, Laranjeiras do Sul/PR.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Uma história de luta intransigente na defesa dos interesses maiores dos Municípios é a marca que simboliza o trabalho de duas décadas da Associação dos Municípios do Médio Centro Oeste do Paraná - Cantuquiriguaçu. Enaltecida deve ser a história de uma Associação cujos esforços sempre estiveram voltados à melhoria da qualidade de vida da população que habita esta região do nosso Estado.

Na verdade, o homem reside no Município, e é ali que ele escreve, através do dia-a-dia de muito esforço, a sua história e a da sua família. E quando os nossos pensamentos e as nossas metas estão voltados ao cidadão, principalmente às pessoas mais necessitadas, é justamente neste momento que o homem público e as instituições públicas conseguem cumprir, verdadeiramente, o papel social para o qual foram designados pela sociedade, através do voto.

As conquistas obtidas nesses 20 anos são inúmeras, onde os resultados só foram positivos pela união maior da entidade, independente das cores partidárias. Acima de Partidos ou de ideologias políticas, sempre imperou o bom senso e a vontade coletiva de trabalhar pelo crescimento econômico e social da região.

Muito já se fez nesses 20 anos; muito ainda existe para ser feito. Portanto, os desafios futuros serão maiores, mas, com absoluta certeza, a Cantuquiriguaçu, que é um exemplo de conquistas força e determinação, conseguirá superar as próximas barreiras.

Quando os ideais são nobres, a jornada fica facilitada. E o grande ideal dessa Associação é trabalhar de

forma incansável pelo homem, pelo nosso homem do Paraná, que merece de todos nós a mais alta estima e consideração.

Parabéns aos pioneiros da Cantuquiriguaçu!

Parabéns a todos que ajudaram e estão ajudando a escrever e a construir uma história de 20 anos de muito sucesso dessa Associação.

Quando nos recordamos do ontem e observamos o hoje, podemos vislumbrar um futuro altamente promissor para a Cantuquiriguaçu.

Mais uma vez, parabéns!

REQUERIMENTO Nº 2276

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações à Câmara Municipal de Almirante Tamandaré pela distinção de Cidadania Honorária, em boa hora conferida ao médico benemérito Diniz Mehl Andrusko, em Sessão Solene ocorrida no seu plenário, no último dia 10 de dezembro.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Formado em Medicina em 1958, professor de Clínica Médica da Universidade Federal do Paraná, médico do Trabalho, com clínica tradicional na Rua D. Westphalen, em Curitiba, clínico geral de fama na capital do Estado, o curitibano Dr. Diniz Mehl Andrusko notabilizou-se pelo seu trabalho social no Hospital e Maternidade de Almirante Tamandaré, onde desenvolveu extenso apoio à comunidade sobremaneira àquela mais carente. Notável também o seu trabalho em prol do ambulatório do Hospital de Clínicas, nas bancas examinadoras de Propedêutica Médica e no Conselho de Administração do Centro Cultural Brasil-Estados Unidos.

A Câmara Municipal no Município vizinho desta Capital está de parabéns em reconhecer os agradáveis méritos humanitários e profissionais do distinguido Dr. Andruski, que também é membro da Sociedade Brasileira de Higiene e da Associação Paranaense de Hospitais. Esta é a manifestação verbal e escrita deste Deputado, da Bancada do PMDB e do povo paranaense, representada pelos Anais desta egrégia Assembléia.

Seja este voto de congratulações encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré, Vereador Lourenço Alberto Buzatto e aos seus distinguidos Pares, à Rua Lourenço Angello Buzato, 670; bem como ao Diniz Mehl Andrusko, sua Sra. D. Lourdes Paulina Elias Andrusko, seus filhos Dayse e João Luiz e distinguida família, à Avenida Silva Jardim, 1240 - apto. 281 - Rebouças, CEP: 80.250-200, em Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 2286

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, votos de congratulações pela comemoração dos 70 anos de fundação, à Viação Garcia.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Londrina comemorou 70 anos de criação e a Viação Garcia também.

Em 1930 a Companhia de Terras Norte do Paraná criou um serviço de transporte gratuito para atender os colonos que chegavam em grande número em busca das riquezas anunciadas aos quatro cantos do mundo.

Depois de 2 anos a Companhia entregou a gerência do transporte para o mecânico Mathias Heim que em 1934 buscou um sócio que tivesse dinheiro, ou ao menos, soubesse dirigir um ônibus.

No dia 15 de janeiro de 1934 o mecânico espanhol Celso Garcia Cid entrou para a sociedade com o mecânico Mathias Heim. Juntos com um capital de 100 contos de réis fundaram a Companhia Rodoviária Heim & Garcia.

Em 1937 o alemão Mathias Heim deixa a sociedade e entra em cena o novo sócio José Garcia Villar que depois de ler um anúncio no jornal O Estado de São Paulo resolveu vender tudo que tinha, deixar a vida de colono e tentar vida nova nas terras vermelhas do norte do Paraná, já muito comentada no Estado de São Paulo.

Depois de observar e pesquisar a Companhia, anotar o número de passageiros transportados e o consumo de combustível, resolveu entrar para a sociedade. José Garcia Villar apresentou-se ao Sr. Celso Garcia Cid e como bons conterrâneos firmaram sociedade com a compra da metade da empresa que era do mecânico Mathias Heim, ao preço de 110 contos de réis.

O primeiro ônibus da Viação Garcia, a famosa Catita, fazia Jataizinho-Londrina, percorrendo o trecho de 25 quilômetros ao longo de um dia. Isso, se a Catita não atalhasse pelo caminho.

Ao longo de seus 70 anos a Viação Garcia tem levado pelas estradas do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, o que tem de mais moderno em termos de transporte coletivo, chegando nos dias de hoje a colocar à disposição o ônibus leito-cama, equipado com o que tem de mais moderno no Brasil para conforto dos passageiros.

Hoje a Viação Garcia tem na sua frota 540 ônibus que percorrem todo mês pelas estradas do Brasil 4 milhões e 700 mil quilômetros, transportando 1 milhão de passageiros por mês.

A Viação Garcia mantém em seus quadros 2.544 funcionários e para comemorar seus 70 anos a empresa adquiriu mais 70 modernos ônibus, com investimentos de 25 milhões de reais.

Por tudo isso a Viação Garcia foi apontada em pesquisa pelo Instituto Brasileiro de Pesquisas Sócio-

Econômicas como a empresa de ônibus mais lembrada, sendo citada por 87,2% dos entrevistados.

REQUERIMENTO Nº 2293

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER, ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação, nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de congratulações especiais ao Padre Saletino Anacleto Ortigara pela passagem de seus 50 anos de vida sacerdotal, comemorada no último dia 08 de dezembro, junto ao santuário de Nossa Senhora da Salete, nesta Capital do Estado, onde atualmente exerce as funções de pároco.

A Assembléia Legislativa do Paraná, se assim entenderem seus nobres Pares, por este Deputado, associa-se às homenagens que são prestadas pelos confrades, familiares e amigos ao ilustre sacerdote - um dos mais proeminentes da congregação saletina, de vida profícua e de trabalho fecundo como professor, redator, promotor vocacional, orientador espiritual e escritor de mais de 20 livros sobre formação humana e liderança cristã.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado proponente, requer seja dado ciência da mesma, com a expressão das efusivas congratulações pela data comemorativa, ao padre a ser homenageado, via correspondência a ser encaminhada ao Santuário Nossa Senhora da Salete, à Rua Lange Morretes, 19 - CEP: 82.520-530 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2280

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sutana & Cia Ltda.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2281

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Joaquim Gil.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2283

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor a Gorrei Pneus.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2277

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. Diretor-Geral do DER, Rogério Wallbach Tizzot, solicitando estudos necessários para colocação de lombadas entre os dois trevos existentes no Bairro Imaribo, localizado na PR-158, Município de Coronel Vivida.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Ilmo. Sr. Fernando Gugik, no Município de Coronel Vivida.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação é oportuna devido aos graves acidentes que ocorrem naquela região, envolvendo inclusive crianças, como aconteceu recentemente, quando um menor veio a falecer. É um local de grande movimento tanto de pedestres como de veículos, que desenvolvem grande velocidade por não ter qualquer obstáculo para proteger os transeuntes, sendo que a colocação de lombadas viria a prevenir problemas futuros.

REQUERIMENTO Nº 2279

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Presidente da SANEPAR, solicitando ligação de água na localidade conhecida como Chácara Esperança, no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

A Chácara Esperança, localizada às margens da Rodovia Mábio Gonçalves Palhano, possui quinze famílias que não possuem condições de fazer a ligação da água para abastecer suas residências.

A SANEPAR orçou em R\$ 7.000,00 (sete mil reais) o serviço para ligar a água da rotatória do Condomínio Alphaville ou do Condomínio Terras de Santana até a Chácara Esperança - uma distância de 500 metros, os moradores que sofrem com a falta d'água, principal-

mente em períodos de seca, têm necessidade de receber o serviço.

REQUERIMENTO Nº 2285

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Antonio Delazari, solicitando informações sobre quanto o Governo Federal repassou ao Estado do Paraná, através do Sistema Único de Segurança Pública-SUSP, nos anos de 2003 e 2004, e onde foram investidos esses recursos.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2296

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, com base no Decreto nº 253 de 29 de janeiro de 2003, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando informações referentes à aplicação de recursos oriundos do Governo Federal nos anos de 2000, 2001 e 2002:

- Qual o montante de recursos recebidos;
- Como foram aplicados os recursos recebidos.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 2290

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, SOLICITA, ao Sr. Governador que conceda uma oportunidade às micro e pequenas empresas deste Estado, ampliando-lhes o prazo para entrega das respectivas Declarações Fisco Contábeis - DFC de 2003, haja vista as dificuldades enfrentadas pelos micro e pequenos empresários, não só aquelas de ordem financeira como também aquelas de natureza burocrática e formal, decorrentes da legislação tributária.

Além da ampliação do prazo solicitada, pede ainda seja a mesma acompanhada de divulgação ostensiva e objetiva quanto às consequências decorrentes do desengrandamento do "SIMPLES", em especial no que respeita à perda da isenção tributária para este importante segmento econômico, instrumento gerador de emprego e renda no Estado.

Sala das Sessões, em 14.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2294

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto

Requião, solicitando a prestação de informações sobre o veículo Placa ALP-4068, conforme segue:

01 - Quais as razões que levaram o veículo Parati, Placa ALP 4068, cor branca, estar estacionado em frente ao Hotel Blue Tree Park, em Brasília-DF, no dia 21 de dezembro de 2004, data em que se realizava a Convenção Nacional do PMDB?

02 - Quem era o condutor do veículo?

03 - Este veículo estava à disposição de que órgão do Governo do Estado?

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 489/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Município de Assaí, transferido da área de abrangência do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Saúde de Cornélio Procópio para o Núcleo Regional da Secretaria da Saúde de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Assaí é atendido pelo sistema de transporte coletivo da Região Metropolitana de Londrina, o que facilita o deslocamento de sua população à sede do Município de Londrina.

Atualmente, o Município de Assaí faz parte da área de abrangência do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Saúde de Cornélio Procópio, o que dificulta enormemente a locomoção da população ao núcleo regional, quando necessitam de atendimentos médicos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 491/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Sociedade Princesina de Ciências Astronômicas - S.P.C.A., com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Campesina de Ciências Astronômicas - S.P.C.A., com sede e foro no Município de Ponta Grossa-PR, entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivos divulgar a astronomia em forma de palestras, cursos de conhecimento da Ciência Astronômica, confecção de materiais didáticos, observação do céu com telescópios, visitas a observatórios e planetários, auxílio em feiras de ciências, entre outros.

A iniciativa se justifica tendo em vista os relevantes serviços prestados pela entidade à comunidade científica e estudantil do Município, conforme se pode verificar nas Atas e relatórios de atividades juntados ao projeto, bem como preenche todos os requisitos formais e legais conforme em anexo.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos e para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 492/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Gente Inocente, Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Dom Afonso, 1873, em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social.

A Creche Gente Inocente, tem por objetivo a integração da criança carente na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 493/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Acrescenta ao inciso III do artigo 14 da Lei nº 11.580/96, em ordem seqüente, alínea com a seguinte redação: "água de coco envazada".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A fixação da alíquota em 7% (sete por cento), (hoje 18%) visa incentivar no Estado o plantio de coco e a instalação aqui de indústria produtora de água de coco envazada, o que poderá se constituir em mais de uma fonte de renda para a população das regiões mais pobres do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 494/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica expressamente proibida a comercialização em todo o Estado do Paraná, de tintas em recipiente de "spray", para menores de 18 (dezoito) anos.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da publicação desta lei, ficará também proibida a sua comercialização para quaisquer pessoas, independentemente da faixa etária, desde que o produto contenha o gás clorofluorcarbono (CFC) na sua formulação.

Art. 2º - O Governo do Estado do Paraná, promoverá ações permanentes de controle, vigilância e fiscalização aos estabelecimentos que comercializarem esses produtos, registrando em talonário, obrigatoriamente, o nome legível do comprador, endereço (comprovado por recibo de água, luz ou similar), filiação, número do documento de identidade, CIC, CGC, se for para estabelecimento comercial, a quantidade do produto adquirido, sua finalidade, número de nota fiscal emitida, data e assinatura do comprador.

Art. 3º - O estabelecimento comercial deverá providenciar talonário, que será composto de folhas descartáveis, de forma legível e em cores contrastes, de "via única" numeradas e impressas tipograficamente, com a seguinte inscrição: VENDA PROIBIDA A MENORES DE 18 (Dezoito) ANOS".

Art. 4º - Os estabelecimentos comerciais deverão arquivar o talonário após terem sido preenchidas todas suas folhas, ficando à disposição da autoridade competente pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art. 5º - O estabelecimento comercial que descumprir a presente lei, sofrerá as seguintes penalidades:

I - Multa de 500 UFIRs;

II - Suspensão do alvará de funcionamento por 60 (sessenta) dias;

III - Cassação do alvará de funcionamento.

§ 1º - A aplicação de multa não excluirá outras penalidades a que o infrator estiver sujeito.

§ 2º - Na reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura objetiva proteger o patrimônio público dos pichadores que vêm emporcalhando nossos obeliscos, bem como milhares de propriedades particulares.

Com essa ação, esses vândalos estão prejudicando nossas cidades, causando uma poluição visual que prejudica o nosso turismo.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares ao presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 495/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É livre a criação e reprodução de cães de quaisquer raças em todo o território paranaense.

Parágrafo Único - Desde que obedeçam às normas de segurança e contenção estabelecidas nesta lei, os cães poderão transitar em logradouros públicos independentemente de horário.

Art. 2º - Os cães de qualquer origem, raça e idade serão vacinados contra raiva, leptospirose e hepatite.

1) A vacinação será feita sob a supervisão de médico veterinário, que emitirá o respectivo atestado;

2) O atestado de vacinação anti-rábica deve conter dados identificadores do animal, bem como dados sobre a vacina, data e local em que foi processada, sua origem, nome do fabricante, número da partida, validade, doses e via de aplicação.

3) O descumprimento das normas deste artigo sujeita os responsáveis à multa de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por dia de descumprimento, ficando o animal sujeito à apreensão pelo poder público;

4) Se quem descumpre a norma é criador ou comerciante de cães, a multa do parágrafo anterior se aplica em dobro.

Art. 3º - Por ocasião da vacinação o médico veterinário realizará avaliação do animal, levando em conta raça, porte, comportamento, declarando seu grau de periculosidade.

Parágrafo Único - A avaliação referida no *caput* será realizada de acordo com as normas de procedimento médico-veterinário, estabelecidas pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária ou órgão que o suceda.

Art. 4º - O cão, de qualquer raça, que for considerado perigoso na avaliação referida no artigo anterior estará sujeito às seguintes medidas:

I - realização de adestramento adequado, obrigatório;

II - condução em locais públicos ou veículos apenas com a utilização de equipamento de contenção, como guias curtas, coleira com enforcador, caixas especiais para transporte e uso de tranquilizantes, quando necessário;

III - guarda em condições adequadas à contenção do animal, sob estrita vigilância do responsável, de modo a tornar impossível a evasão;

IV - identificação eletrônica individual e definitiva, por meio de microchip projetado especialmente para uso animal, inserido subcutaneamente na base do pescoço, na linha média dorsal, entre as escápulas, por profissional credenciado pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, obedecendo às seguintes especificações:

a) codificação pré-programada de fábrica e não sujeita a alterações de nenhuma ordem;

b) isenção de substâncias tóxicas e uso de material esterilizado desde o fabrico, com prazo de validade indicado;

c) encapsulamento e dimensões que garantam a biocompatibilidade e a não migração;

d) decodificação por dispositivo de leitura, que permita a visualização dos códigos do artefato.

Art. 5º - A identificação eletrônica do artigo anterior servirá para a criação e manutenção do Cadastro Estadual de Cães Perigosos, a ser mantido pelas entidades cinófilas estaduais.

Parágrafo Único - O cadastro conterá os dados de identificação do cão perigoso e de seu proprietário, bem como os dados individualizadores de identificação eletrônica e o registro de controle da vacinação anti-rábica anual.

Art. 6º - O criador, proprietário ou responsável pela guarda do animal responde civil e penalmente pelos danos físicos e materiais decorrentes de agressão dos animais a qualquer pessoa, seres vivos ou bens de terceiros.

1) O disposto no *caput* não se aplica se a agressão se der em decorrência de invasão ilícita da propriedade que o cão esteja guardando ou se for realizada em legítima defesa de seu condutor.

2) Nos locais em que for necessário, haverá, exposta, em local visível, placa de advertência da presença de animal feroz.

3) Quando o cão for de uso da Polícia Militar ou de órgãos de segurança pública, se sujeitará às normas

próprias dessas corporações, ressalvados os casos de abuso.

Art. 7º - Se o cão agredir uma pessoa, será imediatamente recolhido e mandado à reavaliação pelo médico-veterinário, que, após observação, emitirá parecer sobre o possível desvio de comportamento.

1) Havendo parecer pela impossibilidade de manutenção do cão no convívio social sem risco para outras pessoas, o veterinário poderá emitir parecer recomendando o sacrifício do cão agressor, a ser realizado também por médico veterinário, após a devida sedação.

2) O parecer pela eliminação do animal também poderá ser dado se houver reincidência em agressão ou sua comprovada habitualidade.

Art. 8º - Havendo o parecer referido no artigo anterior e com ele não concordando o proprietário do animal, poderá a questão ser submetida ao Juizado Especial Cível, em ação própria.

Parágrafo Único - No curso do processo, o juiz poderá determinar o recolhimento do animal em estabelecimento apropriado, às expensas do proprietário.

Art. 9º - É vedada a veiculação, por qualquer meio, de propagandas, anúncios ou textos que realcem a ferocidade de cães de quaisquer raças, bem como a associação dessas raças com imagens de violência.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A presente propositura tem por finalidade prevenir novos acidentes no Estado do Paraná, quando a população em geral sofreu ataques dos cães, sofrendo lesões que às vezes chegaram a óbito.

Com a legislação pretendemos estabelecer as normas de segurança necessárias que venham a garantir o bem-estar de toda população paranaense.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares, ao presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Com a palavra no Pequeno Expediente o Deputado Traiano, por cinco minutos.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nosso visitantes que neste dia vêm prestigiar a Sessão deste Legislativo.

O motivo que me move a estar aqui nesta tarde, é emblemático, é gestual, é a marca que a história registra por um instante que se eterniza. O motivo de estar aqui nesta tribuna, Srs. Deputados, é uma foto, o registro desta

foto merece um nome: o milagre da revolução genética na política paranaense.

Disse o poeta que não se pode culpar o espelho quebrado por vermos nosso rosto torto. O que o poeta quis dizer por rosto torto, Srs. Deputados, Sras. Deputadas? É a nossa fisionomia, diferente, não habitual, às vezes tristes e enigmática. Não é o caso da foto em questão, onde os paranaenses estão fazendo uma leitura e muitas interrogações neste momento.

Os paranaenses estão se questionando sobre as modificações genéticas da incoerência na política deste Estado.

A semente modificada do “faço o que eu faço, mas não façam o que eu faço”.

Uma foto, um gesto, um momento, uma imagem, um sorriso, um afastamento, um rompimento. Mais que uma foto, um comportamento. Mais que um comportamento, um pedágio sobre o caráter. Se caráter custa caro, pago o preço. E todos os senhores têm lembrança de quem usava essa frase aos paranaenses, quando denunciava, de uma forma arrogante, qualquer insinuação de casos que pudessem comprometer este Estado. Quem usava essa frase? O Governador Roberto Requião de Melo e Silva!

Se caráter custa caro deve-se pagar o preço. Mais que uma foto, uma prática, mais que uma prática, uma sentença. Uma sentença contra o verbo daquele que, durante toda a sua história política usou-o para maltratar, diminuir as pessoas neste Estado. De um governador que se eterniza com a marca registrada de alguém que usa o verbo com muita eloquência para marginalizar todos os políticos deste Estado, sem nenhuma referência a qualquer nome que possa ter se destacado neste País. Coloca, na prática comum do seu discurso, quase todos os políticos deste Estado na mesma vala comum. Usando de um dom que Deus lhe deu como bom orador usa do verbo para marginalizar a grande maioria dos políticos deste Estado.

Quero fazer um registro histórico nesta tarde, porque o Brasil inteiro viu pela mídia escrita, pela televisão, a imagem que estremeceu a tudo e a todos.

Quem diria, Deputado Fernando Ribas Carli, Deputado Elio Rusch, veremos o homem que denunciou Orestes Quércia neste País, que o crucificou como um grande marginal da vida pública brasileira, desfilar abraçado, cantando o hino, não sei se era o hino nacional, mas um hino de glória, de louvor, lá em São Paulo, na convenção do PMDB? O nosso Governador Roberto Requião de mãos dadas com o o ex-Governador Orestes Quércia!

O SR. ANTONIO ANIBELLI

A convenção foi em Brasília e o PMDB estava unido.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Não importa o local, com todo respeito a V. Exa., se foi em Brasília ou em São Paulo. O que nos chama a

atenção, na verdade, é essa mudança de comportamento ético, moral de alguém que sempre carregou como maior bagagem...

O SR. ANTONIO ANIBELLI

V. Exa. é do PSDB do Mário Covas, que...

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, gostaria que me assegurasse a palavra porque eu não concedi o aparte.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

V. Exa. é do PSDB, que é um Partido sério, correto, acho que as pessoas mudam, V. Exa. foi para o PSDB do Mário Covas, do...

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Vamos respeitar a palavra, Deputado Anibelli!

(**Deputado Antonio Anibelli continua falando**)

Deputado Anibelli! Não é possível, Deputado Anibelli!

O SR. ADEMAR TRAIANO

Gostaria que me assegurasse a palavra, Sr. Presidente e o meu tempo que fosse descontado porque não permiti o aparte.

Com muita alegria pertencço ao PSDB de Mário Covas, a maior referência moral deste País, o que não ocorre com o Governador Roberto Requião que, lamentavelmente...

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Mostre para o Plenário...

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Deputado Traiano, para esclarecer: cinco minutos para o Horário do PSDB, Deputado Anibelli!

O SR. ANTONIO ANIBELLI

V. Exa. na Presidência estava de costas para o Plenário e não estava contando o tempo do...

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Não houve aparte, não houve concessão de aparte, V. Exa....

O SR. ANTONIO ANIBELLI

V. Exa. não podia estar de costas para o Plenário e deixar o tempo correr! V. Exa. está favorecendo o orador que está falando mal do Governador! Não admito de V. Exa. isso também!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Deputado Anibelli, a livre expressão existe. É o Horário do PSDB! Respeite os outros Deputados e o Plenário que está com muita gente! O Senhor deveria respeitar a comunidade parlamentar aqui!

O SR. ANTONIO ANIBELLI

V. Exa. estava de costas para o Plenário! V. Exa. não pode presidir de costas para o Plenário!

V. Exa. tem que respeitar os Pares aqui!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Deputado Anibelli! Calma, o senhor terá o seu tempo!

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Calma não senhor! V. Exa. está dando tempo para o Deputado Traiano, porque ele está falando mal do Requião! Até parece que V. Exa. quanto senta, não é Presidente do PT! V. Exa. é Vice-Presidente, graças a Deus, até amanhã, porque daí V. Exa. não será mais, porque V. Exa. não está sendo correto na Presidência desta Casa!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Não se preocupe, Deputado Anibelli!

O SR. ELIO RUSCH

Não pode falar mal do Governador na Assembléia!

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Pode falar, mas de um homem sério como Requião, é pouca gente. O Deputado Traiano do PSDB que era do Mário Covas uma dignidade deste país! V. Exa. é que mudou!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Deputado Anibelli, não há uma Questão de Ordem, Anibelli!

O SR. ANTONIO ANIBELLI

V. Exa. saiu do lado do PSDB do Mário Covas! José Richa e Mário Covas é que devem estar de costas no caixão, de vergonha!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Companheiros Deputados.

Todos sabem que esta Presidência, conforme diz o Regimento, concedeu cinco minutos ao Deputado Traiano; depois, o Deputado Traiano solicitou o Horário do PSDB que lhe é pertinente, já que V. Exa. é, inclusive, o líder do PSDB, portanto, mais cinco minutos contados, não cedeu o aparte. Assim, não procede, Deputado Anibelli.

Então, vamos ser serenos porque teremos uma pauta longa, projetos importantes serão votados nesta Casa. Portanto, serenidade faz muito bem.

Nós restauraremos o tempo ao Deputado Traiano. Há uma Questão de Ordem do Deputado Nereu Moura e nós restauraremos o seu tempo. Está paralisado o tempo e nas Questões de Ordem vamos ver se citamos o Regimento, porque quando o Deputado não cede aparte não é permitido a interrupção da fala do orador, independente do conteúdo das críticas.

O SR. NEREU MOURA (Questão de Ordem)

O Presidente da Casa não pode bater boca com nenhum Parlamentar, em tempo e hipótese alguma.

É evidente que o Deputado Traiano, usando a palavra, tem todo direito e liberdade de falar o que imagina e o que deve falar. O PMDB vai ter o seu tempo de fazer a defesa do Governo Requião. Agora, o Presidente é que não pode bater boca com nenhum Parlamentar, apenas e tão somente tem que se ater ao Regimento da Casa para esclarecê-lo e para decidir sobre alguma Questão de Ordem que for levantada.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Como não foi apresentada Questão Ordem, não levaremos em consideração essa fala do Deputado Nereu Moura!

O SR. VALDIR ROSSONI

Questão de Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Não acredito no que estou vendo! O 1º Secretário chamando a atenção de V. Exa., que tem toda autoridade para manter a ordem e o Regimento Interno! Quero me solidarizar com V. Exa. e peço que V. Exa., por mais poderoso que seja o 1º Secretário, ele não tem autoridade para estar chamando a atenção do Presidente desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Deputado Rossoni, já não consideramos a questão de ordem, não consideraremos também a sua, e vamos restabelecer a palavra.

O SR. NEREU MOURA

O Deputado Rossoni tem que cuidar do seu nariz, porque do meu, eu cuido.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Srs. Deputados, gostaria de solicitar prudência, não há questão de ordem. Decoro. É atribuição da Presidência manter o equilíbrio. Portanto, solicito aos Srs. Deputados equilíbrio e moderação.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, eu fui ofendido!

Se o senhor considerar ofensa o que o 1º Secretário disse aqui, gostaria de dizer apenas que, quem não tem argumento, parte para a agressão.

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, o Deputado Rossoni no arauto do dono da verdade, vem quere aqui jogar V. Exa. contra a minha pessoa! E isto ele não vai fazer, porque eu fiz uma questão de ordem, sugerindo que o Regimento Interno desta Casa seja cumprido. E não vou aceitar que nem o Deputado Rossoni venha querer dar lição de moral em ninguém nesta Casa, principalmente à minha pessoa!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Não há questão de ordem a ser resolvida. Vou restabelecer a palavra ao Deputado Traiano e solicitar aos Deputados que se respeitem.

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, pela ordem.

É para colaborar com V. Exa. que está sofrendo uma certa apreensão pelos Deputados, e pedir aos Deputados também que passem esse momento, que estamos verificando aqui a galeria lotada. Em respeito à população presente, vamos manter a ordem.

V. Exa. acalme os nervos da rapaziada.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Esta Mesa tem serenidade e tranquilidade para ouvir e encaminhar.

Deputado Traiano, com a palavra por três minutos.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Já lhe dou um aparte, Deputado Rossoni.

Apenas para fazer aqui uma breve consideração, Srs. Deputados.

Vivemos no Governo passado, presenciamos aqui, críticas de toda ordem ao ex-Governador, e nós de forma democrática, recebíamos as críticas com a maior naturalidade possível. Agora, não podemos vir à tribuna, Deputado Carli, fazer aqui uma crítica de uma matéria que foi, toda ela, fruto de uma repercussão nacional, ao Governador Requião, pela mudança de postura, que se cria uma situação constrangedora por parte dos Deputados que defendem o Governador Roberto Requião.

Gostaria, Deputado Anibelli, com todo respeito que tenho a V. Exa., um Parlamentar que tem aqui já seis mandatos, já foi Deputado Federal, quero lhe dizer que me orgulho de estar no PSDB de Mário Covas, porque ele é um símbolo, é uma referência nacional.

E quero crer que quem deve estar se remexendo no caixão, neste momento, com certeza, com sentimento de profunda dor, de vergonha, é o nosso símbolo maior da política brasileira, Ulysses Guimarães, ao ver seu companheiro Roberto Requião abraçado com o Quércia! Enquanto que ao longo do tempo, o maior crítico do Quércia, estabeleceu no Brasil o Disk-Quércia foi o Roberto Requião.

Por isso não quero concordar com V. Exa. pela postura, porque quero crer que este tribuna é livre. Temos que usar desta tribuna, para fazer dela o grande fórum dos fatos e acontecimentos deste Estado. Concedo-lhe um aparte, sim, e concedo ao Valdir Rossoni, já que o assunto é palpitante.

O Sr. Antonio Anibelli

Elogiei o PSDB, partido que fui fundador junto com o Fernando Henrique, junto com o Richa, junto com o Mário Covas. É um orgulho ter pertencido ao PSDB. V.

Exa. veio depois, vindo na esteira de pessoas da dignidade desses homens, que tanto fizeram. Eles brigaram com o PMDB. O Ulysses Guimarães, o cavaleiro da esperança, o Quércia, o Requião foram Governadores, homens que fizeram a democracia. O Quércia foi Vereador, Prefeito de Campinas, Vice-Governador e Governador de São Paulo, Senador da República, Presidente do PMDB do Estado de São Paulo. Você briga internamente no partido, mas depois se está junto às nossas teses; às vezes, são derrotadas dentro da nossa Bancada. Não quis criticar V. Exa.

Como o Requião está com o Quércia, V. Exa. veio com o PSDB, esse Partido que foi o orgulho do tempo em que estive, ao lado de homens do gabarito e do mérito que tiveram neste País, neste nosso Brasil. Quero cumprimentá-lo por estar no PSDB. V. Exa. saiu de Partidos e hoje V. Exa. cresceu no meu conceito, por estar no PSDB, ao lado de companheiros da dignidade do Presidente, de nosso Beto Richa que se elegeu Prefeito de Curitiba, um homem de dignidade, de uma história, de um passado, do seu pai e da sua mãe, que orgulham a tradição do nosso MDB, velho de guerra.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Agradeço o aparte do Deputado Anibelli e pela referência que faz ao meu nome. Não posso conceber, com todo o respeito acho que o Quércia tem a sua história, foi Governador, Prefeito, o Requião tem a sua história, o Quércia foi taxado como o maior corrupto deste País pelo Governador Roberto Requião! Ora, pelo amor de Deus! Comportamento e postura são coisas que temos que preservar! Por isso, não posso conceber esta mudança de postura, de comportamento, do Governador Roberto Requião, ele que é o cavaleiro da esperança e da moralidade neste País.

Não há como conceber isso. Esta mudança é a transgenia da política da política paranaense. É a mudança genética, Deputado Rossoni, da política paranaense. Nós só não estamos enxergando aqui e não estamos vendo neste momento outras coisas, mas estamos vendo aquilo que eu não esperava ver neste Estado, o Requião abraçado com o Quércia!

Para concluir, Presidente, vou dar o tempo que me resta ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Não é possível.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Para conclusão, o Valdir Rossoni usa o meu espaço de um minuto apenas.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu exigi respeito a V. Exa. e lhe dou o respeito.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção.

Fico realmente feliz por ter trazido aqui um assunto que se transformou numa grande polêmica neste Estado e que ainda vai dar muitos dividendos no futuro. Com certeza o Governador Requião vai buscar o seu espaço na política. Essa matéria há de pesar fortemente nas discussões, como pesou e vai pesar o pedágio, a soja transgênica.

Enfim, há muita coisa para se colocar, do Governador.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde para fazer um registro que considero da maior importância.

No dia 11 do corrente mês o Congresso Nacional, em Sessão Solene, fez homenagem às APAE's do Brasil, esta que é a maior instituição de organização civil não governamental e com certeza uma das instituições mais respeitadas do nosso País e que goza da nossa população brasileira, paranaense, do maior respeito, carinho e sentido de devoção desses nossos companheiros e amigos apaeanos, que atuam no dia-a-dia de famílias carentes, que precisam da mão estendida do próximo. Não foi só o Congresso Nacional.

Na minha cidade de Ivaiporã tivemos, há 36 anos atrás, instituída a segunda APAE no Paraná, comemorou também a sua data de fundação. E nós não podemos falar em APAE sem falarmos, por exemplo, em Justino Alves Pereira, que foi não só um dos fundadores da APAE de Ivaiporã, mas foi um dos co-fundadores da APAE do Rio de Janeiro, da APAE de Curitiba e da APAE de Londrina, enfim, de tantas outras instituições que merecem o respeito e a dignidade. Aqui fica o registro dessa grande instituição que comemorou no dia 11 de dezembro, o seu cinquentenário. Que possamos estar apoiando, a partir da Assembléia Legislativa, a partir de todos os Órgãos do Estado do Paraná e da sociedade, as instituições que prestam um serviço ímpar à nossa sociedade.

Também uso deste espaço que me é concedido regimentalmente para fazer um registro do aniversário de Londrina, nossa cidade pólo, nossa cidade vizinha, sede da Região Metropolitana de Londrina, que no último dia 10 completou os seus 70 anos de emancipação política. Uma cidade vigorosa, uma cidade com quase um milhão de habitantes, uma cidade pujante e que representa a Capital Política do Norte do Estado. E daqui tenho certeza que se somam comigo nesta manifestação a Deputada Elza Correia, Deputado-Presidente neste momento, André Vargas, Deputado Barbosa Neto, Deputado Durval Amaral que, como eu, somos vizinhos da cidade de Londrina e pertencemos à mesma Região Metropolitana.

E nesses 70 anos de história de emancipação política de Londrina, onde surgiram lideranças expressi-

vas para nosso Estado e para o Brasil, também tem uma instituição privada que representa o pioneirismo, representa a coragem, a determinação, a disposição de ir avante e quebrar todas as barreiras e obstáculos que o pioneirismo precisa e tem que fazer.

E peço licença, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para ler um texto, porque nessa história de 70 anos de Londrina, insere-se a história da Viação Garcia. Ao longo da história política e econômica, nós estamos vendo que das empresas de transporte do Estado do Paraná, está sobrando apenas uma genuinamente paranaense, porque nas demais o controle não é mais detido pelas empresas paranaenses. (Lê):

“Em 1930 a Companhia de Terras do Norte do Paraná criou um serviço de transporte gratuito para tender os colonos que chegavam em grande número em busca das riquezas anunciadas aos quatro cantos do Mundo. Depois de dois anos a Companhia entregou a gerência do transporte para o mecânico Mathias Heim, que em 1934 buscou um sócio que tivesse dinheiro ou ao menos soubesse dirigir um ônibus - coisa rara naquela época.

No dia 15 de janeiro de 1934 o mecânico espanhol Celso Garcia Cid entrou para a sociedade com o mecânico Mathias Heim. Juntos com um capital de cem contos de réis, fundaram a Companhia Rodoviária Heim & Garcia. Em 1937 o alemão Mathias Heim deixa a sociedade e entra em cena o novo sócio José Garcia Villar, que depois de ler um anúncio no jornal O Estado de São Paulo, resolveu vender tudo o que tinha, deixar a vida de colono e tentar vida nova nas terras vermelhas do Norte do Paraná, já muito comentada no Estado de São Paulo. Depois de observar e pesquisar a Companhia, anotar o número de passageiros transportados e o consumo de combustível, resolveu entrar para a sociedade. José Garcia Villar se apresentou ao Sr. Celso Garcia Cid e, como bons contrerrâneos, firmaram a sociedade com a compra da metade da empresa que era do mecânico Mathias Heim, ao preço de cento e dez contos de réis.

O primeiro ônibus da viação Garcia, a famosa Catita, fazia a linha Jataizinho/Londrina. E por que Jataizinho? Porque nós tínhamos uma barreira natural quase que intransponível para o progresso, além das margens do Rio Tibagi, que era o próprio Rio Tibagi, onde nós tínhamos, além da barreira, uma barreira sanitária, que era a maleita e a malária, muito presente naquela região.

Ao longo de seus setenta anos a Viação Garcia tem levado pelas estradas do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso o que tem de mais moderno em termos de transporte coletivo, chegando nos dias de hoje a colocar à disposição no Brasil para o conforto dos passageiros.

Hoje a viação Garcia tem na sua frota 540 ônibus que percorrem todo mês pelas estradas do Brasil quatro milhões e setecentos mil quilômetros, transportando um milhão de passageiros por mês. A viação Garcia mantém em seus quadros dois mil, quinhentos e quarenta e quatro funcionários e para comemorar os seus setenta anos

adquiriu mais, setenta modernos ônibus com investimento de vinte e cinco milhões de reais. Por tudo isso, a Viação Garcia foi apontada em pesquisa, pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Socioeconômicas com a empresa de ônibus mais lembrada, sendo citada por 87,2% dos entrevistados.”

Esta é uma empresa que orgulha o Paraná, e eu tenho também a satisfação, Deputado Luiz Carlos Martins, de fazer o registro, porque é esse empreendedorismo, essas iniciativas, esse arrojo que formaram o Paraná de hoje. E nós esperamos que as nossas empresas continuem sendo paranaenses e que a partir desta Assembléia Legislativa possamos ter regulamentações definitivas para o transporte coletivo intermunicipal e interestadual e com isso possamos assegurar investimentos expressivos na melhoria do transporte, na melhoria do atendimento à nossa população paranaense.

Muito obrigado, Sr. Presidente André Vargas, pelo momento e os instantes que me permite além do tempo, e aqui fica o nosso registro.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Registro sempre importante da nossa querida cidade de Londrina; não somos seus filhos mas ela nos adotou.

Com a palavra, o Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A imprensa de hoje mostra a desistência, por parte do Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, do Sistema Único de Segurança Pública, adotado pelo Governo Federal como uma forma de unificar as polícias no nosso País. O Sr. Luiz Fernando Delazari, na contramão da maioria dos Estados da Federação, abre mão de participar do SUSP e ainda sai atirando contra o Governo Federal, dizendo que o Paraná não aceita esmolas por parte do Governo Lula! Esse mesmo Secretário que até há pouco tempo atrás elogiava a unificação das polícias como sendo a panacéia para a resolução de boa parte dos problemas de segurança pública, é o mesmo que agora desdenha de três milhões e meio de reais, dizendo que o Governo Federal não está repassando os valores devidos ao Paraná.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, a própria versão do Ministério da Justiça é contrária à afirmação do Secretário Delazari, dizendo que foram repassados 22 milhões de reais no ano passado para o Governo do Paraná. Quem está com a razão? O Secretário Delazari, considerado pela imprensa como Menino Maluquinho ou Roberto Carlos, como ele mesmo se auto-intitula em reuniões oficiais?

Vale lembrar que foi pela incompetência deste, Delegado Bradock, que não conseguimos prender aqui no Paraná aquele maníaco que matou mais de 15 crianças, algumas delas aqui no Estado do Paraná e algumas no Rio Grande do Sul, no verão passado. E foi justamente por não estar com seu sistema interligado a uma Central Nacional de Dados que deixamos escapar, pelos vãos dos

dedos, mais esse maníaco sexual que poderia ter evitado, inclusive, não fosse a incompetência do Sr. Secretário, a morte de jovens inocentes.

E mais uma vez ele sai atirando, prefere este estilo do seu professor, mas na verdade ele é um aprendiz de feiteiro que ainda não saiu da sua pueril condição de Secretário. Ele, infelizmente, teria inclusive assumido um compromisso com esta Assembléia Legislativa de vir aqui dar explicações aos Deputados, até aos da própria Situação, e cancelou a visita que faria esta manhã à Assembléia Legislativa.

A pergunta que fica no ar é: quem está falando a verdade? É o Governo Federal que é parceiro do Governo Roberto Requião, ou o Secretário menino maluquinho, que diz que não aceita esmolas, que abriu mão dos 3 milhões e meio de reais e que sai atirando e criticando o Governo Federal?

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, queria pedir ao Deputado Barbosa Neto...

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Deputado, é com a Mesa, a Mesa resolve a Questão de Ordem, não é o Deputado Barbosa Neto.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, a Mesa está cumprindo o regulamento como deve, a partir de então.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

O Deputado Barbosa Neto está falando, ele não tem como ceder aparte neste momento.

O SR. NATÁLIO STICA

Não, Sr. Presidente, estou me posicionando com a Mesa só que estou citando que é o Barbosa Neto que está usando a tribuna.

Quero pedir ao Deputado Barbosa Neto, na compreensão que lhe é peculiar e pela educação que eu sei que tem, conheço-o aqui, para não mais pronunciar o termo Menino Maluquinho, por se tratar de um Secretário de Estado e que V. Exa., como Presidente, mande retirar das notas taquigráficas a expressão Menino Maluquinho.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Não é uma Questão de Ordem, há liberdade de expressão. Se o Deputado Barbosa Neto acolher a solicitação, será retirado das notas taquigráficas.

O Sr. acolhe ou não, Deputado Barbosa Neto?

O SR. BARBOSA NETO

Eu gostaria de dizer aqui que esse Secretário é que tem que dizer como é que ele gostaria de ser chamado. A imprensa o trata de menino maluquinho, ele se auto-intitula de Roberto Carlos, no Rio de Janeiro.

Eu estou com a palavra assegurada aqui, já vou encerrar, Sr. Presidente e gostaria de fazer aqui uma colocação à Mesa: no momento que nós estamos utilizando um expediente regimental em que não cabe aparte, não há nenhuma Questão de Ordem a ser levantada e nós, inclusive, perdemos o nosso raciocínio, não podemos concluir aquilo que estávamos falando. Poderiam esperar o término do nosso pronunciamento para aí, sim, poder justificar e até mesmo utilizar o tempo das Lideranças para poder nos questionar e atacar as nossas afirmações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Eu é que agradeço a compreensão do Deputado Barbosa Neto.

Com a palavra o Deputado Natálio Stica, no Pequeno Expediente.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes que hoje ocupam as galerias.

No ano de 2003, quando assumi como Deputado Estadual, por ser oriundo da PETROBRAS fiz uma gestão junto à essa empresa, sabendo do estado deplorável das estradas do nosso Estado e querendo saber se havia a possibilidade de a PETROBRAS - pois já conhecia algumas parcerias em outros Estados, mais especificamente no Espírito Santo para que pudéssemos trazer para o Estado do Paraná uma parceria da PETROBRAS com o Governo do Estado, a fim de que pudéssemos diminuir o caos que há nas estradas do Estado do Paraná. E tenho aqui, depois de assinados os convênios, gostaria de fazer uma rápida leitura de um texto onde diz:

(Lê):

“Paraná investe R\$150 milhões nas rodovias.

O Governador Roberto Requião assinou os contratos para execução de obras de recuperação da malha rodoviária estadual, que irá transformar nosso Estado em um canteiro de obras.

A iniciativa vai reverter grande parte de um déficit em conservação verificado nos últimos dez anos. ‘Em 2003, encontramos cerca de quatro mil quilômetros de rodovias estaduais praticamente destruídos. Estamos realizando o maior programa de recuperação da história do Paraná’.

As homologações são referentes a três licitações, em que devem ser investidos R\$150 milhões para recuperar 1837 quilômetros de estradas, e a diversas concorrências que envolvem rodovias por todo o Estado.

Vamos acelerar os processos de contrato com as empresas de forma que as obras iniciem no final deste ano’, nos informou o Secretário Waldyr Pugliesi, dos Transportes.

Entre as obras autorizadas pelo Governador, está a recuperação de dois trechos que, apesar das intervenções constantes do DER, ainda se encontram em estado

crítico. 'Em pouco tempo a realidade será outra na PR-317, entre Santo Inácio e Nossa Senhora das Graças, onde serão recuperados os 22 quilômetros da via e na PR-182, no extremo Noroeste, nos 33,5 quilômetros entre Nova Londrina e a divisa com São Paulo'.

Queremos destacar ainda as homologações de intervenções na PRT-466, de Furnas até Manoel Ribas e de Pitanga a Palmeirinha, na região central do Estado.

Na Região Metropolitana de Curitiba, foram autorizadas obras que envolvem a recuperação no pavimento da PR-092, no trecho de Curitiba até Rio Branco do Sul; na PR-090, de Curitiba a Campo Magro; e na PR-417, de Colombo até Bacaetava.

Outros trechos rodoviários a serem recuperados:

PR-513 - Entr. rodovia municipal / Passo do Pupo; rodovia municipal - Ponta Grossa e cruzamento com a PR-513; PRT-513 - Irati-Mallet (intersecção com a PR-364); PRT-151 - Ponta Grossa (acesso a Guaragi); PR-092 - Jaguariaíva-Wenceslau Braz; PR-151 - Ponta Grossa-Palmeira; PR-170/BR-277 - Samambaia-Socorro-Pinhão; PR-340 - Castro-Tibagi; PR-340 - Castrolanda-Castro; PR-438 - Guaragi - PR-151; PR-092 - Curitiba-Rio Branco do Sul; PR-281/BR-376 - Tijucas do Sul-Lagoinha; PR-281/BR-476 - Antonio Olinto; PR-340/PR-408 - Cacatu-Bairro Alto; PR-412 - Guaratuba-Porto de Passagem; PR-412 - Porto de Passagem-Matinhos; PR-418/BR-277 - Avenida Manoel Ribas; PR-418/Entr. PR-092 (Curitiba) - Entr. PR-417 (Colombo); PR-427 - Lapa-Campo do Tenente; PR-446/Entr. BR-153(A) - Porto Vitória; PR-510 - Campo Largo-Bateias-Ouro Fino; PR-800/acesso a Itaperuçu; PR-802/acesso ao Parque Prof. Newton Freire Maia; PRT-280/Entr. BR-153(B) (Div. PR/SC) - Entr. acesso leste a Palmas; BR-272/Entr. PR-180/PR-323 (Iporã)/Entr. PR-182 (Francisco Alves); PR-180/Entr. PR-557 - Terra Rica-Guairaçã; BR-376/PR-218/Entr. PR-458 (Atalaia)/Entr. BR-376(A) PR-218/Entr. PR-561/Entr. PR-180 (Amaporã); PR-239/Entr. PR-364/PR-471 (Campina da Lagoa) - Entr. BR-369/PR-317/Entr. PR-458 (Santa Fé)-Iguaraçu /Entr. PR-454/PR-323/Entr.317 (Maringá); Entr. PR-272/PR-182 (Iporã); PR-464 - Paranacity/Entr. PR-476 (Paranareal); PR-468/Entr. BR-369 - Boa Esperança; PR-472/Entr. BR-272 (Goioerê)-Rancho Alegre do Oeste - Entr. BR-369 (Juranda); PR-478-Entr. PR-576 - São Pedro do Paraná - Entr. PR-218(A) PR 485/Entr. PR-182 - Alto Paraíso - Entr. PR-489; PR-489/Entr. PR-485 (Alto Paraíso) - Porto Figueira; PR-542/Entr. PR-317 - Colorado; PR-542/Entr. PR-340 (Itaguagé) - Usina Hidr. de Taquaruçu (Div. PR/SP); PR-542 - Guaraci-Nossa Senhora das Graças; PR-557/Entr. PR-180 (Terra Rica) - Ad. de Barros - Entr. PR-182 (D. do Norte); PR-577/Entr. BR-376 (Nova Londrina)-Porto São José; PR-876 - Contorno de Jandaia do Sul; PRT-369 - Jandaia do Sul-São José-Bom Sucesso - Entr. PR-457 (S. P. do Ivaí); BR-153/Entr. BR-272 (Ibaiti) - Entr. PR-090 (Ventania); PR-090 - Alvorada do Sul-Bela Vista do Paraíso; PR-090 - Entr. PR-170 (Porto Capim) - Alvorada do Sul; PR-092 -

Andirá-Santo Antonio da Platina; PR-160 - Cornélio Procópio-Congoinhas; PR-160 - Entr. PR-323 (Mairiporã)-Cornélio Procópio; PR-170 - Contorno Norte de Apucarana; PR-170 - Novo Itacolomi - Entr. PR-453/PR-218 - Nova Fátima-Guapirama-Entr. PR-092; PR-340 - Guaraci-Centenário do Sul; PR-340 - Jaguapitã-Guaraci; PR-431/Entr. BR-369 (Cambará) - Entr. BR-153 (Jacarezinho); PR-445 - Bela Vista do Paraíso-Warta; PRT-272/Entr. BR-376 - Porto Ubá; PR-180 - Juvinópolis-Boa Vista da Aparecida; PR-182 - Marmelândia-Realeza; PR-182 - Toledo- Vila Nova-Palotina; PR-281 - Dois Vizinhos-Alto Bela Vista; PR-281/Entr. BR-373 - Entr. PRT-158 (Chopinzinho); PR-317 - Toledo-Ouro Verde do Oeste- Rio Santa Quitéria; PR-481/PR-182 - Ampère; PR-495 - Medianeira-Missal; PRT-158 - Vitorino-São Lourenço do Oeste; PRT-163 - BR-277 - Rio Iguaçu; PRT-163/Entr. PR-883 (Marcianópolis)-Santo Antonio do Sudoeste; PRT-163 - Pérola do Oeste-Planalto; PRT-280 - Palmas-Pato Branco; PRT-280 - Pato Branco-Vitorino.

Gostaria de destacar ainda, nobres Deputados, que deste volume de obras, a maior parte caberá à PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A, que anuncia a implantação de novas tecnologias em pavimentação de estradas do Paraná.

Com equipamentos importados da França, a nossa PETROBRAS irá implantar novos compostos asfálticos com a inclusão de polímero e composto de borracha. Essas tecnologias foram desenvolvidas em conjunto com o Departamento de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e hoje estão sendo aplicadas na Rodovia Nova Dutra, uma das mais movimentadas do mundo”.

A PETROBRAS trouxe tecnologia de fora, principalmente da França, onde se aplica muito em conservação e em rodovias. Nós, no Brasil - só para ter uma idéia - embora um país com extensão territorial “n” vezes maior do que a França, temos apenas 10% da malha rodoviária asfaltada em relação a ela. Vejam a diferença, o atraso que é a malha rodoviária no nosso País. Das que temos, em bom estado de conservação, praticamente inexistem. Herança que o Governador Requião pegou do ex-Governador, uma tragédia verdadeira! Ai, não quero nem falar do pedágio, mas digo da falta de conservação. E a PETROBRAS conseguiu equipamentos que hoje têm a capacidade de fazer com que o asfalto, depois do terreno preparado seja feito e concluído na base de onze, doze quilômetros por dia. Comparando ainda que com uma camada de praticamente três, quatro centímetros, tem a mesma durabilidade e a mesma consistência de um asfalto usado hoje na base de...

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Concedo a V. Exa. um minuto ou o Horário da Liderança do Governo.

O SR. NATÁLIO STICA

Um minuto, Sr. Presidente.

Esta possibilidade garantiu que a PETROBRAS faça um preço muito mais acessível e por isso nessa parceria, o Governador Requião, que investe 150 milhões de reais, já vai ter a oportunidade de começar um trabalho que vai garantir a restauração de cerca de dois mil quilômetros e com uma possibilidade: de chegarmos ao final do mandato, com cerca de seis mil quilômetros, sendo que desses, dois mil serão colocados numa futura parceria da SEDU para as cidades, que é o asfalto urbano, que estará à disposição dos Prefeitos, que farão parceria com a PETROBRAS, garantindo em três anos o pagamento e a SEDU, o Estado do Paraná fica de avalista.

Portanto, está dada a arrancada para resolvermos o problema da falta de asfalto e da falta de manutenção na malha rodoviária no Estado do Paraná, graças à parceria muito bem feita, Governador Roberto Requião e PETROBRAS, essa empresa que passa para a iniciativa privada, através das licitações, vai fazer com que o Paraná continue no seu caminho, que é o caminho da mudança, da coerência e o caminho de voltar este Estado à sua gente. É o Governo Requião, portanto, numa parceria com a PETROBRAS, Governo Federal, fazendo história no Estado do Paraná e aqui é só o começo e venho depois, para falar de outras parcerias e de outras obras deste Governo, que leva com seriedade e conserta o desacerto de oito anos que tivemos no passado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comunidade aqui presente, em especial aqueles que lutam pelas trinta horas.

Eu, como integrante da Bancada do PT - nosso Líder vai encaminhar - o Deputado Tadeu Veneri vai falar. Vamos votar pela derrubada do veto do Governador, garantindo, portanto, as Trinta Horas para os servidores da Saúde. Acho e entendo que isso vai acontecer também com os demais Deputados, já que foi um projeto votado por unanimidade e não há motivo para que algo diferente ocorra.

Também encaminho um pedido de informações - que passo a ler - e que entendo que aquilo que os Deputados Nereu Moura e Anibelli falaram em relação à transparência, e aquilo tudo que tem sido discutido em relação ao papel dos Parlamentares e o próprio Governador dizendo que quer cabeças pensantes, até porque é papel desta Casa fiscalizar o uso do dinheiro público. Faço um pedido de informações ao Governador, que será votado no final: "Quais foram as razões que levaram o veículo Parati, placas ALP 4068, cor branca a estar estacionado em frente ao Hotel Blue Tree em Brasília, Distrito Federal, no dia 12 de dezembro de 2004, domingo,

data em que se realizava a Convenção Nacional do PMDB? Quem era o condutor do veículo? Esse veículo estava à disposição de qual órgão do Governo do Estado?"

Acho que são questões importantes e teremos tempo para responder. As fotografias aqui estão. Um veículo que se movimentava no dia da Convenção, veículo oficial, dia da Convenção do PMDB. Acho que a austeridade, a exigência, inclusive do debate pós eleitoral do primeiro turno, que Deputados aqui argüíram, deve ser usada da mesma forma para medir o que fazia um carro público, num domingo, no dia da Convenção do PMDB, lá no Hotel Blue Tree Park, em Brasília.

Quero usar da palavra para lamentar a posição do Secretário da Segurança, que faz perder recursos do Governo do Estado, oriundos do Governo Federal, para o Sistema Único de Segurança Pública.

Vale lembrar que exatamente essa dessintonia do Governo do Estado de não participar desse Sistema Único de Segurança Pública, que está sendo construído.

O SUS, por exemplo, muitos presentes sabem que é uma construção de décadas, de acúmulos e, portanto, tem esse nível de mobilização.

Quer o Governo Federal dar a sua contribuição junto com os governos estaduais, inclusive, os municipais, para que nessa verdadeira epidemia de violência que vive o Brasil, tenhamos o Sistema Único de Segurança Pública que possa garantir o direito do cidadão, não só de ir e vir, mas viver em paz com seus familiares.

Lamentavelmente o Secretário, de forma muito imprudente, diz que o Estado vai sair deste sistema porque vai receber 3,5 milhões de reais. Em nota oficial do Ministro, diz que em 2003, em resto a pagar, do governo anterior, foram liberados treze milhões. Para outros projetos, cerca de seis milhões e, para as viaturas, dois milhões de reais. Não sei mesmo se as viaturas distribuídas por esses dias, não tiveram como fonte de recursos o Governo Federal. Ainda que os recursos sejam insuficientes - e o são, e há de reconhecer que são - o Governo Federal exige para liberar recursos do SUSP - Sistema Único de Segurança Pública, um passo importante para a consolidação desse projeto, ainda que o critério agora não é mais a liberação vinculada, mas sim, por projetos e por convênios.

Não posso conceder o aparte, porque estou usando a palavra no Horário do meu Partido, não previsto pelo Regimento.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Questão de Ordem)

V. Exa. tem horário privativo, acho que é o Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Anibelli, ele estava usando o Horário do Pequeno Expediente, portanto, não cabia o aparte.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

O senhor me desculpe, porque vi que se passaram sete minutos e o Pequeno Expediente é cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não. Terminou agora o Pequeno Expediente de cinco minutos.

Pela ordem, Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS

Quero apenas, até transgredindo um pouco o Regimento Interno, Sr. Presidente, gostaria de ter apartado o Deputado Stica. Não o fiz por ser justamente no Horário do Pequeno Expediente.

Mas, gostaria de cumprimentá-lo, nesse final de ano, torcer para que o seu discurso dê certo, que as coisas passem a se tornar realidade, porque já se foram dois anos e nós só vimos até agora, discurso.

Tomara que em 2005, o Governo embale, como bem disse o Deputado Stica, e comece a apresentar resultados, porque até agora só discurso, e pôr a culpa no Governo passado, não enche barriga de ninguém.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Tadeu Veneri, no Pequeno Expediente.

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Nós vamos votar na tarde de hoje, o Orçamento.

A Assembléia, se aprovar - e espero que aprove - o Substitutivo feito pelo Deputado Marcos Isfer, estará dando condições para que as universidades recebam trinta milhões de reais e, com esses trinta milhões, num esforço conjunto de todos os Deputados e de todos os Partidos, possam minorar a situação em que vivem os docentes das nossas universidades hoje.

Junto a isso também entendo que há outros pontos positivos no Orçamento para os servidores públicos. Pela primeira vez teremos, no Orçamento do ano que vem, a garantia - pelo menos em termos de lei - que haverá na data-base, reajuste salarial pelo INPC.

Isso é importante, porque pelo menos nós, através de todos os Deputados e Deputadas, conseguiremos fazer com que não haja distanciamento e uma diferenciação salarial e não ocorra o que aconteceu em anos anteriores ou em quatro anos, mesmo nesses dois últimos anos, onde você acumula um percentual, uma perda salarial e depois você não consegue recuperar mais.

Acho importante que façamos a votação desse Orçamento e dos projetos que estão aqui, porque nessa primeira Sessão, não estaremos votando o projeto, que é motivo inclusive para que muitos dos nossos convidados estejam aqui hoje, é o Projeto Trinta Horas. Estaremos votando numa Sessão Extraordinária o veto do Governador às Trinta Horas. Esperamos contar com o voto de todos os Deputados para as Trinta Horas, para que possa-

mos derrubar o veto. Por que digo isso? As trinta horas hoje, para a Saúde, já de fato acontece. E os senhores sabem que desde o primeiro Governo Requião já é fato que estamos tendo na área da Saúde, o regime das trinta horas semanais. Cem por cento dos hemocentros das 29 regionais de outros setores da Saúde, já fazem trinta horas.

O que é que queremos? Na verdade, Srs. Deputados, queremos apenas fazer com que esse projeto possa dar de direito aquilo que já vem acontecendo de fato, que os trabalhadores da área da Saúde tenham as trinta horas no papel, como já exercem a maioria deles e isso já está posto pela Secretaria da Saúde - que esteve aqui o Secretário alguns dias atrás - já exerce de fato.

Gostaria de lembrar dois pontos que acho importantes: primeiro, o Partido dos Trabalhadores, com seus nove Deputados, o Deputado Ângelo Vanhoni não está hoje presente - justificou sua ausência por motivo de saúde - mas os oito Deputados que estão aqui, o Partido dos Trabalhadores, orientou sua Bancada para que todos votem pela derrubada do veto.

Esperamos que seja cumprido tudo aquilo que sempre propugnamos como sendo processo democrático. Entendemos que esse seja um processo que envolve todos os Deputados e Deputadas, e que não é, em absoluto, um ganho para os trabalhadores da Saúde, é um ganho para a população.

Há alguns equívocos e talvez tenha sido equivocado quando foi feito esse debate, até porque não tivemos naquele momento todos os elementos para fazê-lo com o Governo. E o veto vem num processo equivocado, porque hoje alguns Estados já têm as trinta horas. Aqui o Deputado Luciano Ducci tem reafirmado que no dia três de agosto irá implantar na Prefeitura de Curitiba, o Projeto das Trinta Horas, que é um projeto que esperamos durante oito anos. Também outros setores, como médicos, radiologistas, outros setores da saúde, já exercem as trinta horas. Outras categorias já vem há muito tempo fazendo as trinta horas; os bancários já fazem trinta horas, outros setores também já fazem. Temos os petroleiros que fazem trinta horas; o Líder do Governo, que é um petroleiro aposentado, sabe o quanto foi difícil para que os petroleiros conseguissem, na Constituição, o turno de trinta horas, quanto foi difícil para que os bancários conseguissem as trinta horas, quanto foi difícil para os professores que têm um padrão, tenham vinte horas por padrão.

Agora tudo isso é fruto da luta que a sociedade organizada faz. O que não podemos, sob nenhum argumento, é retornar um debate que já se fazia em todo mundo no final do século XIX. Não podemos entrar num processo sob pena de termos uma visão distorcida, voltarmos, talvez seja este o sonho colocado de uma forma indireta, que os trabalhadores todos tenham quarenta a quarenta e oito horas. Não é possível que não entendamos que a Saúde é uma área penosa, que exige muito, que os trabalhadores da Saúde, tanto quanto os outros, têm o

direito e até por obrigação de atender bem a população, ter as trinta horas, como deverá ser votado na próxima Sessão.

Por isso, pedimos a todos os nossos convidados que permaneçam na próxima Sessão que será feita aqui, para que possamos derrubar o veto, que acho ter sido feito de forma equivocada - talvez por falta de esclarecimento nosso - mas que possamos derrubar o veto. Para isso, precisamos de 28 votos e felizmente, avançar naquilo que entendemos ser um direito social dos trabalhadores.

A Sra. Elza Correia

Muito obrigada pelo aparte.

Queria apenas fazer menção a uma outra questão que foi colocada na emenda do Orçamento, mas concordo com V. Exa. que projetos dessa natureza, como o das trinta horas, que é de interesse de toda uma categoria de profissionais, que tenhamos mais cuidado nas próximas discussões, para esgotarmos as discussões, para não correremos o risco de veto, como aconteceu agora, porque depois fica muito mais difícil derrubar do que se tivéssemos tido um processo de discussão.

Concordo com V. Exa. em relação a evitarmos este tipo de questão. Então, dissecar, conversar com o governador, explicar como funciona, porque depois fica mais difícil para nós todos.

Em relação à questão dos docentes, dos trinta milhões, das emendas, também acho importante nestas questões onde todos estamos envolvidos - acho que toda a Assembléia está - darmos crédito a algumas pessoas que também são importantes no processo, como foi o caso do SINDIPROL, em Londrina, e de outros sindicatos em Maringá, também, que ficaram quase um ano aqui conosco, e o professor César Clediano trouxe vários estudos feitos por ele e por seus assessores técnicos, que foram apresentados ao Secretário Reinhold Stephanes, da Fazenda e do Planejamento; acompanhei algumas dessas diligências, mostrando que era possível tirar os trinta milhões da Paraná Previdência, que na nossa avaliação, se isto for considerado correto, resolveria a questão dos docentes das universidades.

Então, é só este lembrete para estarmos dando crédito não só a nós todos - a V. Exa., que trabalhou muito - aos nossos companheiros, mas também aos sindicatos e aos trabalhadores do setor.

O SR. TADEU VENERI

Muito obrigado, Deputada.

Para concluir, Sr. Presidente, acredito que temos hoje votações que são bastante polêmicas. Este é o espaço para fazermos o debate. Agora, sem dúvida nenhuma, acredito no senso de justiça que esta Assembléia tem. E acredito que este senso de justiça deverá prevalecer, que o veto que foi apostado ao Projeto das Trinta Horas possa ser derrubado e possamos, ao final do dia de hoje, junto com todos os servidores públicos da área da

Saúde do Estado do Paraná, dizer que valeu a luta das Deputadas e dos Deputados, e principalmente dos servidores e da população do Paraná, porque vai ser dado a esses aquilo que já é há muito, feito como fato. Vai ser dado e vai ser resgatado um pouco da dignidade que está sendo conquistada tão duramente nesses últimos anos.

Então, espero e peço já que quando votarmos o veto das Trinta Horas, votemos NÃO e possamos dar aos servidores, a nós e a toda população, uma mensagem de otimismo, dizendo que vale a pena esta aqui, vale a pena lutar e que acreditamos na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)

Queria somente registrar a presença do nosso companheiro Prefeito eleito da cidade de Vatel, José Chalek, que muito nos honra com a sua presença; e também do Justino, Presidente das auto-escolas do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente registrado.

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna para relatar o trabalho realizado pela CPI das Universidades do Estado do Paraná, na condição de relator, designado pelo eminente Deputado Mário Bradock.

O nosso relatório possui 229 páginas, fruto de muitas reuniões realizadas dentro deste Poder Legislativo, e reuniões realizadas fora deste recinto. Encontramos inúmeras irregularidades, sobretudo na questão da Universidade Estadual de Ponta Grossa, aonde havia um processo administrativo interno que teria sido determinado pelo professor Ítalo.

Essas denúncias de recebimento de recurso para prestação do Departamento Odontológico, onde o funcionário relata que estaria passando dinheiro semanalmente para duas pessoas, sendo elas o Reitor e o Vice-Reitor, para que pudessem concluir as suas formações superiores. Há aqui também uma grave denúncia sobre a administração da Faculdade Estadual de Campo Mourão, onde a CPI recomenda o afastamento imediato do seu Reitor.

E há outras observações que eu quero, se me permitirem os Srs. Deputados, por se tratar de 229 páginas, pedir que a Assembléia Legislativa acolha esse relatório que é fruto de acareação do funcionário de Ponta Grossa com o Reitor, mas é fruto também de uma investigação mais aprofundada, e eu vou ler então as conclusões e considerações gerais da CPI das Universidades: "os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades foram desenvolvidos dentro das competências e atribuições legais e regimentais desta Casa, visando resguar-

dar o patrimônio público e a importância das Faculdades e Universidades Estaduais dentro do seio da nossa sociedade. Fato esse, demonstrado pelo grande interesse de toda a comunidade paranaense, em especial daqueles cidadãos, daquelas cidades que abrigam tais instituições sobre o andamento das investigações.

Desde já a CPI presta a sua homenagem a todos aqueles que colaboraram com as investigações, o seu mais profundo respeito para com essas instituições.

Mais do que investigar, a CPI procurou fazer uma radiografia da situação das nossas universidades e faculdades estaduais, com o intuito de contribuir para a melhoria e alertando para a carência, aprofundamento e melhorias.

Muitos fatos investigados referem-se ao dia-a-dia de milhares de pessoas que têm a única chance do acesso ao curso superior e à existência de tais instituições. Por isso sua importância social, e devemos fazer, antes de tudo, com muita responsabilidade e respeito.

Os processos que deram causa às ações promovidas no âmbito do nosso trabalho estão devidamente materializados e serão disponibilizados à sociedade, aos órgãos competentes para as medidas cabíveis.

Alguns ofícios de grande importância não foram respondidos, sendo anexado ao presente relatório para conhecimento do Ministério Público e suas providências. Sendo eles: Ofício nº 01/2004 de 10 de maio de 2004, enviado à Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, que trata da auditoria do tribunal de Contas da União referente às irregularidades na utilização de recurso do FAT, envolvendo professores e funcionários de universidades estaduais.

Ofícios nºs 03, 06 e 07/2004, enviados ao Presidente do Tribunal de Contas, solicitando cópias de relatórios, impugnações de despesas referentes às universidades (docs. 26, 27, 28 e 29).

Mais uma vez o Tribunal de Contas não responde a uma CPI, seja por incompetência ou seja por interesse de esconder alguma coisa. O Tribunal de Contas passou por maus momentos na CPI do BANESTADO e está passando outra vez na CPI das Universidades.

Pela grandiosidade e pelo número de instituições de ensino superior existentes no Estado do Paraná, torna-se como amostragem uma dessas instituições neste relatório. E longe de ser exaustiva, teve como principal foco a elaboração de recomendações específicas em cada caso, recomendações gerais, tentando abranger todas as instituições de forma a obter-se um feito multiplicador de seus resultados”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A CPI durou nove meses. As conclusões e considerações em relação à Universidade de Ponta Grossa me chamam muito a atenção, e também a Universidade de Umuarama.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Presidente da CPI das Universidades, Deputado Mário Bradock, eu, na condição de relator dessa CPI, gostaria de cumprimen-

tar pelo seu desempenho, pela sua dedicação em presidir uma CPI das nossas universidades estaduais.

Sinceramente, pensava que nas nossas universidades as coisas andariam melhor do que encontramos. Em verdade, foi uma profunda decepção a este Parlamentar e, certamente, a muitos Deputados que fazem parte desta Comissão.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Nobre Deputado, ouço com muita atenção as colocações sobre o relatório da CPI das Universidades, onde por um longo e extenso período esta CPI desenvolveu seus trabalhos, ouvindo todas aquelas pessoas que foram apontadas como se tivessem cometido irregularidades dentro das universidades estaduais. Apóio este relatório, irei votar junto com todos os membros da CPI e, acredito como todos os Deputados que compõem este Plenário, mas quero deixar claro, também, a minha posição de que esta CPI foi criada para poder fazer uma investigação sobre todas as universidades estaduais do nosso Estado do Paraná e acabou ela centrando fogo em cima da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ouviu-se alguns membros da Universidade de Londrina, em especial a Reitoria e acredito, da forma como acompanhei passo a passo os trabalhos, que faltou muito a se fazer ainda em cima das demais universidades, porque foi centrado fogo das investigações (90%) em cima da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Então, quero deixar clara a minha posição de que falta muito por se fazer nas demais universidades, já que denúncias sérias existem.

Temos que deixar claro para todo Plenário e para todos os Deputados, que Ponta Grossa foi a Universidade que passou pelo “pente fino” da CPI e que nas demais universidades tem muito que se fazer ainda.

É isso, Sr. Deputado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Agradeço o aparte e entendo que o Presidente da CPI, Deputado Mário Sérgio Bradock, pode dizer por que não tivemos a possibilidade de ouvir as outras universidades. Agora, certamente a Universidade Estadual de Ponta Grossa não é modelo de administração nem aqui e nem lugar algum.

Se estivesse no primeiro mundo, certamente o Vice-Reitor que mandou fazer aquele funcionário de duzentos e poucos reais adulterar a fita para dar seis mil reais, por semana, para quem pagasse o curso de pós-graduação do Reitor e Vice-Reitor e que mandou aquele cidadão da Fazenda-Escola vender vacas de perfeita qualidade a preço de carcaça, não oferece nenhuma perspectiva, aliás, não sei por que o Governador ainda não os demitiu!

Posso dar um exemplo, se o Deputado Plauto Miró desejar: “existem irregularidades no pagamento do TIDE aos professores que trabalharam e são remunerados diretamente pela Universidade Eletrônica do Brasil, con-

forme convênio firmado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, por se tratar de outra fonte de pagamento contra a universidade, configurando vedação legal no recebimento do TIDE. Exige dedicação exclusiva a remuneração apenas para Universidade Estadual de Ponta Grossa. Portanto, sugere-se a suspensão do pagamento do TIDE a esses professores nessa situação, bem como ressarcimento dos valores recebidos aos cofres públicos. Vários professores, no período anterior de 2003, receberam o TIDE indevidamente e, conforme depoimento de 04/11/2004 a esta CPI pelo seu Reitor, Paulo Roberto Godoy, tais professores foram condenados apenas à devolução dos valores, enquanto, paradoxalmente, outros funcionários que furtaram bens da universidade foram condenados à exoneração, sendo do conhecimento do atual Reitor essas situações, conforme seu depoimento.

Esta CPI solicita abertura de processo administrativo, bem como envio da universidade estadual por todas as universidades estaduais sob pena de responsabilidade pessoal e aos administradores de todos os casos para análise da Procuradoria Geral, Ministério Público do Estado do Paraná, para verificação das ocorrências de crime definido no Código Penal e na improbidade administrativa. Que conforme a demonstração da sindicância conjunto 02/04 houve pagamento de horas extras irregulares no setor de Vigilância da Universidade Estadual de Ponta Grossa, o que colabora com o depoimento prestado pelo Sr. Luiz Vieira Carneiro e Pedro Lazach e Sr. Jesus Vieira dos Santos a esta CPI, que dão conta que tais pagamentos foram feitos pela atual administração de Ponta Grossa para encobrir pagamento indevido de TIDE à sua categoria, inclusive a falsificação.

Então, se tivéssemos que ler aqui as 229 páginas, nós teremos aqui, cada letra escrita, um comprovante de documento.

Tenho atuado junto com a minha técnica e acompanhei o trabalho dos profissionais a quem quero mais uma vez enaltecer.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Concede-me um aparte Deputado.

(Assentimento)

Nobre Deputado, para deixar claro, em momento algum estou questionando o relatório, tanto é que antes de fazer as minhas colocações, estou questionando a não investigação das denúncias existentes nas outras universidades estaduais, que infelizmente a CPI não fez. Não foi feito.

Esse relatório nós vamos votar, somos a favor de tudo que aí está escrito, de todas as investigações que foram feitas.

Agora pergunto: e as outras?

O SR. NEIVO BERARDIN

Vou fazer-lhe então mais uma leitura, de Campo Mourão.

“Conclusões e considerações da CPI das Universidades acerca dos processos, indícios e irregularidades envolvendo a FECILCAM - Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão”.

Que existe irregularidade na arrecadação no arrendamento do Colégio Agrícola promovida pela APM do Colégio de Campo Mourão, uma vez que qualquer convênio entre a FECILCAM e a APM transferindo a utilização ou posse de área do Colégio Agrícola aprovada pela lei específica na Assembléia Legislativa do Paraná autorizando tal situação nos termos do artigo 10, parágrafo único da Constituição do Estado do Paraná, bem como autorização ainda o processo... e tal. Vamos em frente.

Dessa forma, a CPI sugere o envio do presente fato à apreciação do Ministério Público do Paraná e o Governo do Estado para que sejam tomadas medidas cabíveis nos campos administrativo, penal e cível.

Que existem indícios de irregularidade quanto à cobrança de taxa de alimentação no Colégio Agrícola devendo ser encaminhados os fatos ao Governo do Estado e Ministério Público para as ações cabíveis.

Que pela auditoria realizada pelo Tribunal de Contas verifica-se que existem produtos depositados na COAMO em nome da FECILCAM, que não se encontra contabilizado dessa forma. As existências de tais produtos não podem ser controladas pelo Estado, ferindo regras principais da administração pública. Além de representar indícios de irregularidades quanto à conduta da administradora da instituição tendo em vista a forma irregular como se deram o arrendamento do Colégio Agrícola quanto ao valor e seu arrendamento.

Tal fato também deve ser encaminhado ao conhecimento do Ministério Público, do Governo do Estado do Paraná para as providenciais cabíveis.

Que os valores cobrados a título de inscrição de vestibular da faculdade, encontram-se fora das regulamentações legais, morais e sociais, uma vez que tais valores deveriam ser utilizados para a cobertura de recursos de vestibulares, como gerarem lucros e passivos, 60% a média.

A história de Campo Mourão vai longe. Em verdade o administrador de Campo Mourão, por ser um procurador-político, aposentado, pertencente à Procuradoria do Ministério Público, a comissão recomenda o seu afastamento imediato.

Deputado Plauto, nós estamos recomendando o afastamento imediato do Reitor da Faculdade de Campo Mourão.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

De Maringá dá para fazer, nobre Deputado?

O SR. NEIVO BERARDIN

De Maringá, V. Exa. pede muito.

Eu havia dito a V. Exa. e aos Srs. Deputados, que são 229 páginas. Se eu for procurar aqui todas as páginas, para

atender esse ou aquele Deputado, vou tomar o tempo do meu ilustre Presidente, Deputado Sérgio Mário Bradock.

Mas esse relatório, Deputado Plauto, será colocado no Diário da Assembléia e disponibilizado no site deste Deputado, certamente no site de todos os Deputados. Todos os que quiserem divergir desse relatório poderão assim fazê-lo e certamente não encontrarão brechas, porque os nossos assessores, modéstia à parte, são uma equipe multidisciplinar e eles não iriam escrever absolutamente nada que não pudessem comprovar documentalmente, através de depoimento. V. Exa. sabe muito bem que houve uma acareação aqui, sobre a questão de Ponta Grossa, deprimente, porque os fatos ficaram mais que claros.

Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. que dê como lido esse relatório. Consulto a V. Exa. da possibilidade de assim fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está deferida a solicitação de V. Exa. e solicito que encaminhe o relatório à Mesa, que será encaminhado à Mesa Executiva para as providências, conforme o artigo 38 do Regimento Interno.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir ao ilustre Deputado Neivo Beraldin e a essa Presidência uma cópia desse relatório, porque é muito intenso e extenso.

Eu gostaria de discutir e acompanhar.

O SR. NEIVO BERARDIN

Solicito à minha assessoria que faça chegar dentro de três minutos a cópia ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Conforme falou o relator, Deputado Neivo Beraldin, esse relatório está publicado no Diário da Assembléia e está à disposição de todos os Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O relatório encaminhado pelo Deputado Neivo Beraldin será encaminhado à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, à Comissão Executiva, para as devidas providências, conforme o Regimento Interno desta Casa.

Horário das Lideranças: PL.

Consulto ao Deputado Bradock se vai fazer uso da palavra ou se se considera satisfeito com a lida do relatório do Deputado Neivo Beraldin.

Ainda tem seis minutos, Deputado Bradock.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pouca coisa tem-se a dizer a respeito da CPI. Apenas agradecer aos Deputados Ratinho Júnior, Plauto Miró, Hermes Fonseca, Nelson Tureck e ao brilhante e legendário Deputado Neivo Beraldin, relator da CPI. Logicamente, que se pau-

taram os trabalhos das CPI's das Universidades nas questões pontuais, que mais denúncias chegaram à CPI.

Com referência às demais universidades, foram ouvidas e questionadas através de ofícios, todas elas, independentemente de qualquer vinculação com a CPI, foram feitas investigações e aquelas que tiveram as suas irregularidades foram citadas no relatório final da CPI das Universidades.

A questão de Ponta Grossa foi mais evidenciada, porque o Presidente do Sindicato dos Servidores da Universidade veio até a CPI e fez uma série de denúncias que deveriam ser apuradas, as quais nós apuramos e chegamos à conclusão que muitas delas eram verdadeiras.

Portanto, só tenho a fazer, em síntese, o agradecimento ao Deputado Neivo Beraldin pelo brilhante relatório que fez, aos demais Deputados que compareceram em quase todas as Sessões da CPI das Universidades, e dizer que não foi feito com discriminação a qualquer instituição pública; foi feito de maneira imparcial a todas elas, não com intuito de denegrir a imagem das universidades, que são um tesouro que toda comunidade tem dentro do seu seio e, sim, uma maneira saneadora de apurar as irregularidades administrativas que ocorreram e em algumas ocorre, mas que, por exemplo, o Ministério Público de Maringá está averiguando, como Londrina está averiguando, como em Ponta Grossa está averiguando. Nosso intuito é de colaboração e não de perseguição - quero deixar isso bem claro, que não houve perseguição nenhuma com aquela ou outra instituição.

Ademais, agradeço a atenção das Sras. e Srs. Deputados. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário da Liderança do PTB, fará uso da palavra o Deputado Ailton Araújo.

O SR. AILTON ARAÚJO

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à esta tribuna para fazer o registro de um incidente do qual fomos vítimas ontem, por volta das 17h45, próximo ao Supermercado Condor, ali em Santa Cândida. O nosso carro estava estacionado e quando embarcamos, alguém puxou a porta, sentou do nosso lado nos empurrando com força, e dizendo que era um assalto.

A princípio pensei que se tratava de uma brincadeira de mau gosto de algum conhecido que estava ali querendo nos dar um susto. Mas aí vi que as coisas eram piores do que pensava! Mandaram-me sentar no banco do lado e, graças a Deus, tivemos calma nessa hora. Eu já tinha desembreado o carro e pedi autorização para puxar o freio de mão, pois senão o cidadão poderia pensar que estivesse puxando uma arma, e fui passando para o banco do passageiro e minha esposa foi colocada no banco traseiro.

Sáímos. Ele passou a arma para o cidadão que estava atrás e a minha esposa ficou sob a mira do

revólver desse marginal. Naquele instante, não queiram saber os senhores e as senhoras o pavor, e nessa hora não se fala em coragem, nessa hora só imaginei que estava sendo seqüestrado, como de fato estava. Pensei no cativo. Pensei no resgate que estariam pedindo e que minha família não poderia pagar. Pensei que depois de pago o resgate, a minha vida e a da minha esposa poderiam ser perdidas para que não servissem como testemunhas para identificar quem eram os meliantes.

Foi um momento de angústia, de pavor, de desespero, mas na seqüência tivemos calma para dizer ao cidadão que estava no volante, que não saísse em excesso de velocidade para evitar um acidente e que saísse devagar também para não caracterizar que estava sendo um assalto e eles serem perseguidos. E pelo que pude observar, não eram eles de Curitiba, porque não sabiam a saída para a BR-116. Nós os orientamos e na seqüência ficamos sabendo que eles queriam apenas o carro para uma fuga. Aí ficamos mais tranquilos, mas não de todo, porque qualquer incidente poderia ser suficiente para que eles se desequilibrassem e viéssemos a sofrer algumas conseqüências.

Ao parar em um sinaleiro, para aumentar o nosso pavor atravessou um carro da polícia e eles ficaram nervosos e pediram que não nos manifestássemos, porque senão as coisas ficariam “pretas”.

Fomos em frente no sentido da BR-116 Sul e aí eles disseram que iriam nos soltar. Antes de chegarmos ao viaduto de Paranaguá tentamos dar uma dica para eles e dissemos: olha, vocês têm duas alternativas que é continuar em frente, voltar, ou sair para Paranaguá. Se vocês nos deixarem aqui antes do viaduto, nós não teremos como dar informação à polícia para onde vocês foram e vocês ficam mais tranquilos. E disse: mais à frente, nós temos aí a saída para São José dos Pinhais e para Santa Catarina.

E realmente, quando chegamos no viaduto, ele leu o letreiro dizendo praias de Paranaguá e logo à frente, como não tem movimento, não tem casas de comércio ali próximo ao Hospital Erasto Gaertner, foi que eles nos liberaram, mas levaram os nossos dois celulares para que, de imediato, não fizéssemos comunicação à polícia. Levaram mil reais que minha esposa tinha retirado para pagar a mensalidade da sua faculdade e foram também os demais documentos que nós tínhamos no carro. Esse foi o drama que nós vivemos.

Só que ao parar, nos pareceram que eram pessoas que tinham realmente planejado: o carro parou no acostamento, mandou abrir a porta e disse... não desçam. Estavam eles esperando, naturalmente, que todos os carros passassem para, na seqüência, poderem sair. E depois, pegamos uma carona e ficamos ali no trevo da Salgado Filho...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Concedo o tempo necessário para que V. Exa. possa terminar o seu relato.

O SR. AILTON ARAÚJO

... vi um carro da Patrulha Escolar e nós fizemos, então, a comunicação do ocorrido. Esse incidente foi assistido por outras pessoas que estavam no local, por isso que achamos que não era um assalto.

Assim que o carro saiu, as pessoas ligaram para o 190.

E agora, Sras. e Srs. Deputados, a nossa revolta. Por mais de cinco minutos o 190 não atendeu e quando atendeu foi para deixar as pessoas escutando música. Vejam, para isso não precisamos de 190. O 190 parece que é só propaganda, e propaganda! O 190 é apenas para dar tempo de os marginais fugirem.

Então, fica aqui, nesta tarde, a minha pergunta: será que realmente temos segurança no nosso Estado? Eu quero dizer aos senhores, nós não precisamos de polícia para correr atrás de bandido depois que ele rouba, não precisamos de polícia para correr atrás de bandido depois que ele mata, porque isso não é segurança! Segurança é impedir que essas coisas aconteçam!

Concedo um aparte ao Deputado Mário Bradock.

O Sr. Delegado Bradock

Nobre Deputado, eu queria me solidarizar com V. Exa. e dizer que V. Exa. foi de extrema coragem, numa situação dessa a pessoa se torna impotente diante da ameaça de uma arma em sua cabeça ou na cabeça do ente querido. Demonstra mais uma vez que a nossa Curitiba, o nosso Paraná está com a sua segurança fragilizada. Na verdade muitas coisas deveriam ter sido feitas, a prevenção, a ostensividade da polícia, você pouco vê, você pouco enxerga, o que realmente está sendo feito.

Então, eu me solidarizo com V. Exa. e dizer que realmente nós todos, de uma maneira geral, estamos preocupados, estamos à mercê da bandidagem que está vindo de fora, para atuar em Curitiba, porque aqui a moleza imperou para os marginais.

Muito obrigado!

O SR. AILTON ARAÚJO

Eu agradeço as suas colocações.

Concedo um aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário

Deputado Ailton Araújo, primeiramente a nossa admiração e respeito pela capacidade de sofrimento que V. Exa. e a sua esposa demonstraram ao lidarem com bandidos. É muito difícil, há um desequilíbrio normal de qualquer pessoa que é cerceada do direito de viver dentro da sua propriedade. O automóvel é uma propriedade de cada um e que o senhor foi alijado desse direito, ameaçado por um revólver.

Ora, Deputado, esta Casa aprovou um projeto do Deputado Ratinho Júnior, projeto esse que está para o Brasil inteiro hoje, enaltecendo inclusive o Paraná pela inteligência do Deputado Ratinho Júnior. No entanto, a

Polícia Federal e as Polícias Estaduais não têm mostrado competência para desarmar o bandido.

A única coisa que vem acontecendo, através da mídia, inclusive mídia paga pelos governos estaduais e pelo governo federal é no sentido de desarmar pessoas de bem, que é o nosso caso, que sempre portávamos arma no automóvel e respeitando a lei não usamos mais essa arma.

Então o nosso apelo aqui ao Secretário da Segurança, à Polícia Militar: não adianta apenas projetos de mídia, mas sim, que haja um trabalho efetivo, estruturado, para desarmar os bandidos que continuam armados!

Se eu for abordado em qualquer situação eu sou o primeiro a levantar os braços e deixar revistar o meu carro, a minha esposa, como todos cidadão normal e comum. Agora a Polícia, infelizmente, não está correspondendo, o Projeto do Ratinho está valendo, mas a Polícia não está cumprindo com o dever de nos oferecer segurança tirando a arma da mão de bandido.

Agora, com respeito ao 190 lamentamos profundamente. Eu também já fui vítima de lugar para o 190 e não consegui sequer a voz do outro lado para nos atender.

Desejo felicidades ao senhor, à sua esposa, e espero que fique restabelecida e que volte tudo ao normal porque V. Exa. é um homem de fé e entende a situação que vivemos no nosso País com problema de segurança.

O Sr. Artagão Júnior

Deputado Pastor Ailton Araújo, fico feliz porque V. Exa. é um homem de Deus e tenho certeza que foi na mãos d'Ele que se agarrou no momento de dificuldade e ali encontrou tranquilidade e força para passar um momento de tamanha turbulência.

No que diz respeito às políticas públicas de Segurança, nós temos sido um dos Parlamentares que temos buscado respostas com relação a estas questões. Há mais de um ano, num dos nossos pronunciamentos, colocávamos a falta de eficiência ou a inexistência de assistência do 190, quando um dos nossos familiares também teve um veículo roubado e tentou acionar o 190. De lá para cá foram quatro situações da minha família, sem nenhum contacto com o 190 que pudesse dar uma assistência num momento de emergência. É preciso, efetivamente, ou solucionar as atitudes e ações, a assistência que deve ser dada pelo 190, ou eliminá-lo!

Sem contar, no mais, toas as outras ações que são necessárias quando ouvimos, como ouvimos hoje pela manhã na CBN o Secretário da Segurança reclamando sobre um valor que o Governo Federal gostaria de liberar para o Paraná e ele dava conotação que aquele valor era esmola, sem dúvida nenhuma, pode contribuir para aqueles que têm suas vidas colocadas em risco num momento como V. Exa. passou, onde é até necessário sair daquele patamar lá de cima e se colocar no mesmo nível da população, sentir o que ela está sentido, e aí sim, buscar resolver os problemas.

O Sr. Cleiton Kielse

Eu me solidarizo com V. Exa. Deputado Ailton, mas digo que passei também com água pelo pescoço. Dois bandidos na casa de meu pai, que fica a 200 metros da Assembléia, entraram na casa dele quando eu entrava com uma caminhonete, cada um com uma faca e uma pistola em cada mão avançaram contra mim e contra duas pessoas que estavam comigo. Neste mesmo tempo chegou a minha mãe num outro veículo. Eu já tinha entregue a chave do carro e eles foram para cima dela e apontaram o revólver para minha mãe. Eu reagi, Deputado Ailton, e só por Deus não morri, porque consegui derrubar um dos bandidos e o outro veio, com a pistola na minha cabeça, disse que eu ia morrer. Eu disse: "Pode levar o que vocês quiserem mas saiam de perto da minha mãe!"

Quero dizer que esta ação que o senhor tomou foi realmente de muita frieza porque as reações adversas que têm ocorrido, têm causado muitos dramas familiares.

Esta semana foram identificadas três quadrilhas de seqüestradores na Região Metropolitana. E, graças à Polícia Militar em parceria com os serviços que estão ocorrendo em paralelo com as Prefeituras, as três quadrilhas foram capturadas. As três, do Estado de São Paulo. Inclusive uma foi capturada 5 minutos antes de eu chegar em Pinhais, quando eles estavam fazendo um seqüestro-relâmpago e levando num caixa rápido em Pinhais. Por isso, o senhor teve muita sorte. E não é muita gente daqui, não, são seqüestradores qualificados que estão vindo de outros Estados.

Quanto ao 190, acho que o Governo do Estado deve ampliar muito, porque eu, há duas semanas atrás, precisei e tive que recorrer a outros recursos, porque demoraram demais para nos atender.

O SR. AILTON ARAÚJO

Agradeço as suas colocações e concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Ailton, nós naturalmente estamos todos preocupados e solidários com V. Exa. Na verdade, temos que ir a fundo neste debate quanto à questão de segurança; quando você vê o Secretário da Segurança dando seus depoimentos nos meios de comunicação, parece que estamos vivendo num mundo diferente.

Gostaria de fazer aqui, apenas uma pergunta para responder o Secretário da Segurança: quem é que não foi vítima de violência no último ano? E quantos foram fazer BO na Delegacia de Polícia? Oitenta por cento das pessoas que eu conheço não vão fazer o registro do que acontece, porque não adianta! Aí vem o Secretário, com seus números, dizendo que a violência está caindo no Estado do Paraná. A única pergunta que faço aos paranaenses, aos Deputados que estão aqui e aos presentes: quem é que não conhece um vizinho que não foi assaltado e que não fez o BO? Por quê? Porque não adianta, não tem 190, não tem segurança, não tem Secretário da

Segurança! Ora, um homem que se intitula o Roberto Carlos, não serve como Secretário da Segurança! Ele deveria servir para cantar, e muito mal. Quer dizer, um homem que brinca com a segurança se intitulando o Roberto Carlos, um homem que brinca com a segurança trazendo números fantasiosos para a população paranaense! Na verdade tenho sentido até dos Deputados do Governo, que o que precisa é o Secretário da Segurança ter vergonha e a capacidade de analisar o quadro de Segurança do Estado do Paraná e pedir demissão! A melhor contribuição que ele pode dar ao povo paranaense, é pedir demissão, porque não tem experiência, não tem competência! É o mais incompetente Secretário da Segurança dos últimos tempos!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Acho que o sentimento de todos os Parlamentares de poder pedir a palavra para nesse momento lhe prestar solidariedade neste momento bastante delicado, bastante abalado pelo que aconteceu ontem. E nós, em nome da Mesa Executiva, queremos nos solidarizar com V. Exa., com a sua família e dizer aqui também que a Mesa Executiva, enquanto Assembléia Legislativa, pode tomar as providências necessárias com relação ao ocorrido com V. Exa., embora o problema do 190 é um problema que tenha que ser resolvido obviamente a nível do Executivo Estadual. Desta forma, nós faríamos, através da Mesa Executiva, o sentimento de todos os Parlamentares, de solidariedade a V. Exa. pelo ocorrido ontem.

Então, que V. Exa. pudesse, assim que possível, concluir.

O Sr. Marcos Isfer

Deputado Ailton, só gostaria de dar uma sugestão. É impossível que no tempo da tecnologia, no tempo em que os telefones ligam as centrais de venda para milhares de pessoas ao mesmo tempo, não possamos ter uma central de atendimento condizente com o mundo moderno. Isto é algo muito barato, está sendo implantado em todo o Brasil. É uma questão de ir ver, de ver como funciona, instalar e fazer funcionar. Quando eu escuto algumas pessoas falarem, muitas vezes me parece que falta vontade política de realizar uma ação como essa.

O SR. AILTON ARAÚJO

Agradeço as colocações e agradeço ao Sr. Presidente, a paciência e tolerância e peço escusas ao nobre Deputado que pediu aparte e dizer que fica aqui a minha revolta.

Eu vi, como se diz na gíria e perdoem a expressão, “a viola em cacos” e depois que passou o acidente, bateu a angústia e o desespero, porque a minha vida não valia nada e será que a vida do nosso povo não vale nada? Aonde é que está a nossa segurança?

Perdoe o Sr. Secretário, o desabafo. Não entendo de Segurança, mas agora entendo de seqüestro. Não entendo de Segurança, mas agora entendo por que é que o

Secretário diz que tem segurança: é porque ele, como Secretário, anda escoltado, e eu, Deputado, como cidadão comum, não ando escoltado, porque estou esperando na Segurança que ele diz que o Estado tem e não tem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em nome da Mesa Executiva, mais uma vez, gostaríamos de prestar o nosso apoio e a nossa solidariedade ao Deputado Ailton Araújo e solicitar para que a Mesa Executiva possa encaminhar, em nome deste relato, mais uma vez as preocupações com relação à questão de segurança no nosso Estado, ao Secretário da Segurança e ao Governador Roberto Requião.

Liderança do PFL. Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi com muita atenção as colocações do Deputado que deixou claro os momentos difíceis que ele passou dentro do seu veículo com a sua esposa, quando foi seqüestrado. Ele fez aqui o seu desabafo, preocupado com a Segurança no nosso Estado, porque ele viveu aquilo que nós, diariamente, ouvimos e lemos nos meios de comunicação do Estado do Paraná e infelizmente, aquele que foi escolhido como Secretário da Segurança Pública, não tem capacidade para poder ocupar esta Pasta! É arrogante, é irresponsável e é incompetente, e hoje traz um dos principais jornais do nosso Estado do Paraná, uma matéria onde este Secretário “Roberto Carlos” dispensa repasses do Governo Federal para ser investido em Segurança Pública.

Eu vou ler para os senhores um pequeno trecho de tudo aquilo que ele falou: “o Paraná recebe, através do Sistema Único de Segurança Pública, repasses anuais e para o ano que vem, o repasse que vai ser feito é de três milhões e meio de reais”, de onde o Secretário questiona que esse repasse é um repasse mínimo comparado com os anos anteriores.

Realmente, Srs. Deputados, tivemos no ano de 2001 um repasse feito pelo Governo Federal, lá no Governo Fernando Henrique Cardoso, de vinte milhões de reais para poder ser investido em Segurança Pública, compra de equipamentos, construção de presídios e outras tantas ações na área da Segurança Pública. No ano de 2002, 24 milhões de reais foram repassados ao Estado do Paraná. No ano de 2003, 13 milhões de reais. No ano de 2004, 6 milhões e 200 mil reais e o Secretário vem questionar que o valor que o Estado do Paraná vai receber no próximo período é um valor que o Estado não precisa, que ele está rompendo com este convênio com o Governo Federal, em especial com o Ministério da Justiça, dizendo que é muito pouco dinheiro para o Estado do Paraná.

Enfim, Srs. Deputados, é um irresponsável! Três milhões e meio de reais, Srs. Deputados, é 10% do Orçamento de Segurança Pública do Estado do Paraná!

É possível esse Secretário irresponsável e incompetente gritar aos quatro cantos do nosso Estado que não quer os três milhões de reais de repasse do nosso Governo Federal?

Leio essa barbaridade, ele jogando esse dinheiro fora e escuto essa tristeza, que aqui o Deputado Ailton falou, dos momentos difíceis que ele viveu. Não posso aceitar uma irresponsabilidade desse tamanho.

Quero aqui convocar a Assembléia e, em especial, os Deputados do Bloco do Governo, que estão vivendo o problema direto com os seus familiares, estão vendo os seus amigos, estão vendo a população do Estado do Paraná vivendo dentro de um mundo de violência como nunca se viveu, peço a todos para que tomem uma atitude pedindo ao Governador do Estado do Paraná que tome uma providência, porque os paranaenses estão vivendo um momento difícil! Estamos vivendo um momento de insegurança, no nosso Estado! Não posso aceitar uma situação como essa! Não quero que continue no nosso Estado do Paraná, um Secretário incompetente e brincalhão tomando atitudes, falando besteiras e não resolvendo o problema da Segurança Pública do nosso Estado do Paraná!

O Sr. Durval Amaral

Ouçõ com atenção o seu pronunciamento, como ouvi também o do Pastor Ailton.

A questão da Segurança Pública no Estado do Paraná é das mais graves. Realmente, cresceram no Paraná todos os índices de violência. Aumentaram os homicídios, o tráfico de drogas, os assaltos à mão armada, todo o tipo de crime aumentou no Estado do Paraná. Só não enxerga o Secretário da Segurança Pública!

Não enxerga, por quê? Porque ele não é uma pessoa preparada para o cargo. É Promotor de Justiça, não se questiona, mas o fato de ser Promotor de Justiça não o credencia para ser Secretário da Segurança Pública! Efetivamente é despreparado, é prepotente, é incompetente no desempenho das funções de Segurança Pública.

Tenho certeza, nobre Deputado Plauto, que a permanência desse Secretário vai trazer muito desgaste para o Governo do Estado. Agora, a questão é fundamental, o desgaste maior é para a sociedade paranaense. Os paranaenses estão inseguros, não por se tratar aqui de um problema que não é pontual, com o Pastor Ailton. O problema acontece em todo o Estado do Paraná e em todas as cidades. O Governo tem que tomar providências urgentes, porque senão a segurança pública realmente desmoralizará o Governador do Estado do Paraná.

O Sr. Reni Pereira

Gostaria de contribuir com o vosso pronunciamento e dizer que eu acredito que os critérios de repasse das verbas do Governo Federal são proporcionais à competência e os resultados apresentados. Se está diminuindo

é porque os resultados apresentados no Paraná deixam a desejar.

Gostaria de me solidarizar com a família do Pastor Ailton e dizer, não só a ele, mas para todas as famílias do Paraná, que quem quer ter segurança neste final de ano, que acampe do lado de um shopping center ou do lado de um Banco, que serão os únicos lugares que vai haver segurança, segundo as palavras do próprio Secretário da Segurança.

O Sr. André Vargas

Eu aí concluir, ninguém merece.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Em nome das famílias paranaenses, quero aqui fazer um alerta: vai mal a Segurança Pública do Estado do Paraná.

É nos quatro quadrantes do nosso Estado. Em nome de Ponta Grossa, das regiões dos Campos Gerais, que eu defendo nesta Casa, com os demais municípios paranaenses. Deputados, não agüentamos mais. As famílias paranaenses não agüentam mais a ação triste, medíocre, que é feita pela Secretaria da Segurança do nosso Estado do Paraná!

Espero que haja mudanças radicais, que o Governador tome uma atitude para fazer com que todos nós tenhamos mais segurança.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PMDB, Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE

Srs. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho aqui por dois motivos: um, para dizer que estivemos na parte da manhã com o Secretário da Segurança e fizemos também a inquirição sobre os benefícios que o Governo teria deliberado em favor dos municípios. Fiquei entusiasmado, por um lado, que tivemos não só a compra de 1286 novas viaturas, contratação de mais de 1300 novos policiais militares, não só nomeação, mas também autorização para que tenhamos outros concursos públicos para delegados, escrivãos e investigadores.

A Justiça realmente anda muito devagar, porque temos quase trinta e cinco mil processos em andamento com crimes hediondos, crimes que não só manipulam os narcotraficantes do nosso Estado, mas que também nos dão uma dificuldade muito grande de atender aos preceitos constitucionais que nós precisamos. Todos os Deputados que estão aqui, querem que seu Município tenha maior segurança. Mas, como vamos conseguir maior segurança? Dando mais emprego, dando qualidade de vida, fazendo com que as pessoas tenham não só o próprio sustento, mas tenham como dar sustento aos seus. E essas quadrilhas que estão invadindo Curitiba - já que existe um diagnóstico feito pela Secretaria da Segurança que

estão vindo do Estado de São Paulo - que nunca ocorreram no Vale do Ribeira homicídios qualificados, latrocínios e outros tantos crimes como estão ocorrendo agora!

São pessoas que estão vindo de outros Estados, do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, grandes quadrilhas de narcotraficantes que nós combatemos e fazemos questão de vir nesta tribuna, não defender o Secretário da Segurança, porque ele tem a sua qualificação pessoal e sabe muito bem se defender, mas mostrar que o Governo do Estado tem efetivamente investido dinheiro, mas que o resultado nacional não está tendo efeito tão forte no Paraná.

Precisamos dar maior atenção em parceria com os Municípios, como hoje estivemos com quatro Prefeitos e o Secretário montando uma estratégia com o Judiciário desses Municípios, tentando identificar as quadrilhas qualificadas, as conhecidas, principalmente da Região Metropolitana de Curitiba que tem sido o covil de muitas dessas quadrilhas. E quando conversamos com o Secretário, ele não só se propôs a fazer uma reunião com a Assembléia Legislativa, com todos os coronéis, com todos os comandantes das microrregiões, mas tentar em parceria com os Prefeitos, com as Lideranças, com as Igrejas, identificar essas quadrilhas, porque a polícia também tem suas dificuldades, como nós temos, como Parlamentar.

Mas com este assunto de Segurança nós ressaltamos um projeto de lei que estou colocando hoje em pauta, um projeto simples, mas que talvez tenha um alcance visual e de defesa dos bens patrimoniais do Estado e dos bens privados em nosso Estado.

Nós nos reunimos com a Associação Comercial do Estado do Paraná, com a Federação das Indústrias e tivemos, pasmem, um resultado que nos assusta em Curitiba, foi levantado que só para pintar os monumentos públicos que foram destruídos por pichadores nesses últimos doze meses, nós precisaríamos mais de cinco milhões de reais, só este ano! Aí, fizemos uma reunião com as Associações Comunitárias e um Presidente da Associação fez um desafio a mim como Parlamentar de identificar uma rua da cidade que não esteja pichada e que não tenha sido danificada por pichadores. Não só a questão do turismo que nos abate, que tira o prazer de termos uma cidade bonita como Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, que duvido, Dobrandino, você tenha uma rua lá que não tenha uma pichação que denigra não só a imagem visual, mas que também cause prejuízo à cidade.

Estou entrando com um projeto aonde todos os meios de venda, comércio, até revenda de sprays, o mesmo sistema que fizemos com a cola de sapateiro, proibindo, codificando, identificando os revendedores, proibindo venda para menores de idade, porque o prejuízo, só em Curitiba, levantado pelas Associações, passaria de 20 milhões de reais, só para pintar as casas e monumentos históricos danificados por estes pichadores.

A comunidade italiana, que fez uma carta ao meu gabinete, mostrava que foram gastos quase cem mil dólares para restaurar esta praça, a 19 de Dezembro, que eu gostaria que todos, aqui, visualizassem em Curitiba o que está acontecendo. Cem mil dólares! Em dois dias os pichadores foram ali e riscaram, picharam, acabaram com o monumento, que foi restaurado por italianos que vieram da Itália e que vieram com investimento pela Fundação Itália e que hoje está totalmente pichado!

Infelizmente, é um preço que pagamos! Mas, quero que este projeto tenha uma atenção especial desta Assembléia; será votado no ano que, e tenho certeza, coibindo a venda para menores de idade, coibindo a venda sem um cadastramento - com RG, CPF e controle das pessoas que estão comprando isto - e qual será a utilidade, incriminando o estabelecimento que vender sem este cadastro, nós vamos coibir - em parte - e vamos tentar embelezar não só Curitiba, mas todo o Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Com a palavra, o Deputado Valdir Rossoni, utilizando o horário destinado à Oposição.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Devem ter observado a quantia que o nosso Secretário da Segurança é sedutor, porque segurança nós não temos, mas ele tem uma capacidade de convencimento em cima de questões que não são verdadeiras!

Eu ouvia o pronunciamento do Deputado Kielse e fiquei entusiasmado com a competência do Secretário em convencer, em seduzir. Enquanto a nossa casa está sendo assaltada, o Secretário fica contando vantagens que não existem. Só vou dar uma resposta: foram, sim, contratados policiais. Mas os policiais que foram contratados, ainda estão sem armas!

Mas não é esta a questão que me traz à tribuna; e o pronunciamento que faria hoje, farei amanhã, porque quero enumerar aqui os fatos de corrupção do Governo Federal, no Grande Expediente.

Quero enumerar mês por mês, os acontecimentos que envergonham os brasileiros. Então, não farei meu pronunciamento em respeito aos servidores que estão aqui, mas estou autorizado a dizer aqui, em nome dos Deputados de Oposição, Reni Pereira, Luciano Ducci, Rossoni, Luiz Carlos Martins, Barbosa Neto, Ribas Carli, Plauto Miró, Elio Rusch, Durval Amaral e Ademar Traiano, que estaremos votando com os senhores que estão aqui.

Por isso, não farei meu pronunciamento, porque quanto mais tempo demorar na tribuna, nós temos que ter um alto quórum, porque precisamos de mais 28 votos para a derrubada de veto.

Era isto, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Com a palavra, no Horário do Governo, o Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero dizer que acabo de receber uma ligação do Procurador Geral do Estado, Dr. Sérgio Botto de Lacerda, dando resposta de última hora de que acaba de ser assinado o reenquadramento e o Caíto Quintana estará trazendo ainda hoje, aqui, a esta Assembléia uma das situações já acertadas, neste instante. Acabei de receber a ligação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar um pouco da nossa insegurança, e quero me solidarizar com o Deputado Ailton Araújo, que passa por um momento de grande dificuldade, e por que não dizer, complicado na sua vida, já que muitos de nós já passamos, eu mesmo já passei por este problema também, e quem não passou, dos brasileiros, já que o nosso País está mergulhado numa insegurança. Mas solidarizo-me com o Deputado Ailton Araújo.

Quero dizer também que não posso aceitar aqui Deputados da Oposição virem aqui fazer a politicagem em cima da desgraça dos outros! Não posso aceitar o Deputado Plauto Miró subir àquela tribuna e aos berros jogar tudo como se fosse culpa do Secretário Delazari, ou do Governo Requião, como se nunca tivéssemos assaltos à mão armada, seqüestros, roubos no Estado do Paraná ou no Brasil.

Não é assim, não Deputado, vamos exigir que a segurança melhore, porque está um caos no Paraná e no Brasil, mas não aproveitando do momento de desgraça de um companheiro nosso para vir aqui tentar dizer que isto só acontece neste Governo.

E também às críticas que aqui vieram ao Secretário por recusar os três milhões e quinhentos mil que vêm da verba federal para a Segurança, quero dizer que não é uma decisão do Estado do Paraná apenas; é uma decisão do Colégio Nacional de Secretários da Segurança Pública, que fizeram, numa das reivindicações, para que tenha por parte do Governo Federal, do meu Governo, mais dinheiro na Segurança, porque também não dá para deixar relegada a segurança a segundo plano.

Segurança, em qualquer pesquisa junto à opinião pública, está ou igual, ou numa prioridade maior do que a Saúde e a Educação. Eu já vi várias pesquisas perguntando à população, e pesquisas, pasmem, feitas às vésperas das eleições para ajudar na campanha eleitoral, Deputado José Maria, qual é o maior problema que você vê hoje? Qual seria a maior reivindicação? E lá está sempre pautada a segurança junto com a Saúde pública e junto com a educação. Portanto, tem que dar o tratamento, sim, da segurança como lhe é devido, e também principalmente por parte do nosso Governo Federal, sim, senhor!

Aqui eu vou passar uma cópia da carta ao Sr. Presidente da República, do Colégio Nacional de Secretários

da Segurança Pública que pedem e fazem aqui um arrazoadado de justificativas mostrando que a verba é muito pouca. Diz o seguinte: “os recursos oriundos da União repassados aos Estados por meio de convênios não alcança sequer a 1,5% do que se gasta em segurança pública no Brasil”. Portanto, praticamente 99% do que se gasta em segurança pública, Deputado Elton Welter, é por conta dos Estados. Então, nós temos que melhorar, sim, a distribuição do que tange à área de segurança.

E mais, trago aqui o que foi o convênio do SENASP, em 2000 foi distribuído para o Estado do Paraná quatorze milhões; em 2001, para o Estado do Paraná vinte milhões e trinta e cinco mil; em 2002, vinte e quatro milhões, quatrocentos e setenta e seus mil, novecentos e quarenta e quatro - quase vinte e cinco milhões; em 2003, caiu para seis milhões e oitocentos; em 2004, caiu para quatro milhões, trezentos e cinqüenta e sei; em 2005, está caindo para três milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, e se continuar assim, irá cair.

Portanto, estão coretos os Secretários nessa reunião onde fazem uma reivindicação para melhorar a verba que vem do Governo Federal para a segurança dos Estados.

Estão aqui comprovados os valores que foram aplicados no Estado do Paraná e o quanto caiu. E, infelizmente caiu a partir de 2003, na batuta do Governo Lula.

Estou encaminhando um pedido de informação ao Governo do Estado do Paraná, ao Secretário da Segurança para que a Secretaria da Segurança me explique onde foram aplicados em 2000, 14 milhões; em 2001, 20 milhões; em 2002, 24 milhões e 500 mil, por que o Governo que os senhores aqui defendiam recebia tamanha verba do Governo Federal e a segurança era tão caótica como temos hoje sem o dinheiro que veio daquele momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades, tendo como Presidente o Deputado Delegado Bradock e como Relator o Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Recebido. À Comissão Executiva na forma do artigo 38 do Regimento Interno.**

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Cleiton Kielese, constantes do expediente. Necessita de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/2004, de autoria do Deputado Edson Praczyk, que altera a Lei nº 14.427, de 07 de junho de 2004, que dispõe sobre o uso do aparelho desfibrilador. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CSP. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo de Kaloré, com sede e foro no Município de Kaloré. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 442/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Inácia Dutra Duarte, no Município de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/2003, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior, integrantes do sistema estadual de educação, na forma que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE e CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CSP. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CSP, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a ampliação de penalidades à prática de "assédio moral" nas dependências da administração pública estadual direta e indireta por servidores públicos estaduais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP e CDHC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que torna obrigatório às empresas de ônibus de linhas convencionais estaduais, intermunicipais e de turismo, prestarem informações de segurança aos passageiros quando da partida dos mesmos dos terminais rodoviários. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC e SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 15/2004, que cria cargos na Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, e CF. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº e 02 (duas), de autoria dos Deputados Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Fernando Ribas Carli, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni, Ademar Traiano e Barbosa Neto, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 262/2004

A presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 262/2004, acrescenta novo artigo à sua redação original, numerando-o como artigo 3º, e renumerando o atual artigo 3º como artigo 4º, conforme segue:

"Art. 1º -

.....

Art. 3º - É vedada a contratação de despesas para pagamento da veiculação de ações governamentais através de órgãos de divulgação externa."

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI, ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO e BARBOSA NETO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 02

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 262/2004, altera a redação dos incisos do seu artigo 1º, conforme segue:

“Art. 1º -

I - 02 (dois) cargos de Diretor, símbolo DAS-2;

II - 04 (quatro) cargos de Coordenador de Projetos de Produção de Televisão e Rádio, símbolo DAS-3;

III - 04 (quatro) cargos de Assessor, símbolo DAS-4; e

IV - 02 (dois) cargos de Gerente, símbolo 1-C.

Art. 2º -

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI, ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO e BARBOSA NETO.

Em votação.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Poderia ler essa Emenda de Plenário para tomarmos conhecimento?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

(Lê Emendas nºs 01 e 02, de Plenário)

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, é possível discutir o projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pode ser discutido, mas será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Discutir**)

Perfeitamente.

Pretende o Governo do Estado, através desse projeto, contratar vários cargos comissionados para TV Educativa. Na verdade, são quatro cargos de Diretor, com símbolo DAS-2; sete cargos de coordenador de projetos e produção de televisão e rádio - símbolo DAS-3; oito cargos de assessor - símbolo DAS-4 e três cargos de gerente - símbolo 1-C, o que para nós Deputados de Oposição, parece-nos um verdadeiro trem da alegria! Acredito que a forma correta de se contratar servidores públicos ou a mais apropriada no serviço público é por meio de concurso público.

O Governo do Estado já vem sendo questionado por várias contratações irregulares na Televisão Educativa do Paraná e chamou a atenção de nós, Deputados de Oposição, a justificativa verdadeiramente esfarrapada que faz uso o Governo do Estado, tentando justificar os cargos comissionados.

Veja só, nobre Deputado Valdir Rossoni, na exposição de motivos assinada pelo Governador, quando ele justifica que não necessários os cargos comissionados, diz o seguinte: “Por outra vertente o projeto atende aos superiores interesses públicos, tendo em vista que a emissora (devidamente estruturada nos moldes que se propõe com esses cargos em comissão, todos) será instrumento de grande valia para divulgação de programas e atos do Governo e de interesse da população paranaense, com significativa economia para o Estado através da divulgação direta das ações governamentais sem necessidade de gastos com órgãos de divulgação externa”.

Logo, chegamos à conclusão que se vai contratar esses cargos comissionados, o Governador está dizendo que não vai mais gastar um centavo com nenhuma outra emissora de televisão, com nenhum outro meio de comunicação, enfim, com a imprensa do Estado do Paraná e, logo, aquelas vultosas quantias pré-determinadas no Orçamento Geral do Estado do Paraná para o ano de 2005 não serão necessárias, não serão efetivamente gastas. Então, quer dizer, as nossas duas emendas: uma reduz drasticamente o número de cargos comissionados e a outra, se por acaso for prejudicada, se essa primeira não for acolhida, estamos dizendo exatamente o que o Governo propôs na sua exposição de motivos, ou seja, que fica vedada a contratação de despesas para pagamento e veiculação de ações governamentais através de órgãos de divulgação externa.

Estamos indo ao encontro do que deseja o Governo do Estado do Paraná. A justificativa é do Governo. Tenho certeza que a Bancada do Governo não vai impedir a aprovação dessa emenda, porque ela vem ao encontro da moralização pública, à transparência embasada e fundamentada na exposição de motivos assinada pelo Governo Roberto Requião, ou seja, com a reestruturação, com esses vários cargos em comissão, o Governador não vai gastar um centavo mais com nenhuma emissora de rádio, com nenhuma emissora de televisão e com a imprensa escrita do Estado do Paraná. Não são palavras da Oposição. São palavras por escrito e assinadas na exposição de motivos do Governador Roberto Requião.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NATÁLIO STICA (**Para Discutir**)

Sr. Presidente, primeiro quero dizer que a TV Educativa do Estado do Paraná, que era mais um dos órgãos do Governo do Estado que estava abandonado, sucateado, caindo aos pedaços literalmente, pela infiltração de água naquele prédio, que talvez não mais estivesse em pé neste momento, o Governador Roberto Requião quando assumiu o Estado do Paraná, seu primeiro ato foi fazer da TV Educativa uma verdadeira televisão. O índice de audiência que não chegava a traços, hoje já é considerável no índice de audiência pelos órgãos de divulgação do nosso Estado.

Mais do que isso, temos hoje o nosso Estado do Paraná levado a todos os cantos do Brasil e inclusive à América Latina, através do Satélite B1.

Esta é a maneira mais barata de vendermos o Estado do Paraná para fora, portanto quero não só parabenizar a equipe que lá está hoje fazendo um trabalho que é considerado orgulho pela tamanha vontade de quem dirige aquela TV, para que ela esteja hoje fazendo o seu trabalho com as condições que o Governador está dando, que ainda não são as necessárias, mas já muito melhor do que tivemos no final do ex-Governador Jaime Lerner.

E quero dizer mais ainda, não sabemos onde era aplicado o dinheiro ou as verbas que eram oficialmente dadas como colocadas na TV Educativa, já que nunca funcionou.

E neste momento o projeto que chega a esta Casa é nada mais, nada menos do que acertar na direção daquela empresa com pessoas ligadas, de estrita confiança do Governador do Estado do Paraná.

Portanto, os poucos cargos criados, que são cargos de direção - porque hoje infelizmente para se trabalhar na TV Educativa tem que usar de um artifício de pagamento que é via cachê para que as pessoas que lá estão, até em estado às vezes de miserabilidade como que ganham para trabalhar naquela televisão e fazer o que ela é.

O Governador Requião quer definitivamente acertar a nossa TV Educativa para que seja o órgão oficial do Governo do Estado do Paraná. Não do Governador Roberto Requião, mas do Governador do Estado do Paraná que neste momento se chama Roberto Requião, e que no passado, infelizmente, não tiveram a mesma competência ou a mesma vontade de assim proceder.

E a emenda ora colocada pela Oposição e que amanhã vamos discuti-la porque amanhã vamos encaminhar contrários, é uma emenda que visa apenas coibir qualquer pagamento, para que a tevê não tenha nenhuma verba no seu trabalho de divulgação. Mas da emenda falaremos amanhã, porque ela volta à Comissão de Constituição e Justiça.

Encaminhamos voto favorável ao projeto, hoje, Sr. Presidente e amanhã encaminharemos **não** à Emenda.

Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para registrar, aqui, com muita satisfação, a presença na nossa Assembléia, do Prefeito da cidade de Dobrandino, José Carlos Pedroso, que é do PMDB e nos visita no dia de hoje. Não tive a oportunidade de voltar para receber o Título de Cidadão Honorário de Douradina, mas prometo, quando o senhor estiver lá, Prefeito, quero fazer-lhe uma visita e vou receber o meu Título de Cidadão Honorário, no que agradeço a todos os Vereadores da Câmara Municipal de Douradina.

Muito obrigado.

Bem vindo a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, para discutir.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, ouço aqui a voz enfraquecida do Líder Natálio Stica, porque contra a verdade não há argumentos. A TV Educativa, tornou-se o trem da alegria.

Por quê, meus amigos? Em 23 de maio aprovamos aqui a criação de 81 cargos, depois aprovamos mais 20, depois, mais dois, mais 22 cargos que são esses de hoje. São 125 cargos sendo criados.

O Deputado lembra tão bem do Governo anterior. Eu lembro de o Governo anterior de ter criado aqui em torno de 700 cargos e foi criticado pela Oposição. Achei que o atual Governo, ao assumir, extinguiria esses cargos, porque, se eles eram contra esses cargos, se eles quisessem ter uma atitude de lisura, teriam que extingui-los.

Pasmem os senhores, estão transformando a TV Educativa no trem da alegria. Hoje estamos aprovando mais 22 cargos. O Governo os cria para corrigir irregularidades cometidas pelo atual Governo. Muitos desses cargos que estão sendo criados hoje, por lei já existem, já estão recebendo e estão apenas corrigindo algo irregular que está na TV Educativa. Falta argumento para o Governo. Ele se amarra, Deputado Nelson Justus, Deputado Elio Rusch, no seu próprio argumento. Ele diz aqui na sua justificativa - então ele justifica a aprovação de 22 cargos -, da seguinte maneira: vocês, Deputados aprovem esses 22 cargos, que o Governo não vai mais gastar com comunicação, porque ele vai fazer uso da TV Educativa. O que os Deputados de Oposição fizeram? Fizemos uso da própria justificativa do Governo! Se o Governo está falando a verdade, vamos usar a justificativa!

Ao usar a sua justificativa, estamos entrando com uma emenda que diz o seguinte: o governo fica proibido de gastar com outros meios de comunicação.

Nada mais estamos fazendo do que ir ao encontro de sua justificativa, salvo ele esteja faltando com a verdade na sua justificativa. Mas quero acreditar que um documento que leva a assinatura do Governador tem que ter fé e temos que acreditar. E por acreditar, nós queremos "amarrar", quer dizer, queremos colocar na lei. Nós não queremos apenas, colocar a criação desses cargos na justificativa; queremos colocá-los na lei, porque, se aprovada a nossa Emenda, a Oposição votará favorável à criação desses cargos. Se não for aprovada a nossa Emenda, nós não votaremos favorável. E por quê?

Porque aí a justificativa encaminhada pelo Governador não é verdadeira! Então, agora nós vamos ver quem está com a verdade, se é o projeto de lei ou se é a justificativa. Se for a justificativa, vamos corrigir a rota, vamos colocar na lei a justificativa. Criamos, sim, os vinte e dois cargos, e colocamos na lei a obrigatoriedade de cumprir a justificativa encaminhada pelo Sr. Governador.

Por isso a Oposição tem uma posição muito clara: se aprovada a nossa Emenda, votaremos favorável; se não aprovada, votaremos contrário a esse trem da alegria.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para discutir, com a palavra o Deputado Antonio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, nós reconhecemos o valor da Oposição, mas queremos justificar o projeto do Governo. Essa televisão é um orgulho para o nosso Paraná! Nós estamos cansados de ver as outras televisões aí mostrarem filme de guerra, a mostrarem sexo explícito, e nós, talvez, tenhamos nos espelhado na Rede Vida, que é a Rede que leva ao nosso povo católico as mensagens de fé, de esperança do nosso povo brasileiro, da família brasileira.

A nossa televisão, com muito orgulho, foi uma das grandes coisas que o Governador Roberto Requião fez e está ampliando-a, porque pega no Brasil, pega na Argentina, pega além-fronteiras da nossa América. É um orgulho mostrarmos a pujança do nosso Estado, a dignidade!

A economia que o Governador fez em encargos na economia de guerra que tem feito tanto é prova do crescimento da nossa arrecadação, o crescimento da confiança, os empregos criados e temos que ter uma mola propulsora, que é a nossa televisão.

A Oposição, ao emendar o projeto, V. Exas. estão querendo criar problema para a aprovação da nossa mensagem, mas, o povo reconhece e a nossa Base de Apoio ao Governo irá valorizar o Governador. Nós queremos mostrar as coisas boas da nossa gente, do nosso Estado, os programas educativos, enfim, o orgulho dos paranaenses em termos um Governo sério e em termos uma televisão que leva o bem e a esperança à nossa gente, aos nossos trabalhadores.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para discutir, está com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, estava atentamente acompanhando aqui as palavras do Deputado Rossoni e do Deputado Anibelli e agora há pouco alguém falava aqui em TV Assembléia.

Queria consultar essa Presidência para saber se legal e tecnicamente nós não possamos usar a TV Educativa para ser o veículo oficial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e divulgar os trabalhos proferidos por esta Casa, até porque nós não teríamos gasto nenhum? Eu não sei a questão legal da concessão da TV Educativa, mas se pudéssemos, era uma despesa a menos que teríamos, porque muitas vezes a TV Educativa, à tarde, transmite programas que nós chamamos de “enche salame”; que são aqueles programas de encher a grade.

Que tal a TV Educativa, que está em diversos locais, que está no satélite, transmitir as Sessões aqui da

Casa, diminuindo custo, - não precisava gastar nada, somente colocando os equipamentos aqui e, quem sabe, a Assembléia poderia fazer isso - e nós teríamos a grade normal de programação da TV Educativa e teríamos um dinheiro público a menos, a TV Educativa passaria a transmitir a TV Assembléia, porque o dinheiro é o mesmo, o dinheiro da Assembléia é o dinheiro público, como o dinheiro do Governo é dinheiro público;

Então, para não haver essa discussão aqui, eu não sei se legalmente a concessão da TV Educativa possa permitir isso, mas se aprovada uma lei, eu acho que até nesta Casa e aí que eu consultaria o nobre Presidente, que eu não sei se vai responder também porque envolve a questão da comunicação da TV Educativa, tem que educar. E eu acho que quando nós fazemos política aqui, nós estamos também educando, estamos aprendendo também.

Então, eu gostaria de deixar essa sugestão que se fosse possível, dentro da lei, diminuiria os custos, a Assembléia não precisaria gastar, nós daríamos uma bela de uma audiência para a TV Educativa. Vocês imaginem que audiência teria TV Educativa de ver o debate entre os Deputados, diminuindo custos, porque o dinheiro é de um caixa só, pode ser do Legislativo, do Executivo, mas o dinheiro é do povo, eu acho que diminuiria os gastos e estaríamos assim dando oportunidade para a TV Educativa ter uma bela programação, ou seja, as discussões dos trabalhos nesse período das 14h00 até às 17h00, que é um horário que não é nobre na televisão, mas que seria um horário nobre do Parlamento e o mundo inteiro nos assistiria e principalmente o Paraná.

Seria uma sugestão e que se tivesse condições, eu gostaria que esta Casa e os demais Deputados aceitassem a sugestão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu tenho as minhas dúvidas se nós usássemos a TV Educativa nós tivéssemos uma autonomia. Eu não gostaria de colocar as imagens da Assembléia no ar para ser questionado ou ter o controle por um outro lado poder. Nós temos que ter independência.

E quando se fala em TV Assembléia, já há uma lei federal que nos autoriza a ter o nosso canal, mas, de qualquer forma, vamos fazer uma consulta se há essa viabilidade, porque realmente os custos seriam bem menores.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, eu daria uma outra sugestão: que fosse ao vivo a transmissão. Sendo ao vivo ninguém pode cortar nada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço aos Srs. Parlamentares que não fujamos da discussão que estamos fazendo do projeto de lei; nós temos mais duas Sessões hoje com a pauta ampla.

Então, eu peço a colaboração dos Srs. Parlamentares para que a tenhamos somente à discussão do projeto.

Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, eu gostaria de voltar ao tema que é a discussão da emenda que nós, Deputados da Oposição, estamos propondo na tarde de hoje.

Não vou tergiversar, não vou divagar, mas centrar fogo nessa questão que eu reputo de suma importância, principalmente quando trata da divulgação dos atos do executivo e conseqüentemente, do Estado do Paraná. Até concordo com o Deputado Antonio Anibelli quando diz que as imagens do Paraná estão sendo mostradas no Brasil todo, na América Latina, inclusive na Patagônia, como gosta de frisar o Governador Roberto Requião, ma eu pergunto, a que custo é feito tudo isso?

Nós já votamos aqui nesta Casa mais de quatrocentos cargos para o Teatro Guaíra, no começo desse mandato do Governador Roberto Requião, nós sabemos que foi, inclusive instaurado um procedimento para apurar a contratação irregular de funcionários para a TV Educativa, mas não podemos confundir a divulgação de atos do Executivo com a promoção pessoal que o Governador Roberto Requião tenta imprimir na programação da TV Educativa.

Na TV Cultura, em São Paulo, que é administrada por uma fundação, a Fundação Padre Anchieta, em nenhum momento nós vemos a figura do Governador Geraldo Alkmim sendo cantada em prosa e verso para o Brasil todo. São projetos inclusive inspirados dentro dos princípios educativos, como o próprio nome já diz, e que são veiculados e até premiados no mundo inteiro, como caso do Castelo Ra-Tim-Bum e tantas outras produções dessa TV que é a TV Cultura.

Mas aqui no Estado do Paraná, por exemplo, será que o Governador Roberto Requião daria a oportunidade de estabelecer o contraditório que é um dos princípios básicos daqueles que conhecem um pouco o manual do bom jornalismo?

Eu não vi, por exemplo, nenhum Deputado de Oposição tendo espaço na TV Educativa, mas vi que a verdade do Governador é repetida várias vezes como um princípio de técnica de Goebels. Será que nós queremos isso, fazer uma lavagem cerebral em nossa população? Ou até aqueles que estão em outros rincões de nosso País que vêem uma imagem cor-de-rosa do Estado do Paraná que não condiz com a realidade!

Qual seria a diferença de se passar numa novela da rede Globo que tem cenas de sexo nas entrelinhas do que ouvir as baboseiras do Governador sobre os transgênicos e tantas outras posições monocórdicas, única e simplesmente vendo a visão governamental e não a realidade, através do contraditório?

Este tipo de contratação fere o princípio da moralidade, é contra a transparência e contra a austeridade, tão propaladas por este Governo. Portanto nós devemos, sim, aprovar esta Emenda de Plenário que é feita pela Oposição, na tarde de hoje. Ela está justamente seguindo aquilo que o próprio Governador Roberto Requião defende, ou seja, que com a contratação desses profissionais que irão fazer da produção da TV Educativa, nós não tenhamos mais que gastar, como vai gastar o Governo na publicidade! Só na administração direta está previsto, no orçamento, 90 milhões de reais, fora a Administração Indireta, que seria mais de 60 milhões, 150 milhões de reais!

Temos que ter, portanto, coerência, e é pela coerência que estamos discutindo e encaminhando o projeto para que seja votada a favor esta emenda de Plenário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerrada a discussão.

O referido Projeto retornará a Comissão de Constituição e Justiça, para apreciação no dia de amanhã.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 8.013, de 14/12/84 (doação de imóvel ao Município de Presidente Castelo Branco). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, que denomina Dona Margarida Langer, o trecho da PR-427, entre os Municípios da Lapa e Campo do Tenente. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios da região de Campo Mourão - UNESCAM. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2282, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, com apoio dos Deputados Nereu Moura, José Maria Ferreira, Natálio Stica, Dobrandino da Silva e da Deputada Elza Correia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 281/2004.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/2004, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a isenção da cobrança de taxa na emissão de boletim de ocorrência em caso de acidentes de trânsito com vítimas para instrução de pedido de auxílio-doença perante o INSS e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n 24/2004, que estima a receita e fixa a despesa do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2005, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CO.

Em votação

O SR. MARCOS ISFER (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tivemos o cuidado, juntamente com os Deputados Ademir Bier, Pedro Ivo, Durval Amaral, José Maria Ferreira e Deputado Traiano, de fazermos, dentro da Comissão de Orçamento, uma aproximação de tudo aquilo que os Srs. Deputados nos enviavam e sem que nós, de uma certa forma, interferíssemos dentro do Orçamento que foi enviado pelo Executivo, a fim de não criarmos grandes inconvenientes.

Então, recebemos 5139 emendas, das quais aprovamos 2638, sendo 2163 da despesa, 458 ao conteúdo programático e 17 ao texto da lei.

É importante que se ressalte que na área de Educação...

(Lê):

“O Governo do Paraná estimou aplicar em Educação R\$2,3 bilhões, sendo que o limite constitucional mínimo exigido é de R\$1,8 bilhão. É importante destacar que o Estado do Paraná estima depositar na conta do FUNDEF R\$1.2 bilhão, e o retorno do FUNDEF para o Estado está estimado em R\$859 milhões, o que significa uma perda de R\$340 milhões para os cofres do Tesouro.

Houve por parte da Comissão de Orçamento uma preocupação especial em preservar os limites legais estabelecidos, assim as proposições dos Srs. Deputados foram inseridas no contexto das metas do governo, para a educação, acondicionando os pleitos das bases sem trazer qualquer prejuízo ao programa estabelecido na proposta, e acima de tudo fazendo constar no orçamento a real necessidade de cada município por meio da representação parlamentar.

Saúde:

Na Saúde, a previsão de gasto para 2005 é de R\$885 milhões, em contrapartida a uma exigência mínima constitucional de R\$859 milhões, ou seja, 12% da receita de impostos para serviços e ações de saúde.

As emendas parlamentares incrementaram mais ainda esta obrigação constitucional contemplando mais R\$9 milhões de reais, que atenderão, dentro da proposta do Governo todas as regiões do Estado, nas necessidades mais elementares da população no que se refere à assistência à saúde.

Habitação:

Pela proposta encaminhada pelo Poder Executivo, os recursos para habitação eram de pequena monta, não atendiam às necessidades da população paranaense, tanto que um número grande de emendas apresentadas foi o indicativo de que era preciso corrigir a proposta, o que foi feito através de emendas coletivas que culminaram num acréscimo, nesta pasta, da ordem de R\$38 milhões, o que possivelmente será suficiente para atendimento das necessidades da população, e contribuirá para minimizar o déficit habitacional no nosso Estado.

No Ensino Superior:

Não faltou empenho desta Casa, e desta Comissão em atender ao chamado dos Deputados e das entidades de classe para a situação do ensino superior, manifestado em audiências públicas oportunizadas também por esta Comissão, tanto que através de reuniões com representantes do Governo avançou-se na busca de alternativas que resultou em consignação de dispositivo autorizativo para alocar ao ensino superior mais R\$30 milhões de reais”.

Esses 30 milhões de reais saem da compensação realizada entre o INSS e o Paraná Previdência. Esses 30 milhões não constavam no orçamento. Vem constar com a contribuição do Secretário Reinhold Stephanes, Secretário do Planejamento. Então, vem constar aqui dentro da Comissão, mais 30 milhões de reais para o ensino superior.

Da mesma forma com relação ao fórum dos servidores, as emendas que eles nos apresentaram foram duas, incorporadas ao texto da lei. E em ambas fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do artigo 35, parágrafo 3º da Lei 14.668, a conceder aos servidores do Estado do Paraná ativos, aposentados e pensionistas, em cumprimento ao artigo 37, inciso 10 da Constituição Federal, por ocasião da data-base estabelecida pelas Leis nºs 1366/2002 e 9547/2001 reajuste salarial no mínimo em percentual equivalente ao INPC acumulado nos últimos 12 meses que antecedem à data-base.

Essa era uma reivindicação dos servidores; fizemos questão, até por ter nascido da audiência pública, de incorporá-la à proposta do substitutivo geral do Orçamento, e com isto, entendemos que tanto com relação ao ensino superior como aos servidores, nós criamos uma nova disposição.

(Lê):

“Emprego, Renda e Bem-Estar Social:

Nesta área, muitas emendas refletem a carência da sociedade paranaense. Só para exemplificar menciona-se a procura por espaços para o crescimento industrial, onde se registrou muitos pedidos para barracões industriais,

não contemplados na proposta, e que foi corrigido por meio das proposições dos Srs. Deputados. Muitos pedidos também no campo das agroindústrias, de todas as regiões foram acolhidos, para tentar minimizar a dificuldade dos pequenos e médios produtores rurais.

Na agricultura em especial, destacamos os acréscimos da oferta de calcário para correção de solo, e auxílio para equipamentos agrícolas, pleito de um grande número de Parlamentares, principalmente para atender a agricultura familiar que sobrevive com dificuldade, também verificado com muita atenção por esta Comissão.

Na questão da assistência social, construir, equipar e manter casas, asilos, creches, APAE's e outros centros assistenciais foram os pedidos mais expressivos que foram incluídos na proposta com ações expressas na Lei Orçamentária, o que deve merecer especial atenção do Governo e desta Casa, no curso da execução deste orçamento, assegurando assim que os benefícios propostos pelos Srs. Parlamentares cheguem ao cidadão.

Considerações Finais:

Em linhas gerais, a missão desta Comissão de Orçamento, nos termos do Regimento Interno, foi a de analisar o Projeto de Lei Orçamentária e na mais perfeita sintonia técnica introduzir neste, fielmente, as proposições dos Srs. Parlamentares, fazendo valer o interesse social e assegurando as prerrogativas deste Parlamento e o exercício supremo e legítimo da democracia”.

Há pouco conversava com algumas pessoas da Secretaria do Trabalho e Ação Social e dizia de uma emenda que havia sido solicitada, de 18 milhões, para o Fundo da Infância e Adolescência, que nós não tínhamos podido atender por não haver aqueles 18 milhões disponíveis na Proposta Orçamentária, mas que nós teríamos atendido com inúmeras outras entidades e que esse remanejamento se necessário poderá no futuro ser realizado dentro da Secretaria.

Em linhas gerais, gostaria de destacar que inúmeros Deputados também enviaram emendas no sentido de infra-estrutura.

Muitas vezes, a solicitação de abertura de estradas, a solicitação para que determinados trechos de estradas sejam melhorados. Nós, o que fizemos?

Como não havia recursos disponíveis para disponibilizar tudo que era solicitado, deixamos a rubrica em aberto, disponibilizando um pequeno recurso. Naturalmente que durante o exercício vindouro o Governo do Estado juntamente com os Deputados entenderem que pode-se realizar mais essas obras ainda, se houver um acréscimo de arrecadação que todos nós esperamos que haja. Tenho certeza que com tudo isso poderemos estar atendendo os pleitos de todos os Deputados da Assembléia.

Quero, desta forma, dizer o seguinte: que nós, através da Comissão, presidida pelo Deputado Ademir Bier, buscamos em todos os momentos fazer a construção

de um substitutivo bastante democrático, que atendesse a reivindicação dos 54 Deputados estaduais.

Naturalmente não chegamos à perfeição. Sabemos que em determinadas áreas existem ainda pleitos maiores a serem feitos, mas dentro de praticamente 16 bilhões de reais, que o Governo do Estado nos enviou para o exercício de 2005, nós buscamos fazer o melhor.

Não podemos esquecer que cerca de 10% desse recurso é encaminhado para o pagamento da dívida pública, e outro 1 bilhão e 800 também para pagamento de encargos de inativos e pensionistas.

Mas temos que frisar, sim, é o grande investimento realizado na área da Educação e da Saúde, que entendemos ser o preceito maior do Estado.

Se os senhores tiverem dúvidas de algumas emendas, depois eu posso tê-las, mas quero dizer que as emendas ao texto foram todas aceitas, com exceção desses 18 milhões para o FIA, porque não havia recurso, e uma de 2 milhões, que foi solicitado para a criação de um pólo cinematográfico, também fruto da audiência pública e da reivindicação de todos os Deputados, foram destinados à Secretaria da Cultura mais 12 milhões que devem atender tanto a área de teatro como do pólo cinematográfico, como outras áreas.

Com a palavra a Deputada Elza Correia.

A Sra. Elza Correia

Queria cumprimentar a Comissão, ao Presidente Ademir Bier, V. Exa. Deputado Marcos Isfer, Relator da Comissão e dos demais componentes. Cumprimentar muito especialmente a Ana Beatriz, que teve uma grande contribuição, ajudou os Deputados, conversou conosco, foi um pouco assessora da maioria dos Deputados, trabalhou sábado, domingo e feriado.

Acho importante fazer esse registro pela dedicação e compromisso da Ana Beatriz com todos os Deputados e pelo esforço que ela fez no atendimento, certamente a mim e aos demais Deputados.

O SR. MARCOS ISFER

Lembrar que a pedido do Deputado José Maria Ferreira, a seu pedido e a pedido de outros Deputados do Norte, também foi feito uma emenda privilegiando os recursos para a Região Metropolitana de Londrina e de Maringá, por solicitação da Deputada Cida e outros Deputados de Maringá.

A Sra. Elza Correia

Eu ia falar exatamente sobre isso, que houve um esforço da Comissão em atender às solicitações dos Deputados. Evidentemente que dois milhões de reais, na minha avaliação, é muito pouco em relação às demandas e os pedidos. Muito difícil contemplar o Estado com dois milhões de reais, mas no ano passado foi quinhentos mil que nós não fomos atendidos ainda, não houve resposta desses quinhentos mil reais. Seria então dois milhões e meio que nós temos direito agora.

O SR. MARCOS ISFER

É aquilo que eu dizia com relação a algumas obras que alguns Deputados pleiteiam. Às vezes pleiteiam estrada, e ela custa dez, vinte milhões, se já não vem dentro do plano de Governo da Secretaria dos Transportes ou do Departamento de Estradas de Rodagem. Não adianta imaginarmos que destinarmos vinte milhões para aquela obra vá fazer com que ela ocorra. Destinamos um valor - que no caso de estradas - é um valor apenas para deixar a rubrica em aberto. No caso das duas regiões metropolitanas não é um sinal de que a Assembléia quer efetivamente que isso comece a ocorrer. É a abertura, para que na sequência possa ocorrer o desejo que - tenho certeza - é da senhora, do Deputado José Maria, do André Vargas, todos os Deputados da região.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Gostaria de levantar essa questão de ordem até para me situar nessa questão do Orçamento.

Sr. Presidente, há possibilidade de aparte no encaminhamento, ou nós teremos o direito de dar encaminhamento nosso?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. poderá posteriormente encaminhar.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Questão de Ordem**)

Não estamos no período de encaminhamento; estamos no período de discussão.

A Sra. Elza Correia

Era basicamente isso. Como estamos num processo de discussão, acho que cabe aparte e eu queria fazer essas manifestações, a maturidade do compromisso da Comissão em fazer essas emendas coletivas que aí são as respostas positivas para a Assembléia Legislativa. Mostra o compromisso do conjunto da Assembléia e de todos os Deputados. Evidentemente que gostaríamos de ter contemplado emenda que não foram possíveis de serem contempladas, mas quero reconhecer aqui o esforço da Comissão em fazer o máximo possível para que pudéssemos ser contemplados, ou com emendas nas receitas ou nas programáticas, que aí, sim, mais difíceis de serem atendidas depois.

Mas de qualquer forma, queria só deixar registrado os meus cumprimentos pelo trabalho da Comissão e dos funcionários que assessoram essa Comissão.

Era isso!

O SR. ANDRÉ VARGAS (**Questão de Ordem**)

O Deputado Marcos Isfer está discutindo a Lei Orçamentária. É possível fazer aparte? O Regimento prevê apartes quando há discussão?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se o orador que está na tribuna conceder aparte, é possível. Se ele não conceder, não é possível.

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, democraticamente, já fizemos até audiência pública, por que não vamos debater aqui?

O SR. ANDRÉ VARGAS

Acho que o diálogo é sempre bom, inclusive porque estamos refazendo o Regimento. Talvez seja o caso de eventualmente, se não houver previsão regimental, nós corrigirmos. Acho que seria útil para não obstruir o debate.

Primeiro, dizer, Deputado, e reconhecer que V. Exa., assim como o Presidente Ademir Bier e assessoria fizeram todo um esforço e quero parabenizá-lo, dizer e reafirmar aqui aquilo que temos dito em relação aos índices da Saúde.

Há uma maquiagem para se chegar aos 12%. Usa-se empréstimos para a SANEPAR para chegarmos a 12%. É inconstitucional!

Até porque por respeito a V. Exa., ao seu trabalho, vou votar com o Orçamento, mas não poderia deixar de colocar que não é uma limitação de V. Exa., é um problema que tem acontecido - acontecia em 26 Estados em 2003 - e agora apenas em dez Estados. Os 12% previstos pela Constituição estariam vinculados à destinação à Saúde Pública, ao SUS. O leite das crianças tem previsão orçamentária para se chegar ao índice. A saúde dos trabalhadores, por mais importante que seja, é uma clientela fechada, como se fosse um plano de saúde dos servidores; também se usa para chegar ao índice.

Portanto, por mais esforço que V. Exa. tenha feito, o orçamento do Governo será objeto de questionamento judicial, com relação ao índice da Saúde. Temos aqui militantes dos sindicatos que sabem exatamente o que significa a caminhada da Emenda Constitucional 29, hoje um artigo constitucional, e colocar isso publicamente.

A outra questão, até porque está hoje nos jornais, é em relação à Segurança Pública. O Secretário Delazari disse que pode abrir mão de despesas correntes, transferências da ordem de 3 milhões e meio. Há pouco ouvi gente defendendo o Governo - acho até que equivocadamente - dizendo que os recursos diminuíram. No ano passado, foram 20 milhões do Governo Federal. Este ano, o Estado apresentou apenas 6 milhões, em solicitação de convênios do Sistema Único de Segurança Pública, como disse na minha abordagem.

Queria saber também de V. Exa. se o orçamento está comportando, podemos abrir mão de recursos da União em relação à Segurança Pública, se os recursos são satisfatórios.

O SR. MARCOS ISFER

Quero dizer a V. Exa. que quem sabe dos recursos para segurança específica da União é a própria União. Acho que todo recurso é bem-vindo. Como lhe disse, achamos 30 milhões, que o INSS compensava a Paraná Previdência e não vinha para o Orçamento. Conseguimos trazê-lo para dentro do Orçamento e com isto resolver-

mos o problema das nossas universidades estaduais. Então, todo dinheiro que vier e daonde vier, será sempre bem-vindo.

É a minha visão, falando do Orçamento, pura e simplesmente. Não vou entrar na discussão do que foi dito, dos valores, se tem vindo muito ou se tem vindo pouco, porque tenho certeza que segurança pública é prioridade, sempre. Então, quanto mais recursos houver, melhor é.

Quero deixar claro que há um incremento, também, por parte do Governo do Estado, bastante significativo, na área da Segurança.

O Sr. André Vargas

Com relação às universidades, está vinculado ao aumento de pessoal ou entrou numa rubrica geral, para as universidades?

O SR. MARCOS ISFER

Não, está específico para pessoal, professores docentes.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Isfer, tenho sempre votado favorável à aprovação do Orçamento, até por respeito ao trabalho da Comissão, do Presidente, da assessoria. Mas na verdade temos que começar a enfrentar a realidade. Da maneira com que estamos aprovando o Orçamento, ao longo da história - e isto não é agora - por várias razões, estamos cometendo vários equívocos.

Por esta razão, me posiciono contrário à forma com que foi feito este Orçamento.

Primeira razão: é um orçamento que não é real. Ele é superestimado. O que acontece? Ele tem uma gordura de pelo menos alguns bilhões. E o que acontece? Ao ter esta gordura, acima da estimativa da receita, superestima-se a receita do Estado e então o que acontece? Não há necessidade nenhuma de o Governador cumprir as emendas parlamentares, e nada mais legítimo do que as emendas parlamentares.

Isto é um defeito, ao longo da história, e nós estamos aqui sempre errando. Por esta razão, por reconhecer o erro do passado, por eu ter tido posições favoráveis a isso que sempre vem acontecendo, começo a ter posição contrária.

Primeiro, a receita que está hoje superestimada em alguns bilhões faz com que o Governo também superestime as despesas, e aí vai acontecer como esta ano.

Claro que o Governador, se não quer pagar as emendas dos Parlamentares de Oposição, isso é um direito dele, não é um direito constitucional, mas tudo bem. Agora eu pergunto aqui: qual é o Parlamentar que recebeu a sua emenda neste ano que estamos terminando? Aí está a primeira prova!

A segunda prova, e reconheço que esse é o erro de todos os Governos que passaram, mas nós, se começarmos a aplicar a Lei de Responsabilidade Fiscal na sua

plenitude, não tenho dúvida de que aqui nós faremos com que o Governo respeite mais os Parlamentares.

Segundo item que me faz votar contrário, com todo respeito ao brilhante trabalho que V. Exa. fez, aplicação na Saúde de 12% que é exigido constitucionalmente. Como disse aqui o Deputado André Vargas, está se colocando nesses 12% aplicação em saneamento, e todos nós sabemos que saneamento não é saúde. E estamos aqui hoje com a presença dos servidores da Saúde. Nós que representamos em torno de setenta Municípios do Paraná, sabemos quantas pessoas têm que pegar a ambulância, vir a Curitiba pedir socorro de saúde; e quantas dessas pessoas padecem nas portas dos hospitais porque eles não querem atender! Isso são milhares e milhares de pessoas! Primeiro, porque não tem o atendimento na sua região, falta dinheiro, se não é atendido na sua região, sequer na Capital ele é atendido. Por quê? Porque estamos tirando dinheiro da Saúde para aplicar em saneamento!

Aí vem, então, o discurso que saneamento também é saúde, para aplicar em saneamento. Tudo é saúde, até Segurança, se você for analisar por esse lado. Então, outra razão que faz me posicionar contrário à aprovação desse Orçamento.

Terceiro, as rubricas de obras. Ora, senhores, temos no Paraná, eu não vou dizer uma centena, mas vou dizer que são muitas obras paralisadas. E se nós fôssemos respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal, não poderíamos iniciar nenhuma obra nova se não terminássemos as já iniciadas! E eu vejo nesse Orçamento, apesar da sua boa vontade e da sua compreensão, V. Exa. contempla essa rubrica com alguns mil reais, só para deixar em aberto essa rubrica. Mas na verdade vai tirar daonde? Lá na metade do ano, se quiser dar prosseguimento a essa obra, vai tirar da Saúde, novamente, porque fazer uma estrada asfaltada para ligar um Município também é saúde! Por quê?

A pessoa tem mais facilidade de se locomover na hora em que ela tem que procurar a saúde, se formos analisar da forma com que está sendo analisado este Orçamento.

Outra questão, que é fundamental, e termino aqui o meu questionamento, se nós Parlamentares não começarmos a exigir que se cumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal, não adianta chorarmos o leite derramado, não adianta reclamarmos do que não aconteceu no passado. Vamos corrigir o presente!

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tem obras que estão paralisadas há dois anos! Eu cito aqui e peço apoio dos Parlamentares que representam aquela região, por exemplo, temos uma obra que liga o Município de Mangueirinha, Reserva do Iguaçu, Pinhão, que faz dois anos que está parada. E tem uma quantidade na sua rubrica, miserável, que não dá para dar continuidade à obra.

Então, por essas razões, por não cumprirmos os 12% na Saúde, porque nós compreendemos de uma outra maneira, quero aqui deixar marcada a minha posição,

porque quero ser um defensor da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi uma das principais leis aprovadas neste País, e é uma das leis que dá muitos poderes ao Poder Legislativo, só que nós não temos usado deste poder que temos e temos aberto mão, superestimando o Orçamento, a receita; e aí claro, pode dar dois, três milhões para os Deputados, de emendas, porque certamente não serão cumpridas. Peço escusas ao ilustre Parlamentar, ao meu amigo Isfer, mas o meu posicionamento é esse, e não vamos entrar no mérito.

Vamos discutir os 12%. Se saneamento é Saúde ou não é Saúde, vamos discutir na Justiça.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS ISFER

Com relação a ser superestimado este Orçamento de 15,9 bilhões, está bastante realista.

A única coisa que V. Exa. pode considerar como superestimado é que conta-se com 1 bilhão e 100 milhões de receitas provenientes de venda de títulos de Santa Catarina, Guarulhos e Osasco. E ainda, cobrança de outros ativos e dívidas ativas. A cobrança desses títulos é difícil que ocorra, mas faz parte do Orçamento e deverá ocorrer. Há uma expectativa do Estado do Paraná em todos esses anos, que esses recursos retornem aos cofres públicos e possam se transformar em obras.

Gostaria de dizer que algumas obras estão paralisadas, e deve sim, ser questionado na Justiça o porquê de estarem paralisadas. Muitas vezes não é o recurso orçamentário. Sei que havia inúmeros trechos que eram feitos com recursos da COPEL e de outras empresas que acabaram paralisadas, não por falta de recurso do Estado, mas por outros motivos. Mas isso não interfere no Orçamento.

Gostaria de pedir o empenho de todos os Deputados para que quadrimestralmente o Secretário da Fazenda venha a esta Casa prestar contas de como é gasto o dinheiro público. É muito importante que estejamos questionando.

Tenho certeza que este orçamento deste ano é muito melhor do que o que relatei no ano passado. Por exemplo: na área da Saúde, já diminuiu, e muito, a parte do PARANASAN, porque já havia uma estimativa que isso fosse gradualmente reduzido até não constar mais no Orçamento.

Temos feito todos os esforços para ter o melhor Orçamento, mas não está superestimado.

Cumprimento de emendas de Deputados, acho que aí sim, é uma prerrogativa desta Casa, que deveria ir se impondo para que suas emendas sejam cumpridas, mas aí será o conjunto da Casa, o conjunto de todos nós que iremos fazer!

Recordo que no ano passado acabamos com um Orçamento de certa forma limitado, a capacidade de remanejamento por projetos e atividades votados por todos. No mês de março ou abril veio uma solicitação

para que se fosse desbloqueado o Orçamento e foi aprovado por unanimidade dentro desta Casa de Leis.

Então, acho que é a questão de todos nós trabalharmos em conjunto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Permite um aparte, Deputado?

Deputado Marcos Isfer, primeiro quero cumprimentar o Governo pela confecção do Orçamento.

Concordo com o Deputado Valdir Rossoni que o Orçamento é a peça mais importante que temos e que o Parlamento sempre deu pouca importância ou não deu a importância devida ao Orçamento, até por ser uma peça muito complexa, e individualmente, cada Deputado não tem assessoria e compreensão para conhecer toda a peça orçamentária. Agora, dizer que só agora reconhece que o Orçamento não representa a verdade ou não espelha os dados econômicos e de arrecadação também não é verdadeiro, porque esse Orçamento é um dos mais enxutos que já votamos nesses últimos dez anos em que sou Deputado.

Esse Orçamento foi feito em cima da realidade, não foi inflado, não tem mágica de transferência de recursos extra-orçamentários, não tem transferências governamentais federais acima daquilo que lhe é permitido ou do lhe servirá efetivamente concretizado. Então, é um orçamento que nós vamos verificar que se foram feitas emendas, foram feitas de dois milhões para cada Deputado. Eu vi, e os Anais da Assembléia constataam que teve Deputado que apresentou cinquenta milhões de emendas no passado e foi acolhida no orçamento. Ora, é uma ficção! Este Orçamento, não!

Depois de tantos anos, e é só olharmos os dados da Secretaria da Fazenda, o Orçamento em relação ao realizado, tem uma diferença de 4.31%. Com todas as dificuldades, estamos observando que há uma similaridade muito grande entre o que foi planejado e o que está sendo efetivamente realizado. Então, vejo no orçamento uma peça bastante próxima da realidade. Vamos ter problemas e teremos com relação à Saúde, não tenha dúvida, mas para quem?

Para o Estado, que apenas aplicava 3.37% em 2002, em Saúde, hoje temos uma aplicação extremamente positiva e estamos avançando, como V. Exa. mesmo retrata no seu relatório de que o Estado está cada vez mais avançando na questão da Saúde.

Quando V. Exa. relata e informa a questão do FUNDEF, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, o FUNDEF, para o próximo ano, traz uma cifra de 1 bilhão 178 milhões de reais. É um valor expressivo que está sendo reservado à Educação de nosso Estado. Ele é constitucional, está aí, mas mostra a disposição do Estado, da sociedade, em investir na Educação e não temos nada que se possa considerar impossível de realizar.

V. Exa. falou em um bilhão e cem dos títulos ainda em negociação da famigerada negociação do Lerner que é do Município de Osasco, Guarulhos...

O SR. MARCOS ISFER
Guarulhos e Alagoas!

O Sr. José Maria Ferreira

...e Alagoas. É um valor de um bilhão e cem e mais 549 milhões, que tem previsão de recebimento dos títulos podres.

O SR. MARCOS ISFER
Santa Catarina, não Alagoas; perdão!

O Sr. José Maria Ferreira

Santa Catarina. Alagoas foi liquidado. Cento e dezessete milhões. Mostra que o valor está bem próximo daquilo que haveremos de realizar.

V. Exa. disse que é difícil, mas não vejo com tanta dificuldade, até porque já decorreu um prazo muito longo da data em que foi constituído esse crédito e uma hora tem que receber. O Governador Roberto Requião tem feito todo movimento nesse sentido, pressão política e pressão administrativa para que esses títulos sejam liquidados.

Espero, Sr. Presidente e Sr. Relator, que esse Orçamento seja aprovado e o seu relatório seja acolhido por todos nós, até porque quando o Orçamento é enxuto é muito difícil para o Relator e para a Comissão fazer qualquer remanejamento, e V. Exa. buscou com competência, com paciência, com diligência, e produziu o relatório final. E aqui, até por lembrança da Deputada Elza Correia, quero fazer o registro do Líder Sindical, Cezar Cargiano, que possibilitou o conhecimento de um valor importante que veio somar à rubrica da universidade, no sentido de constituir aí a rubrica para o respectivo orçamento para que pudéssemos acudir a universidade, nos seus custos de pessoal, que V. Exa. bem definiu.

Estamos de parabéns, a Assembléia Legislativa. Se não é o Deputado Rossoni que sempre combativo, mas ele espelha bem o próximo àquilo que haveremos de realizar em termos de receita para o próximo ano. E a Assembléia vai cumprindo o seu papel. Espero que tenhamos condições de interferir e de que no futuro não seja uma lei autorizatória, mas que seja uma peça legal, com força de exigência e de cumprimento do que aqui for votado.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS ISFER

Muito obrigado, Deputado José Maria.

Quero ressaltar a importância da audiência pública. Inúmeras Assembléias, a Assembléia de São Paulo e de outros Estados ligaram à Comissão de Orçamento da Assembléia do Paraná e nisto tem mérito a Mesa Executiva, o Presidente, o 1º Secretário, que propiciaram que nós pudéssemos avançar também aí na discussão através da audiência pública, porque viramos exemplo para todo o País, porque quando você tem uma audiência pública, você

elimina uma série de dúvidas, uma série de questões e o Orçamento tem que cada vez mais efetivamente não só ser enxuto, mas retratar a realidade. Quadrimestralmente estaremos cobrando a sua realização.

Então, tenho certeza, estamos avançando com essa participação e é fruto dessa audiência pública: surgiram inúmeras sugestões que acabaram acatadas e que trouxeram recursos que não constavam do Orçamento.

O Sr. Artagão Júnior

Só a nível de esclarecimento, Deputado: o nobre Deputado José Maria no seu pronunciamento, comentou sobre os créditos de Alagoas, que na sua visão estariam liquidados. Até onde tenho informação, foi recebido 60% dos valores dos créditos e o restante 40%, parcelado.

Não sei se o nobre Parlamentar pode esclarecer a situação, só para que possamos compreender.

O SR. MARCOS ISFER

É algo assim, mas pelo menos já está negociado, já não faz mais parte todo ele de um contingenciamento que não temos grandes expectativas, como Santa Catarina, Guarulhos, mas é importante que se ressalte que efetivamente estamos buscando fazer um orçamento cada vez mais democrático. Então, parabéns à Assembléia Legislativa, aos Parlamentares, pelas emendas que apresentaram, todas elas bastante consistentes e que refletem o que pensa a população do Paraná e o que ela deseja. E vamos ter um dia em que elas poderão ser bem atendidas e com isso teremos efetivamente um atendimento aos nossos Municípios de acordo com a vontade dos Parlamentares.

Quero agradecer aqui a Ana Beatriz, a toda a equipe que colaborou na execução do relatório. Quero agradecer a Comissão Executiva que efetivamente nos propiciou que tivéssemos esse assessoramento durante a execução do relatório do orçamento, porque sem isso ficaria praticamente impossível analisarmos 5200 emendas.

Parabéns à Assembléia Legislativa do Paraná. Agradeço, em nome da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a emenda substitutiva apresentada pela Comissão de Orçamento. **Aprovada.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Registre-se o voto do Deputado Rossoni, contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto do Deputado Rossoni, contrário ao parecer da Comissão de Orçamento.

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 476/2004, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o artigo 1º da Lei nº 9491, de 21 de dezembro de 1990, que estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos Municípios no produto de arrecadação do ICMS. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário de nº 01, de autoria do Deputado Nereu Moura e Substitutivo Geral de Plenário de nº 02, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 476/2004**

Modifica o inciso VII do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 476/2004, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - ...

I - ...

II - ...

...

VII - zero vírgula dois por cento (0,2%) como fator de distribuição, aos Municípios litorâneos de Paranaguá, Matinhos, Guaratuba, Pontal do Paraná, Guaraqueçaba, Morretes e Antonina, que têm sua população aumentada, substancialmente, nos meses de alta temporada”.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Nelson Tureck, Geraldo Cartário, Dobrandino da Silva e Cida Borghetti.

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 02

Art. 1º - Fica alterado o inciso III do artigo 1º da Lei nº 9491, de 21 de dezembro de 1990, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - ...

III - seis por cento (6%), considerado o número de habitantes do Município em relação ao do Estado, segundo dados fornecidos pelo último censo oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com exceção dos Municípios litorâneos de Paranaguá, Matinhos, Guaratuba, Pontal do Paraná, Guaraqueçaba, Morretes e Antonina, para cuja definição do número de habitantes será considerado o número de visitantes nos meses de alta temporada, conforme regulamentação expedida pelo Poder Executivo”.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoioamento:

Reni Pereira, Nelson Justus, Barbosa Neto e 01 ilegível.

Encerrada a discussão e o projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 676/2003, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 1400/2003, que autoriza o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente, o valor devido ao FUNREJUS, por ato praticado nos Ofícios

de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas e altera dispositivos que especifica, da Lei nº 12.216/98, modificados pela Lei nº 12.604/99. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

PROJETO DE LEI Nº 676/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná autorizado a atualizar, anualmente, por Decreto Judiciário, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, o valor devido ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, por ato praticado nos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Parágrafo Único - A primeira atualização a ser decretada pelo Chefe do Poder Judiciário terá, como termo inicial, a data da vigência da Lei nº 12.604, de 2 de julho de 1999.

Art. 2º - O artigo 3º da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, modificado pela Lei nº 12.604, de 2 de julho de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º - ...

(...)

VII - ...

a) ...

b) não estão sujeitos ao pagamento:

(...)

19. os órgãos públicos federais, estaduais e municipais;

VIII - 100% (cem por cento) das custas decorrentes dos atos dos Tribunais de Justiça e Alçada, fixadas no Regimento de Custas”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei visa autorizar o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente, por decreto judiciário, o valor por ato praticado nos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A.

Inclui dispositivo que isenta de pagamento, pelos atos praticados no foro extrajudicial, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

Altera ainda, o percentual de arrecadação pelos atos dos Tribunais de Justiça e Alçada, passando de 80% (oitenta por cento) para 100% (cem por cento), conforme já previsto na Tabela I, nota 2, da Lei nº 13.611/2002.

A majoração proposta no anteprojeto de lei é justificada pelo fato de não ter havido, até a presente data, qualquer reajuste no valor fixado pela Lei nº 12.604, de 2 de julho de 1999.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 676/2003

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Judiciário Estadual, acompanhado do Ofício nº 1400/2003, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tendo como proposta “autorizar o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente, o valor devido ao FUNREJUS, por ato praticado nos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas e altera dispositivos que especifica da Lei nº 12.216/98, modificados pela Lei nº 12.604/99.”

Na justificava o autor diz que “a majoração proposta no projeto de lei é justificada pelo fato de não ter havido, até a presente data, qualquer reajuste no valor fixado pela Lei Estadual nº 12.604, de 02 de julho de 1999.”

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Chefe do Poder Judiciário, estando portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Já quanto à técnica legislativa, há de se modificar o artigo 3º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998 (artigo 9º), a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 3º do projeto de lei em análise.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma do Substitutivo Geral, bem como a Comissão de Justiça acolheu o voto em separado do Deputado Tadeu Veneri.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ, AO
PROJETO DE LEI Nº 676/2003

Art. 1º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná autorizado a atualizar, anualmente, por Decreto Judiciário, pelo Índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo - IPC-A, ao valor devido ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, por ato praticado nos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

§ 1º - A primeira atualização do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS a ser decretada pelo Chefe do Poder Judiciário, será calculada aplicando-se o IPC-A (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da publicação desta lei.

§ 2º - Quanto às escrituras pública, o recolhimento será exigido no ato de sua lavratura, ficando cópia arquivada no Registro de Imóveis e no FUNREJUS, dispensando-se a comprovação pelos tabeliães de notas do recolhimento das mesmas até a data da edição desta lei.

Art. 2º - O artigo 3º da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, modificado pela Lei nº 12.604, de 02 de julho de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º - (...)

VII - (...)

a) (...)

b) não estão sujeitos ao pagamento:

19 - os órgãos públicos federais, estaduais e municipais;

VII - 100% (cem por cento) das custas decorrentes dos atos dos Tribunais de Justiça e Alçada, fixadas no Regimento de Custas”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

Apoioamento:

Delegado Bradock, Nelson Justus e Pastor Edson Praczyk.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 676/2003

P A R E C E R :

O presente plano de lei é de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 1400/2003, tem por objetivo autorizar o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente, o valor devido ao FUNREJUS, por ato praticado nos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas e altera dispositivos que especifica da Lei nº 12.216/98, modificados pela Lei nº 12.604/99.

Tal propositura já foi analisada pela doughty Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável, na forma do voto em separado do Deputado Tadeu Veneri.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 3º do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da comunidade.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pelo seu encaminhamento ao Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Em votação.

A SRA. ELZA CORREIA (Para Discutir)

Sr. Presidente, queria deixar consignado na Casa, que hoje estamos votando a legalidade e a constitucionalidade e não a ilegalidade e a inconstitucionalidade.

Em relação ao mérito, amanhã - não sei se esse projeto vai entrar na Sessão Extraordinária seguinte - eu teria que votar contrariamente porque esse projeto penaliza a população de um modo geral, porque autoriza o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar anualmente o valor devido para as taxas judiciárias, que na minha avaliação já são altíssimas e dificultam o acesso da população mais carente à Justiça.

Para não me delongar muito, porque são quase sete horas e tem todo o pessoal esperando a votação do veto, paro por aqui.

Apenas para deixar consignado que amanhã votarei contrariamente a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Estamos votando a constitucionalidade do projeto, que é constitucional, conforme o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. **Aprovado.**

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 677/2003, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 1401-2003, que autoriza o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente, o valor da taxa judiciária, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

PROJETO DE LEI Nº 677/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná autorizado a atualizar, anualmente, por Decreto Judiciário, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, o valor da Taxa Judiciária.

Parágrafo Único - A primeira atualização a ser decretada pelo Chefe do Poder Judiciário terá, como termo inicial, a data da vigência da Lei nº 12.821, de 27 de dezembro de 1999.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

A cobrança da Taxa Judiciária decorre da prestação jurisdicional em 1º e 2 graus, sendo atualmente recolhida conforme dispõe a Lei nº 12.821, de 27 de dezembro de 1999, cuja arrecadação é destinada ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS (50%), ao Fundo Penitenciário do Estado - FUPEN (48%) e para o Fomento da Pesquisa Científica e Tecnológica (2%).

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo autorizar o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente, o valor da Taxa Judiciária, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, para que não sofra redução significativa, não se podendo olvidar que a referida taxa não é reajustada desde 28 de dezembro de 1999.

A atualização do valor da Taxa Judiciária é fundamental para que os aludidos fundos cumpram as finalidades para as quais foram criados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 677/2003

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo chefe do Judiciário Estadual, acompanhado do Ofício nº 1401/2003, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tendo como proposta autorizar o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente, o valor da Taxa Judiciária, conforme específica.

Na justificativa o autor diz que “a Taxa Judiciária decorre da prestação jurisdicional em 1 e 2 graus, sendo atualmente recolhida conforme dispõe a Lei nº 12.821, de 27 de dezembro de 1999, cuja arrecadação é destinada ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS (50%), ao Fundo Penitenciário do Estado - FUPEN (48%) e para o Fomento de Pesquisa Científica e Tecnológica (2%).”

Diz ainda que para que a Taxa Judiciária não sofra mais reduções significativas, já que não é reajustada desde 28 de dezembro de 1999, é que se propõe a medida em análise”.

Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Chefe do Poder Judiciário, estando portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Já quanto à técnica legislativa, há de se modificar o artigo 2º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998 (artigo 9º) a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no

entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 2º do projeto de lei em análise.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma do Substitutivo Geral, bem como a CCJ acolhe o voto em separado do Deputado Tadeu Veneri.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ, AO PROJETO DE LEI Nº 677/2003

Art. 1º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná autorizado a atualizar, anualmente, por Decreto Judiciário, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, o valor da Taxa Judiciária.

Parágrafo Único - A primeira atualização da Taxa Judiciária a ser decretada pelo Chefe do Poder Judiciário, será calculada aplicando-se o IPC-A (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da publicação desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 677/2003

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 1401/2003, tem por objetivo autorizar o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente, o valor da Taxa Judiciária, conforme específica.

Tal propositura já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável, na forma do voto em separado do Deputado Tadeu Veneri.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 3º do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da comunidade.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pelo seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

Estamos votando nesta Sessão a constitucionalidade, que foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. **Aprovado.**

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que estabelece critérios de publicidade das bolsas de estudo conseguidas por Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. Aprovado. (Publ. no DA nº 052/2004, de 08/06/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 236/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 236/2004, de autoria do nobre Deputado Pedro Ivo Ilkiv, ora sob exame nesta Comissão de Constituição e Justiça, visa dar publicidade à concessão de bolsas de estudo e respectivos critérios adotados para esse fim, pelas instituições de ensino superior públicas e privadas no Estado.

A iniciativa legislativa propiciará maior transparência para a sociedade relativamente às instituições de ensino superior, principalmente daquelas caracterizadas como filantrópicas e que nesta condição gozam de especiais benefícios de natureza tributária deferidos pelos Poderes Públicos Federal, Estadual ou Municipal, além também de permitir que os candidatos às bolsas de ensino gratuitas possam aferir seu enquadramento em face de critérios claros e previamente tornados públicos.

Confrontado o esboço de lei com os ditames constitucionais, legais e regimentais, constata-se que o mesmo está em condições de receber parecer favorável desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 236/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 236/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, estabelece critérios de publicidade das bolsas de estudo concedidas por Instituições de Ensino Superior públicas e privadas.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No mérito, âmbito de atuação desta Comissão Permanente, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 236/2004.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 236/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 236/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, estabelece critérios de publicidade das bolsas de estudo concedidas por Instituições de Ensino Superior públicas e privadas.

A matéria recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

No mérito, âmbito de atuação desta Comissão Permanente, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 236/2004.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 359/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de produtos à base de soja na merenda escolar nas creches e escolas públicas de ensino pré-escolar, fundamental e médio no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2004, de 06.10.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 359/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de iniciativa do eminente Deputado Luiz Nishimori, é pela obrigatoriedade da inclusão de produtos à base de soja na merenda escolar, seja nas creches seja nas escolas públicas de ensino pré-escolar, fundamental e médio do Estado do Paraná.

Propõe um mínimo de 3 (três) vezes por semana a composição de produtos à base de soja no cardápio da merenda escolar. Ainda fixa a atribuição à Secretaria de Estado da Educação no sentido de promover cursos de capacitação, preparação e aperfeiçoamento em produtos de soja para as merendeiras escolares.

Dispõe o texto da proposição que a finalidade do projeto é criar o hábito nas crianças paranaenses do consumo de produtos que tenham a soja como ingrediente, posto tratar-se de alimento de alto teor nutritivo, como proteínas. Argumenta por sua viabilidade econômica, considerando seu custo, sua disponibilidade, além de fácil preparo e variedade de opções de cardápio.

Voto e Fundamentação do Relator

Já aprovamos outros projetos nesta Casa com relação ao cardápio da merenda escolar, como a inclusão de peixes, por isso entendemos que é de competência parlamentar a iniciativa de legislar sobre a matéria, cabendo à comissão de mérito desta Casa competente para analisar a proposição manifestar-se sobre a conveniência e oportunidade da proposição.

A única restrição quanto à formalidade do projeto apresentado é quanto à fixação de atribuições à Secretaria

de Estado da Educação, o que pode ser solucionado substituindo-se o termo “Secretaria de Estado da Educação, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR”, no artigo 2º da proposição, para “o Executivo”.

Conclusão

Por conseguinte, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 359/2004, de autoria do ilustre Deputado Luiz Nishimori, porém com a emenda substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 359/2004

Art. 1º - Fica obrigada a inclusão de produtos à base de soja na merenda escolar nas creches e escolas públicas de ensino pré-escolar, fundamental e médio do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O cardápio da merenda escolar deverá fazer constar, pelo menos três vezes por semana, um produto à base de soja.

Art. 2º - O Executivo estadual, através de seus órgãos competentes, promoverá cursos de capacitação, preparação e aperfeiçoamento em produtos de soja para as merendeiras escolares.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 359/2004

P A R E C E R :

O projeto em apreço dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de produtos à base de soja na Merenda Escolar nas Creches e Escolas Públicas de Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio do Estado do Paraná, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, vem a esta Comissão com parecer favorável da egrégia Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Chamado este relator a emitir seu parecer, consultamos a Carta Magna do Estado, onde no seu artigo 177 diz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Em complemento, o artigo 179 afirma: “O dever do Poder Público, dentro das atribuições que lhe forem conferidas, será cumprido mediante a garantia de:

VIII - atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;”...

Assim considerando, este relator não vê qualquer óbice que possa impedir a tramitação do presente projeto, sendo de parecer favorável, à sua tramitação pelo plenário.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(a) ALEXANDRE CURI
Presidente e Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 33/2004, que altera dispositivos da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, que dispõe sobre normas pertinentes à consignação em folhas de pagamento de militares e servidores civis. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/2004, de 24.11.2004, em Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 438/2004

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 033/2004, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta alterar dispositivos da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, que dispõe sobre normas pertinentes à consignação em folhas de pagamento de militares e servidores civis.

Na justificativa o autor diz que a proposta ora formulada é oportuna, eis que visa permitir a inclusão no rol dos consignatários em folhas de pagamento dos servidores públicos, descontos em favor de Cooperativa de Crédito Mútuo.

Diz ainda que “a Lei nº 13.740/2002, atualmente em vigência, não permite que Cooperativa de Crédito Mútuo seja consignatária em folha de pagamento de militares e servidores públicos estaduais.

A proposta do presente anteprojeto de lei prevê a possibilidade de a Cooperativa de Crédito Mútuo do servidor público estadual consignar em folha de pagamento operações financeiras de empréstimo e mensalidade do cooperado.

Dessa forma, o Governo pretende oferecer o benefício do cooperativismo aos servidores, com possibilidade de operar a carteira de empréstimo a juros meno-

res dos praticados no mercado, livrando o cooperado da exploração decorrente da agiotagem.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Já quanto à técnica legislativa, há de se modificar o artigo 4º do projeto de lei em apreço. Até a edição de Lei Complementar nº 95, de 1998, (artigo 9º) a cláusula de revogação podia ser especificada ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante do artigo 4º do projeto de lei em análise.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 438/2004

Art. 1º - Modifica o artigo 4º do Projeto de Lei nº 438/2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 438/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei é de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 033/2004, tem por objetivo alterar dispositivos da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, que dispõe sobre normas pertinentes à consignação em folhas de pagamento de militares e servidores civis.

Tal proposição já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 3º do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da comunidade.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pelo seu encaminhamento ao Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 35/2004, que autoriza o Poder Executivo a receber do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, imóvel localizado no Município de Clevelândia, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 119/2004, de 06.12.2004, em Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 459/2004

P A R E C E R :**Relatório**

Da autoria do Poder Executivo, o presente projeto visa autorizar o Poder Executivo a receber do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, doação de imóvel localizado no Município de Clevelândia, no qual encontra-se instalado o Colégio Agrícola Estadual Assis Brasil, podendo o Estado do Paraná ocupá-lo também como órgão público.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar o presente projeto, constatou não haver inconstitucionalidade.

Conclusão

Assim sendo, apresentamos parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 459/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 035/2004, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a receber do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, imóvel localizado no Município de Clevelândia, conforme específica.

Tal propositura já foi analisada pela douda Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 3º do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da comunidade.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pelo seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 461/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado do Município de Vila Alta, com sede no Município de Alto Paraíso e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 119/2004, de 06/12/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 461/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declara de Utilidade Pública o PROVOPAR de Vila Alta, com sede no Município de Alto Paraíso e foro no Município de Umuarama.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 461/2004

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o PROVOPAR de Vila Alta, com sede no Município de Alto Paraíso e foro no Município de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 463/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres e Funcionários da Escola Municipal Cecília Meireles, com sede e foro no Município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 119/2004, de 06/12/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 463/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Cecília Meireles - Educação Infantil e

Ensino Fundamental, com sede e foro no Município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 473/2004, de autoria do Deputado Duílio Genari, que dispõe sobre a regulamentação de compras de materiais usados por estabelecimentos comerciais do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 121/2004, de 07/12/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 473/2004

P A R E C E R :

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça para dar seu parecer ao Projeto de Lei nº 473/2004, de autoria do ilustre Deputado Duílio Genari, que dispõe sobre a regulamentação de compras de materiais usados por estabelecimentos comerciais do Paraná, observando-se o contido no artigo 53, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná, onde diz: “cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente: ...XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal...”;

Artigo 23 da Constituição Federal: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;”...

Considerando-se, portanto, que o patrimônio público representado pela SANEPAR, COPEL, e instituições prestadoras de serviço público, como a Brasil-Telecom, GVT e outras de âmbito municipal no território paranaense, o presente projeto de lei visa oferecer um mínimo de condições para que as autoridades possam exercer um controle sobre a comercialização de produtos roubados e vendidos até hoje num mercado escuso.

Considerando-se não haver, no momento, nenhuma legislação neste sentido, e por não encontrar qualquer óbice constitucional, somos de parecer favorável, pela tramitação do Projeto de Lei nº 473/2004.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 473/2004

P A R E C E R :

O projeto em apreço, de autoria do ilustre Parlamentar, Deputado Duílio Genari, objetiva dispor sobre a regulamentação de compras de materiais usados por estabelecimentos comerciais do Paraná. Vem buscar o parecer desta Comissão, apresentando parecer favorável e devidamente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Chamado este relator para apreciar o Projeto de Lei nº 473/2004, e verificando não constar no referido projeto nenhum custo adicional que possa causar qualquer impacto no Orçamento do Poder Executivo para o próximo ano de 2005, somos de parecer favorável à sua tramitação, no Plenário desta augusta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH

Presidente e Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 482/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que altera a Lei nº 6327/72, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Colaboradores da Escola para Surdos Epheta, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 121/2004, de 07/12/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 482/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Marcos Isfer, altera a Lei nº 6327/72, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Colaboradores da Escola para Surdos Epheta, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2273, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2274, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2276, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2277, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2279 a 2283, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2285, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2286, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2290, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2293, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2294, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2296, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária

para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 058 e 080/2004.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 587, 641/2003, 067, 277, 324/2004, do de Lei Complementar nº 437/2004 e dos de Lei nºs 440, 441 e 443/2004.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 359, 438, 448 e 461/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 290, 466, 474, 480 e 481/2004 e do Projeto de Resolução nº 019/2004.

Levanta-se a Sessão.